

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Faculdade de Arquitetura
Mestrado em Planejamento Urbano e Regional

Manoela Cagliari Tosin

Processos participativos presenciais e virtuais na elaboração de Planos Diretores
Municipais:
a experiência de Teresina/PI (2017-2019)

Porto Alegre/RS

2021

Manoela Cagliari Tosin

Processos participativos presenciais e virtuais na elaboração de Planos

Diretores Municipais:

a experiência de Teresina/PI (2017-2019)

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do título de mestra em Planejamento Urbano e Regional pelo Programa de Pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientador: Prof^a. Dr^a. Heleniza Ávila Campos

Porto Alegre/RS

2021

FICHA CATALOGRÁFICA

CIP - Catalogação na Publicação

Tosin, Manoela Cagliari
Processos participativos presenciais e virtuais na
elaboração de Planos Diretores Municipais: a
experiência de Teresina/PI (2017-2019) / Manoela
Cagliari Tosin. -- 2021.
289 f.
Orientadora: Heleniza Ávila Campos.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do
Rio Grande do Sul, Faculdade de Arquitetura, Programa
de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional,
Porto Alegre, BR-RS, 2021.

1. Participação Política. 2. Tecnologias de
Informação e Comunicação. 3. Plano Diretor Municipal.
4. Teresina/PI. I. Campos, Heleniza Ávila, orient.
II. Título.

FOLHA DE APROVAÇÃO

Manoela Cagliari Tosin

Processos participativos presenciais e virtuais na elaboração de Planos

Diretores Municipais:

a experiência de Teresina/PI (2017-2019)

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do título de mestra em Planejamento Urbano e Regional pelo Programa de Pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientador: Prof^a. Dr^a. Heleniza Ávila Campos

Aprovada em: Porto Alegre/RS, 6 de outubro de 2021.

BANCA EXAMINADORA:

Dr^a. Heleniza Ávila Campos
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Dr^a. Clarice Misoczky de Oliveira
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Dr^a. Geisa Tamara Bugs
Pontifícia Universidade Católica do Paraná / Universidade Feevale

Dr^a. Geisa Zanini Rorato
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

AGRADECIMENTOS

Este ano completo uma década frequentando a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), onde a qualidade do ensino é resultado do esforço de cada professor, técnico e funcionário para superar as adversidades existentes. Fazer parte desta instituição me moldou como profissional e ser humano e, por isso, defendo que outros tenham essa mesma oportunidade que tive, de ter um ensino público gratuito e de qualidade. Dentre as pessoas que tive o prazer de conhecer através da UFRGS e que me acompanharam ao longo desta jornada até aqui, agradeço, especialmente, à Heleniza (Heleniza Ávila Campos), professora da graduação e orientadora do mestrado, e à Pri (Carla Pricila Brito), amiga e parceira nas trajetórias acadêmicas, que possamos comemorar mais muitas conquistas juntas. Estendo os agradecimentos a todos os demais colegas que ingressaram no mestrado do Programa de Pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional (PROPUR) em 2019. Esta turma, nomeada carinhosamente como M-19, se tornou uma das partes mais importantes deste mestrado, pois representou, muitas vezes, um refúgio em meio a momentos difíceis. Desejo que logo possamos nos reunir para compartilhar ideias, dicas de filmes, figurinhas e piadas internas, para defender nossos ideais seja em sala de aula e/ou em protestos, para celebrar nosso encontro e espantar os males cantando Tim Maia. Dentre estes, destaco minhas colegas de orientação Ni (Nicole Bueno Leal de Almeida) e Lina (Carolina Rezende Faccin), por essa amizade leve e saudável que construímos nos últimos anos. Não posso deixar de lembrar que cheguei até a esta fase acadêmica muito pelo incentivo de meus sócios, Cláudia (Cláudia Pilla Damasio), Tiago (Tiago da Silva Silveira) e Jacque (Jacqueline Menegassi). Sou grata a eles por todo aprendizado, sugestões e referências compartilhadas, e pelo apoio, confiança e tempo disponibilizado. A construção desta pesquisa foi possível pela contribuição da equipe técnica municipal da Prefeitura de Teresina, em especial pela Jhamille Wellenn na qual sou profundamente grata. Também agradeço a ajuda incondicional de meus pais, irmãos e cunhados, desde sempre, nesta e em outras tantas fases da minha vida. Por fim, gostaria de recordar a fala das professoras Miron (Luciana Inês Gomes Miron) e Martina (Inês Martina Lersch) nos primeiros meses do mestrado, que alertava para a diversidade de situações que poderiam acontecer nas nossas vidas em paralelo à realização da pesquisa. Acredito que nem os mais pessimistas haviam previsto viver uma pandemia mundial que mudasse tão profundamente nossas vidas. Desta forma, finalizo estes agradecimentos às pessoas que iniciaram este caminho junto comigo e que agora já não estão mais ao meu lado, e às pessoas que conheci ao longo desta trajetória, em especial ao meu parceiro Fantino (Fantino Martin Biancho) pelas reflexões, incentivo, carinho e apoio (também incondicional).

O nosso tempo é um tempo paradoxal. [...], se por um lado hoje parecem, mais do que nunca, reunidas as condições técnicas para cumprir as promessas da modernidade ocidental, como a promessa da liberdade, da igualdade, da solidariedade e da paz, por outro lado, é cada vez mais evidente que tais promessas nunca estiveram tão longe de ser cumpridas como hoje. (Boaventura de Sousa Santos, Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa. 2002, p. 29.)

RESUMO

Esta pesquisa analisa os processos participativos presenciais e virtuais realizados pelo Estado na elaboração de Planos Diretores Municipais, e procura identificar os efeitos do uso conjunto de métodos presenciais e virtuais no poder decisório da população, segundo o olhar de diferentes grupos sociais. Para isso, utiliza como estudo de caso o processo participativo desenvolvido pela gestão pública de Teresina/PI na revisão do seu Plano Diretor, entre os anos de 2017 a 2019. A partir da análise deste caso, que envolveu centenas de pessoas de diferentes esferas da sociedade em atividades presenciais e virtuais, objetiva-se identificar o Grau de Participação Política alcançado, de forma a constatar qual foi o papel da sociedade na tomada de decisão ao longo deste processo. A fundamentação teórica desta pesquisa está dividida em três capítulos: o primeiro analisa a participação política nos modelos democráticos clássico, representativo, participativo e digital; o segundo, discute a realização e a manifestação da participação política, a partir de referencial teórico e da experiência empírica da própria autora; o terceiro capítulo retoma o papel dos diferentes atores sociais nos principais acontecimentos ocorridos no Brasil, da década de 1990 aos dias atuais, relacionados com o planejamento urbano, participação política e evolução das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC). A análise do estudo de caso do PDOT (Plano Diretor de Ordenamento Territorial) de Teresina/PI é composto por uma apresentação inicial do processo participativo realizado, da análise documental das principais atividades participativas desenvolvidas, da apresentação e discussão dos resultados obtidos com o questionário aplicado nos diferentes grupos de participantes (representantes da sociedade civil, representantes de organizações e instituições sociais, técnicos consultores e técnicos municipais), e da identificação do Grau de Participação Política atingido pelo processo participativo presencial e virtual, e como um todo. Ao final se constatou que o Grau de Participação Política foi variável entre os métodos, fases de trabalho e grupos sociais. O método presencial, as etapas intermediárias e os representantes de organizações e instituições sociais, especialmente dos setores construtivos e imobiliários, alcançaram graus mais elevados, o que representa um maior poder decisório da população. Mesmo que a síntese dos questionários tenha apontado por uma divisão igualitária de poder decisório, a análise documental e a insatisfação dos representantes da sociedade civil e de organizações e instituições sociais indicaram que no máximo a população foi consultada durante o processo participativo. Conclui-se que mudaram os meios, mas não os fins, e que, apesar do esforço técnico, os processos participativos na elaboração de Planos Diretores ainda demandam aprimoramento.

Palavras-chave: Participação Política. TIC. Plano Diretor Municipal. Teresina/PI.

ABSTRACT

This research analyzes in-person and virtual participatory processes conducted by the State in the development of Municipal Master Plans and seeks to identify the impact of the joint use of in-person and virtual methods in the decision-making power of the population, according to the point of view of different societal groups. To this end, this research uses as a case study the participatory process developed by the public management of Teresina/PI in the review of its Master Plan, from the years 2017 to 2019. From the analysis of this case, which involved hundreds of people from different spheres of society in virtual and in-person activities, the objective is to identify the Degree of Political Participation achieved, to verify what was the role of society in decision-making throughout this process. The theoretical background of this research is divided into three sections: the first analyzes political participation in the classic, representative, participative, and digital democratic models; the second discusses the performance and demonstration of political participation, from the theoretical framework and empirical experience of the author herself; the third section takes up the role of different social actors in the main events in Brazil, from the 1990s to present day, related to urban planning, political participation, and developments of Information and Communication Technologies (ICT). The analysis of the case study of the PDOT (Spatial Planning Master Plan) of Teresina/PI is composed of an initial presentation of the participatory process performed, the documentary analysis of the main participatory activities developed, the presentation and discussion of results obtained from the questionnaire administered to different groups of participants (civil society representatives, representatives of social organizations and institutions, consultant and municipal technicians), and the identification of the Degree of Political Participation achieved through the in-person and virtual participatory process, and as a whole. In the end, it was found that the Degree of Political Participation varied in the methods, stages of work and societal groups. The in-person method, the intermediary work stages and the representatives of social organizations and institutions, specially from the sectors of building and real estate achieved high levels of participation, which represented a bigger decision power of the population. Even if the synthesis of the quizzes has pointed to an equalitarian division of decision power, the documentary analysis, and the dissatisfaction of the participants from civil society and from social organizations and institutions indicates that, at most, the population was consulted during the participative process. Therefore, it was concluded that the means changed, but not the ends, and that, despite the technical effort, the participative processes for the elaboration of Municipal Master Plans still demand improvement.

Keywords: Political Participation. ICT. Municipal Master Plan. Teresina/PI.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Aspectos físico-territoriais de Teresina/PI	104
Figura 2 – Faixas etárias e sexo predominante por zona de Teresina/PI	109
Figura 3 – Faixas de renda por zona de Teresina/PI	111
Figura 4 – Densidade demográfica e ocupação urbana em Teresina/PI.....	113
Figura 5 – Taxa de alfabetização e estabelecimentos de ensino de Teresina/PI....	118
Figura 6 – Localização das atividades	143
Figura 7 – Atividades no auditório	150
Figura 8 – Salas temáticas	151
Figura 9 – Van participativa.....	156
Figura 10 – Localização dos pontos presenciais.....	157
Figura 11 – Interface da consulta virtual no aplicativo Colab	158
Figura 12 – Audiência pública de diretrizes gerais	164
Figura 13 – Registro fotográfico da audiência pública de homologação	169
Gráfico 1 – Escalas de participação política.....	50
Gráfico 2 – Escala de Participação Política para avaliação do processo participativo	99
Gráfico 3 – Metodologia da pesquisa	101
Gráfico 4 – Pirâmide etária de Teresina/PI (2000 à esquerda e 2010 à direita).....	107
Gráfico 5 – IVS de Teresina/PI em comparação com o índice estadual e nacional (2000 e 2010)	115
Gráfico 6 – Evolução do uso e renda por tipo de equipamento tecnológico no Piauí (2016-2019).....	121
Gráfico 7 – Perfil dos usuários da <i>internet</i> e de pessoas com telefone móvel no Piauí em 2019	122
Gráfico 8 – Linha do tempo dos Planos Diretores de Teresina/PI.....	125
Gráfico 9 – Linha do tempo do uso do Colab pela Prefeitura de Teresina/PI.....	134
Gráfico 10 – Duração temporal e quantidade de atividades por fase.....	141
Gráfico 11 – Turno e local das atividades por fase	142
Gráfico 12 – Método e duração das atividades por fase	144
Gráfico 13 – Objetivos das atividades por fase e método	144
Gráfico 14 – Grupo social participante das atividades por fase e método.....	145

Gráfico 15 – Gênero e local de moradia dos participantes do Fórum Teresina Participativa.....	153
Gráfico 16 – Grupo e profissão dos participantes do Fórum Teresina Participativa	153
Gráfico 17 – Perfil dos participantes da consulta virtual	159
Gráfico 18 – Gênero e local de moradia dos participantes da audiência pública de diretrizes gerais	165
Gráfico 19 – Grupo e representação dos participantes da audiência pública de diretrizes gerais	165
Gráfico 20 – Perfil dos participantes da audiência pública de homologação.....	169
Gráfico 21 – Perfil geral dos respondentes	173
Gráfico 22 – Perfil geral dos representantes da sociedade civil	174
Gráfico 23 – Perfil geral dos representantes de org. e inst. sociais.....	175
Gráfico 24 – Perfil geral dos técnicos consultores.....	176
Gráfico 25 – Perfil geral dos técnicos municipais	177
Gráfico 26 – Grau de Participação Política alcançado pelo item RP, por grupo	210
Gráfico 27 – Grau de Participação Política alcançado pelo item P, por grupo	212
Gráfico 28 – Grau de Participação Política alcançado pelo item I, por grupo	213
Gráfico 29 – Grau de Participação Política alcançado pelo item R, por grupo	214
Gráfico 30 – Grau de Participação Política por grupo	215
Gráfico 31 – Grau de Participação Política do processo participativo	218
Quadro 1 – Síntese dos eventos identificados por período	85
Quadro 2 – Metodologia da pesquisa.....	91
Quadro 3 – Documentos consultados na pesquisa documental.....	92
Quadro 4 – Método de análise	97
Quadro 5 – Lista dos Planos Diretores elaborados em Teresina/PI.....	129
Quadro 6 – Atividades propositivas com a sociedade civil	147
Quadro 7 – Cronograma do Fórum Teresina Participativa	149
Quadro 8 – Cronograma da audiência pública de diretrizes gerais	162
Quadro 9 – Cronograma da audiência pública de homologação.....	167
Quadro 10 – Avaliação dos representantes da sociedade civil (RP1).....	179
Quadro 11 – Avaliação dos representantes de org. e inst. sociais (RP1)	180
Quadro 12 – Avaliação dos técnicos consultores (RP1)	182
Quadro 13 – Avaliação dos técnicos municipais (RP1).....	183

Quadro 14 – Avaliação dos representantes da sociedade civil (RP2 e RP3).....	184
Quadro 15 – Avaliação dos representantes de org. e inst. sociais (RP2 e RP3).....	186
Quadro 16 – Avaliação dos técnicos consultores (RP2 e RP3).....	187
Quadro 17 – Avaliação dos técnicos municipais (RP2 e RP3).....	188
Quadro 18 – Síntese das respostas do item RP, por grupo	189
Quadro 19 – Avaliação dos representantes da sociedade civil (P1)	191
Quadro 20 – Avaliação dos representantes de org. e inst. sociais (P1)	192
Quadro 21 – Avaliação dos técnicos consultores (P1)	193
Quadro 22 – Avaliação dos técnicos municipais (P1)	193
Quadro 23 – Avaliação dos representantes da sociedade civil (P2, P3 e P4).....	194
Quadro 24 – Avaliação dos representantes de org. e inst. sociais (P2, P3 e P4) ...	195
Quadro 25 – Avaliação dos técnicos consultores (P2, P3 e P4)	196
Quadro 26 – Avaliação dos técnicos municipais (P2, P3 e P4).....	196
Quadro 27 – Síntese das respostas do item P, por grupo.....	197
Quadro 28 – Avaliação dos representantes da sociedade civil (I1 e I2).....	199
Quadro 29 – Avaliação dos representantes de org. e inst. sociais (I1 e I2)	200
Quadro 30 – Avaliação dos técnicos consultores (I1 e I2)	201
Quadro 31 – Avaliação dos técnicos municipais (I1 e I2).....	202
Quadro 32 – Síntese das respostas do item I, por grupo	202
Quadro 33 – Avaliação dos representantes da sociedade civil (R1, R2, R3 e R4)..	204
Quadro 34 – Avaliação dos representantes de org. e inst. sociais (R1, R2, R3 e R4)	205
Quadro 35 – Avaliação dos técnicos consultores (R1, R2, R3 e R4)	206
Quadro 36 – Avaliação dos técnicos municipais (R1, R2, R3 e R4).....	207
Quadro 37 – Síntese das respostas do item R, por grupo	208

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Evolução das TIC no Brasil (2005-2010).....	67
Tabela 2 – PIB e VAB de Teresina/PI (2014 e 2018)	105
Tabela 3 – Evolução da população urbana e rural de Teresina/PI (1991, 2000 e 2010)	106
Tabela 4 – Faixa etária por zona e sexo em Teresina/PI (2010).....	108
Tabela 5 – Renda nominal mensal por zona de Teresina/PI (2010)	110
Tabela 6 – Evolução do Índice de Gini, renda e percentual de pobreza de Teresina/PI em comparação com índices estadual e nacional (1991, 2000 e 2010).....	116
Tabela 7 – Taxa de alfabetização (2010) e estabelecimentos de ensino de Teresina/PI (2017) em comparação com os índices estadual e nacional.....	117
Tabela 8 – IDHM de Teresina/PI em comparação com os índices estadual e nacional (1991, 2000 e 2010)	119
Tabela 9 – Evolução do IDEB nos anos finais do ensino fundamental de Teresina/PI em comparação com o índice estadual e nacional (2005 a 2021)	119
Tabela 10 – Existência de energia elétrica e de bens duráveis nos domicílios de Teresina/PI em comparação com o índice estadual e nacional (2010).....	120

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANATEL – Agência Nacional de Telecomunicações
AIP – Associação Industrial do Piauí
Arena – Aliança Renovadora Nacional
BNH – Banco Nacional de Habitação
CA – Comissão de Acompanhamento
CAC – Comitê de Atendimento ao Cidadão
CAU – Conselho de Arquitetura e Urbanismo
CDU – Conselho de Desenvolvimento Urbano
CEGE – Comitê Executivo de Governo Eletrônico
CETIC.BR – Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação
CNPU – Comissão Nacional de Regiões Metropolitanas e Política Urbana
CNUMAD – Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento
CREA – Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia
CRECI – Conselho Regional de Corretores de Imóveis
DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
ECC – Empresa de Consultoria Contratada
Embratel – Empresa Brasileira de Telecomunicações
e-SIC – Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão
FHC – Fernando Henrique Cardoso
FIEPI – Federação das Indústrias do Estado do Piauí
FJP – Fundação João Pinheiro
GTTI – Grupo de Trabalho em Tecnologia da Informação
HIS – Habitação de Interesse Social
I – Informação
I1 – Transmissão da informação
I2 – Recebimento e entendimento da informação
IAB – Instituto dos Arquitetos do Brasil
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IDHM – Índice de Desenvolvimento Humano

IFPI – Instituto Federal do Piauí

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

IPAM – Instituto de Planejamento e Administração Municipal

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

IVS – Índice de Vulnerabilidade Social

Lula – Luís Inácio Lula da Silva

MDB – Movimento Democrático Brasileiro

MNRU - Movimento Nacional da Reforma Urbana

OAB – Ordem dos Advogados do Brasil

ONU – Organização das Nações Unidas

OP – Orçamento Participativo

P – Procedimentos

P1 – Forma de divulgação

P2 – Acesso à recursos e ferramentas

P3 – Liberdade de manifestação

P4 – Tempo disponibilizado

PAC – Programa de Aceleração do Crescimento

PDDU – Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano

PDLI – Plano de Desenvolvimento Local Integrado

PDOT – Plano Diretor de Ordenamento Territorial

PET – Plano Estrutural de Teresina

PIB – Produto Interno Bruto

PMCMV – Programa Minha Casa Minha Vida

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PMT – Prefeitura Municipal de Teresina

PNADC/A – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Anual

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PPA – Plano Plurianual

PRODATER – Empresa Teresinense de Processamento Digitais

PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira

R – Resultados

R1 – Transparência

R2 – Resposta/feedback

R3 – Impacto das propostas
R4 – Satisfação dos participantes
RNP – Rede Nacional de Pesquisa
RP – Representação
RP1 – Características dos participantes
RP2 – Forma de manifestação
RP3 – Temas debatidos
SAEB – Sistema de Avaliação da Educação Básica
SDR – Superintendência de Desenvolvimento Rural
SDU – Superintendência de Desenvolvimento Urbano
SEMDEC – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo
SEMPLAN – Secretaria Municipal de Planejamento
SERFHAU – Serviço Federal de Habitação e Urbanismo
SIG – Sistemas de Informação Geográfica
SINDILOJAS – Sindicato dos Lojistas do Comércio
SINDUSCON – Sindicato de Indústria da Construção Civil
SM – Salário Mínimo
STF – Supremo Tribunal Federal
SUDENE – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
TIC – Tecnologias de Informação e Comunicação
UMAC – União Municipal das Associações de Moradores e Entidades Culturais
VAB – Valor Adicionado Bruto

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	17
1.1 TEMA E PROBLEMATIZAÇÃO.....	18
1.2 OBJETO EMPÍRICO	21
1.3 QUESTÃO E OBJETIVOS DA PESQUISA	22
1.4 JUSTIFICATIVA	23
1.5 MÉTODO.....	25
2 REFERENCIAL TEÓRICO	27
2.1 A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA NOS MODELOS DEMOCRÁTICOS	27
2.1.1 O modelo de democracia clássica	27
2.1.2 O modelo de democracia representativo	30
2.1.3 O modelo de democracia participativo.....	34
2.1.4 O modelo de democracia digital	37
2.1.5 Considerações sobre os modelos de democracia	39
2.2 A REALIZAÇÃO E A MANIFESTAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA.....	41
2.2.1 O que é e como é alcançada a participação política	42
2.2.2 Os obstáculos à participação política	45
2.2.3 Como pode ser avaliada a participação política.....	47
2.2.4 O que as análises sobre a participação política apontam	52
2.2.5 O que o conhecimento empírico sugere da participação política.....	56
2.2.6 Considerações sobre a participação política	58
2.3 O PLANEJAMENTO URBANO, A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA E A EVOLUÇÃO DAS TIC NO BRASIL	59
2.3.1 O governo FHC e a inserção das TIC (1990-2000).....	60
2.3.2 Os governos de Lula e a popularização das TIC (2000-2010).....	67
2.3.3 Os governos de Dilma e Bolsonaro e a multiconexão das TIC (2010- hoje).....	78
2.3.4 Considerações sobre os períodos analisados no Brasil	85
3 O MÉTODO DE PESQUISA	90
4 O MUNICÍPIO DE TERESINA/PI	102
4.1 OS ASPECTOS TERRITORIAIS E SOCIOECONÔMICOS DE TERESINA/PI.	102
4.2 O PLANEJAMENTO E GESTÃO URBANA DE TERESINA/PI	123
4.2.1 A elaboração de Planos Diretores	123

4.2.2 Uso de TIC pelo poder público municipal	130
5 O ESTUDO DE CASO: A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA NA REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE TERESINA/PI (2017-2019)	137
5.1 O PROCESSO DE ELABORAÇÃO DO PDOT	137
5.2 AS ATIVIDADES PARTICIPATIVAS A PARTIR DOS DOCUMENTOS OFICIAIS	147
5.2.1 Fórum Teresina Participativa	148
5.2.2 Contribuição virtual para o diagnóstico.....	155
5.2.3 Audiência pública de diretrizes gerais	161
5.2.4 Audiência pública de homologação	167
5.3 A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA SEGUNDO OS PARTICIPANTES	171
5.3.1 Perfil dos respondentes.....	171
5.3.2 A análise da Representação no processo participativo	177
5.3.3 A análise dos Procedimentos no processo participativo	190
5.3.4 A análise das Informações no processo participativo.....	198
5.3.5 A análise dos Resultados no processo participativo.....	203
5.4 O GRAU DE PARTICIPAÇÃO POLÍTICA	209
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	221
REFERÊNCIAS.....	232
APÊNDICE A – CONVITE E QUESTIONÁRIO APLICADO (AVALIAÇÃO DAS ATIVIDADES PRESENCIAIS E VIRTUAIS)	239
APÊNDICE B – RESULTADO DA PESQUISA REALIZADA NO SÍTIO ELETRÔNICO OFICIAL DA PMT (06/05/2021).....	248
APÊNDICE C – DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES LEVANTADAS.....	254
APÊNDICE D – RESPOSTAS RECEBIDAS NO QUESTIONÁRIO, POR GRUPO SOCIAL E PERGUNTA	269
APÊNDICE E – COMENTÁRIOS RECEBIDOS NO QUESTIONÁRIO, POR GRUPO SOCIAL E PERGUNTA	279

1 INTRODUÇÃO

A presente dissertação tem como objeto de investigação os processos participativos presenciais e virtuais na elaboração de Planos Diretores. Para isso, foi utilizado como estudo de caso o processo participativo da revisão do Plano Diretor de Teresina/PI, realizado entre os anos de 2017 a 2019. A partir da análise deste estudo de caso, se procurou avaliar qual o Grau de Participação Política atingido pelo processo participativo, que envolveu tanto atividades participativas presenciais e virtuais. Quanto maior o Grau de Participação Política, maior o poder decisório da sociedade civil na revisão do Plano Diretor. A autora desta dissertação participou do estudo de caso como integrante da empresa de consultoria responsável pelo seu desenvolvimento.

Conforme Villaça (2005), entende-se por participação política a pressão da sociedade ao Estado, diante da tomada de decisão sobre assuntos públicos. Nesta perspectiva, o cidadão, independente de sua condição social, cultural ou política, tem o direito de participar, não como um mero espectador, mas como integrante do processo de reflexão de forma consciente e crítica, com a possibilidade de reconhecer seu espaço na realidade do município, sendo capaz de manifestar seus interesses e necessidades nas discussões políticas, com a garantia que será considerada nas estratégias e decisões resultantes dos debates. Em outras palavras, para a efetiva participação política o cidadão deve possuir poder decisório. Nesta pesquisa, o principal foco é a participação institucional, em que a sociedade se envolve nas atividades realizadas pelo Estado, por esse motivo a escolha do termo participação política diante de outras nomenclaturas também utilizadas, como participação popular ou participação pública.

Os processos participativos são um conjunto de ações que possuem como objetivo envolver a sociedade nas decisões políticas. Neste caso, são analisados aqueles promovidos pelo Estado, na qual a sociedade é convidada a participar. Podem ser realizados por atividades presenciais, em que há o encontro dos cidadãos em um espaço físico para tomada de decisão, ou através de atividades virtuais, que envolve a deliberação da sociedade por intermédio das Tecnologias de Informação e

Comunicação (TIC)¹. Os processos participativos presenciais são mais tradicionais e consolidados que os virtuais, visto que a utilização das TIC pelo Estado se intensificou apenas a partir da década de 1990. Os métodos para participação da sociedade podem variar, mas ambos devem cumprir determinadas etapas para serem efetivos, que vão da definição dos objetivos que se deseja atingir até a resposta para a população.

1.1 TEMA E PROBLEMATIZAÇÃO

A pesquisa possui como **tema** a utilização de métodos presenciais e virtuais para participação política na elaboração de Planos Diretores, realizados pelas municipalidades brasileiras. O tema pode ser subdividido em quatro grandes grupos temáticos, que, separadamente, já foram muito estudados, mas que juntos abrem possibilidade para realização de pesquisas menos recorrentes – processos participativos virtuais e presenciais, municipalidades brasileiras, participação política e Planos Diretores. As TIC são as ferramentas que propiciam a realização de processos participativos virtuais.

A participação da sociedade na elaboração, como também na implementação e revisão dos Planos Diretores – o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana – é obrigatória conforme estabelecido pelo Estatuto da Cidade (2001). Entretanto, mesmo após a obrigatoriedade de participação política estipulada pela legislação federal, os processos de elaboração dos Planos Diretores permanecem sem envolver a maior parte da representação da população (GOMES, 2005b). Aparentemente, o avanço da participação se deu apenas em grupos sociais que já dominavam o processo, com destaque para os grupos privados com interesses nos mercados econômico e financeiro (VILLAÇA, 2005). Para superação da baixa participação da sociedade na política é necessária uma melhor compreensão da atuação da população nestes processos até então praticados.

Entende-se que determinadas etapas de elaboração dos Planos Diretores devem ser cumpridas para que um processo participativo seja efetivo, e assim, atrativo para a sociedade. Não basta apenas ouvir o que a população tem a dizer, mas

¹ Partindo das definições dos termos que compõem a sigla, se formula o seguinte conceito: as TIC são tecnologias desenvolvidas cientificamente para a transferência de conhecimento na sociedade atual.

também considerar suas contribuições e aproveitá-las nas decisões a serem tomadas, bem como o Estado deve dar a devida resposta (*accountability*) às suas demandas. Na elaboração de Planos Diretores, os processos participativos têm, em geral, se limitado apenas à coleta de contribuições das representações que se fazem presentes, não atingindo os mais elevados graus de abertura de participação política, em que a sociedade possui real poder decisório, conforme concluem Souza (2018) e Gomes (2005).

Questiona-se a eficiência e eficácia do modelo de democracia representativa praticado no Brasil, que na sua essência se apoia na participação política limitada (HELD, 1987), no que tange à sua efetiva representatividade e, por conseguinte, às respostas a demandas, interesses e necessidades de diferentes grupos que compõem a sociedade brasileira. Podem ser apontados diversos obstáculos para a participação da sociedade na política, como a implementação, cooptação e desigualdade (SOUZA, 2018), e fatores cognitivos, culturais e instrumentais (GOMES, 2005b). Estas barreiras podem ser resumidas em questões que estão relacionadas às técnicas e aos atores políticos e sociais envolvidos.

As características e formatos de realização dos processos participativos realizados no país também dificultam a participação da sociedade. Tradicionalmente, são compostos por atividades participativas presenciais que possuem diversas limitações inerentes de seu formato (INNES, BOOHER, 2004; HORELLI, 2002; SOUZA, 2018), como local e horário fixos, linguagem técnica, temas pré-definidos, ambiente opressor e de combate, e a dominação de determinados grupos. Já as atividades participativas virtuais – menos frequentes, mas que possibilitam maior alcance populacional – possuem outras limitações que vão além da desigualdade de acesso às tecnologias (GOMES, 2005b, p. 66-74), como a desumanização das relações sociais, a dificuldade no nivelamento e produção de conhecimento dos participantes, e a facilidade na distorção e manipulação das informações.

Exposto esse cenário do planejamento urbano brasileiro atual, cristalizado na figura do Plano Diretor, afirma-se que mesmo apesar de todos os esforços legislativos, a reduzida participação política, inerente ao modelo democrático praticado, não foi superada. Persiste a ideia de que a falta de Planos Diretores é a principal causa dos problemas urbanos (VILLAÇA, 1999, p. 227). No entanto, esses problemas permanecem porque a população não tem sua voz ouvida e em razão da imposição de decisões por parte de uma minoria.

Como permanecem ausentes dos processos decisórios, a parte da população que não participa acaba por desenvolver contrapropostas, como uma forma de resistência para manter seus territórios. Por exemplo, organizam mobilizações para sensibilizar agentes, aproximar simpatizantes e pressionar governantes, de forma a garantir que seus interesses sejam considerados e mantidos. Cada vez mais, associações voluntárias e movimentos sociais utilizam da estrutura de comunicação digital para promover suas ações, como campanhas e protestos (MAIA et al. 2017, p. 71-73). Sendo assim, as plataformas digitais representam uma oportunidade para realização de contrapropostas e defesa dos interesses dos grupos excluídos dos processos decisórios na sociedade atual.

A evolução tecnológica transformou profundamente todas as dimensões da vida humana, inclusive a relação entre a esfera política e a esfera civil (CASTELLS, 2018; LÉVY, 1999). As TIC foram difundidas e se inseriram na sociedade brasileira, principalmente nas três últimas décadas, fazendo emergir, pela primeira vez, um sistema de comunicação único e hegemônico no mundo que se dá através de redes tecnológicas (SANTOS, 2013, p. 19). Essa nova forma de se comunicar – principalmente através do conjunto *internet* e telefone móvel – surgiu em meio a este cenário de crescente pressão da sociedade para ampliação dos canais de diálogo com o Estado.

Com o fracasso nas experiências de implementação de novos modelos de democracia participativa (SANTOS, 2002), as TIC surgem como uma possibilidade de reversão desta situação, para a desejada aproximação da esfera civil na esfera política. Entretanto, os modelos de democracia digital, que buscaram aproveitar as potencialidades das TIC para inserção da participação política no Estado, acabaram apenas por reproduzir as mesmas características, lacunas e deficiências do modelo de democracia representativa hegemônico (MAIA et al., 2017, p. 112). Esse fato demonstra que é utópico pensar que o modelo representativo e a baixa participação política podem simplesmente ser superados com o uso das TIC pelo Estado.

Da mesma forma que as TIC possuem algumas vantagens – como a superação dos limites de espaço e tempo que amplia a oportunidade de participação – por outro lado, também possuem alguns obstáculos e particularidades – como a desigualdade de acesso às tecnologias, conforme já mencionado. O uso de TIC pelo Estado, portanto, pode não garantir uma prática inclusiva e mais democrática de participação. De uso controverso e amplo alcance, reconhece-se que as TIC também podem ser

instrumentos de interesses políticos e econômicos particulares contrários à democracia, conforme tem se revelado no cenário político nacional e internacional².

Estes e outros fatos que envolvem o uso das TIC no campo político revelam o seu potencial de conflitos que precisam ser cuidadosamente observados no desenvolvimento desta pesquisa. Não se deve se deixar enganar pela promessa de que um mundo inteiramente conectado possa ser mais justo, representativo e igualitário. Torna-se cada vez mais necessário procurar alternativas para melhor aproveitamento das potencialidades das TIC para a participação política. É também preciso lembrar os ganhos sociais da participação política, que não se limitam apenas à legitimação da ação do Estado, mas que também estão vinculadas ao sentido de igualdade e justiça social.

1.2 OBJETO EMPÍRICO

Pretende-se utilizar como **estudo de caso** o processo de revisão do Plano Diretor de Teresina/PI, que ocorreu no período compreendido entre março de 2017 e dezembro de 2019, do qual a presente autora fez parte como integrante da equipe técnica da empresa que prestou consultoria à administração municipal. O processo ocorreu antes da pandemia do Covid-19.

Teresina é a capital do estado do Piauí, que faz parte da região Nordeste brasileira. Possuía aproximadamente 814 mil habitantes (2010), distribuídos em cinco zonas urbanas (Centro, Leste, Norte, Sudeste e Sul), que concentram mais de 90% da população, e uma zona Rural. Cada zona possui diferentes perfis de habitantes predominantes, em relação ao gênero, faixa etária e renda. Apesar de apresentar indicadores sociais, econômicos e educacionais positivos, há uma variação de níveis de desenvolvimento entre as zonas, assim como de oportunidade para acesso às TIC, como será demonstrado no capítulo 4.1.

² Recentemente as TIC foram protagonistas na manipulação de eleições em Estados democráticos, como as eleições norte-americanas de 2016 e o escândalo envolvendo a empresa de consultoria Cambridge Analytica e o Facebook, na qual as informações pessoais de 240 milhões de pessoas foram hackeadas para criar perfis políticos e influenciar votos (PRIVACIDADE..., 2019); e as eleições brasileiras de 2018 e a confirmação do envio de mensagens em massa através do WhatsApp, que ocasionou a violação de regras do aplicativo pelo envio de mais de 100 mil notícias falsas durante o período eleitoral brasileiro (WHATSAPP..., 2019).

Em março de 2017 iniciou o processo de revisão do Plano Diretor deste município. O desenvolvimento do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT) de Teresina/PI durou aproximadamente dois anos e dez meses, e originou na Lei Complementar nº 5.841/2019.

O processo foi realizado em três etapas, denominadas de: preparatória, diagnóstica e estratégica. Cada fase ocorreu de forma diferente, em relação a quantidade de atividades realizadas e as suas respectivas características predominantes, relacionadas com o turno, local, método, duração, objetivos e participantes. Em relação a este último item, o processo de elaboração do PDOT contou com o envolvimento de quatro grupos sociais: os representantes da sociedade civil, os representantes de organizações e instituições sociais, os técnicos consultores e os técnicos municipais.

O grupo de representantes da sociedade civil é constituído pelos participantes que não se identificaram como integrantes de alguma entidade social. Já o grupo de representantes de organizações e instituições sociais é composto por aqueles que se enquadraram em algum setor. Neste grupo estão incluídas as lideranças políticas, como representantes de comunidades e de partidos políticos. Por técnicos municipais entende-se por todo o corpo do funcionalismo público de Teresina, inclusive prefeito, secretários e vereadores.

Ao longo deste período foram realizadas diferentes atividades participativas, presenciais e virtuais, que envolveram centenas de cidadãos. Nas atividades presenciais, variavam as formas de discussão e proposição pela sociedade. Nas atividades virtuais, destaque para o uso inédito da plataforma digital *Colab* para envio de propostas e consulta cidadã para o Plano Diretor. Por este processo participativo realizado, a revisão do Plano Diretor de Teresina/PI foi selecionada como o objeto empírico desta pesquisa.

1.3 QUESTÃO E OBJETIVOS DA PESQUISA

Apresentado o objeto empírico, emerge a **questão desta pesquisa**: no entendimento dos grupos sociais que participaram do processo, a utilização de métodos participativos presencial e virtual na revisão do Plano Diretor de Teresina/PI (2017-2019) ampliou ou manteve desigual o poder decisório de agentes que representam diferentes interesses?

A pesquisa é orientada pelo seguinte **objetivo geral**: avaliar o grau de participação política através da visão dos grupos sociais, sobre o uso de métodos participativos presencial e virtual no processo de revisão do Plano Diretor de Teresina/PI (2017-2019).

Os seguintes **objetivos específicos** irão auxiliar, de forma integrada, a atingir o objetivo geral desta pesquisa:

- Identificar como foram realizadas as atividades participativas que envolveram diferentes grupos sociais em documentos oficiais elaborados e relacionados com o processo de revisão do Plano Diretor de Teresina/PI (2017-2019).
- Analisar a participação política segundo a percepção de representantes da sociedade civil, de organizações e instituições sociais, de técnicos consultores e de técnicos da Prefeitura Municipal.
- Avaliar o Grau de Participação Política dos processos participativos presencial e virtual, a partir da Escala de Participação Política formulada com base em Arnstein (1969), Souza (2018) e Gomes (2005), conforme os resultados obtidos com as percepções dos grupos sociais, verificadas pelos registros documentais.

1.4 JUSTIFICATIVA

Considera-se que esta pesquisa possui relevância social, pois propõe uma visão crítica do uso das TIC pelo Estado, ao mesmo tempo em que este tema é foco das discussões políticas, pela forma questionável como estão sendo utilizadas por autoridades mundiais e brasileiras. Vivencia-se um período de desestabilização da democracia no Brasil, mais eminente na última década, e as TIC foram e são uma das principais ferramentas utilizadas para este fim.

De forma geral, a pesquisa também possui o propósito de contribuir com o debate sobre a participação política no planejamento urbano, representado pelo Plano Diretor, instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana. Recorda-se que a participação política é obrigatória através de legislação federal, tanto na sua elaboração, quanto na sua implementação e avaliação³.

³ Estatuto da Cidade, Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001.

Com a pandemia da Covid-19 que iniciou em 2020 no Brasil, a ordem de ficar em casa para conter a disseminação do vírus, intensificou a realização de atividades promovidas pelo Estado mediadas pelas TIC. Em relação à elaboração de Planos Diretores, vários processos foram interrompidos pelo Ministério Público pela impossibilidade de atividades presenciais participativas. Dado este contexto recente, a discussão proposta por esta pesquisa se torna ainda mais necessária, visto que algumas das mudanças ocasionadas pela pandemia provavelmente perdurarão nas ações sociais e do Estado, refletindo na relação entre essas duas esferas, como também nos processos participativos.

O posicionamento tomado nesta pesquisa é ponderado em relação às promessas das TIC de aproximar as esferas civil e política. Considera-se, desta forma, que o uso das TIC, sozinho, não garante uma maior participação política. Por este motivo, esta pesquisa visa contribuir com a análise da realização pelo Estado de métodos virtuais, juntamente com métodos presenciais, para participação política. Cada método possui características e potencialidades diferentes e, como ambos se complementam, não parece apropriada sua análise de forma separada.

Esta pesquisa também contribui com a identificação da percepção e do nível de aceitabilidade de diferentes agentes em relação ao uso de métodos participativos virtuais e presenciais pelo Estado, visto que tendem a ser diferentes entre si. Esta identificação pode vir a apontar as principais deficiências e potencialidades das atividades participativas realizadas, e indicar novos caminhos para técnicos e Estado no desenvolvimento de processos em que a sociedade possua real poder decisório.

Importante também destacar a relevância do processo de revisão do Plano Diretor de Teresina/PI, objeto de análise desta pesquisa. Como já mencionado, neste processo, a gestão municipal abriu diversos canais de diálogo com a população, presenciais e virtuais, que contaram com a participação de centenas de pessoas. O objeto de estudo também levanta vários questionamentos que contribuem com o debate do uso das TIC pelo Estado de forma conjunta com métodos tradicionais presenciais para participação política.

Justifica-se a escolha por esse estudo de caso pela participação profissional da pesquisadora neste processo, visto que faz parte da empresa de consultoria que foi responsável pela revisão do Plano Diretor de Teresina/PI. Complementa-se que a pesquisadora atua profissionalmente em consultoria ao setor público para elaboração de planos urbanos desde o ano de 2015. O envolvimento direto com o objeto de

estudo traz uma influência inerente do pensamento, que ao longo da pesquisa tentou ser amenizado ao máximo para manter a imparcialidade diante dos dados obtidos.

1.5 MÉTODO

Esta pesquisa será realizada a partir da **análise qualitativa e exploratória de um estudo de caso**: o processo de revisão do Plano Diretor de Teresina/PI, no período compreendido entre março de 2017 e dezembro de 2019. O método de análise desenvolvido é composto basicamente por três passos que buscam atingir a cada um dos objetivos específicos, respectivamente, e de uma última etapa, que se refere ao objetivo geral desta pesquisa.

- 1) Primeiro foi realizada uma análise documental das principais atividades participativas que envolveram a sociedade civil como um todo, de forma a identificar suas principais características e analisar, no mínimo, os itens propostos por esta pesquisa. São eles: a Representação, os Procedimentos, a Informação e os Resultados.
- 2) A partir da aplicação de um questionário disponibilizado em plataforma digital, se buscou identificar a percepção de cada grupo de participantes do estudo de caso: os representantes da sociedade civil, os representantes de organizações e instituições sociais, os técnicos consultores e os técnicos municipais. O questionário foi estruturado em quatro partes que representavam cada um dos itens de análise, já demonstrados.
- 3) Os resultados dos questionários basearam a definição do Grau de Participação Política atingido pelo processo participativo presencial e virtual. Para isso foi utilizada a Escala de Participação Política elaborada para esta pesquisa, baseada em Arnstein (1969), Souza (2018) e Gomes (2005). Esta escala é composta por cinco Graus de Participação Política, na qual quanto mais alto o grau, maior o poder decisório da população.
- 4) As percepções dos participantes foram comparadas com os resultados obtidos com a análise documental. Esta comparação auxiliou na identificação do Grau de Participação Política obtido pelo processo participativo como um todo, consideradas as atividades presenciais e virtuais em conjunto. Desta forma, foi possível desenvolver alguns apontamentos sobre o estudo de caso.

Esta dissertação é composta por seis capítulos. O primeiro se refere ao referencial teórico que baseia a formulação e a discussão dos resultados obtidos com a análise. Possui três conteúdos principais: os modelos democráticos, a participação política e a descrição dos principais fatos do Brasil relacionados com o planejamento urbano, participação política e evolução das TIC, da democratização do Brasil até os dias atuais. O segundo descreve cada passo da metodologia desenvolvida para esta pesquisa. O terceiro apresenta o município de Teresina/PI, seus aspectos territoriais e socioeconômicos, seu planejamento e gestão urbana. O quarto aborda o estudo de caso. No início é exposto o processo da revisão do Plano Diretor e as três partes seguintes estão relacionadas com os objetivos específicos desta pesquisa: a análise documental das principais atividades participativas, a identificação da percepção dos participantes a partir dos questionários, e a determinação do Grau de Participação Política atingido pelo processo. No quinto capítulo são formuladas considerações e possíveis encaminhamentos da pesquisa.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

De forma a fundamentar a análise do estudo de caso proposto, este primeiro capítulo busca desenvolver uma discussão sobre os principais conceitos e questões relacionados com a pesquisa. Para isso, serão abordados autores, mencionados exemplos e experiências vivenciadas, relacionados a três conteúdos principais: (1) os modelos democráticos; (2) a participação política; e (3) o panorama brasileiro de 1990 até os dias atuais.

2.1 A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA NOS MODELOS DEMOCRÁTICOS

Esta parte discorre sobre as principais características, contribuições e críticas relacionadas aos diferentes modelos de democracia e as suas variações de ênfase dada a participação política. Faz-se, preliminarmente, uma breve descrição do modelo de democracia clássica, com ênfase na democracia de Atenas, pela sua influência nos modelos posteriores. Este modelo baseou a formulação de teorias democráticas, na qual variam os métodos de envolvimento da sociedade, assim como seu papel e importância na política. Entre estas teorias, foram selecionados o modelo de democracia representativo e o modelo de democracia digital, considerados relevantes para esta pesquisa primeiro pela sua hegemonia, e segundo pela sua relação com as TIC. O modelo representativo surgiu a partir do questionamento da democracia clássica, e se tornou uma das teorias mais aceitas e implementadas nos regimes políticos. Este modelo foi amplamente criticado por limitar a participação da sociedade na esfera política, o que fez emergir modelos alternativos de democracia participativa, que visavam reaproximar a sociedade na política, ampliando sua participação na tomada de decisões. Dentre estas alternativas, está o modelo de democracia digital, que utiliza das TIC para esta reaproximação entre as esferas civil e política.

2.1.1 O modelo de democracia clássica

De início, é preciso destacar que a democracia é uma forma de governo na qual a soberania é exercida pelo povo. Possui origem da palavra grega *demokratia*, que é composta pelos termos *demos* (povo) e *kratos* (governo). Sua expressão máxima

advém de Atenas, aparentemente durante a metade do século sexto (HELD, 1987, p. 14).

Na **democracia clássica** de Atenas todos os cidadãos deveriam obedecer e eram iguais perante a Lei, como também todos poderiam e deveriam participar dos assuntos relacionados com o Estado – exceto parte da população que era excluída da esfera política, como será demonstrado a seguir (HELD, 1987, p. 16). A assembleia, formada pelo conjunto dos cidadãos atenienses, se reunia para discutir e decidir sobre os assuntos políticos mais importantes na colina de Pnice: espaço público denominado Ágora (BENEVOLO, 2012, p. 76-78).

Segundo Held (1987), mesmo que se incentivasse e permitisse a participação de todos aqueles considerados aptos para se envolver na esfera política, era estabelecido um quórum mínimo para serem tomadas as decisões. Buscava-se a unanimidade entre os presentes, caso contrário era realizada uma votação. Os participantes possuíam igual direito de manifestação. As discussões orais eram livres, sem restrições e as decisões eram tomadas com base na melhor argumentação. A representação ocorria no cumprimento de determinadas atividades públicas, por indivíduos que eram selecionados a partir de suas habilidades próprias (e não pela sua posição ou riqueza). Os selecionados deveriam ser respeitados por todos, entretanto o poder permanecia nas mãos do povo – os governadores eram os governados.

Apesar da participação da sociedade nas decisões políticas ser considerada ideal, a democracia de Atenas possuía deficiências (HELD, 1987), visto que excluía uma parcela significativa da população, como mulheres, imigrantes e escravos. Dentre a parcela de indivíduos que possuía poder político, não havia igualdade de influência. A participação dependia da capacidade oratória do indivíduo e as decisões eram vulneráveis à exaltação do momento. A política, além de instável, era intensa e competitiva. Havia redes informais de comunicação e intriga, embates entre grupos rivais e coerção de medidas.

Entretanto, mesmo possuindo deficiências, a democracia de Atenas permaneceu estável por mais de um século, resultado de um histórico de conquistas militares bem-sucedidas que trouxeram benefícios materiais a praticamente todos os cidadãos. Esta relativa igualdade entre as esferas da sociedade começou a ser comprometida com o acúmulo de derrotas do Estado, o que também desestabilizou a

prática deste modelo democrático entre meados do século quinto e quarto (HELD, 1987).

Outro aspecto que pode ter favorecido a sustentação da democracia clássica em Atenas era sua quantidade populacional, de poucos milhares de habitantes. Para garantir o funcionamento da assembleia, ou seja, o encontro presencial da maior parte da sociedade em um espaço público, o Estado possuía como prática política o controle populacional, que se dava através da expedição da população excedente para formar uma nova colônia (BENEVOLO, 2012, p. 76-77). Além de admitir os encontros presenciais, o número de cidadãos reduzido possibilitava que os habitantes morassem relativamente próximos uns aos outros, o que facilitava a comunicação e a disseminação das informações – visto os meios de comunicação serem predominantemente orais – permitindo que os cidadãos se conhecessem e se informassem sobre os assuntos públicos.

Seguindo esta teoria, em Roma, por exemplo, que cresceu significativamente a ponto de unificar o Mediterrâneo⁴, o modelo clássico de Atenas era impraticável. Pela sua extensão territorial e quantidade populacional, a descentralização política se tornou necessária. A importância do tamanho da cidade reduziu a partir da segunda metade do século XVIII. Com a Revolução Industrial há o surgimento de novos meios de comunicação e transporte, que possibilitaram uma mobilidade maior, diminuindo distâncias. Já com a Revolução das Tecnologias de Informação e Comunicação, a partir da década de 1970 (CASTELLS, 2018; LÉVY, 1999), há uma unificação do tempo e espaço (SANTOS, 2013) através da comunicação por rede, que é hegemônica mundialmente, o que fez emergir a possibilidade de todos se encontrarem em um único meio virtual. Isto refletiu na relação entre Estado e sociedade, como será visto a seguir.

Desta forma, no atual cenário social, econômico e político, dificilmente seria possível implementar o modelo de democracia clássico de Atenas, com participação presencial da maior parte da população. Como aponta Pateman (p. 10-11, 1992), a partir da década de 1970, emergiram sérias dúvidas em como garantir a participação de todo o povo na atualidade. Desta forma, o sistema político de Atenas serviu mais como uma inspiração para o surgimento de inúmeros outros modelos democráticos, na qual o aspecto que geralmente os diferencia é o tipo de relação estabelecida entre

⁴ Segundo Benévolo (2012, p. 140), Roma atingiu uma extensão territorial muito maior que Atenas, possuindo uma população de meio milhão de habitantes ainda por volta do século 5 a.C.

cidadãos e Estado ou a forma como é realizada a participação política (SILVA, 2009; GOMES, 2005b). Held (1987) apontava que regimes políticos de todos os tipos afirmam ser democracias, principalmente pela legitimidade que oferece.

A disputa sobre o significado contemporâneo de democracia gerou uma extraordinária diversidade de modelos democráticos: desde visões tecnocráticas de governo até concepções de uma vida social marcada por extensa participação política. (HELD, p. 241, 1987)

Em sua análise, o autor distinguiu dois modelos mais amplos que atribuem diferentes significados à democracia: a democracia liberal ou representativa e a democracia direta ou participativa (HELD, p. 5, 1987). A partir da década de 1990, com a introdução de uma nova infraestrutura tecnológica que revolucionou as formas de comunicação, emerge um terceiro modelo de democracia, que representa uma alternativa entre os modelos representativo e participativo: o modelo de democracia digital. Estes três modelos democráticos serão especificados a seguir, sendo o primeiro com uma perspectiva neoliberal, o segundo com um viés progressista, e o terceiro inicialmente com uma promessa progressista, mas com manifestações hegemonicamente neoliberais.

2.1.2 O modelo de democracia representativo

Durante o século XX, a democracia ocupou um lugar central no campo político, o que envolveu duas preocupações principais: o da deseabilidade de participação política, que dizia respeito a sua forma, e o das condições estruturais da democracia, referente a sua compatibilidade com o capitalismo (SANTOS, p. 39-40, 2002). A partir da segunda metade do século XX, foram formuladas concepções de democracia que se tornaram hegemônicas, com menor abertura para participação da sociedade – o **modelo de democracia representativo**.

Um dos motivos associados com esta redução do envolvimento da população na política, foi a experiência vivenciada durante a Segunda Guerra Mundial. Segundo Pateman (p. 11, 1992), neste período, emergiu um sentimento de dúvida e reserva quanto a participação política, que passou a ser associada mais com o totalitarismo do que com a democracia. Desta forma, o modelo de democracia clássica passou a ser questionado. Argumentava-se que, cumprir a vontade da maioria não garante que se alcançará o que a sociedade realmente deseja, e que, como a vontade popular é

manufaturada por grupos de interesse, as decisões não democráticas podem ser mais aceitáveis para a sociedade (HELD, 1987, p. 156-158).

Assim, o envolvimento da sociedade na política passou a ser vista como uma ameaça à estabilidade do sistema. Neste contexto, a teoria de Schumpeter foi a que obteve mais destaque. Segundo Held (1987), ela popularizou e desenvolveu as ideias de Weber, que defendia um modelo restritivo de democracia⁵, e tinha muito em comum com o modelo de democracia protetora, mas elaborada de forma diversa⁶. Esta teoria defendia a separação entre Estado e sociedade, que deveria ter envolvimento político mínimo, limitado à escolha periódica dos líderes, o que os autorizava para agir em seu benefício. As eleições cumpriam papel fundamental, pois seria através delas que a sociedade exerceria controle sobre os líderes, estando a igualdade política relacionada com o sufrágio universal e a equidade na influência sobre os líderes. Nesta visão, considerava-se que apenas especialistas seriam capazes de tomar decisões, e que, para a efetividade do sistema, a sociedade não deveria se intrometer. A democracia era vista como o governo do político, na qual os indivíduos mais capacitados deveriam disputar o voto do povo. Neste modelo, a participação política é subjugada e a competição das elites políticas pela liderança ocupa papel central. Em resumo, nesta teoria que se tornou hegemônica “a maioria (não elites) obtém o máximo de rendimento (decisões políticas) dos líderes, com o mínimo de investimento (participação) de sua parte” (PATEMAN, p. 25, 1992).

A separação da esfera política da esfera civil, no modelo de democracia representativo, resulta em uma minoria de dirigentes (esfera política), que concentra o poder decisório, e uma maioria de dirigidos (esfera civil), cujo poder decisório é limitado ao processo eleitoral de escolha dos dirigentes. Portanto, a sociedade civil, considerada como o centro dos regimes democráticos, no modelo representativo cumpre apenas o papel de autorizar e não de governar (GOMES, p. 218, 2005). Souza (2018, p. 324-325) aponta que na democracia representativa há alienação da decisão e liberdade do representante para decidir em nome dos demais, diferentemente da democracia clássica de Atenas, em que há delegação de decisão e atuação do

⁵ O elitismo competitivo de Weber considerava a democracia como um mecanismo para assegurar lideranças eficientes, legitimados por meio das eleições, na qual os direitos políticos dos cidadãos seriam limitados e protegidos pela oportunidade de dispensar pessoas ineficientes dos cargos políticos (HELD, p. 143-146, 1987).

⁶ O modelo de democracia protetora, descrito por Held (1987), atribuía ao Estado o papel de proteger os governados de tiranias de todos os tipos e da opressão por parte do próprio Estado em particular, e defendia a política como esfera apartada da sociedade.

representante como porta-voz da população. A participação política é vista mais como um dispositivo de proteção e é limitada para evitar sobrecarga ao sistema político, ampliando sua eficiência e eficácia (SOUZA, 2018; PATEMAN, 1992; SANTOS, 2002).

O modelo de democracia representativo, bem como sua noção de participação política limitada, foi amplamente aceito e influenciou países que estavam se restabelecendo no período pós-guerra, como o Brasil (SILVA, p. 37, 2009). Diante do crescimento populacional urbano e da participação política ser realizada presencialmente através de assembleias, o envolvimento de todos era geralmente impraticável, tornando a representatividade a forma mais aceitável. A hegemonia deste modelo também pode ser explicada pela sua compatibilidade com o capitalismo (SANTOS, p. 59, 2002) e com princípios liberais, de defesa de um Estado mínimo e da proteção da liberdade e dos interesses individuais. A ideia de que o Estado deve ter sua ação limitada para assegurar a liberdade individual de cada cidadão, seria possível através da democracia representativa complementarmente a uma economia política de livre mercado (HELD, p. 87, 1987). Nesta visão, o Estado ultrapassaria os limites ao desenvolver ações relacionadas à promoção de igualdade social, pois se considera que o indivíduo possui direito a propriedade e acumulação de recursos.

Os primeiros anos posteriores ao fim da Segunda Guerra Mundial, de crescimento econômico e maior bem-estar social, favoreceu o consentimento da sociedade em relação às instituições estatais. Entretanto, no final dos anos 60 e início dos anos 70, com o declínio político e econômico, a democracia representativa ou liberal começou a entrar em crise (HELD, 2987). A ausência da participação política, considerada essencial para a prática da democracia, e que foi sacrificada pelo tamanho das cidades e em nome da estabilidade do sistema político (e do equilíbrio com o capitalismo), foi o fenômeno mais diretamente relacionado com a crise do modelo representativo. Conforme Gomes (2005b, p. 59), os resultados e sintomas desta crise foram:

[...] a apatia dos eleitores, a ausência de efetividade (*disempowerment*) da cidadania no que tange aos negócios públicos, o desinteresse público na vida política, uma informação política distorcida ou excessivamente dependente dos meios de massa, o baixo capital político da esfera civil, a desconexão entre sociedade política e esfera civil, a ausência do mais elementar sentido de soberania popular e a desconfiança generalizada com respeito à sociedade política.

Com o declínio do engajamento social e da participação política, a confiança no sistema representativo começou a ruir, e a ênfase, forma ou peso dado a este dispositivo no sistema político passou a ser contestada (SILVA, p. 24, 2009). Pateman (1992) ironizou que a teoria da democracia mais aceita seja aquela na qual a participação assume um papel menor, e agrupou as críticas aos teóricos representativos em dois pontos principais: primeiro relacionadas a falta de entendimento da teoria clássica e segundo em relação a substituição de seus ideais por outros. Dentre as críticas mencionadas por Held (1987), podem ser destacadas:

- A falta de confiança na sociedade para decidir os assuntos do Estado – visto que é dotada de conhecimento e capaz de fazer escolhas políticas pelas questões fazerem parte das suas vidas – em detrimento da confiança depositada na sua capacidade de escolher os melhores líderes, o que não a faz parecer ser tão influenciável pelas instituições como argumentado;
- A confiança na capacidade decisória do Estado e a falta de dispositivos que imponham limites ao poder político, sendo que, em uma sociedade capitalista, o Estado dificilmente conseguiria assumir uma posição neutra, pois suas ações precisam ser compatíveis com os objetivos do mercado para estabilidade da sociedade e do próprio sistema político;
- A dificuldade de implementação de uma democracia em uma sociedade comandada pelo mercado, na qual a desigualdade está presente e é mantida e reproduzida pelo Estado (ao tratar todos da mesma maneira e escolher a propriedade privada), ao levar em consideração que apenas com igualdade social de recursos e habilidades é possível um indivíduo participar efetivamente da vida política e civil.

Também os autores (PATEMAN, 1992; HELD, 1987) argumentam que não se trata de uma simples escolha entre um sistema em que os líderes são controlados pelo eleitorado e devem prestar contas a ele, e um sistema na qual isso não ocorre – o modelo representativo não exaure todas as opções de teoria democrática que podem ser desenvolvidas, mesmo que a complexidade das cidades e os meios de comunicação disponíveis dificultem a realização de uma participação política mais ampla.

2.1.3 O modelo de democracia participativo

Como resultado das críticas ao sistema representativo, a partir do final da década de 1960, surgiram modelos democráticos alternativos. Estes modelos eram caracterizados pelo reconhecimento da pluralidade humana e pela ruptura de tradições consolidadas, resgatando questões fundamentais da discussão democrática: da relação entre procedimento e participação social, da solução não participativa e burocrática na escala local, e da relação da representatividade e da diversidade cultural e social (SANTOS, 2002, p. 51-54).

Pode se afirmar que o marco inicial para o desenvolvimento de teorias democráticas alternativas foi a publicação de Arnstein, em 1969. A autora (ARNSTEIN, 1969, p. 217) identificou diferentes formas de inserção da participação da sociedade no sistema político. Esta variação é representada por uma Escada de Participação, na qual quanto mais alto o degrau, maior a extensão de poder decisório dos cidadãos, pressupondo, como meta final, um modelo próximo ao da democracia clássica de Atenas⁷. Na década de 1970, Pateman desenvolveu críticas fundamentadas ao modelo representativo hegemônico e consolidou teorias que basearam o surgimento do **modelo de democracia participativo**.

A obra de Pateman trazia dados empíricos para sustentação de sua tese e atacava o modelo schumpeteriano, apontando equívocos na interpretação das teorias clássicas de democracia e argumentando que a participação política não representava um perigo a estabilidade do sistema, mas que, pelo contrário, fornecia inúmeros benefícios (SILVA, 2009, p. 40-41). Ao mencionar autores como Rousseau, Mill e Cole, Pateman (1992, p. 60-62) enfatizou alguns aspectos que ajudaram a delinear o modelo de democracia participativo.

Segundo a autora, a principal função da participação política é a educativa, no sentido mais amplo da palavra, pois quanto mais o cidadão participa mais tem capacidade de fazê-lo, tornando o sistema participativo autossustentável. Complementava que é por meio da participação política no nível local que o indivíduo aprende a democracia, aumentando seu interesse e capacidade para participar a nível nacional. Também enfatizava que a participação política está interligada com o sentido

⁷ A Escada de Participação de Arnstein (1969) será abordado no Capítulo 1.2.3.

de controle, pois torna o cidadão mais capaz de decidir sobre sua própria vida, aumentando sua sensação de liberdade individual.

Assim como Held (1987), apontava que é necessário um mínimo de igualdade entre os indivíduos para independência e segurança na participação política. A democracia implica em liberdade e liberdade implica em igualdade, tornando necessário tratar de forma desigual aqueles que hoje concentram privilégios, para que a liberdade de alguns, não seja sacrificada para garantir a liberdade de outros, que geralmente representam uma minoria (HELD, 1987).

Pateman indicava que os indivíduos e suas instituições não podiam ser considerados separadamente, pois para existir um governo democrático é necessária uma sociedade participativa, onde todos os sistemas políticos tenham sido democratizados e onde a participação pode ocorrer em todas as áreas. Held (1987) apontava a necessidade de uma dupla democratização, tanto do poder do Estado quanto da estrutura da sociedade civil, que deveriam se tornar condição para o desenvolvimento democrático um do outro.

Em resumo, no modelo de democracia participativa de Pateman, a participação política ocorre na tomada de decisões e a igualdade política está relacionada com a equidade no poder decisório.

Pode-se caracterizar o modelo participativo como aquele onde se exige o *input* máximo (a participação) e onde o *output* inclui não apenas as políticas (decisões), mas também o desenvolvimento das capacidades sociais e políticas de cada indivíduo, de forma que existe um “*feedback*” do *output* para o *input*. (PATEMAN, 1992, p. 62)

A ênfase dada na função educativa da participação política coloca em xeque a preocupação com a estabilidade do sistema político da teoria representativa. Como o indivíduo aprende participando, as tendências para atitudes antidemocráticas são reduzidas e o processo decisório se torna cada vez mais eficaz. Se os indivíduos fossem previamente educados a participar, não seriam perigo para estabilidade do sistema político (PATEMAN, 1992, p. 139).

Apesar de mais próximos ao modelo clássico de democracia, os modelos de democracia participativa também possuem limitações⁸. Held (1987, p.237) apontava que faltam melhores explicações de como poderia ser implementado e mantido o

⁸ A partir de Pateman, foram desenvolvidos outros modelos de democracia participativa, como a teoria de Barber, em 1984, e as teorias deliberativas, inspiradas na Teoria da Ação Comunicativa de Habermas, a partir da década de 1990.

sistema – visto que a participação política ocorria geralmente de forma presencial através da realização de assembleias, o que não permitiria a participação de todos – assim como do que fazer com os indivíduos que ficassem em piores situações ou que não desejassem participar, e de como limitar o poder se a sociedade não o utilizasse de forma democrática.

Conforme alertava Santos (2002, p. 74-75), a democracia participativa não está imune ao perigo de perversão e descaracterização. Já Silva (2009, p. 49-50) mencionava que, dentre as críticas sobre os modelos participativos, estão as que apontam no perigo de gerar um tipo ideal de cidadão participante que, no limite, seria totalitário, e de que o aumento da participação poderia se distorcer em uma tirania da maioria, ou seja, na violação dos direitos individuais ou de grupos em nome do quantitativo de opiniões dominantes.

Complementarmente, o autor também cita outros conjuntos de críticas que denunciam uma visão demasiadamente positiva sobre a natureza das relações humanas, e que a colocação de diferentes visões ou posições em embate discursivo poderia não necessariamente ajudar na compreensão mútua e aumentar a cooperação dialógica, mas acirrar conflitos já existentes (SILVA, 2009, p. 50-52). Souza (2018) afirma que os conflitos de interesse não podem ser superados simplesmente com comunicação, sendo necessário um mínimo de liberdade e igualdade entre os indivíduos.

Outra crítica importante aos modelos participativos está relacionada com a sua falta de articulação com a democracia representativa. Conforme apontam diversos autores (HELD, 1987; PATEMAN, 1992; SANTOS, 2002; SILVA, 2009), ambos os modelos são compatíveis e podem ser combinados em um mesmo arranjo político, pois possuem princípios vinculados aos ideais fundamentais da democracia. Held (1987, p. 243) enfatiza alguns aspectos que são compartilhados pelas teorias participativas e representativas: a preocupação com a redução do poder arbitrário e da capacidade reguladora até o mínimo possível; a crítica ao caráter burocrático, desigual e repressor do Estado; a preocupação com condições políticas, sociais e econômicas para o desenvolvimento das capacidades, desejos e interesses das pessoas; as condições para que as pessoas possam ser livres e iguais.

Santos (2002, p. 75-76) defende a articulação entre as democracias representativa e participativa como uma solução para a crise vivenciada. Segundo o autor, existem duas formas possíveis de combinação: a de coexistência, que consiste

na convivência em níveis diversos, e a de complementaridade, na qual há uma articulação mais profunda entre os dois modelos. Há indicativos que “a coexistência, prevalece nos países centrais, enquanto a segunda, a complementaridade, começa a emergir nos países semiperiféricos e periféricos” (SANTOS, 2002, p. 76).

Atualmente, é possível identificar dispositivos participativos funcionando em democracias representativas. Entretanto, a democracia participativa, na sua essência, enfrenta dificuldades de inserção na democracia representativa hegemonicamente praticada pelo Estado. De acordo com Souza (2018, p. 325), são injetadas apenas doses de democracia participativa, que muitas vezes têm seus propósitos subvertidos, prevalecendo a democracia representativa no sistema político. O autor enfatiza que se mantém no contexto brasileiro a participação política secundarizada e a predominância das decisões técnico-políticas (SOUZA, 2018, p. 166-167).

2.1.4 O modelo de democracia digital

A partir da década de 1990, período de inserção das TIC na sociedade, essa nova infraestrutura tecnológica foi considerada como uma oportunidade a ser aproveitada para ampliar a participação da sociedade na política⁹. Silva (2009, p.103-106) descreve três inovações das TIC que proporcionaram ao Estado uma oportunidade para melhorar sua relação com a sociedade. A primeira é relacionada com a possibilidade de difusão de informações pelo Estado, que passou a ser realizada de forma mais ágil, barata e eficiente¹⁰. A segunda trata do surgimento do aspecto multimídia da comunicação, o que a tornou com maior qualidade interativa. A terceira se refere à capacidade de monitoramento da comunicação pelo Estado proporcionadas pelas novas tecnologias, relacionada às possibilidades de controle e identificação do cidadão (como perfil, comportamento e suas preferências), que podem ser utilizadas para constante aprimoramento das ferramentas comunicacionais.

Estas inovações, relacionadas mais diretamente com o processo de comunicação do Estado com a sociedade, indicam que as TIC podem ajudar na

⁹ Nas próximas partes será especificado mais profundamente sobre a relação entre a inserção das TIC na sociedade e a atuação do Estado.

¹⁰ O autor ressalta que isso não anuncia o fim dos agentes intermediários, pois estes são importantes para que a informação chegue ao cidadão, por organizarem e a tornarem inteligível, por promoverem credibilidade e por influenciarem a opinião pública (SILVA, 2009, p. 104).

desejável aproximação da esfera civil à esfera política. Segundo Souza (2018, p. 332), as TIC viabilizariam a possibilidade de exercício da democracia clássica no mundo atual. Já Morosov (2019, p. 170) complementa que essas novas ferramentas tecnológicas poderiam recuperar a confiança das novas gerações nos sistemas políticos tradicionais e nas instituições vigentes. Surgem, assim, os **modelos de democracia digital**, que podem ser definidos como:

[...] qualquer forma de emprego de dispositivos (computadores, celulares, *smartphones*, *palmtops*, *ipads*...), aplicativos (programas) e ferramentas (fóruns, *sites*, redes sociais, mídias sociais...) de tecnologias digitais de comunicação para suplementar, reforçar ou corrigir aspectos das práticas políticas e sociais do Estado e dos cidadãos, em benefício do teor democrático da comunidade política. (MAIA, GOMES, MARQUES, 2017, p. 25-26)

Por teor democrático, os autores se referem aos aspectos que poderiam ser mediados por tecnologias digitais, como a garantia e/ou aumento da liberdade de expressão, da transparência pública ou *accountability*, das experiências de democracia direta, dos instrumentos e oportunidades de participação do cidadão, do pluralismo e representação das minorias, e de consolidação dos direitos de indivíduos (MAIA, GOMES, MARQUES, 2017, p. 26). Em outras palavras, os modelos de democracia digital se referem ao uso de TIC para aumentar as potencialidades de participação da sociedade na condução das questões do Estado (GOMES, 2005, p. 217). Segundo Lévy (1999, p. 186):

A verdadeira democracia eletrônica consiste em encorajar, tanto quanto possível – graças às potencialidades de comunicação interativa e coletiva oferecidas pelo ciberespaço –, a expressão e a elaboração dos problemas da cidade pelos próprios cidadãos, a auto-organização das comunidades locais, a participação nas deliberações por parte dos grupos diretamente afetados pelas decisões, a transparência nas políticas públicas e sua avaliação pelos cidadãos.

Consideradas as interpretações sobre os modelos de democracia digital, é possível afirmar que seus princípios estão mais próximos aos modelos de democracia participativa, que defendem uma aproximação entre Estado e sociedade, do que aos modelos de democracia representativos. Entretanto, atualmente, é possível identificar modelos híbridos de democracia, que combinam sistemas representativos e participativos com interações *on-line* e *off-line* (MOROSOV, 2019, p. 169).

Conforme aponta Gomes (2005, p. 221), “apesar das enormes vantagens aí contidas, a comunicação *on-line* não garante instantaneamente uma esfera de discussão pública justa, representativa, relevante, efetiva e igualitária”. Silva (2009, p.

244-245) alerta que se deve evitar análises simplistas de causa-efeito em relação às potencialidades democráticas das TIC, pois há vários fatores complexos envolvidos na relação entre tecnologia e política, como a produção de formas hierárquicas ou de relações verticalizadas no fluxo de informação e interação no ambiente *on-line*, e o uso das TIC para fins não democráticos.

Lévy (1999) já alertava para a duplicação de formas institucionais habituais no ciberespaço e que, a articulação entre os espaços físico e virtual não devem consistir simplesmente em eliminar formas territoriais para substituí-las. Desta forma, não surpreende que os modelos de democracia digital acabem por reproduzir o sistema político tradicional, assim como suas deficiências, sem apresentar genuína abertura para participação da sociedade (MAIA, GOMES, MARQUES, 2017; GOMES, 2005).

Deve-se lembrar que as TIC são ferramentas à disposição para a ação de agentes sociais, e que, aparentemente, tanto a sociedade quanto o Estado não conseguiram aproveitar suas potencialidades democráticas (GOMES, 2005b, p. 75). Wolton (2012, p. 184-187) afirma que a democracia digital limita à técnica a capacidade de resolver os problemas sociais ou políticos, esquecendo que a comunicação depende também da ordem cultural e social. O progresso técnico não garante o progresso comunicativo, pois o desafio não é a aproximação dos indivíduos, mas a administração das diferenças (WOLTON, 2012). Desta forma, a disponibilidade de novas técnicas não é suficiente para a transformação política desejada.

2.1.5 Considerações sobre os modelos de democracia

Esta parte procurou identificar a relação entre a democracia, entendida como uma forma de regime político na qual o poder está nas mãos do povo, e a participação da sociedade na política, a partir da análise de diferentes modelos democráticos – o clássico, o representativo, o participativo e o digital. Com a especificação das características e críticas de cada um destes modelos de democracia, procurou-se demonstrar que ambos modelos possuem contribuições relevantes para a aproximação da sociedade na esfera política, conforme será retomado a seguir.

A partir da análise do modelo de democracia clássico de Atenas, destaca-se a dificuldade de se implementar este mesmo sistema político na sociedade atual. Por um lado, além das dificuldades de escala para a participação de um amplo público de forma direta e presencial, o modelo não demonstra alternativas para controle do poder

do povo, que, conforme apontado, tende a ser instável. A desigualdade social vivenciada atualmente, que é ainda mais intensa na realidade brasileira, também representa um obstáculo, por nem todos estarem nas mesmas condições para participar, o que também foi constatado no caso de Atenas pela exclusão de grupos sociais nas decisões políticas. Por outro lado, o modelo reafirma a importância de que a sociedade deveria possuir interesse em participar dos assuntos públicos e ter oportunidades iguais de se manifestar, assim como a necessidade de escolha de representantes para tratar de determinados assuntos que demandam habilidades específicas. Esse último aspecto indica que a representatividade também está presente na democracia clássica.

Em relação ao modelo de democracia representativo, o primeiro aspecto a ser apontado é a sua compatibilidade com a economia capitalista, com os princípios liberais e com o tamanho das cidades, fatores que fortaleceram sua hegemonia na atuação dos Estados. A participação política limitada, característica deste modelo, restrita ao período eleitoral e justificada pela estabilidade do sistema, pode ser considerada demasiadamente radical e perigosa. Ao contrário do que apontam seus defensores, a sociedade possui sim capacidade decisória, pois os assuntos do Estado são questões de seu interesse e relacionados com sua vida diária. Ressalta-se que é possível adotar procedimentos alternativos para ampliar a participação política, mesmo em sociedades maiores. O fato de o modelo não impor limites ao poder do Estado, acaba por facilitar a dominação por grupos ou indivíduos, o que iria no sentido contrário à democracia clássica, do poder estar concentrado nas mãos do povo.

Já o modelo de democracia participativa, ao resgatar princípios clássicos da democracia que foram ignorados pelas teorias representativas, trazem novos aspectos para o debate. Os benefícios da participação da população, ampliada para o âmbito decisório, e a sua função educativa, principalmente ao ser praticada na escala local, são apontados como essencial para a estabilidade do sistema participativo. Porém, a necessidade de um mínimo de igualdade entre os indivíduos para participação torna o modelo um tanto utópico em uma sociedade capitalista, que produz e reproduz desigualdades. Outras deficiências – como a ausência de definição de procedimentos para ampliar a participação política, de limites do poder do povo, de um sistema que coordenasse os conflitos iminentes, e de uma articulação com o sistema representativo praticado – tornaram o modelo questionável e de difícil implementação.

O modelo de democracia digital surgiu com princípios que tinham muito em comum com as teorias participativas, visto as potencialidades das novas tecnologias para ampliação do envolvimento da população na política. Contudo, na sua implementação, acabou por reproduzir o modelo representativo, demonstrando que a dificuldade em aproximar sociedade e Estado não é uma questão de técnica, e sim de ordem social e cultural. Deve-se desejar mudanças, para que as oportunidades possam ser aproveitadas. Também, a desigualdade de acesso às TIC escancarou que nem todos os segmentos sociais possuem as mesmas condições de participar.

Diante do exposto, pode-se afirmar que a forma de participação política sofre mudanças conforme ocorrem alterações nas formas de comunicação da sociedade. No início, as populações urbanas em menores proporções possibilitavam ampla participação presencial. Com o aumento populacional e diante de uma sociedade mais complexa, a representatividade se torna a forma mais atrativa de participação da sociedade nas decisões políticas. Mesmo com o progressivo desenvolvimento dos meios de comunicação, o diálogo entre Estado e sociedade é reduzido. Com a disseminação das TIC, a democracia com ampla participação política volta a ser uma possibilidade, visto sua capacidade de complementar o presencial. Entretanto, o modelo representativo com participação política limitada permanece predominante e são aprofundadas as desigualdades de acesso aos espaços decisórios. Desta forma, identifica-se um descompasso entre a evolução das formas de comunicação e os avanços da participação política, que foram muito inferiores diante do potencial comunicacional atingido.

2.2 A REALIZAÇÃO E A MANIFESTAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

Esta parte tem como objetivo se aproximar do tema central desta pesquisa, ao abordar especificamente a participação política e suas formas de realização e manifestação. Ao longo desta parte são apresentados os conceitos gerais relacionados ao termo participação política, seus ganhos sociais, os tipos de processos participativos realizados pelo Estado, as potencialidades e fragilidades dos métodos presenciais e virtuais, a variação da participação política alcançada, as formas de avaliação dos processos participativos, os estudos desenvolvidos associados com o tema e, por fim, alguns exemplos de processos participativos realizados. Para isso, as três primeiras partes se fundamentam em autores que

abordam o tema em foco, a segunda parte relata estudos realizados e a terceira parte demonstra experiências profissionais vivenciadas por esta autora durante a pandemia da Covid-19, por fomentar reflexões e contribuir com o debate. Ao final, será realizada uma síntese do conteúdo desenvolvido que contribui com o estudo proposto por esta pesquisa.

2.2.1 O que é e como é alcançada a participação política

De forma geral, o termo participação política se refere à participação da sociedade civil na esfera política. Na literatura, há inúmeras variações do termo, que, de forma geral, compartilham do mesmo significado¹¹. Segundo Villaça, se entende como participação política “o conjunto de pressões que a ‘população’ exerce sobre o poder político, por ocasião da tomada de importantes decisões de interesse coletivo” (2005, p. 50).

A participação política é um direito inalienável de todo cidadão (SOUZA, 2018, p. 334). É uma redistribuição de poder, que permite aos cidadãos que atualmente estão excluídos da política, a serem deliberadamente incluídos nas decisões relacionadas com o futuro (ARNSTEIN, 1969, p. 216). Valores como a igualdade e liberdade estão associados com a participação política, pois assegura que nenhum homem seja senhor do outro, aumenta a sensação de controle do indivíduo em relação ao ambiente em que vive e ascende o sentimento de pertencimento a uma comunidade (PATEMAN, 1992, p. 41).

Parto do princípio de que na efetiva participação política, os reflexos são positivos tanto para o Estado quanto para sociedade. Os planejadores se aproximam das comunidades e os cidadãos da realidade político-econômica, o que promove uma aprendizagem mútua ao compartilharem experiências e pontos de vista (INNES, BOOHER, 2004)¹². O trabalho conjunto de diferentes atores minimiza erros, resultando em decisões aprimoradas e muitas vezes inovadoras, melhor

¹¹ Participação cidadã, participação cívica, participação popular, participação pública, participação social, entre outros. Optou-se por utilizar o adjetivo ‘política’ para caracterizar a participação, pelo foco da pesquisa ser a participação da esfera civil nas decisões políticas em processos promovidos pelas instituições estatais.

¹² Estes autores são teóricos do planejamento colaborativo. Resumidamente, nesta teoria o planejamento atua como mediador entre os diversos grupos e há uma reformulação da relação entre Estado e sociedade, que passa a ser baseada na confiança e que utiliza o debate como elemento básico de comunicação.

compreendidas e aceitas pelos participantes, que, por sua vez, se sentem mais responsáveis e comprometidos com os resultados obtidos (SOUZA, 2018, p. 333-334). Outros benefícios que podem ser apontados é o crescimento de capital social¹³ e da capacidade cívica dos participantes, que creem mais na sua capacidade de fazer a diferença (INNES, BOOHER, 2004).

Em síntese, a participação política aproxima os centros de poder, aumenta a sensação de eficácia política, prioriza os problemas coletivos, promove o desenvolvimento humano e contribui na formação de cidadãos ativos e informados. Os ganhos sociais adquiridos com a participação política não podem ser ignorados. É através dos processos participativos, seja promovido pelo Estado ou por outras entidades, que esses benefícios podem ser alcançados.

A maior parte dos processos participativos realizados pelo Estado são presenciais e apresentam uma diversidade de nomes, conforme variam seus processos internos¹⁴. Rowe e Frewer (2000, p. 8-9) descrevem oito métodos participativos, que, segundo os autores, estão mais formalizados: audiências públicas/enquetes, referendos, pesquisas de opinião pública, negociação de regras, conferência para consensos, painéis ou juris populares, comitê consultivo público, e grupo focal. Dentre os métodos, serão especificados aqueles considerados mais relevantes para a pesquisa: audiências públicas/enquetes, referendos, pesquisas de opinião pública, conferência para consensos e painéis ou juris populares.

As audiências públicas/enquetes são apresentações em fórum aberto, que podem durar por muito tempo, nas quais um número limitado de participantes, condicionado pelo tamanho do local, expressa suas opiniões. Os referendos são caracterizados pelo voto, em momento único, entre uma gama de opções, podendo alcançar uma boa representatividade de participantes. As pesquisas de opinião pública são utilizadas geralmente para coleta de informações, em momento único e com duração breve, na qual os participantes, que podem compor uma amostra representativa, devem responder a uma variedade de perguntas. As conferências para consensos são reuniões que podem durar muito tempo, normalmente abertas ao

¹³ O conceito de capital social pode ser definido como “relações de proximidade no espaço físico (geográfico), sustentadas e perpetuadas por indivíduos que compartilham, de forma direta e diária, opiniões, valores e objetivos que possibilitam a construção de redes e a colaboração recíproca” (MAIA, GOMES, MARQUES, 2017, p. 67).

¹⁴ Conforme experiência da autora, são alguns deles: audiências públicas, fóruns, plenárias, conferências, congressos, assembleias, seminários, oficinas, grupos de trabalho, reuniões temáticas, dinâmicas de grupo, discussões, entre outros.

público em geral, em que especialistas são questionados sobre determinado tema apresentado previamente. Já os painéis ou juris populares podem perdurar por vários dias, na qual pequenos grupos de especialistas, selecionados para representar a população, são questionados sobre determinado assunto.

O poder público também tem utilizado as TIC como mais um meio de diálogo com a sociedade civil. É possível afirmar que atualmente os *sites* e portais oficiais governamentais disponíveis na *internet* são o principal meio de comunicação entre essas duas esferas (MAIA, GOMES, MARQUES, 2017, p. 121). Slaviero et al. (2012, p. 21), após análise de alguns autores, identificaram os seguintes componentes das TIC cujas funcionalidades remetem à interação do Estado com o cidadão: *chat*, perfil, fórum, debate, disponibilização de informações, petição, reunião, questionário, enquete, votação, alerta. Serão especificados apenas os componentes considerados relevantes para esta pesquisa: *chat*, fórum, debate, reunião, questionário, enquete e votação.

O *chat* e fórum são espaços para discussão livre entre participantes, o primeiro geralmente sem foco em um único assunto, enquanto o segundo com foco em um tópico pré-estabelecido. O debate é um espaço para discussão e votação sobre um determinado tópico e a reunião um espaço de troca de opiniões entre cidadãos e representantes políticos, que podem ser realizadas em tempo real ou não. O questionário é um conjunto de questões a serem respondidas pelos cidadãos como forma de consulta a estes, enquanto a enquete é uma pergunta única a ser respondida. A votação é um espaço virtual, de caráter oficial, disponibilizado para voto, com segurança garantida.

Tendo em vista a variedade de métodos participativos, tanto presenciais quanto virtuais, é necessário enfatizar que, para sua seleção, deve-se levar em consideração uma variedade de aspectos como objetivos que se pretende obter, perfil dos participantes e disponibilidade de recursos. Há várias formas de se desenvolver um processo participativo, como também há inúmeros fatores externos que podem interferir na sua realização (clima, eventos paralelos, funcionamento de *softwares*, entre outros).

No entanto, há determinadas etapas que devem ser cumpridas para a realização de um processo que pretende ser efetivamente participativo. Em suma, a partir das considerações de Rowe e Frewer (2000) e Abelson et al. (2003) foram identificadas sete etapas de um processo participativo:

- Definição dos objetivos que se pretende atingir com o processo;
- Determinação do método a ser realizado;
- Divulgação e emissão de convites à sociedade civil;
- Realização do processo participativo;
- Compilação das contribuições realizadas;
- Aproveitamento das contribuições da sociedade civil;
- Realização de *feedback* à população.

Entretanto, a maior parte dos processos participativos acaba por não cumprir todas estas etapas, principalmente as que sucedem a realização da coleta de contribuições, tornando a participação da sociedade civil nas decisões políticas bastante fragilizada.

2.2.2 Os obstáculos à participação política

Aparentemente, o principal motivo apontado para a baixa participação política da sociedade é o uso incorreto dos métodos participativos (INNES, BOOHER, 2004, p. 420), dentre outras barreiras que serão expostas adiante. Importante enfatizar que a efetividade da participação política é fundamental para que a população se interesse pelos processos participativos.

Se as pessoas sabem que existem oportunidades para participação efetiva no processo de tomada de decisões, elas provavelmente acreditarão que a participação vale a pena, provavelmente participarão ativamente e provavelmente, além disso, considerarão que as decisões coletivas deveriam ser obedecidas. Por outro lado, se as pessoas forem sistematicamente marginalizadas e/ou mau (sic) representadas, elas provavelmente acreditarão que apenas raramente seus pontos de vista e preferências são levados a sério, pesados com igualdade juntamente com os de outros ou avaliados em um processo que seja justo. (HELD, 1987, p. 233).

Contudo, não basta um processo participativo possibilitar verdadeiro poder decisório para que a sociedade se sinta compelida a participar. É possível identificar níveis variados de motivação da sociedade ao longo de um processo, mesmo que este possibilite efetivo envolvimento social na tomada de decisões. O interesse da sociedade no início do processo pode ser maior e diminuir ao longo do tempo, ou vice-versa, e determinadas etapas podem ser mais atrativas que outras, registrando índices maiores de participação. Esta variação pode ser evitada se identificadas as possíveis barreiras para a participação política.

Souza (2018, p. 387-388) resume os obstáculos para a participação em três problemáticas: implementação (deficiências técnicas e organizacionais, boicotes internos e externos), cooptação (deformação do esquema participativo) e desigualdade (dificuldades inerentes à condição de vida da população mais pobre). Gomes (2005b, p. 61) complementa que também é preciso estar em condições de participar, o que demanda fatores cognitivos (acesso a informações e conhecimento), culturais (cultura política, significados e valores compartilhados) e instrumentais (meios e modos que assegurem as oportunidades de participação política).

É possível sintetizar que as barreiras para a participação política estão relacionadas tanto com as técnicas necessárias, quanto com os atores políticos e sociais envolvidos. As técnicas estão relacionadas com o método de representação, comunicação e informação com a população. Já os fatores políticos se referem a abertura ao diálogo e a neutralidade do Estado, que muitas vezes é limitada e comprometida. A diversidade social e cultural da sociedade também deve ser considerada, pois são características inerentes que dificultam ou impedem uma ampla participação. Se forem identificados obstáculos em algum destes aspectos, o processo não atingirá o mais alto nível de participação política.

Cada tipo de processo participativo possui vantagens e desvantagens específicas. Os métodos presenciais promovem um maior nivelamento e aprendizagem dos participantes, mas também possuem limitações históricas e inerentes de seu formato (INNES, BOOHER, 2014; HORELLI, 2002; SOUZA, 2018). Por haver local e horário fixos para participação, a presença de determinados grupos sociais acaba sendo dificultada. A predominância da linguagem técnica e a limitação da discussão em temas pré-definidos, geralmente relacionados a propostas previamente aprovadas, acabam por afastar a população por não se identificarem com os assuntos abordados. O ambiente acaba sendo de combate, com o público localizado em posição inferior e dividido entre políticos, profissionais e leigos. Os planejadores não amenizam a situação de embate e de dominação de determinados grupos de interesse, se limitando ao papel de detentores do conhecimento técnico, e não de consultores populares que atuam na mediação de interesses. De forma geral, as propostas resultantes não são qualificadas, pelos aspectos já mencionados e também por demandar frequência dos participantes e haver limitação de tempo para as manifestações orais. Há também dificuldade para a inserção das propostas, por

serem registradas em atas que geralmente não representam fielmente o ocorrido, acarretando em uma maior ausência de *feedback* à população.

Estas limitações dos métodos presenciais parecem ser, em parte, superadas ou compensadas pelos processos participativos mediados pelas TIC. Dentre as vantagens dos métodos virtuais estão: a superação dos limites de tempo e espaço; maior comodidade, conforto e conveniência; menor custo; oportunidade para vozes minoritárias ou excluídas; maior interatividade e interação; maior extensão e qualidade de informações; ausência de filtros e controles (GOMES, 2005b, p. 66-69). Entretanto, os métodos virtuais também possuem desvantagens: desumanização das relações sociais; inferior produção de conhecimento e nivelamento da população; desigualdade no acesso às tecnologias que impede a participação de alguns; demanda de capacitação, disponibilidade, investimento e manutenção para uso das ferramentas; controle e monitoramento das informações por um seleto grupo de pessoas; distorção e manipulação das informações (GOMES, 2005b, p. 70-75).

Visto isso, é possível afirmar que ambos os métodos participativos (presencial e virtual) possuem qualidades e deficiências, portanto não há um método mais eficiente do que o outro. Por esse motivo, tende-se a concordar com Rowe e Frewer (2000, p. 24) que acreditavam ser mais apropriada a técnica híbrida de métodos mais tradicionais, na qual um mecanismo complementa o outro, potencializando, desta forma, a participação da sociedade civil.

2.2.3 Como pode ser avaliada a participação política

Sabe-se que há uma variação de participação política nos processos participativos realizados pelo Estado, o que acaba por refletir o modelo democrático praticado. Souza (2018, p. 338) aponta que a participação política geralmente existente nas democracias representativas seria a participação consultiva (restringida a apenas ouvir os envolvidos), enquanto nas democracias participativas a participação política seria deliberativa (na qual os envolvidos tomam, de fato, as decisões). Já Arnstein (1969, p. 216) aponta que existe uma grande diferença entre passar por um ritual vazio de participação e de ter o real poder necessário para afetar o resultado do processo. Desta forma, Arnstein (1969, p. 217) define uma Escada de Participação para auxiliar na análise dos processos participativos, na qual quanto mais alto o

degrau, maior a extensão de poder dos cidadãos na determinação do produto final. São oito os degraus da Escada de Participação proposta por Arnstein (1969):

- **Manipulação (1) e Terapia (2):** correspondem aos degraus de não participação, possui como real objetivo permitir que os detentores de poder coajam os participantes. A Manipulação é a persuasão dos participantes pelos detentores de poder, e a Terapia é o ajuste dos valores e atitudes dos participantes, como se fosse uma sessão de terapia, para que estejam em conformidade com os interesses em voga.
- **Informando (3), Consulta (4) e Apaziguamento (5):** relacionados aos degraus de tokenismo, na qual os cidadãos têm o poder de ouvir e de serem ouvidos, mas sem garantia de que seus pontos de vista serão atendidos. O degrau Informando se limita ao ato de simplesmente informar os participantes, a Consulta se resume às pesquisas de opinião, e o Apaziguamento permite o aconselhamento dos participantes, fazendo com que se sintam mais ouvidos.
- **Parceria (6), Poder Delegado (7) e Controle do Cidadão (8):** são os degraus de poder do cidadão, na qual os participantes possuem poder na tomada de decisão. Na Parceria, os participantes podem negociar com os detentores de poder, possuindo níveis iguais de poder na tomada de decisão. Já no Poder Delegado o poder é cedido aos participantes, e no Controle do Cidadão o participante possui controle total da tomada de decisão. Nestes últimos degraus os participantes possuem maior poder decisório do que os detentores de poder.

A Escada de Participação de Arnstein (1969) demonstra claramente a variação do poder decisório da sociedade civil perante o Estado. De forma a adaptar o modelo para a realidade brasileira, Souza (2018, p. 207) propõe uma classificação alternativa denominada Escala de Avaliação, também com oito graus, na qual a participação política varia da não-participação a participação autêntica:

- **Coerção (1) e Manipulação (2):** são os graus da não-participação, representam a falta de intenção de diálogo com a sociedade. Na Coerção as decisões são impostas, e na Manipulação a população é induzida a aceitar as decisões impostas.
- **Informação (3), Consulta (4) e Cooptação (5):** referem-se aos graus de pseudoparticipação, em que há uma ilusão de participação. Na Informação o Estado informa sobre as decisões tomadas e na Consulta a sociedade é

apenas consultada antes da tomada de decisões, mas sem garantia de que sua opinião seja considerada. Na Cooptação apenas alguns indivíduos são ouvidos, compondo instâncias permanentes que novamente não possuem real poder decisório, correndo o risco de serem domesticadas e/ou desmobilizadas.

- **Parceria (6), Delegação de Poder (7) e Autogestão (8):** relacionados com os graus de participação autêntica, na qual a sociedade possui real poder decisório. Na Parceria, Estado e sociedade civil colaboram em um ambiente de diálogo e razoável transparência para as tomadas de decisão, e na Delegação de Poder, o Estado abdica de algumas atribuições em favor da sociedade civil. Estes dois graus representam situações de co-gestão entre Estado e sociedade civil. Já na Autogestão, não há uma instância de poder acima da sociedade, o Estado desaparece e a sociedade civil passa a tomar todas as decisões.

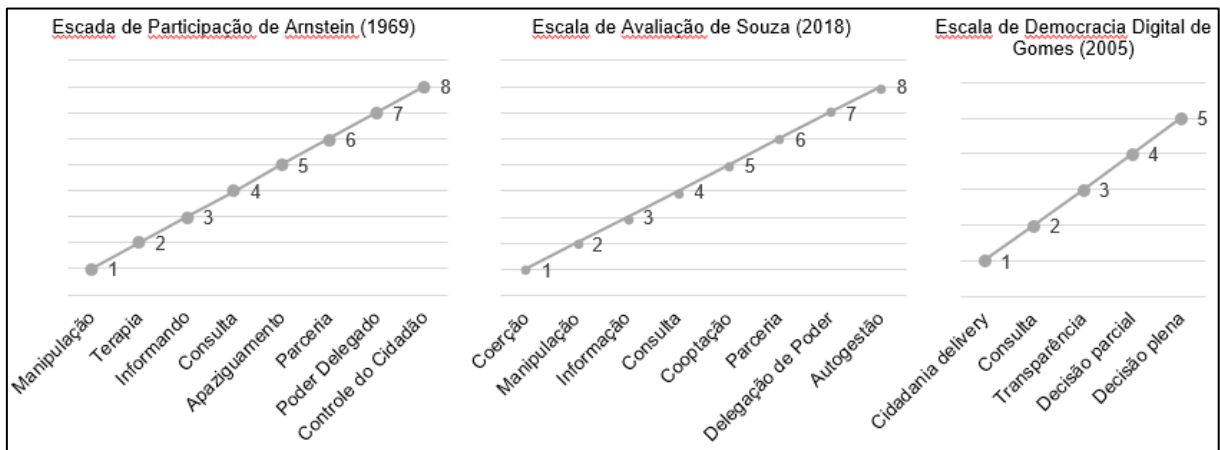
Já Gomes (2005, p. 218-219) desenvolveu uma Escala de Democracia Digital que possui cinco graus para avaliar os processos participativos mediados por TIC:

- **Cidadania *Delivery* (1):** Estado disponibiliza serviços públicos no ambiente virtual para acesso do cidadão;
- **Consulta (2):** Estado utiliza o ambiente virtual para consultar o cidadão sobre determinados assuntos políticos;
- **Transparência (3):** Estado adquire alto nível de transparência para com o cidadão;
- **Decisão Parcial (4):** corresponde à combinação dos modelos de democracia representativa e democracia participativa, com o Estado mais aberto à participação popular e a esfera civil com oportunidade para decidir em alguns temas;
- **Decisão Plena (5):** representa o modelo de democracia direta, na qual a esfera política desaparece, sendo a própria esfera civil responsável pelas decisões políticas.

A partir destas escalas de participação política (Gráfico 1) é possível concluir que há uma significativa variação de poder decisório da sociedade no Estado democrático, tanto em processos participativos presenciais quanto virtuais. Observa-se que, em uma mesma instância política, podem ser identificados processos participativos com níveis variados de participação política. Isso ocorre porque cada

processo participativo possui determinados objetivos a serem alcançados que, muitas vezes, necessitam de um maior ou menor grau de envolvimento da sociedade civil.

Gráfico 1 – Escalas de participação política



Fonte – Elaborado por Tosin, 2020, a partir de Arnstein (1969), Souza (2018) e Gomes (2005).

Nesta discussão sobre a variação da participação política, a avaliação da efetividade dos processos participativos torna-se um ponto de grande relevância. Há uma ampla literatura de autores que debatem sobre o tema, com diferentes abordagens. Nesta Pesquisa, foram selecionados os métodos de Abelson et al. (2003) e Rowe e Frewer (2000).

No estudo desenvolvido, Abelson et al. (2003) analisaram distintos processos participativos identificados em trabalhos de diversos autores renomados. Após esta análise, os autores estabeleceram quatro Elementos Básicos para projeto e avaliação destes processos, são eles (ABELSON et al., 2003, p. 244):

- **Representação:** diz respeito ao alcance que o processo participativo obteve, vinculada aos princípios de legitimidade e justiça social;
- **Procedimentos:** se referem aos aspectos metodológicos que o processo participativo apresenta, que devem garantir uma esfera de debate legítima, justa e igualitária;
- **Informação:** está relacionada principalmente com a forma e qualidade em que é emitida e recebida pelos participantes;
- **Resultados:** estão vinculados com o nível de responsividade e de absorção das contribuições do público no produto final.

Para cada um destes elementos básicos, Abelson et al. (2003, p. 245) mencionaram diversos subitens para guiar sua análise. Os Critérios de Avaliação

estabelecidos por Rowe e Frewer (2000) parecem resumir de forma mais clara os subitens de análise sugeridos por Abelson et al. (2003). Rowe e Frewer (2000) agruparam os Critérios de Avaliação da eficácia de métodos participativos em dois grupos: Critérios de Aceitação e Critérios de Processo. Compõem os Critérios de Aceitação (ROWE, FREWER, 2000, p. 12-15):

- **Representatividade:** os participantes devem compreender uma amostra significativamente representativa da população;
- **Independência:** o processo participativo deve ser conduzido de maneira independente e imparcial;
- **Envolvimento Precoce:** o público deve se envolver o mais cedo possível no processo;
- **Influência:** o resultado do procedimento deve ter um genuíno impacto na política;
- **Transparência:** o processo deve ser transparente para que o público possa ter conhecimento do que está acontecendo e de como as decisões estão sendo tomadas.

Já os Critérios de Processo são os seguintes (ROWE, FREWER, 2000, p. 15-17):

- **Acessibilidade de Recursos:** os participantes devem ter acesso aos recursos apropriados para que cumpram com sucesso suas tarefas;
- **Definição de Tarefa:** a natureza e o escopo da tarefa de participação devem ser claramente definidos;
- **Tomada de Decisão Estruturada:** o processo participativo deve usar e/ou fornecer mecanismos apropriados para estruturar e exibir o processo de tomada de decisão;
- **Relação Custo-Efetividade:** o procedimento deve, em certo sentido, apresentar certo custo-benefício.

Considera-se que os métodos de avaliação dos processos participativos de Abelson et al. (2003) e Rowe e Frewer (2000) se complementam. Os quatro Elementos Básicos propostos pelo primeiro grupo de autores são bastante abrangentes e relacionados aos aspectos gerais de um processo participativo, enquanto que o segundo grupo de autores propõem Critérios de Avaliação mais específicos de

análise, que se enquadram perfeitamente nos elementos de avaliação propostos pelo primeiro grupo.

Ressalta-se que não há consensos entre os autores supracitados de qual método avaliativo é mais efetivo, visto que há divergências sobre quais características os processos participativos devem apresentar para atingirem maiores níveis de participação política, assim como é difícil a comparação entre os diferentes métodos empregados, como exposto anteriormente. Sendo assim, a forma de avaliação deve ser estruturada considerando as características do processo participativo em foco, de forma que os resultados obtidos se aproximem da participação política realmente atingida.

2.2.4 O que as análises sobre a participação política apontam

Como mencionado anteriormente, mesmo nos processos em que são utilizadas as TIC – que a princípio prometem uma maior aproximação entre sociedade civil e Estado; podem apresentar níveis baixos de participação política, o que torna a estruturação de um método de avaliação necessária para evitar prognósticos simplistas de causa e efeito, como já alertava Silva (2009, p. 244). Estudos foram formulados para identificar a participação política atingida com o uso de TIC pelo Estado, como será demonstrado a seguir, e vários deles apontaram que as promessas de aproximação entre a sociedade e a política não foram plenamente cumpridas.

Silva (2005, p. 458) analisou os 24 portais das capitais brasileiras disponíveis na rede através da Escala de Democracia Digital de Gomes (2005) e constatou a presença dos três primeiros graus, com predominância e maior nível de consolidação do primeiro grau de viés informativo. O autor identificou que a prestação de serviços possui maior visibilidade nos portais e que o *feedback* informativo não é eficiente, o que indica que a comunicação horizontal entre cidadão e Estado não é preocupação principal. Há deficiências em relação a transparência, prestação de contas e permeabilidade à opinião pública, basicamente limitados a ferramentas para recebimento de críticas, reclamações ou sugestões que não são publicadas no portal, e pela publicação de balanços financeiros e documentos de arrecadação fiscal, como cumprimento de exigência legal¹⁵. O autor conclui que “não há efetivas aberturas para

¹⁵ Lei complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, também conhecida por Lei de Responsabilidade Fiscal.

esta participação do cidadão nos negócios públicos por parte desses governos e não há rupturas ou inovações radicalmente inovadoras neste sentido” (SILVA, 2005, p. 465).

Quatro anos depois, Silva (2009) analisou três portais federais brasileiros de diferentes poderes (executivo, legislativo e judiciário) a partir de três requisitos democráticos (publicidade, responsividade e porosidade)¹⁶ não antagônicos ou, necessariamente, hierárquicos e integráveis. De acordo com o autor, os requisitos podem gerar uma comunicação mais ou menos densa, o que o levou a estabelecer cinco níveis comunicacionais (utilitário, informativo, instrutivo, argumentativo e decisório)¹⁷, não concorrentes e que podem ocorrer simultaneamente. Para haver uma efetiva aproximação entre Estado e cidadão, os portais deveriam cumprir com todos os requisitos e alcançar a maior variedade de níveis comunicacionais, o que não foi constatado por Silva no seu estudo de caso. Apesar de ter identificado os três requisitos em graus variados nos portais analisados, apenas a publicidade demonstrou estar bem desenvolvida nos quatro níveis comunicacionais. A responsividade e ainda menos a porosidade, não apresentaram todos os níveis comunicacionais. Houve, nos três requisitos, a predominância da comunicação informativa – apesar de deficiente em relação ao *feedback* – e menor desenvolvimento do teor argumentativo, estando ausente o nível decisório.

Segundo o autor, a priorização de determinadas formas de comunicação com os cidadãos, em detrimento de outras mais densas nos portais institucionais, não é aleatória: reflete o modelo democrático liberal praticado, indicando uma certa influência de modelos alternativos. A predominância da publicidade e do nível informativo nos portais enfatiza sua função principal de disponibilização de informações para promoção da transparência das instituições, e a deficiência ou ausência da porosidade e dos níveis argumentativo e decisórios indicam que permanece a resistência em abrir o diálogo com o cidadão.

Em estudo recente do uso de TIC pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre (PMPA), chegou-se a conclusões semelhantes (TOSIN, CAMPOS, 2020). Apesar da

¹⁶ Publicidade diz respeito ao requisito de tornar o Estado mais visível ao cidadão; responsividade, de torná-lo mais responsivo, e porosidade de torná-lo mais aberto à opinião pública” (SILVA, 2009, p. 107).

¹⁷ O nível utilitário seria uma comunicação instrumental que tem fim em si própria; o informativo se refere a troca ou exposição de mensagens; o instrutivo é uma comunicação que tem viés didático ou explicativo; o argumentativo trata de uma relação baseada na justificação; e o decisório ocorre com a coleta de opiniões dos cidadãos que compõem uma ordem a ser cumprida (SILVA, 2009, p. 109).

crescente disponibilização de plataformas digitais para comunicação com a população, desde o lançamento da primeira ferramenta institucional em 1999, foi constatado um avanço tímido na participação política mediada pelas TIC. Apesar da PMPA possuir um órgão próprio que possui infraestrutura para desenvolvimento de ferramentas digitais e da multiplicação de aplicativos para dispositivos móveis na última década, foi constatada uma repetição de funções entre as diferentes plataformas identificadas, sinalizando que nenhuma delas é elencada como prioritária para promover um diálogo entre prefeitura e sociedade. As funções predominantes constatadas foram informar e prestar serviços, referentes ao primeiro grau de democracia digital de Gomes (2005), sendo que os demais graus ou possuíam deficiências ou simplesmente não existiam.

Conclui-se que as plataformas digitais disponibilizadas pelo Estado para comunicação com o cidadão poderiam ser melhor aproveitadas para ampliação da participação política, e não serem meras ferramentas de difusão de propaganda do próprio governo, de publicação de informações para cumprimento legal e de prestação de serviços. A duplicação de práticas políticas convencionais no ambiente digital deve ser superada e as TIC precisam voltar a ser vistas como uma oportunidade para ampliar a participação política.

Entretanto, o cenário não é de todo negativo. Bugs (2019) realizou uma pesquisa que procurou avaliar (do ponto de vista da população, dos técnicos/especialistas e dos gestores públicos) novas abordagens metodológicas que façam uso das TIC para participação política no planejamento urbano, mais especificamente de ferramentas de Sistemas de Informação Geográfica (SIG). A partir da análise, a autora identificou que a população reconhece a importância da sua participação no planejamento urbano e que deseja utilizar, não possui dificuldades significativas no manuseio, e está satisfeita com as ferramentas digitais disponíveis. Já os técnicos/especialistas acreditam que as ferramentas digitais são um método eficaz para acessar e incorporar o conhecimento local no planejamento urbano, bem como tendem a utilizar novas tecnologias e estão abertos à participação do público. Já os gestores públicos estão abertos à participação do público e à utilização de novas tecnologias, apesar de não estarem totalmente preparados, e consideram que as ferramentas digitais possuem potencial para serem utilizadas na prática e subsidiar decisões de planejamento e gestão urbana. Este estudo indica que, apesar de apresentar algumas barreiras, o uso de ferramentas digitais para participação política

no planejamento urbano é visto positivamente por diferentes atores, e até mesmo desejado, ressaltando que há oportunidades não sendo aproveitadas.

É possível, no entanto, identificar exemplos de uso de ferramentas digitais voltadas para ampliar o engajamento cidadão na tomada de decisões, tanto a partir de iniciativas estatais – como o caso da Prefeitura Municipal de Teresina/PI que será demonstrado a seguir – quanto advindas da própria sociedade – como o projeto Rede Nossas Cidades, desenvolvido em 2015 pela organização sem fins lucrativos ‘Nossas’.

O objetivo do projeto Rede Nossas Cidades é fomentar e apoiar a estruturação de uma rede composta por organizações locais, que atuam de forma autônoma por um governo mais participativo. Para isso, são desenvolvidas capacitações e disponibilizadas tecnologias de mobilização que visam aumentar o potencial de impacto das redes. Atualmente o projeto mobiliza mais de 700 mil cidadãos e está presente em dez cidades brasileiras, inclusive em Porto Alegre. O Minha Porto Alegre foi fundado em 2015 e compõe uma rede de pessoas que mobilizam e fomentam as comunidades, utilizando tecnologias sociais e digitais para construir um processo mais participativo nas tomadas de decisão do governo municipal¹⁸. Atualmente o projeto acumula 16 vitórias, entre elas a aprovação da lei que proíbe a venda e o uso de canudos plásticos nos estabelecimentos comerciais de Porto Alegre¹⁹.

Assim, é possível afirmar que, apesar de estudos demonstrarem que as potencialidades das TIC para participação política não estão sendo aproveitadas, há oportunidade para desenvolvimento, interesse dos agentes e exemplos que podem ser seguidos. O uso das TIC não deve ser pensado de forma isolada, e sim integrado ao sistema de comunicação entre sociedade e Estado já existente. Os métodos virtuais devem complementar e potencializar os métodos presenciais consolidados e usualmente utilizados, aumentando a efetividade da participação política promovida. A próxima parte busca contribuir com essa reflexão, utilizando exemplos profissionais vivenciados pela pesquisadora ao longo da pandemia do Covid-19 no ano de 2020.

¹⁸ Para mais informações, acesse: <<https://www.minhaportoalegre.org.br/>>.

¹⁹ Lei nº 12.514, de 31 de janeiro de 2019.

2.2.5 O que o conhecimento empírico sugere da participação política

A experiência profissional na elaboração de planos urbanos fornece indícios de como a participação política se manifesta com o emprego de diferentes métodos participativos. A pandemia mundial da Covid-19, que teve os primeiros impactos mais significativos no Brasil a partir do mês de março de 2020, transformou radicalmente todos os aspectos da vivência humana, e não seria diferente no âmbito do planejamento urbano²⁰.

O processo de elaboração de planos urbanos é metodologicamente estruturado por encontros presenciais, teve de ser adaptado a essa nova realidade após um primeiro momento de estagnação das atividades. A ordem de ficar em casa, essencial para conter a disseminação do vírus, fez com que a preferência por contato presencial fosse deixada de lado e que as interações virtuais aumentassem significativamente, invadindo, muitas vezes, a vida privada das pessoas. A popularização das plataformas digitais de comunicação facilitou essa transição do presencial ao virtual, o que fez aumentar a confiabilidade do uso destas ferramentas.

Diante das incertezas do futuro próximo e da resistência em se utilizar meios digitais para dar continuidade a elaboração de planos urbanos, inicialmente apenas as reuniões técnicas de trabalho com menores grupos foram adaptadas ao meio virtual. Com essa mudança, foram percebidas algumas vantagens, como a possibilidade de aumentar a frequência dos encontros conforme necessidade, principalmente pela facilidade de contato, o que permitiu uma discussão mais minuciosa dos assuntos em pauta.

Entretanto, a qualidade do debate entre os participantes foi comprometida pelas limitações inerentes do ambiente virtual e das ferramentas digitais (como conexão da *internet*, manuseio da ferramenta, qualidade do áudio e imagem), o que acarretou em uma conversa menos fluída e com mais interrupções. Houve mais dificuldade de entendimento e cansaço superior, por exigir mais esforço para concentração e por se estar constantemente projetado em uma tela. Com o tempo, alguns desses reflexos negativos puderam ser amenizados com ajustes de método das reuniões (como diminuição da duração, foco nos principais temas, organização das falas), mas, geralmente, sem conseguir atingir a mesma qualidade de uma conversa presencial.

²⁰ Esta análise não inclui o caso de Teresina/PI, objeto empírico desta pesquisa, visto que ocorreu antes da pandemia mundial da Covid-19.

Mais tarde, com as análises de pesquisadores sobre o assunto de que a situação perduraria por tempo indeterminado, atividades virtuais com o envolvimento da sociedade começaram a ser programadas. No início reuniões por videoconferência com representantes da sociedade civil, que tiveram as mesmas limitações já expostas anteriormente, e mais tarde, realização de consultas e audiências públicas com a população geral.

Em relação as consultas públicas, optou-se pela aplicação de questionários virtuais. Neste caso, as dificuldades foram sentidas na preparação da atividade, por demandar mais tempo para construção de técnicas adequadas para transmissão de conhecimento, visto que no ambiente virtual o nivelamento dos participantes é limitado por terem que compreender sozinhos os temas em questão. Na etapa de desenvolvimento dos questionários alguns aspectos foram levados em consideração, como facilidade de acesso e qualidade gráfica da plataforma digital, clareza do conteúdo e linguagem didática. Esses cuidados foram tomados para atrair o máximo de participantes e evitar a exclusão de uma parcela da população, por não possuírem acesso ou familiaridade com as ferramentas digitais, por não se identificarem ou compreenderem o conteúdo.

Os reflexos positivos foram constatados ao longo da realização da atividade e com os resultados obtidos. Identificou-se que a consulta virtual atraiu mais pessoas para o debate, principalmente pela facilidade e conforto de participar, e por não precisar se expor e correr o risco de ser julgado pela sua opinião pessoal. O questionário instigou a curiosidade da sociedade e houve aumento de interesse pelo trabalho que estava sendo desenvolvido, o que ampliou a participação nas próximas atividades. As contribuições realizadas enriqueceram o debate e serviram como um termômetro da opinião da população em relação ao trabalho realizado, o que auxiliou na programação e desenvolvimento dos próximos passos necessários.

A realização de audiências públicas virtuais foi necessária para o encerramento da elaboração dos planos urbanos, visto a permanência indeterminada da pandemia. Esta atividade também apresentou aspectos positivos, principalmente por facilitar a participação, dispensar deslocamentos, não demandar necessariamente exposição pessoal e todos estarem em igual posição. Entretanto, foi constatado que no ambiente virtual é mais comum a ocorrência de interferências que possam impedir a realização da atividade, como falhas das ferramentas digitais (conexão da *internet*, transmissão do som e imagem) e conduta inadequada dos participantes (regras relacionadas à

abertura de áudio e vídeo). Ressalta-se que o ambiente virtual é mais suscetível a boicotes, sendo registradas inúmeras invasões em videoconferências privadas, acadêmicas e institucionais durante o período da pandemia.

Consideradas as experiências profissionais com métodos virtuais proporcionadas durante a pandemia do Covid-19 no ano de 2020, é possível constatar que o uso das TIC pelo Estado não possui capacidade de substituir totalmente os contatos presenciais. A experiência aponta que não é efetivo optar por um método de diálogo em detrimento do outro, pois ambos apresentam deficiências em diferentes aspectos. O diálogo entre Estado e sociedade só poderá ser potencializado com a utilização conjunta de ambos os métodos (presenciais e virtuais), que devem ser empregados considerando o objetivo que se pretende atingir, assim como suas características e limitações específicas.

2.2.6 Considerações sobre a participação política

Apesar de aparentemente haver um consenso geral de que a participação política confere inúmeros ganhos sociais, permanecem obstáculos para sua realização e manifestação efetiva. Diante da variedade de processos participativos que podem ser realizados, ampliada nas três últimas décadas com a disseminação das TIC, parece que, mais do que nunca, as possibilidades de ampliação do diálogo entre sociedade e Estado estão disponíveis para serem aproveitadas. Entretanto, mesmo que as deficiências dos métodos presenciais consolidados possam ser superadas pelas potencialidades dos novos métodos virtuais, análises sugerem que os métodos participativos não estão sendo devidamente utilizados, muitas vezes não cumprindo com todas as etapas de um processo participativo ideal.

Isso indica que a seleção de um método em detrimento de outro, ou a escolha de um conjunto de métodos, acabam por não levar em consideração fatores essenciais para que o processo participativo possa atingir uma efetiva participação da sociedade. Já os métodos utilizados, geralmente são considerados de forma isolada, não fazendo parte de uma estrutura comunicacional já existente ou consolidada. Desta forma não há maior abertura do diálogo entre Estado e sociedade, visto que os mecanismos não potencializam um ao outro, mas reproduzem deficiências inerentes de seu formato. Experiências empíricas relatadas apontam que a complementaridade

entre métodos presenciais e virtuais ampliaria a comunicação entre sociedade e Estado, intensificando a participação política.

A falta de efetividade da participação política resultante dos processos participativos, acaba por ampliar a falta de interesse da sociedade em participar. Atualmente, os processos participativos presenciais e virtuais atingem apenas os níveis mais baixos de participação política – aqui considerado como a capacidade de poder decisório dos cidadãos – como constatado em diversos estudos realizados.

Mesmo a comunicação mediada pelas TIC, que prometiam ter mais potencial para aproximar Estado e sociedade, apresentaram características predominantemente informacionais, voltadas a propaganda do próprio governo e cumprimento de exigências legais, sendo o foco principal das plataformas digitais a prestação de serviços. Por outro lado, há estudos e experiências praticadas que apontam o interesse tanto de técnicos e gestores, quanto da população, de utilizar ferramentas digitais para ampliação da participação política. Superadas as barreiras culturais e sociais, as técnicas mistas que combinam interações presenciais e virtuais devem ser incentivadas, visto sua aparente capacidade de amenizar deficiências e aproximar as esferas social e política.

2.3 O PLANEJAMENTO URBANO, A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA E A EVOLUÇÃO DAS TIC NO BRASIL

O objetivo desta parte é demonstrar o papel de diferentes atores durante as transformações sociais e políticas vivenciadas no Brasil, com foco nos eventos relacionados à política urbana, participação política e evolução tecnológica. O período inicia na década de 1990, pós aprovação da Constituição Federal, até os dias de hoje. Para isso, o conteúdo foi subdividido em três partes: (1) década de 1990 a 2000, período do governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) e de inserção das TIC; (2) década de 2000 a 2010, período final do governo FHC e início dos governos de Luís Inácio Lula da Silva (Lula) e de popularização das TIC; e (3) década de 2010 até o momento atual, período dos governos de Dilma Rousseff e de Jair Bolsonaro, e da multiconexão possibilitada pela mediação das TIC em todos os aspectos da vida humana.

2.3.1 O governo FHC e a inserção das TIC (1990-2000)

A descrição do primeiro período necessita de um preâmbulo referente à democratização do Brasil. A democracia brasileira – cujo significado está atrelado a ideia do direito a ter direitos – emergiu com a aprovação da Constituição Federal em 1988. Os movimentos sociais que lutaram pela reforma urbana, foram um dos agentes desta transição, da ditadura para um regime democrático (SANTOS, 2002).

Na década de 1970, o aumento dos problemas urbanos associado a falta de capacidade de solução das burguesias, culminou no fortalecimento dos movimentos populares, estimulados na próxima década com a oportunidade de influenciar a nova Constituição brasileira (VILLAÇA, 1999, p. 231). O Movimento Nacional da Reforma Urbana (MNRU) foi o grande protagonista, pois “unificou demandas e lutas pelo direito a cidade ou pela justiça urbana, concomitante a luta contra a ditadura e a favor da democratização do país” (MARICATO, 2014, p. 9-10). A concepção de reforma urbana defendida estava associada a criação de políticas públicas para redução da injustiça social e a um planejamento e gestão mais democráticos (SOUZA, 2018, p. 158). Observa-se que a década inicia com os movimentos sociais organizados e atuantes.

O MNRU se consolidou com a criação de uma emenda à Constituição voltada a reforma urbana, que não reivindicava Planos Diretores por estarem desacreditados (MARICATO, 2014; VILLAÇA, 1999). Nesta época, os Planos Diretores não representavam a vontade popular. Segundo Villaça (1999), sua elaboração era uma atividade intelectual, realizada por técnicos, que se resumia ao desenvolvimento de um discurso que procurava justificar ou ocultar suas intenções. O interesse das burguesias era apresentado como vontade geral, e como seu conteúdo era desvinculado das políticas públicas, da ação do Estado e dos reais problemas vivenciados pela população, poucos foram implementados.

Após um período de deliberação, a demanda dos movimentos sociais foi atendida: a emenda popular encaminhada foi introduzida na Constituição Federal como um capítulo que trata da política urbana e da função social da cidade e da propriedade (SOUZA, 2018; MARICATO, 2014). A partir da Constituição Federal, o planejamento urbano foi descentralizado para a escala municipal e a política nacional de desenvolvimento urbano passou a estar centralizada na figura do Plano Diretor.

Desta forma, apesar do avanço, a Constituição Federal continuou perpetuando a importância atribuída ao Plano Diretor, tornando-o instrumento para a viabilização

da função social da cidade e propriedade. Esta ação foi considerada uma derrota estratégica dos movimentos populares (SOUZA, 2018, p. 161) e um retrocesso de décadas, por ofuscar, novamente, questões centrais para a reforma urbana (VILLAÇA, 1999, p. 232). Conforme Villaça (1999, p. 227), a elaboração consecutiva de Planos Diretores ajudava a sustentar a ideia de que os problemas urbanos derivavam da falta de planejamento, e não do fracasso do Estado e das burguesias em solucioná-los.

Um dos reflexos da instituição da Constituição Federal foi o aumento da influência de atores sociais na política, destacando-se como um dos exemplos mais proeminentes desta abertura o Orçamento Participativo (OP). Esta ação política surgiu no município de Porto Alegre, em 1989, e foi aderida por diversas administrações municipais brasileiras e de outros países, sendo realizado até os dias de hoje. O OP visava a negociação e deliberação sobre prioridades na distribuição de recursos públicos, a partir da realização de assembleias abertas a população e da posterior atuação de um conselho que articulava as demandas sociais com a administração municipal. Possui como principais características (SANTOS, 2002, p. 66): a participação de todos os cidadãos, sem distinções; a articulação bem-sucedida das democracias representativa e participativa, em que os próprios participantes definem as regras internas do processo; a destinação de recursos a partir de critérios gerais e técnicos, possibilitando uma melhor redistribuição; e a reversão das desigualdades preexistentes de destinação dos bens públicos.

É possível apontar que, com a democratização do Brasil, o Estado começa a abrir espaço para a participação da sociedade na tomada de decisão. Inicia uma aproximação da esfera social na política. Em paralelo a esse movimento, há o surgimento de um novo sistema de comunicação, que alterou profundamente todos os aspectos da vivência humana e que oportunizou uma nova forma de ação do Estado e de sua relação com a sociedade.

Na década de 1970, as TIC foram amplamente difundidas, marcando o início da denominada Revolução das Tecnologias de Informação e Comunicação (CASTELLS, 2018; LÉVY, 1999). O desenvolvimento das TIC associado à comunicação foi orientado a partir de três princípios (LÉVY, 1999, p. 127-131): a interconexão, entendida como a necessidade de uma comunicação universal; a criação de comunidades virtuais, cujo surgimento está associado à afinidade entre os integrantes; e o aproveitamento da inteligência coletiva, considerada como a

finalidade última, possibilitada pelos dois princípios anteriores. Estes princípios oportunizam que o diálogo entre as diferentes esferas da sociedade seja mais efetivo.

Os dois marcos fundamentais dessa revolução tecnológica ocorreram duas décadas depois, nos anos de 1990. São eles: a expansão da *internet*, após sua privatização e a generalização do seu uso; e a explosão da comunicação sem fio (CASTELLS, 2018, p. 18)²¹. No Brasil, a inserção das TIC ocorreu nesta mesma década. Dentre os acontecimentos, destaca-se a venda do primeiro modelo de celular e o lançamento da Rede Nacional de Pesquisa (RNP) pelo Governo Federal, através do Ministério da Ciência e Tecnologia, que consistia em uma infraestrutura nacional para os serviços de *internet*²². O serviço da *internet*, utilizado inicialmente para fins acadêmicos, foi expandido para o público em geral em 1994, quando o acesso passou a ser realizado via Empresa Brasileira de Telecomunicações (Embratel). O número de celulares também saltou neste mesmo ano para 800 mil, com a progressiva diminuição do custo da tecnologia (ANATEL, 2020).

A disseminação destas tecnologias fez emergir uma nova forma de comunicação mundial: a comunicação por redes. As redes estruturam a comunicação na sociedade atual. Representam sistemas extremamente abertos, dinâmicos e dissemináveis, e correspondem tanto as infraestruturas físicas quanto as ações humanas que se adaptam a essa nova realidade²³. Esse novo sistema de comunicação transformou radicalmente o espaço, o tempo e a forma da vida humana.

Segundo Castells (2018, p. 88), o registro histórico das revoluções tecnológicas mostra que todas são caracterizadas por sua penetração em todos os domínios da atividade humana. Visto isso, considera-se que o espaço geográfico, na atualidade, pode ser chamado de meio técnico-científico informacional, pois há uma

²¹ A *internet* representa a base da comunicação global na atualidade. Dentre as suas características, é possível destacar a “penetrabilidade, descentralização multifacetada e flexibilidade” (CASTELLS, 2018, p. 439) como fatores responsáveis pela sua evolução e preferência global. Já a comunicação sem fio, predominantemente representada pela telefonia móvel, apresenta as seguintes características que foram fundamentais para sua difusão na sociedade atual: flexibilidade de uso ou mobilidade, e, por sua vez, o sentimento de conectividade perpétua que fornece (CASTELLS, 2018, p. 23). A comunicação sem fio pode ser considerada como a tecnologia que atingiu a mais rápida inserção da história. Segundo Wolton (2012, p. 83), o sucesso das novas tecnologias pode ser associado a três palavras: autonomia, domínio e velocidade.

²² Em 1988, havia aproximadamente um milhão de computadores no Brasil (MEIRELLES, 2020).

²³ O termo redes é definido por Castells como “estruturas abertas capazes de expandir de forma ilimitada, integrando novos nós desde que consigam comunicar-se dentro da rede, ou seja, desde que compartilhem os mesmos códigos de comunicação” (2018, p. 554). Já Lévy (1999, p. 17) considera que o termo redes “especifica não apenas a infra-estrutura (sic) material da comunicação digital, mas também o universo oceânico de informações que ela abriga, assim como os seres humanos que navegam e alimentam esse universo”.

interdependência da ciência e da técnica em todos os aspectos da vida social (SANTOS, 2013, p. 60). Lévy (1999, p. 17) alerta para o surgimento de uma cibercultura: do conjunto de técnicas, práticas, atitudes, modos de pensamento e valores que foram se desenvolvendo em paralelo ao crescimento da rede.

Sendo assim, entende-se que a sociedade não pode ser entendida ou representada sem suas ferramentas tecnológicas (CASTELLS, 2018, p. 64). Desta forma, justifica-se que a evolução tecnológica seja considerada neste capítulo, para demonstrar como as alterações na sociedade, ocasionadas pela inserção das TIC, refletiram nas ações do Estado.

Esse novo sistema de comunicação ocasionou em profundas alterações no espaço e no tempo globais (CASTELLS, 2018; SANTOS, 2002). Harvey (2008) afirmava que cada modo de produção ou formação social incorpora um novo conceito para o espaço e tempo, estando o progresso associado com a aniquilação do espaço através do tempo. O autor apontou que, no final do século XIX, houve um novo ciclo de compressão do tempo-espaço (HARVEY, 2008, p. 250). Conforme Santos (2013), a unicidade de técnicas, por intermédio das redes, foi responsável por essa unificação do tempo e espaço, como também pelo surgimento do fenômeno da simultaneidade, na qual eventos que ocorrem em um local, causam efeitos em vários outros.

Essencial enfatizar que o modo como representamos o espaço e o tempo afeta a maneira como interpretamos e agimos no mundo (HARVEY, 2008), o que indica a necessidade de identificar as principais consequências deste fenômeno. Dentre os reflexos ocasionados pela compressão do tempo-espaço, é possível destacar: aceleração do ritmo de vida, tempo presente ampliado, espaço encolhido em aldeia global de telecomunicação, busca por reafirmações de identidade, esmaecimento da capacidade de reinterpretção e reconhecimento (HARVEY, 2008; SANTOS, 2013; LÉVY, 1993; WOLTON, 2012).

Outro reflexo que pode ser apontado é a presença de realidades diversas em um mesmo momento temporal. Por um lado, há pessoas que estão inseridas nesta nova era tecnológica e que alteraram radicalmente seu modo de vida. Por outro lado, há pessoas que não possuem acesso às tecnologias e que não vivenciam este meio, estando isoladas em uma sociedade interconectada. Isto pode ser traduzido na desigualdade de acesso às TIC, realidade vivenciada até os dias de hoje.

Ao considerar o conjunto dos fatores apontados, pode-se afirmar que a era tecnológica contemporânea demanda à sociedade uma rápida capacidade de

adaptação a um mundo que se torna cada dia mais cambiante. Isto afetou todas as esferas da sociedade, inclusive a atuação do Estado, como segue.

Segundo Castells (2018, p. 115), foi o Estado que iniciou a Revolução das Tecnologias de Informação e Comunicação, ao utilizar as novas tecnologias disponíveis para sua reestruturação econômica nos anos 1980. Isto condicionou seus usos e trajetórias na década posterior. Em 1990, os Estados correram para conquistar as melhores posições de poder neste novo modo de desenvolvimento informacional²⁴. Conforme Santos (2013), o meio técnico-científico informacional atende a interesses de atores hegemônicos e os espaços comandados pelo meio técnico-científico são os espaços de mandar, enquanto os outros são de obedecer.

Sendo assim, neste período, cada Estado reagiu de forma diferente – conforme especificidades históricas, culturais e institucionais – seja interrompendo, promovendo ou liderando a inovação tecnológica, o que levou a profundas consequências nos processos, atores e instituições políticas (CASTELLS, 2018). No Brasil, estes reflexos são demonstrados a seguir.

O mandato de FHC (1995-2002), foi um período marcado pelas privatizações, e dentre elas, as privatizações dos meios de comunicação²⁵. Sobre este tema, o novo presidente considerou a melhoria do sistema de comunicação nacional como uma das principais medidas a serem adotadas para a inserção do país na supervia global (CASTELLS, 2018, p. 447). Desta forma, surgiram as primeiras propostas de Governo Eletrônico²⁶, que também foram consequência do significativo aumento de uso das TIC pela sociedade brasileira neste período.

Na década de 1990, em relação aos computadores, a evolução da sua tecnologia fez com que o custo diminuísse progressivamente e que se tornasse cada vez mais popular, o que fez o número de equipamentos crescerem nesta época. O acesso à *internet* também aumentou consideravelmente, pela melhoria dos serviços prestados e crescimento natural do mercado. Em 1996, o Brasil atingiu o número de

²⁴ Conforme Castells (2018, p. 74), neste modo de desenvolvimento informacional a tecnologia de geração de conhecimentos, de processamento da informação e de comunicação de símbolos são as principais fontes de produtividade.

²⁵ De acordo com Maricato (2014, p. 40), de forma geral, o governo FHC foi marcado pela predominância do neoliberalismo – de um Estado baseado no trinômio liberalização, privatização e desregulação – o que permitiu uma enorme transferência de ativos estatais para o mercado

²⁶ De acordo com Prado (2009, p. 42), não há uma definição única a este termo, pois é construído conforme área profissional, momento político e circunstância histórica. Nesta pesquisa, o termo pode ser entendido como o conjunto de ações do Estado, vinculadas ao uso das TIC a partir da década de 1990, que transformou a forma como interage com as demais esferas.

300 mil usuários do serviço, mesmo ano em que foi lançado o primeiro celular com acesso à *internet*. No final da década, o Brasil atingiu o número de 15 milhões de celulares, resultado do avanço da tecnologia – que os deixou mais leves e ampliou suas funções – da diminuição do custo e avanço da qualidade do serviço (ANATEL, 2020).

Em um contexto de pouco uso das TIC pelo governo, as manifestações iniciais de Governo Eletrônico tiveram foco na melhoria da gestão do Estado – relacionadas ao controle das contas públicas e melhoria de eficiência dos processos governamentais – demonstrando apenas uma preocupação com seu aproveitamento para maior transparência e controle social do governo (PRADO, 2009). Ao final do milênio foi criado o programa Sociedade da Informação, vinculado ao Ministério da Ciência e Tecnologia, “com o objetivo de viabilizar a nova geração da *internet* e suas aplicações em benefício da sociedade brasileira” (BRASIL, 1999). As medidas relacionadas às TIC, tomadas durante o governo FHC nesta década em análise, anunciam a sua continuidade e aumento de intensidade nas décadas seguintes, conteúdo dos itens a seguir.

Por fim, apresentados os principais fatos relacionados ao planejamento urbano, participação política e inserção das TIC no período que inicia na década de 1990 até os anos 2000, são realizadas algumas considerações. De forma geral, este primeiro período descrito é marcado por uma visão positiva em relação ao planejamento urbano, participação política e inserção das TIC, conforme o que segue.

Em relação à política urbana, a recente instituição da Constituição Federal abriu possibilidades para o planejamento urbano. Após os anos 1990, muitas cidades desenvolveram seus Planos Diretores como cumprimento à Constituição, aproveitando a oportunidade para rejeitar o plano tradicional e politizar o instrumento, agora transformado em Lei, introduzindo temas da reforma urbana e dispositivos para ampliação da justiça social (VILLAÇA, 1999, p. 233). Esse período foi marcado por alterações na metodologia, ao recusar diagnósticos técnicos, e no conteúdo, ao destacar aspectos de competência municipal, o que sinalizou que o Estado efetivamente pretendia assumir o Plano Diretor como uma peça política (VILLAÇA, 1999, p. 236-237).

Entretanto, apesar da administração municipal passar a ter condições de interferir na distribuição de riqueza e captar parte da valorização imobiliária, os Planos Diretores elaborados em 1990 tiveram muitas vezes de se curvar, negociar ou fazer

concessões às pressões dos setores que dominam a produção do espaço urbano (VILLAÇA, 1999, p. 237-238). Desta forma, a elaboração dos Planos Diretores permaneceu não mobilizando a sociedade, por estar desgastado e permanecer manipulado e desvirtuado pelos agentes dominantes da produção do espaço urbano (VILLAÇA, 1999, p. 238).

Contudo, a inserção das TIC no planejamento urbano abriu novas possibilidades para a participação política, oportunizando que o Estado ampliasse os canais de diálogo com a população. Este fato foi visto inicialmente com bastante entusiasmo (GOMES, 2005; MAIA, GOMES, MARQUES, 2017; LÉVY, 1999; HARVEY, 2008), principalmente pelo aproveitamento da inteligência coletiva oportunizado por estas novas ferramentas tecnológicas²⁷, o que pode ser associado com a prática democrática (LÉVY, 1999).

As comunidades virtuais permitem explorar novas formas de opinião pública, ao permitir um debate coletivo, em campo aberto, mais participativo e distribuído que outras mídias. Segundo Gomes (2005), a participação da sociedade na política, através das TIC, é considerada mais fácil, ágil, conveniente e confortável. Dentre as suas vantagens para a participação política, é possível destacar (GOMES, 2005b; LÉVY, 1999, 1993; CASTELLS, 2018):

- Superação dos limites de tempo e espaço;
- Extensão e qualidade do estoque de informações;
- Comodidade, conforto, conveniência e custo;
- Facilidade e extensão de acesso;
- Ausência de filtros e controles;
- Ausência de intermediários;
- Interatividade e interação;
- Oportunidade para vozes minoritárias ou excluídas;
- Atenuação da separação entre administradores e administrados;
- Potencialização da inteligência cooperativa para resolução de questões;
- Possibilidade de ampliação dos vínculos sociais.

Entretanto, como visto anteriormente, as propostas relacionadas com o Governo Eletrônico, realizadas durante o governo FHC (1995-2002), não possuíam

²⁷ Segundo Lévy (2011), o ciberespaço possibilita que grupos numerosos e geograficamente dispersos possam cooperar mutuamente, de forma mais flexível, democrática, recíproca e respeitosa, o que significaria uma passagem da inteligência coletiva ao coletivo inteligente.

como foco a participação política através das TIC. Porém, a estimativa era que nas próximas décadas houvesse um maior aproveitamento das potencialidades das TIC pelo Estado.

Sobre esta questão, autores como Lévy (1999) e Harvey (2008) sugeriam que a participação virtual não iria substituir a presencial, e sim complementá-la. Lévy (1999) indicava que, quanto maior a comunicação, maior a quantidade de espaços físicos na qual se entra em contato. Já Harvey (2008, p. 265) apontava que, com a redução das barreiras espaciais, a nossa sensibilidade aos espaços do mundo aumenta significativamente. Desta forma, se acreditava que um dos reflexos da participação política virtual seria o aumento da presença na tomada de decisão política presencial.

Com este cenário de tendência mais positiva, se encerra a análise do primeiro período e se inicia a descrição do segundo, que começa no ano 2000 e encerra no ano de 2010.

2.3.2 Os governos de Lula e a popularização das TIC (2000-2010)

A análise desta década inicia com a popularização das TIC. Este período foi marcado pelo significativo aumento do número de computadores, celulares e de usuários da *internet* no Brasil, como pode ser visto na Tabela 1. O lançamento de novas ferramentas, que rapidamente se disseminaram na sociedade e modificaram o modo de vida humano, foram também responsáveis por essa disseminação tecnológica vivenciada.

Tabela 1 – Evolução das TIC no Brasil (2005-2010)

Dado	2005	2010
Domicílios com computador de mesa	17%	31%
Domicílios com computador portátil	1%	8%
Indivíduos que nunca usaram computador	55%	46%
Domicílios com telefone celular	61%	84%
Domicílios com acesso à <i>internet</i>	13%	27%
Acesso à <i>internet</i> por computador	62%	-
Acesso à <i>internet</i> por celular	21%	-
Indivíduos que nunca acessaram a <i>internet</i>	68%	52%

Fonte – CETIC.BR, 2020.

Segundo pesquisa realizada por Meirelles (2020), o milênio iniciou com 10 milhões de computadores ativos, na proporção de 6 a cada 100 habitantes, e os

celulares somavam 23 milhões, na proporção de 14 a cada 100 habitantes, número superior ao estimado pela Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL, 2020).

Ainda conforme Meirelles (2020), desde o início do milênio, o número de computadores duplicou a cada quatro anos, atingindo a quantidade de 50 milhões em 2008, na proporção de um computador a cada quatro habitantes, resultado da diminuição do custo entre 1990 e 2005. Apesar do aumento do número de computadores, havia uma significativa parcela da população que nunca o utilizou, sendo que o maior motivo apontado pela falta de computador foi o custo elevado.

O número de domicílios com telefone celular também cresceu no período analisado, sendo superior aos domicílios com computador. Importante mencionar que poucos celulares possuíam acesso à *internet* na época (aproximadamente 21% em 2009). Em 2008, o Brasil chegou ao número de 150 milhões de celulares, na proporção de três dispositivos para cada quatro habitantes (ANATEL, 2020). Nesta década, também foram lançados os primeiros modelos de *smartphones*.

Como visto, em relação à *internet*, houve aumento dos domicílios com acesso ao serviço nesta década, principalmente através dos computadores, mas com algumas limitações, mesmo com a evolução na qualidade do serviço prestado. Apesar da diminuição do índice, mais da metade dos indivíduos nunca haviam acessado a *internet*, sendo o maior motivo a falta de habilidade com o computador. Enquanto em 2005, o maior motivo para a falta de *internet* no domicílio era a falta de computador, em 2010 foi a falta de disponibilidade do serviço na área. O surgimento e popularização das redes sociais, assim como de outras plataformas digitais, contribuíram para o aumento do número de acessos.

Este avanço tecnológico identificado na primeira década do milênio, sinaliza a continuidade e aceleração deste crescimento tecnológico na década seguinte. A ausência de barreiras que impeçam seu crescimento e o lançamento cada vez mais frequente de novas ferramentas, muitas em concorrência direta uma com a outra, contribuíram para essa disseminação tecnológica. Porém, conforme dados apresentados, constata-se que ainda havia uma significativa parcela da população sem acesso à estas tecnologias, que se tornavam cada vez mais essenciais para a vivência humana.

Dada a popularização das TIC, nesta década há uma continuidade das propostas de Governo Eletrônico, inauguradas pelo presidente FHC. O primeiro ano do milênio é marcado pela instituição de comissões específicas e pelo detalhamento

das ações relacionadas com o Governo Eletrônico no âmbito federal. O foco fundamental estava na disponibilização de serviços *online* à população, principalmente pelo aumento da preocupação com a prestação de contas²⁸ e pela popularização das TIC (PRADO, 2009).

Em abril do ano 2000, houve a instituição do Grupo de Trabalho em Tecnologia da Informação (GTTI), comissão interministerial criada com o objetivo de “examinar e propor políticas, diretrizes e normas relacionadas com as novas formas eletrônicas de interação” (BRASIL, 2000). Segundo Prado (2009, p. 76) “a participação de representantes de amplos setores da estrutura governamental na composição do GTTI indicava que o programa não estava sendo visto apenas como uma questão de tecnologia”.

O primeiro diagnóstico realizado pelo GTTI identificou algumas iniciativas isoladas de serviços oferecidos ao cidadão por meio da *internet*²⁹, a existência de uma infraestrutura institucional deficitária e fragmentada, e a presença de uma forte exclusão digital no país. As ações do GTTI foram incorporadas às metas do programa Sociedade da Informação, anteriormente mencionado, e resultaram em dois diagnósticos, sendo um deles a Proposta de Política de Governo Eletrônico para o Poder Executivo Federal.

Neste mesmo ano, as ações da Sociedade de Informação foram detalhadas em um documento denominado Livro Verde, na qual o Capítulo 6 ‘Governo ao Alcance de Todos’ trata especificamente sobre as atribuições do Governo Eletrônico. Após, foi criado o Comitê Executivo de Governo Eletrônico (CEGE), “com o objetivo de formular políticas, estabelecer diretrizes, coordenar e articular as ações de implantação do Governo Eletrônico, voltado para a prestação de serviços e informações ao cidadão” (BRASIL, 2000b).

Ressalta-se que neste mesmo ano, foi produzida uma nova versão do Portal Rede Governo, lançado em 1999, que visava a melhoria e a expansão dos serviços prestados, através do oferecimento de um portal único de prestação de serviços e informações ao cidadão. Este novo portal, foi considerado, posteriormente, como

²⁸ Em 2000, foi aprovada a Lei da Responsabilidade Fiscal (BRASIL, 2000c), que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, que pressupõe uma ação planejada e transparente.

²⁹ Como por exemplo: entrega de declarações de imposto de renda, divulgação de editais de compras governamentais, emissão de certidões de pagamentos e impostos, entre outros.

melhor exemplo de portal de entrada governamental pela ONU (PRADO, 2009, p. 131).

O Programa de Governo Eletrônico idealizado no início do milênio – mesmo com a instituição de comissões, realização de diagnósticos e publicação de documentos estratégicos, como mencionado anteriormente – acabou por manter o foco na melhoria dos processos internos do governo e, apenas complementarmente, se preocupou em promover a universalização do acesso do cidadão aos serviços prestados, a disponibilização de informações à sociedade e o controle social (PRADO, 2009, p. 77-79).

A ampliação da cidadania e da participação política através das TIC não foram assumidos explicitamente durante o governo FHC. Entretanto, a inserção do assunto na agenda governamental permitiu a sua continuidade nos governos posteriores, mesmo que alguns acontecimentos ocorridos no final do mandato de FHC tenham paralisado suas ações e diminuído sua importância³⁰ (PRADO, 2009, p. 84-85).

Durante os mandatos de Lula (2003-2010) houve uma reorientação das políticas relacionadas ao Governo Eletrônico adotadas pelo governo FHC, principalmente a partir de 2004, com a criação do Departamento de Governo Eletrônico e com a publicação do documento desenvolvido pelo CEGE e intitulado ‘Oficinas de Planejamento Estratégico – Relatório consolidado’.

As diretrizes do governo Lula estavam mais direcionadas ao combate à exclusão digital e à ampla promoção de serviços a sociedade, estando a transparência como prioridade do programa (PRADO, 2009, p. 94). Apesar da mudança de foco, ao longo do tempo, a questão do controle social e da promoção da cidadania foram perdendo a prioridade no programa, principalmente pela fragmentação institucional e falta de suporte das autoridades, passando a ter mais ações voltadas às questões tecnológicas (PRADO, 2009)³¹.

As iniciativas referentes a transparência ficaram restritas ao gerenciamento do Portal Rede Governo e à elaboração de diretrizes para os sítios na *internet*, como é o caso do Portal da Transparência, lançado em 2004, e do Portal Brasil, lançado em

³⁰ Os acontecimentos apontados por Prado (2009) foram: a crise energética vivenciada pelo país, o que ocasionou no deslocamento de um supervisor chave dos trabalhos da CEGE; e a proximidade das eleições governamentais, na qual a vantagem do candidato da oposição resultou na alteração da agenda governamental no fim da gestão para programas de maior impacto à opinião pública.

³¹ Destaque para o projeto Infovia Brasil, implementado em 2008, que consiste em uma rede governamental de transmissão de dados, voz e imagem, voltada a integração de órgãos e entidades governamentais.

2005 (PRADO, 2009, p. 112). Ambos os portais disponibilizavam a prestação de contas do governo para consulta da sociedade. Contudo, não tiveram sucesso em tornar o Estado mais transparente, principalmente por possuírem comunicação unidirecional, serem mais voltados a prestação de serviços e apresentarem caráter informativo³².

Desta forma, há indícios que o uso das TIC pelo Estado, durante o governo Lula, não apresentou como foco a participação política, mas a prestação de serviços. Segundo dados levantados pelo Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (CETIC.BR, 2020), em 2005, 14% dos indivíduos questionados utilizaram o governo eletrônico, na sua totalidade relacionada ao acesso de serviços, número que aumentou para 23% em 2010, com predomínio dos serviços.

Houve mais abertura e institucionalização de espaços para participação política fora das plataformas digitais. Multiplicaram-se conselhos, assembleias e comissões populares neste período (MARICATO, 2014, p. 154). Segundo Maricato (2014, p. 146), uma das explicações seria o maior número de militantes atuando no governo e nas administrações municipais.

Paralelamente, houve o enfraquecimento dos movimentos sociais, que foram aos poucos se desmobilizando e fragmentando³³. Segundo levantamento realizado pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE, 2020), no período de 2004 a 2010 a média anual de greves foi de 370, média inferior à contabilizada na próxima década, de mais de 1300 por ano, sendo a sua maioria de caráter propositivo³⁴. De acordo com Maricato (2014, p. 91), esta imobilização pode ser explicada pela satisfação da população pelo crescimento econômico e pelas políticas populares adotadas³⁵.

Na questão da política urbana, no governo FHC houve a regulamentação dos artigos 182 e 183 da Constituição Federal, que estabeleceram as diretrizes gerais da

³² Segundo Silva (2009, p. 130), a ênfase na prestação de serviços nos portais governamentais está relacionada com a lógica de mercado, que tende a ver o Estado como máquina administrativa, na qual as tecnologias cumprem a função de baratear, agilizar e tornar mais efetivas suas funções. Já em relação ao seu caráter informativo, se observa a dificuldade em distinguir as notícias com as propagandas governamentais.

³³ Maricato (2014) aponta que o MNRU, nesta época, passou a se tornar mais conservador, com vocabulário predominantemente técnico e com um discurso genérico sobre o direito a cidade, o que deixou um vazio político nos movimentos urbanos do Brasil na época.

³⁴ Quando se defende o avanço e a conquista por novos direitos.

³⁵ Dentre os programas de maior destaque, estão o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), que contribuíram para a geração de empregos e para impulsionar o setor da construção civil no Brasil.

política urbana. O Estatuto da Cidade (lei nº 10.257/01), instituído no ano 2001, representou mais uma conquista dos movimentos sociais, resultado da pressão estabelecida pelo MNRM desde o período de instituição da nova Constituição Federal brasileira. Esta legislação política forneceu nova base jurídica para a propriedade urbana ao instituir um conjunto de instrumentos que visam garantir a função social da propriedade urbana e a justa distribuição dos ônus e bônus da urbanização. Também alterou a forma de elaboração dos Planos Diretores: de um método mais burocrático e tecnocrático, para um método com maior participação da população (JUNIOR, MONTANDON, 2011, p. 14).

Durante o mandato de Lula, alguns aspectos avançaram e outros nem tanto sobre a política urbana. Em 2003 foi criado o Ministério das Cidades, também como resposta as demandas populares, cujo papel central era articular os problemas das cidades. Visto as dificuldades enfrentadas pelas gestões municipais brasileiras – devido principalmente à falta de uma estrutura administrativa adequada (como recursos técnicos, humanos, tecnológicos e materiais) – o Ministério das Cidades passou a fornecer apoio aos municípios de forma a incentivar a construção de uma nova cultura de planejamento urbano no país (JUNIOR, MONTANDON, 2011).

Através da Secretaria Nacional de Programas Urbanos (SNPU), foi instituído um programa que tinha como objetivo auxiliar as administrações municipais na implementação dos instrumentos do Estatuto da Cidade e na elaboração e revisão de Planos Diretores. Este apoio pode ser dividido em dois momentos (JUNIOR, MONTANDON, 2011, p. 16): um primeiro relacionado à elaboração e revisão dos Planos Diretores, que resultou na ampliação do prazo estipulado pelo Estatuto da Cidade, de 2006 para 2008; e um segundo referente à implementação do Plano Diretor e de seus instrumentos.

Neste âmbito, cabe destaque a duas ações realizadas. No ano de 2004, o Ministério das Cidades disponibilizou um guia para elaboração do Plano Diretor pelas gestões municipais e cidadãos – onde recebeu o nome de ‘Participativo’, baseado nas resoluções do Conselho Nacional das Cidades. No ano seguinte, este mesmo ministério organizou a primeira Conferência Nacional das Cidades e a Campanha Nacional ‘Plano Diretor Participativo: Cidade de Todos’. Nesta campanha foram organizadas atividades descentralizadas de sensibilização e capacitação, que mobilizaram tanto governos, quanto sociedade (JUNIOR, MONTANDON, 2011, p. 16). Seu objetivo era incentivar as administrações municipais a elaborarem seus Planos

Diretores, visto que o Estatuto da Cidade manteve e ampliou para outros municípios brasileiros a obrigatoriedade que já constava na Constituição Federal³⁶.

O balanço crítico dos Planos Diretores pós-Estatuto da Cidade (JUNIOR, MONTANDON, 2011, p. 29-33) – que analisou relatórios de aproximadamente um terço dos municípios que deviam na época obrigatoriamente elaborar seus Planos Diretores – indica que, a partir de 2005 até 2009, o número de Planos Diretores aumentou consideravelmente, reflexo desta campanha massiva promovida pelo Ministério das Cidades. Contudo, do ponto de vista qualitativo, apesar da grande maioria dos Planos Diretores instituídos apresentarem conceitos e ferramentas dispostos pelo Estatuto da Cidade, sua aplicação, na prática, demonstrou debilidades e deficiências, inclusive na participação política, como será visto.

Villaça (2005, p. 18-19) aponta que a ausência de sanção para quem desobedecer a lei e a facilidade, ou até mesmo a irresponsabilidade, com que é exigida a elaboração de Planos Diretores, contribuiu para a sua desmoralização no país. A distância entre discurso e prática também foi um dos fatores apontados para sua escassa implementação. Maricato (2014) menciona que o texto até pode ser detalhista e bem-intencionado, mas a implementação convive com um pragmatismo excessivo na gestão e acaba por seguir a tradição, voltada a manter a hegemonia das classes dominantes³⁷.

De acordo com Villaça (2005, p. 21), os Planos Diretores “são cortina de fumaça para tentar ocultar o fracasso da classe dominante em resolver os problemas urbanos” e “uma clara manifestação da força da ideologia da tecnocracia que ainda perdura entre nós”. Em relação a esta predominância tecnocrática no planejamento urbano (SOUZA, 2018), Gomes (2005b, p. 60) alerta para a profissionalização da função política, tanto dos representantes e tomadores de decisão, como de agentes envolvidos nas funções de pressão externa à sociedade política e da própria sociedade civil.

A Campanha Nacional de 2005 também buscou enfatizar a necessidade da participação da sociedade ao longo do seu processo. O Estatuto da Cidade, além de apresentar um capítulo específico sobre a gestão democrática da cidade, incluiu a

³⁶ Ver artigo 41 do Estatuto da Cidade.

³⁷ Villaça (2005) menciona que, no geral, as propostas do Plano Diretor podem ser divididas em duas categorias: aquelas que cabem à Prefeitura executar (obras, serviços e medidas administrativas) e aquelas que cabem ao setor privado obedecer (zoneamento e uso e ocupação do solo).

obrigatoriedade de participação da sociedade na elaboração dos Planos Diretores, por meio da promoção de audiências públicas e debates com a participação da população, e através da publicidade e acesso de qualquer interessado aos documentos e informações produzidas³⁸.

Importante mencionar que neste mesmo ano o Ministério das Cidades, através da sua instância de gestão democrática, o Conselho das Cidades, aprovou sua resolução de número 25 que estabeleceu uma série de diretrizes para qualificar o processo participativo na elaboração e implementação dos Planos Diretores. Dentre as diretrizes para o processo de elaboração, se destacam:

- A participação da sociedade civil em todas as etapas para a tomada de decisões;
- A ampla comunicação pública em linguagem acessível, através de meios de comunicação social em massa;
- A divulgação com antecedência mínima de 15 dias do cronograma e dos locais das reuniões, e da apresentação de estudos e propostas;
- A publicação e divulgação dos resultados dos debates e das propostas resultantes das diversas etapas;
- A garantia da diversidade do público através da realização dos debates por segmentos sociais, temas e divisões territoriais, e da alternância dos locais de discussão.

A análise realizada nos Planos Diretores instituídos após o Estatuto da Cidade (JUNIOR, MONTANDON, 2011) constatou que neste período, mesmo com a exigência legal e com o apoio do Ministério das Cidades, os processos participativos promovidos pelo Estado não apresentaram mudanças significativas no seu caráter formal, apesar do avanço na apropriação pública e social do Estatuto da Cidade e na multiplicação de canais, fóruns e espaços de participação³⁹. Segundo estudo, a

³⁸ Ver parágrafo 4º do artigo 40 do Estatuto da Cidade.

³⁹ Conforme pesquisa (JUNIOR, MONTANDON, 2011), os órgãos colegiados de gestão da política urbana (Conselhos Municipais da Cidade) estiveram mais presentes nos Planos Diretores que os demais mecanismos e instrumentos de participação previstos no Estatuto da Cidade, porém poucos foram efetivamente regulamentados, a sua maioria tinha caráter apenas consultivo e não previa maior representação da sociedade civil na sua composição. Também as Conferências Municipais da Cidade foram, no geral, previstas nos Planos Diretores, vinculadas usualmente as atribuições dos Conselhos das Cidades e sem definir suas finalidades e atribuições. Poucos Planos Diretores instituíram mecanismos de democratização do orçamento, e destes, a maioria não especificava o formato de seu funcionamento. Uma minoria dos Planos Diretores instituiu as audiências públicas como obrigatórias, sendo que, a maior parte vinculou à obrigatoriedade prevista pelo Estatuto da Cidade.

efetividade dos mecanismos de participação previstos nos Planos Diretores era questionável, visto que não possuíam um claro caráter deliberativo pela ausência de definições sobre sua forma de funcionamento e de previsão da articulação entre os mesmos. Também foi identificada: a dificuldade das gestões municipais de manterem uma campanha permanente de mobilização da sociedade, de unir a visão técnica com a comunitária, e de lidar com o poder dos grupos privados sobre a produção urbana. A pesquisa ressaltou que era preciso levar em consideração: a recente instituição do Estatuto da Cidade, a inexistência de uma política nacional de política urbana e o histórico de ausência de mecanismos participativos nos municípios.

Villaça (2005) corrobora, de certa forma, com o identificado na pesquisa mencionada. O autor utiliza o termo 'ilusão de participação' para ilustrar o envolvimento da sociedade na elaboração dos Planos Diretores nesta época. Segundo ele, o avanço da participação política ocorreu apenas na minoria dominante que sempre participou⁴⁰, e a maioria da população permaneceu sem participar efetivamente. Aponta que a maior pressão política sobre os governantes permanece sendo a da minoria, especialmente dos setores econômicos, o que leva a suspeitar que os debates públicos "vêm sendo usados para dar a aparência de democrática a decisões tomadas sob um jogo totalmente desequilibrado de pressões" (VILLAÇA, 2005, p. 50). Por fim, conclui que é difícil imaginar que em um país tão desigual quanto o Brasil, conseguir uma participação popular democrática, com um mínimo de igualdade, seria possível.

Afirma-se, assim, que as mudanças no planejamento urbano prometidas através da instituição do Estatuto da Cidade não foram efetivamente cumpridas, apesar dos avanços constatados. Além das deficiências já apontadas na implementação dos Planos Diretores e na participação política, permanece também a falta de controle do uso e ocupação do solo pelas gestões municipais e a progressiva piora das condições urbanas (MARICATO, 2014). Segundo a autora (MARICATO, 2014), as conquistas institucionais não conseguiram mudar as principais forças que conduzem as cidades brasileiras, especialmente do mercado fundiário e imobiliário.

Este panorama indica a necessidade de uma revisão radical do planejamento urbano representado pela figura do Plano Diretor. Seu conteúdo e métodos devem ser redefinidos de baixo para cima (VILLAÇA, 2005, p. 92), visto o favorecimento de uma

⁴⁰ Destaque para os grupos privados com interesses nos mercados econômico e financeiro.

minoria dominante, que representa os setores econômicos relacionados com a produção urbana, e a permanência da tecnocracia no processo. Conforme já indicava Souza (2018, p. 37) “os fins têm de ser estabelecidos pelos próprios envolvidos, cabendo aos intelectuais, no máximo, o papel de contribuir para a sua discussão crítica”.

Dados os acontecimentos deste segundo período, constata-se que, contrariamente ao período anterior, a primeira década do novo milênio se encerra com uma perspectiva mais negativa em relação ao planejamento urbano, participação política e inserção das TIC.

Sobre a política urbana é possível destacar que – apesar do avanço nas regulamentações e do aprimoramento das propostas do Governo Eletrônico, no âmbito federal – a ausência de ações concretas para ampliação da cidadania através das TIC e a implementação deficitária dos Planos Diretores, pós-Estatuto da Cidade, contribuiu para esse sentimento mais pessimista em relação às mudanças urbanas e governamentais anunciadas no início da década anterior.

Em relação às TIC, nesta década são fortalecidos argumentos crescentemente anti-utópicos, sombrios e persecutórios (GOMES, 2005b, p. 63). Lévy (1993, p. 194) aponta que é comum que as técnicas sejam vistas como ruins, pois no processo de inserção de novas tecnologias, os sistemas técnicos antigos são destruídos e, com isso, valores que estavam ligados a estas técnicas e a sociedade. Desta forma, dentre as perspectivas negativas, estavam aquelas que apontavam para a desumanização das relações sociais através das TIC, assim como a tendência para o surgimento de problemas psicológicos, como sentimento de solidão, alienação e depressão (CASTELLS, 2018, p. 441).

Já outras focavam na questão da comunicação em si. Wolton (2012, p. 100-101) alertava sobre as solidões interativas, ao enfatizar que a técnica não garante melhor comunicação e que a comunicação humana é necessária e insubstituível. Segundo a autora, “não há comunicação sem vivência do tempo” para falar e compreender, sendo que o tempo humano e das novas tecnologias são incompatíveis, pois enquanto a primeira é lenta, a segunda é veloz (WOLTON, 2012, p. 101-102). Complementarmente, mencionava a impossível transparência dos sistemas tecnológicos – por adicionarem mais complexidade, serem mais burocráticos, regrados, fechados e codificados – e da improvável transposição das distâncias entre emissor, mensagem e receptor, que acreditava terem sido superadas pelas TIC.

Mais especificamente em relação às potencialidades para aproximação das esferas social e política, nesta época emergiram dúvidas em relação à qualidade da informação política – pelo crescimento do teor comercial da rede e pelo domínio de grupos midiáticos na produção de conteúdo – à ameaça da liberdade e privacidade dos cidadãos, à ausência de intermediários para orientar os cidadãos e, principalmente, à desigualdade de acesso, que permanecia fortemente presente (GOMES, 2005b; MAIA, GOMES, MARQUES, 2017; WOLTON, 2012).

Sobre a desigualdade, de acordo com Castells (2018, p. 90) “há grandes áreas do mundo e consideráveis segmentos da população que estão desconectados do novo sistema tecnológico”, sendo que “a velocidade da difusão tecnológica é seletiva tanto social quanto funcionalmente”. O autor enfatiza que quem teve acesso primeiro às tecnologias pôde moldar a rede, o que promoverá consequências duradouras na forma de comunicação e cultura mundial, dividindo os usuários em interagentes e receptores (CASTELLS, 2018, p. 437).

Desta forma, para a disseminação igualitária das novas tecnologias é necessário superar tanto os obstáculos relacionados as infraestruturas, quanto os obstáculos humanos, que podem ser resumidos aos freios institucionais, políticos e culturais, assim como aos sentimentos de incompetência e desqualificação perante as tecnologias (LÉVY, 1999, p. 236). “O problema do “acesso para todos” não pode ser reduzido às dimensões tecnológicas e financeiras [...] é preciso antes de mais nada estar em condições de participar ativamente” (LÉVY, 1999, p. 238).

Castells (2018, p. 432) destaca que a desigualdade de acesso possui características sociais, raciais, sexuais, etárias e espaciais. Segundo dados levantados pela CETIC.BR (2020), no Brasil não é diferente. Morosov (2018) menciona que a “narrativa cultural dominante considera a tecnologia como a arma dos ricos e dos pobres, e não como a arma apontada aos ricos e pobres”, assim como afirma que “as divisões de classe simplesmente não desaparecem porque todos têm acesso às mesmas tecnologias” (MOROSOV, 2018, p. 173, 176). Pelo contrário, o acesso aos mesmos equipamentos oferece o sentimento real que tudo pode ser feito (WOLTON, 2012, p. 85). Contudo, como indica Morosov (2018, p. 154), o avanço tecnológico acaba por fortalecer tipos novos e antigos de hierarquias, inclusive as sociais.

Considerado o demonstrado, afirma-se que este segundo período se encerra com a permanência de deficiências tanto no âmbito político, quanto no social, e com

as esperanças que emergiram na década anterior frustradas. Desta forma, é analisado o terceiro e último período, que inicia em 2010 até os dias de hoje.

2.3.3 Os governos de Dilma e Bolsonaro e a multiconexão das TIC (2010-hoje)

No início do mandato de Dilma (2011-2016) já se anunciava que as TIC ocupariam um papel cada vez mais fundamental na sociedade. A década de 2010 iniciou com a densidade de dispositivos digitais (computadores e *smartphones*) na proporção de um para cada dois habitantes (MEIRELLES, 2010).

Em 2012, o Brasil atingiu a proporção de um computador a cada dois habitantes, enquanto em 2015, o número de *smartphones* superou o número de habitantes no país (MEIRELLES, 2020). Em 2019, o número de domicílios com telefone celular representou 93%, e a preferência por computador portátil predominou, representando 26%, enquanto o computador de mesa 16%. Permaneceu uma porcentagem elevada de indivíduos que nunca usaram computador (42%). Já 85% dos indivíduos possuíam celular.

Em relação à *internet*, o número de domicílios com acesso ao serviço aumentou para 71%, na sua maior parte com banda larga fixa, com crescimento da conexão via cabo e móvel 3G ou 4G. O principal motivo para a falta de *internet* era o custo elevado, sendo que apenas 20% dos indivíduos nunca haviam usado a *internet*, principalmente por falta de interesse. A maior parte acessava a *internet* em casa: 58% exclusivamente pelo celular e 41% por celular e computador.

Estes dados demonstram que este terceiro período ficou marcado pela evolução tecnológica e mediação digital de todas as esferas da vida social e política. A preferência por dispositivos portáteis (celulares e *notebooks*, por exemplo) e o crescimento dos usuários da *internet*, principalmente acessada através destes equipamentos, indicam há uma necessidade constante de uso destas ferramentas tecnológicas e de estar conectado no meio digital na atualidade.

Contudo, os dados também apontam que havia uma parcela da população ainda sem acesso à essas tecnologias. Sendo assim, as principais diretrizes do Governo Eletrônico durante o mandato de Dilma, foram relacionadas a ampliação da inclusão digital, ao fortalecimento de redes públicas de comunicação e a participação política (REIS, 2018).

Uma de suas principais medidas foi a aprovação do marco civil da *internet*, que instituiu “princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da *internet* no Brasil” (BRASIL, 2014), assim como estabeleceu a liberdade de expressão, a responsabilização dos agentes, e os direitos e garantias dos usuários. Com esta ação, o Brasil se tornou um dos países pioneiros do mundo a regulamentar o uso da *internet*⁴¹.

Segundo dados da CETIC.BR (2020), em 2011, início do mandato de Dilma, a proporção de indivíduos que utilizaram o governo eletrônico saltou para 65%. Destes, 90% dos acessos foram relacionados a serviços e informações. O principal motivo indicado para não utilizar as ferramentas digitais foi a preferência por contato presencial. Ao fim do seu mandato (2016) a proporção diminuiu para 61% de indivíduos que utilizaram o governo eletrônico, o que sugere que as diretrizes adotadas não surtiram efeito.

Dentre os indivíduos que interagiram com as autoridades públicas através da *internet* neste ano, as atividades se dividiram na busca de informações e realização de algum serviço público (27% e 23%, respectivamente). Apenas 5% dos indivíduos escreveram em fóruns ou consultas públicas, e apenas 7% participou de votações ou enquetes, permanecendo como principal motivo por não utilizar a *internet*, a preferência por contato presencial.

Como pode ser visto, não houve mudança de comportamento do cidadão no uso do Governo Eletrônico, assim como, aparentemente, do aproveitamento das TIC pelo Estado para comunicação com a sociedade. Entretanto, foi possível identificar mudanças no uso das TIC por outras esferas da sociedade, como de movimentos sociais e partidos políticos, conforme será especificado a seguir.

Ao longo do mandato de Dilma, foi reduzindo sua popularidade e o apoio popular ao seu governo, o que desencadeou em um aumento significativo de greves, principalmente a partir de 2012 (DIEESE, 2020). As TIC cumpriram papel fundamental para a mobilização e publicidade destes eventos. Neste período, cada vez mais associações e movimentos sociais foram se beneficiando das ferramentas digitais pelas vantagens que apresenta. Dentre elas estão: facilitar a sustentação de campanhas contínuas; permitir um crescimento de redes de protesto global;

⁴¹ Sobre a regulamentação, Wolton (2012, p. 120) menciona que “não é uma maneira de frear o progresso, ao contrário, é uma forma de lembrar [...] que não há liberdade de comunicação sem regulamentação, isto é, sem proteção dessa liberdade”.

possibilitar a permanência de mídias alternativas e; principalmente, dar voz a sujeitos marginalizados e discursos alternativos (MAIA, GOMES, MARQUES, 2017, p. 25-26)⁴².

A partir da reeleição da presidente Dilma (2014-2016), a pressão para o *impeachment* se acentuou. Para isso, a extrema direita utilizou massivamente as redes sociais e os algoritmos para associar o combate à corrupção com o *impeachment*, resultando em uma série de manifestações populares protagonizadas por dois grupos extremos – a favor e contra o atual governo – muito divulgadas pela mídia (DEMOCRACIA..., 2020). Com a enorme pressão, tanto popular quanto do alto escalão político, em 2015 o Congresso Federal acatou o pedido de *impeachment*, e em 2016, o processo se encerrou com a retirada de Dilma no governo e com o início do mandato do seu vice, Michel Temer (2016-2018).

Diante destes fatos, é possível afirmar que, nesta época, os movimentos sociais passam a utilizar as TIC a seu favor, para fortalecer sua mobilização antes limitada às ações presenciais. Já os partidos políticos passaram a manusear os novos meios de comunicação digital em prol de seus interesses, nem sempre a favor da sociedade ou do governo democrático. Com a disseminação das TIC neste período mais atual, se constata também outros reflexos relevantes a esta pesquisa, como o aumento do domínio do mercado em relação ao Estado e o seu uso contra a democracia.

Com a popularização das plataformas digitais voltadas à prestação de serviços aos usuários⁴³, surge um novo modelo econômico baseado no extrativismo de dados, considerados como o recurso mais importante do século XXI⁴⁴. Segundo o Morosov (2018), em troca de serviços gratuitos, os usuários entregam seus dados pessoais, que depois são utilizados pelas empresas de tecnologia, principalmente para viabilizarem modelos de negócios baseados na publicidade. A monopolização dos dados nas empresas de tecnologia sinaliza que a privacidade social se mantém nas mãos do mercado neste período.

⁴² Dentre os movimentos sociais realizados neste período, merece destaque as Jornadas de Junho de 2013, que iniciaram com uma demanda pontual, contra o reajuste de preço do transporte público, e depois acumularam uma série de reivindicações, como resposta a piora das condições de vida urbana (MARICATO, 2014). Pode-se dizer que as Jornadas de Junho representaram o início da fissura que dividiria a população em dois extremos, o que impactou nos próximos eventos a serem demonstrados e na eleição de Jair Bolsonaro, em 2018 (DEMOCRACIA..., 2020).

⁴³ Como, por exemplo, o Airbnb em 2008, a Uber em 2009 e o Ifood em 2011.

⁴⁴ Para fins desta pesquisa, os dados são considerados como “um resíduo digital das inúmeras redes e relações sociais, econômicas e culturais que se entrecruzam em nossas vidas” (MOROSOV, 2018, p. 165).

Há reflexos deste fenômeno dos dados também na ação do Estado. De acordo com Morosov (2018), atualmente a produção ou o processamento de mais informações são consideradas soluções para os problemas públicos⁴⁵. As empresas de tecnologias – que atualmente predominam a coleta, análise e manejo dos dados – são as principais fontes destas informações, o que acaba por tornar o Estado dependente delas. Considerada esta dependência do Estado, Morosov (2018, p.101) afirma que, atualmente, as decisões políticas acabam sendo tomadas por estas empresas de tecnologia.

Com esta dominação das empresas tecnológicas, há um enfraquecimento da democracia. Lévy (1999, p. 24) já mencionava que “por trás das técnicas agem e reagem ideias, projetos sociais, utopias, interesses econômicos, estratégias de poder, toda a gama dos jogos dos homens em sociedade”. Morosov (2018, p. 30) aponta que “o verdadeiro inimigo não é a tecnologia, mas o atual regime político e econômico [...], que recorre às tecnologias mais recentes para alcançar seus horrendos objetivos (mesmo que lucrativos e eventualmente agradáveis)”. Também ressalta que a tendência é que a democracia se afogue em um tsunami de demagogia digital, pois com tantos dados à disposição, que representam a resposta para tudo, as deliberações e debates não serão mais vistos como necessários (MOROSOV, 2018).

É possível afirmar que, ao mesmo tempo em que aumenta o uso das TIC pelo Estado, há uma deterioração dos processos participativos. Isso pode ser constatado pela tímida evolução do Governo Eletrônico no âmbito federal. Em 2019, apenas 68% dos indivíduos utilizaram o governo eletrônico, predominando a preferência por fazer contato presencial e a busca por serviços e informações, sendo ainda ínfima a porcentagem de indivíduos que escreveram em fóruns ou consultas públicas (5%) e que participaram de votações e enquetes (6%) (CETIC.BR., 2020). A promessa de ampliar a comunicação entre Estado e sociedade com o uso das TIC, não se cumpriu. Pelo contrário, apenas aumentou a dependência do Estado para grupos privados dominantes do setor econômico.

Apesar da multiplicação de canais digitais de comunicação com o Estado nas últimas duas décadas – no início representados por sítios eletrônicos, e depois, por aplicativos para dispositivos móveis – sabe-se que estes não são efetivamente

⁴⁵ Nesta perspectiva, se controlam os efeitos em detrimento das causas, que são mais difíceis de identificar, o que resulta em uma diminuição da regulação e um aumento do monitoramento. É instituída, desta forma, uma política da vigilância e do controle.

utilizados para ampliação da participação política, acabando por refletir as mesmas práticas políticas no ambiente digital (TOSIN, CAMPOS, 2020). Geralmente, há uma repetição de funções em diversas plataformas digitais, o que sinaliza que nenhuma delas é considerada como um canal oficial de comunicação entre Estado e sociedade. Também predominam as funções de informar (ou divulgar propaganda própria do governo) e prestar serviços à população, o que alerta que as plataformas poderiam ser melhor aproveitadas para a participação política.

De forma contrária, as TIC estão cada vez mais sendo utilizadas contra a democracia. A midiaticização da política tudo permeia, há o triunfo da estética sobre a ética e a construção da imagem na política, na qual a realidade é antes criada do que interpretada (HARVEY, 2008). De acordo com Empoli (2020), principalmente a partir da metade deste terceiro período, emerge uma nova forma política, moldada pela *internet* e pelas novas tecnologias, guiada pela preferência dos eleitores, que celebra o casamento entre o populismo tradicional e o algoritmo⁴⁶. Esta política é característica do governo de Bolsonaro (2019-2022).

Com o uso das TIC, o velho sistema político centrípeto – em que ganhava quem conseguisse ocupar o centro da arena política, emitindo mensagens publicamente – foi substituído por um novo sistema centrífugo – em que se inflama paixões do maior número possível de grupos, mesmo que contraditórios, pois as mensagens enviadas são invisíveis aos olhos da mídia e do público (EMPOLI, 2020, p. 156-157). Esta foi uma prática realizada por Bolsonaro no período eleitoral⁴⁷ e que permanece até os dias de hoje.

Lévy (1999, p. 120) já alertava para o paradoxo central do ciberespaço: quanto mais universal (extenso, interconectado, interativo), menos totalizável. Wolton (2012, p. 197) também apontava que é falso afirmar que as novas tecnologias individualistas são controláveis, pois quanto mais mensagens são lançadas, menor o controle do grande público. Como as novas mídias interativas são individualizadas, baseadas na demanda, a democracia deveria evitar esses modelos, por justamente reforçarem as desigualdades sociais. Na rede, a tendência é que cada indivíduo acabe por construir

⁴⁶ Conjunto das regras e procedimentos lógicos que levam à solução de um problema.

⁴⁷ Uma das estratégias adotadas durante as eleições, foi a compra de milhares de números de telefone celular para disseminar *fake news* nos usuários do aplicativo de conversa *WhatsApp* (WHATSAPP..., 2019).

sua própria bolha, pois como o acesso é feito de forma seletiva, se toma conhecimento apenas daquilo que é procurado (LÉVY, 1993, p. 114).

Foram destas características das TIC que o presidente utilizou a seu favor, para ser eleito e manter o apoio popular ao longo de seu governo. Ao promover uma comunicação isolada, pessoal e individual, o presidente acabou por prejudicar o governo democrático. De acordo com Castells (2018, p. 63), “quando a comunicação se rompe, quando já não existe comunicação social nem mesmo de forma conflituosa [...], surge uma alienação entre os grupos sociais e indivíduos que passam a considerar o outro um estranho, finalmente uma ameaça”.

Outra estratégia utilizada por Bolsonaro é o uso das TIC para ascender sentimentos negativos e proporcionar maior engajamento público (EMPOLI, 2020). Lévy (1999, p. 129) afirmava que “as manipulações e enganações sempre são possíveis nas comunidades virtuais, assim como o são em qualquer outro lugar”. Santos (2013, p. 8-9) já indicava que a mídia é o veículo deste processo ameaçador da integridade dos homens, pois consegue, através do sensacional e do medo, captar a atenção.

Atualmente, as redes sociais e as propagandas se alimentam das emoções negativas, pois garantem maior participação, por isso o sucesso das *fake news* e das teorias de conspiração (EMPOLI, 2020, p. 21). Importante ressaltar que, pelo maior engajamento, sua disseminação é altamente rentável (MOROSOV, 2018, p. 184). Desta forma, as TIC se tornam importantes instrumentos de distorção da realidade. Conforme Lévy (1993), o saber informático não procura a verdade, e sim a velocidade e a operacionalidade, levando a um declínio da verdade crítica.

Este assunto está tão presente na realidade brasileira atualmente que, em março de 2019, o Supremo Tribunal Federal (STF) iniciou o inquérito das *fake news* que apura ataques ao próprio STF e seus ministros por meio de notícias falsas, calúnias e ameaças. Também durante a pandemia do Covid-19, houve a disseminação de *fake news* e teorias conspiratórias por Bolsonaro e outras tantas autoridades brasileiras, principalmente através das redes sociais. Esta ação dificultou o combate contra a disseminação do vírus, assim como a aceitação das medidas preventivas, dos tratamentos recomendados e da aplicação de vacinas, além de ter provocado, indiretamente, a morte de milhares de pessoas.

O cenário atual de uso das TIC no Brasil indica que algo deve ser feito para mudar o rumo que vem sendo traçado na esfera política e social, visto que a tendência

é que o uso dessas tecnologias continue aumentando. Segundo pesquisa realizada (MEIRELLES, 2020), em 2020, o número de computadores no país atingiu a proporção de nove para cada dez habitantes, número superior à média mundial, sendo que a previsão é que se atinja um computador por habitante em 2023 ou 2024. Neste mesmo ano, foi registrado o número de mais de um *smartphone* por habitante, e a média de dois dispositivos digitais por habitante. O Brasil possui mais computadores e *smartphones* por habitante, e números superiores de contas e horas de uso por dia de mídias sociais que a média dos demais países no mundo.

Diante deste cenário negativo da esfera política e da evolução das TIC, emerge a necessidade de se encontrar novas alternativas, principalmente diante do fracasso do planejamento convencional (SOUZA, 2018, p. 15). Conforme já alertava Lévy (1999, p. 200), “a aceleração da mudança, a virtualização, a universalização sem fechamento são tendências de fundo, muito provavelmente irreversíveis, que devemos integrar a todos os nossos raciocínios e todas as nossas decisões”. Uma medida fundamental a ser tomada seria a emancipação do Estado ao setor privado, visto que a dependência só aumentou com a disseminação das TIC.

Morosov (2019) menciona que o Estado enfrenta um dilema: ou confronta diretamente as empresas fazendo com que os cidadãos se voltem contra ela, ou não age sobre elas alienando aqueles que nunca foram ou deixaram de ser beneficiários deste setor. Segundo o autor, para mudar a realidade das cidades, “antes de qualquer coisa, é crucial que elas consigam se manter capazes de traçar seus próprios destinos e de implementar políticas de forma independente e eficiente” (MOROSOV, 2019, p. 78), sendo que é mais provável que isso ocorra antes em escala local. Para isso, as cidades deveriam ter controle sobre seus próprios dados, sensores e algoritmos, ou seja, defender sua soberania tecnológica, o que demandaria, além de intervenções de ordem prática, esforços ideológicos e intelectuais, para inverter o cenário favorável estabelecido pelas empresas. O autor complementa que esta luta pela soberania tecnológica seria uma tentativa de ganhar tempo até que seja realizada uma articulação mais ambiciosa na tentativa de reverter os danos causados pela ideologia neoliberal nas políticas públicas (MOROSOV, 2019, p. 86).

Importante lembrar que as TIC não determinam a sociedade, mas a incorpora em suas redes virtuais, e que a sociedade não as determina, mas as utiliza (CASTELLS, 2018, p. 82). O usuário(a) dá continuidade a uma cadeia de usos, que previamente estabelece restrições e esta interpretação da técnica ocorre sucessiva e

simultaneamente por múltiplas coalisões sociais (LÉVY, 1993), sendo que a técnica não é boa, nem má: o que conta é o uso que fazemos dela (LÉVY, 1993). É importante, diante da aceleração tecnológica, principalmente a partir de 2020, reinterpretar o uso das TIC como ferramenta de interesse do planejamento urbano, identificando e valorizando as formas de uso a favor da democracia.

2.3.4 Considerações sobre os períodos analisados no Brasil

O Quadro 1 apresenta um resumo dos principais acontecimentos levantados no Brasil, entre os anos de 1990 e 2021, em relação à política urbana, participação política e evolução tecnológica.

Quadro 1 – Síntese dos eventos identificados por período

	1990-2000 Visão positiva	2000-2010 Visão negativa	2010-2021 Visão ponderada
Política urbana	Instituição de capítulo específico da Política Urbana na Constituição Federal; Descentralização do planejamento urbano para o município; Fortalecimento do Plano Diretor, como peça política; Gestão municipal com maior capacidade de promover justiça social.	Instituição do Estatuto da Cidade com base na função social da cidade e da propriedade; Criação do Ministério das Cidades, que promovia apoio e incentivo ao planejamento urbano; Aumento na elaboração de Planos Diretores, com adesão ao conteúdo do Estatuto da Cidade, mas poucos implementados; Falta de controle do uso e ocupação do solo e piora das condições urbanas.	Uso das TIC por políticos para viabilizar interesses; Produção de dados como solução dos problemas urbanos; Política da vigilância e do controle; Maior dependência do Estado para empresas de tecnologias; Bem-estar privatizado; Necessidade de emancipação do Estado do setor privado.
Participação política	Recente democratização do país com importante papel dos movimentos sociais; Derrota dos movimentos sociais pela importância atribuída ao Plano Diretor para solucionar problemas urbanos; Aumento da participação e tomada de decisão da sociedade na política (ex. OP);	Ampliação de espaços para participação política; Enfraquecimento dos movimentos sociais; Obrigatoriedade de participação da sociedade nos Planos Diretores; Diretrizes do Conselho das Cidades para qualificar o processo participativo; Processos participativos pouco efetivos; Sociedade com baixo poder decisório;	Movimentos sociais passam a utilizar TIC para ampliar mobilização; Aumento do domínio do setor privado nas decisões políticas; Enfraquecimento da democracia e deterioração dos processos participativos; Plataformas digitais acabaram por reproduzir as mesmas deficiências para participação política dos meios presenciais.

	Permanece maior influência dos setores da produção urbana.	Predomínio tecnocrático e de setores da produção urbana.	
Evolução tecnológica	Surgimento da comunicação por redes; Transformação profunda da vivência humana; Acelerada disseminação das TIC no Brasil; Oportunidade de melhorar diálogo entre diferentes esferas; Melhoria do sistema de comunicação do país como proposta de FHC; Primeiras propostas de Governo Eletrônico com foco na melhoria da gestão do Estado; Ações de FHC abriram portas para intensificar o uso das TIC pelo Estado.	Popularização das TIC, mas significativa parcela da população sem acesso tecnológico; Continuidade das propostas de Governo Eletrônico de FHC; Lula reorientou as prioridades do Governo Eletrônico, avançando na prestação de serviços para a população; Visão negativa sobre o uso das TIC na política (falta transparência, qualidade da informação, liberdade e privacidade do cidadão, ausência de intermediários, desigualdade de acesso).	Mediação digital de todas as esferas da vida social e política; Desigualdade de acesso ainda presente; Plataformas digitais se tornam os principais canais de comunicação entre sociedade e Estado; Utilização do Governo Eletrônico mais para serviços e informação; Nova forma política que associa o populismo tradicional e o algoritmo; Novo modelo econômico baseado no extrativismo de dados.

Fonte – Elaborado por Tosin, 2021.

Conforme esta retrospectiva das últimas três décadas, é possível afirmar que as promessas realizadas nos anos 1990 foram parcialmente cumpridas, tanto em relação a instituição de um novo escopo legal voltado às cidades, que preconizavam a redução da injustiça social e um planejamento e gestão mais democráticos, quanto a inserção das TIC, que anunciavam ser instrumento para melhorias nas esferas social e política. Os eventos destacados ao longo desta parte demonstram que as questões centrais dos problemas urbanos se mantem – a dominação de determinados grupos econômicos e financeiros no planejamento e gestão urbana, e o limitado poder decisório do restante da sociedade civil, que representa a maioria da população.

A permanência da centralidade do Plano Diretor, tanto na Constituição Federal quanto no Estatuto da Cidade, já sinalizava que haveriam poucas mudanças efetivas no planejamento urbano. Apesar dos avanços constatados através da reformulação do seu conteúdo – por passar a apresentar dispositivos para ampliação da justiça social – e da sua forma de elaboração – ao incluir a participação da sociedade civil – de forma geral, não foi possível alterar como um todo o jogo de poder que envolve a produção urbana.

Mesmo que o número de Planos Diretores elaborados tenha aumentado nas duas últimas décadas, incluindo os conteúdos estabelecidos pelo Estatuto da Cidade,

poucos foram efetivamente implementados. Igualmente, as oportunidades para participação política aumentaram e diversificaram neste período, mas sem registrar maior efetividade, mantendo a sociedade com baixo poder decisório. A falta de maiores definições e de articulação entre os mecanismos previstos, sugerem que os processos participativos precisam ser melhorados. Já as gestões municipais demonstraram enfrentar dificuldades em manter a sociedade mobilizada, em articular a leitura popular com a técnica, e em lidar com setores dominantes, como os relacionados com a produção urbana.

Desta forma, é possível afirmar que os Planos Diretores permanecem apresentando resquícios tecnocráticos e conteúdos distantes da prática, na qual ainda se produzem discursos para favorecer minorias ou grupos de interesse envolvidos na produção urbana. Apesar do aumento das experiências democráticas no início do milênio, ao longo do tempo algumas destas ações acabaram por ser reduzidas ou distorcidas, para perpetuar a dominação do setor privado. No período analisado houve ampliação da participação política, entretanto, mais visível do setor privado, que já participava e dominava esse processo político, permanecendo a maioria da sociedade distante das decisões políticas.

Em relação aos movimentos sociais, houve uma redução da sua força no período analisado. No primeiro período, os movimentos sociais estavam fortalecidos e organizados, principalmente pela recente democratização do país. Já durante os próximos períodos é constatada primeiramente sua fragmentação, ocasionada fundamentalmente pelo contexto favorável vivenciado, seguida por uma maior repressão de suas manifestações⁴⁸, que agora possuíam as TIC como o maior de seus aliados.

De forma geral, é possível constatar que a postura e as prioridades tomadas por cada governante analisado, assim como as transições e a falta de continuidade entre os mandatos, condicionaram o destino da política urbana, da participação política e da forma de uso das TIC pelos Estados. Desde o início do programa Governo Eletrônico estabelecido pelo governo FHC, as promessas se concentram na ampliação da cidadania e do diálogo entre sociedade e Estado através das TIC. Como visto, as TIC possibilitam que se potencialize ações relacionadas à promoção da

⁴⁸ Segundo pesquisa realizada pelo DIEESE (2020), apesar da redução do número de greves registrada desde 2017, as mais de mil greves deflagradas em 2019 ocorreram em ambiente resolutamente hostil à sustentação de mobilizações de trabalhadores.

prática democrática, como o aproveitamento da inteligência coletiva e a ampliação da participação da sociedade na política.

Contudo, com o passar das décadas, o uso das TIC pelo Estado acabou por não aproximar a sociedade nas decisões políticas, a utilizando predominantemente para outras finalidades, como para disponibilização de serviços e informações, ou para divulgação de propaganda do próprio governo. Apenas na questão da transparência, pode-se dizer que houve relativo avanço, principalmente como cumprimento de obrigações legais estabelecidas no segundo período. Constata-se que o ambiente digital criado e desenvolvido pelo Estado nas últimas três décadas acaba por refletir as mesmas práticas políticas, apontando que as deficiências não são relacionadas somente às técnicas, ou relacionadas às infraestruturas, mas também são de ordem social, cultural e política.

A comunicação por rede possui um caráter individualista na sua essência, o que indica que o uso destas tecnologias não contribui para uma comunicação mais democrática. A discrepância entre o tempo humano e a comunicação promovida pela rede, a falta de transparência e privacidade que facilitam a manipulação e práticas de monitoramento, assim como a desigualdade de acesso às tecnologias, potencializam esta perspectiva negativa. Além da falta de interesse político de utilizar as TIC para ampliar o diálogo com a população, há uma falta interesse da própria sociedade, que também reluta em utilizar os canais digitais oferecidos.

Como já visto, o avanço tecnológico, que, ao longo das três últimas décadas foi cada vez mais se expandindo e modificando o modo de vida das pessoas, influenciou radicalmente o planejamento e gestão urbana. Atualmente a solução para os problemas urbanos é simplificada para uma questão tecnológica, que envolve a produção de mais informações. Como as tecnologias são dominadas pelo setor privado, diante do cenário atual de mediação digital de tudo, o Estado passou a ser cada vez mais dependente de empresas, o que levou a inúmeras consequências negativas às cidades, como a passagem para um bem-estar social privatizado, o enfraquecimento da democracia e uma maior dominação do mercado nas decisões políticas. Este fato demonstra que quem tem facilidade de acesso e domínio das ferramentas tecnológicas acaba por condicionar seu uso atual e futuro, estabelecendo quem manda e quem obedece no espaço urbano.

A evolução tecnológica também transformou a forma de fazer política, com a ascensão de um novo populismo associado às novas tecnologias. Neste fenômeno

atualmente vivenciado, as TIC são utilizadas para a redução das práticas democráticas. Através das TIC, autoridades políticas promovem uma comunicação individualizada voltada a manipulação, ascensão de sentimentos negativos e distorção da realidade, de forma a obter mais engajamento da população.

Por fim, enfatiza-se que após um período em que predominaram perspectivas positivas sobre o planejamento urbano, participação política e evolução das TIC, seguido por um período de visões negativas, é necessário que neste período atual se adote uma posição ponderada, mesmo diante da velocidade das transformações, que demanda uma capacidade de adaptação cada vez mais rápida. Conforme já mencionava Lévy (1993, p. 195), não é possível prever como serão utilizadas as TIC e quais as novas possibilidades oferecidas pelas tecnologias que irão surgir, mas podemos sugerir algumas previsões, o que torna essencial a compreensão da essência da técnica para identificar que há espaço para uma democracia digital. Desta forma, para desenvolver novas alternativas ao cenário social e político identificado, é necessário analisar como as técnicas são utilizadas atualmente, e é o que será realizado no estudo de caso proposto.

3 O MÉTODO DE PESQUISA

Este capítulo descreve o método de análise desenvolvido para a realização da pesquisa proposta. Sua definição foi baseada no referencial teórico especificado no capítulo anterior, assim como, em alguns aspectos, na experiência profissional da pesquisadora. Inicialmente, será realizada uma caracterização geral para situar a pesquisa em um determinado contexto metodológico, de forma a facilitar o entendimento do percurso e das decisões tomadas para a construção do método, que será apresentado a seguir.

Na presente pesquisa foi realizada uma análise qualitativa e exploratória de um estudo de caso: o processo de revisão do Plano Diretor de Teresina/PI, no período compreendido entre março de 2017 e dezembro de 2019. Conforme Gil (2012, p. 57-58), o estudo de caso é uma estratégia de pesquisa “caracterizado pelo estudo profundo e exaustivo de um ou de poucos objetos, de maneira a permitir o seu conhecimento amplo e detalhado”. Ressalta-se que esta pesquisa se concentrou apenas no processo desenvolvido para a revisão do Plano Diretor de Teresina/PI, com ênfase na leitura dos participantes envolvidos, não sendo seu foco a avaliação das propostas relacionadas ao território do município.

No Quadro 2 está esboçado um resumo da metodologia empregada, que posteriormente será detalhada. Como pode ser visto, para cada um dos objetivos específicos, que juntos auxiliaram no alcance do objetivo geral desta pesquisa, foi delineado um método de análise para atingir determinados resultados previstos.

Quadro 2 – Metodologia da pesquisa

Objetivo específico	Método	Resultado
Identificar como foram realizadas as atividades participativas que envolveram diferentes grupos da sociedade civil em documentos oficiais elaborados e relacionados com o processo de revisão do Plano Diretor de Teresina/PI (2017-2019).	Pesquisa documental em material disponível no portal eletrônico da SEMPLAN*, relatórios entregues pela <i>startup</i> Colab e produtos elaborados pela ECC*.	Descrição de como foram realizadas as principais atividades participativas que envolveram a sociedade civil.
Analisar a participação política segundo a percepção de representantes da sociedade civil, de organizações e instituições sociais, de técnicos consultores e de técnicos da Prefeitura Municipal.	Questionários com representantes da sociedade civil, de organizações e instituições sociais, da ECC*, da <i>startup</i> Colab, da WRI Brasil, e da PMT* que participaram do processo.	Identificação da percepção dos participantes em relação aos seguintes itens: Representação, Procedimentos, Informação e Resultados.
Avaliar o Grau de Participação Política dos processos participativos presencial e virtual, a partir da Escala de Participação Política formulada com base em Arnstein (1969), Souza (2018) e Gomes (2005), conforme os resultados obtidos com as percepções dos grupos sociais, verificadas pelos registros documentais.	Escala de Participação Política elaborada conforme Souza (2018) e Gomes (2005), a partir dos resultados obtidos com as percepções e os registros.	Constatação do grau de participação política atingido pelo processo participativo presencial e virtual.

ECC (Empresa de Consultoria Contratada); PMT (Prefeitura Municipal de Teresina/PI); SEMPLAN (Secretaria Municipal de Planejamento de Teresina/PI).

Fonte – Elaborado por Tosin, 2021.

Conforme demonstrado, a **pesquisa documental**, relacionada com o **primeiro objetivo específico**, é muito utilizada nas estratégias de estudos de caso por tratar especificamente de material que não foi editado ou analisado (MARTINS, TEOPHILO, 2007, p. 85-86). Os documentos analisados se referem as principais atividades decisórias realizadas durante o estudo de caso que eram abertas para participação da sociedade civil. Estas atividades foram selecionadas pela sua relevância para o andamento do processo, pela quantidade significativa de participantes e pela disponibilidade de documentos disponíveis para análise. São elas:

- O Fórum Teresina Participativa (26/04/2017 a 28/04/2017);
- A contribuição virtual para a Leitura Comunitária (27/04/2017 a 31/05/2017);
- A audiência pública de diretrizes gerais (09/03/2018);
- A audiência pública de homologação (23/10/2019).

Os documentos analisados (Quadro 3), relativos a estas atividades, foram:

- **SEMPPLAN:** notícias, atas, listas de presença, apresentações realizadas, relatórios das contribuições, editais de convocação, entre outros arquivos disponíveis no portal eletrônico oficial da SEMPLAN, responsável pelo acompanhamento na revisão do Plano Diretor;
- **Startup Colab:** relatórios entregues à SEMPLAN relacionados com a participação virtual mediada pela plataforma; e
- **ECC:** produtos entregues ao longo do processo, que representam os resultados obtidos e as decisões tomadas em cada fase do trabalho.

Quadro 3 – Documentos consultados na pesquisa documental

Fórum Teresina Participativa		
Elaboração	Tipo	Nome
SEMPPLAN	Relatório	Teresina Participativa PDOT
SEMPPLAN	Relatório	Tempos e movimentos Fórum Teresina Participativa
ECC	Relatório	Produto 1 - Plano de Trabalho
ECC	Relatório	Produto 2 - Leitura Técnica
ECC	Relatório	Produto 3 - Leitura Comunitária
SEMPPLAN	Planilha	Banco de dados participantes PDOT
SEMPPLAN	Apresentação	Relatório de atividades PDOT – junho, julho e agosto de 2017
SEMPPLAN	Apresentação	Teresina Participativa – Agora também é com você
SEMPPLAN/ ECC	Apresentação	Resultados das Salas Temáticas
SEMPPLAN/ ECC	Apresentação	Síntese das propostas para o PDOT
SEMPPLAN/Colab	Apresentação	Relatório final Teresina Participativa
Contribuição virtual para a Leitura Comunitária		
Elaboração	Tipo	Nome
ECC	Relatório	Produto 4 - Leitura da Realidade Municipal
Colab	Relatório	Consulta PDOT/Colab - Questionário
Colab	Planilha	Síntese das respostas Colab
Colab	Planilha	Plano Diretor Prefeitura Teresina (dados brutos)
Colab	Apresentação	Apresentação institucional 2017
Colab	Apresentação	Estrutura de Governança
SEMPPLAN/Colab	Apresentação	Relatório final Teresina Participativa
SEMPPLAN	Apresentação	Reuniao PDOT – Fórum para CDU
Audiência pública de diretrizes gerais		
Elaboração	Tipo	Nome
SEMPPLAN	Edital	Edital de convocação de audiência pública
SEMPPLAN	Edital	Edital SEMPLAN nº 002, de 16 de maio de 2018
SEMPPLAN	Regulamento	Regulamento da audiência pública de revisão do Plano Diretor de Teresina
SEMPPLAN	Ata	Ata da Audiência Pública de Revisão do Plano Diretor de Teresina
SEMPPLAN	Planilha	Banco de dados participantes PDOT
ECC	Relatório	Produto 5 - Minuta do Projeto de Lei do Plano Diretor de Ordenamento Territorial
ECC	Relatório	Produto 6 - Projeto de Lei do Plano Diretor de Ordenamento Territorial

Audiência pública de homologação		
Elaboração	Tipo	Nome
SEMPPLAN	Edital	Edital SEMPLAN nº 001, de 07 de outubro de 2019
SEMPPLAN	Cartaz	Cartaz 2ª audiência
SEMPPLAN	Ata	Ata da 2ª Audiência Pública de Revisão do Plano Diretor de Teresina
SEMPPLAN	Relatório	Lista de presença 2ª audiência pública PDOT
SEMPPLAN/ECC	Relatório	Sugestões 2º Audiência Pública - Resposta
ECC	Relatório	Produto 5 - Minuta do Projeto de Lei do Plano Diretor de Ordenamento Territorial
ECC	Relatório	Produto 6 - Projeto de Lei do Plano Diretor de Ordenamento Territorial
SEMPPLAN/ECC	Apresentação	Apresentação PDOT – Noções Gerais

Fonte – Elaborado por Tosin, 2021.

A análise qualitativa destes documentos diversos buscou identificar aspectos relacionados a preparação, realização e decorrência destas atividades selecionadas. Resultou desta investigação um relato das atividades que abrangeu, no mínimo, os itens de análise propostos por esta pesquisa (Representação, Procedimentos, Informação e Resultados), que serão demonstrados a seguir e que compõem a avaliação realizada pelos diferentes grupos sociais que se envolveram com o estudo de caso. Ao final desta etapa, foi possível desenvolver conclusões em relação ao processo participativo realizado, o que serviu como base para a resolução dos próximos objetivos específicos.

Para atingir o **segundo objetivo específico** – que trata da análise da percepção do público envolvido – foram aplicados **questionários** com os diferentes atores que participaram, em algum momento, do estudo de caso⁴⁹. São eles: os representantes da sociedade civil, os representantes de organizações e instituições sociais, os técnicos consultores e os técnicos municipais. Destaca-se que o questionário foi respondido pelos participantes mais de um ano após o término do processo e que isso pode ter consequências nas respostas obtidas. Por esse motivo, optou-se pela anterior realização da análise documental do processo para amenizar distorções nas percepções coletadas pelo público.

Os participantes foram identificados nas listas de presença – disponibilizadas pelo Executivo Municipal de Teresina/PI para esta pesquisa – de dois eventos realizados no início do processo que envolveram os atores alvo desta pesquisa: o

⁴⁹ O questionário não foi submetido ao Comitê de Ética na Pesquisa pela participação ser anônima.

Fórum Teresina Participativa e a primeira audiência pública⁵⁰. Estas listas de presença foram selecionadas por possuírem o registro dos endereços de correio eletrônico (*e-mails*) de todos os participantes, necessários para envio do convite para contribuição com esta pesquisa e preenchimento do questionário⁵¹. Ao todo, foram identificados 734 endereços eletrônicos diferentes nestes dois eventos que contaram com a presença de 837 pessoas. O número de endereços eletrônicos é inferior ao de pessoas, pois vários participaram em ambos os eventos. Estima-se que a quantidade de endereços eletrônicos coletados representa pouco mais da metade das pessoas que participaram do processo, pois muitas delas, provavelmente, faziam parte das 812 pessoas que participaram da consulta virtual e da segunda audiência pública.

Os 734 convites foram enviados em três períodos diferentes: 16/09/20 a 25/09/20, 19/10/20 a 23/10/20, e 25/01/21 a 27/01/21. Foram necessárias três tentativas para alcançar a expectativa inicial de respostas, visto que não foi possível atingir a quantidade esperada com os dois primeiros envios. Optou-se por não encaminhar os convites nos meses de novembro e dezembro por ser um período eleitoral e de encerramento do ano, na qual as pessoas provavelmente teriam pouco tempo ou disposição para se dedicar a tarefas extras. Respectivamente em cada período, foram recebidas 27, 11 e 16 respostas nos questionários, contabilizando ao todo 54 contribuições: 17 de representantes da sociedade civil (de 171 convites enviados), 10 de representantes de organizações e instituições sociais (de 347 convites enviados), 7 de técnicos consultores (de 10 convites enviados) e 20 de técnicos municipais (de 206 convites enviados).

Decidiu-se pela aplicação de questionários no ambiente virtual por igualar a oportunidade de participação entre os diferentes atores e pela facilidade da coleta de dados, visto se tratar de um público diverso e que está localizado em diferentes regiões do Brasil. Os questionários foram desenvolvidos na ferramenta digital Google Formulários, pela familiaridade e facilidade de manuseio, e foram submetidos a pré-testes antes de serem oficialmente aplicados. Segundo Martins e Teophilo (2007, p. 90), o questionário “trata-se de um conjunto ordenado e consistente de perguntas a respeito de variáveis e situações que se deseja medir ou descrever”. Neste

⁵⁰ Ao longo do processo de revisão do Plano Diretor de Teresina/PI foram realizadas outras atividades que envolveram todos esses atores, como será demonstrado a seguir.

⁵¹ A *startup* Colab não disponibilizou os endereços eletrônicos das 680 pessoas que participaram da consulta virtual por cumprimento às políticas de privacidade da empresa. Na segunda audiência pública não foram coletados os endereços eletrônicos dos 132 participantes nas listas de presença.

questionário, as perguntas obrigatórias eram fechadas, com alternativas de resposta para facilitar o preenchimento e análise, e as perguntas opcionais eram abertas, na qual é possível realizar explicações ou comentários adicionais.

A estrutura do questionário era composta basicamente por sete seções: (1) informações gerais, (2) identificação, (3) representatividade, (4) procedimentos, (5) informações, (6) resultados, (7) avaliação final. Ao todo, o questionário continha 19 perguntas: seis na seção de identificação, três na representatividade, quatro nos procedimentos, dois nas informações, três nos resultados e um na avaliação final. Sobre o conteúdo, na seção um eram explicitados os principais aspectos relacionados com o questionário: seu objetivo e público alvo, o tempo previsto para resposta, a segurança e benefícios para os participantes, e o conceito do processo participativo.

Já na seção dois, o participante devia preencher com suas características pessoais, com a garantia de proteção e anonimato dos dados disponibilizados. Os dados solicitados eram: idade, gênero, renda familiar mensal, local de moradia, grupo que representou no processo (representante de sociedade civil, representante de organização ou instituição social, técnico consultor, ou técnico municipal), e tipo de atividade que participou (presencial, virtual ou presencial e virtual). Solicitou-se estas informações pela possibilidade de variação da percepção conforme contexto social, cultural e econômico vivenciado pelo respondente, mesmo dentro do grupo que representou.

As próximas seções foram elaboradas conforme método de avaliação desenvolvido especificamente para análise deste estudo de caso. Conforme já mencionado, não há consenso sobre qual método deve ser empregado para avaliar os processos participativos, pelas diferentes formas que podem ser realizados (o que os torna dificilmente comparáveis entre si) e pela divergência sobre as características que devem apresentar para serem efetivamente participativos. Assim, optou-se por construir um método de avaliação baseado em Abelson et al. (2003) e Rowe e Frewer (2000), por se complementarem e serem compatíveis com as características do estudo de caso proposto.

Como visto, os Elementos Básicos de Abelson et al. (2003, p. 244) abrangem as principais características que devem ser observadas em um processo participativo. Já os Critérios de Avaliação de Rowe e Frewer (2000) sugerem subitens de análise que visam avaliar a efetividade dos processos participativos. Estes, foram adaptados e relacionados com os Elementos Básicos de Abelson et al. (2003), de forma a compor

o método de avaliação desta pesquisa. Para a análise do estudo de caso, foram estabelecidos um conjunto de itens para cada aspecto fundamental do processo participativo.

A **Representação (RP)** diz respeito ao alcance do processo participativo ou à diversidade de participação obtida, vinculada aos princípios de legitimidade e justiça social. Sobre a Representatividade, foram analisados os seguintes itens:

- **Características dos participantes (RP1):** identificar se houve quantidade e diversidade significativa de participantes, considerando a população total do município, as diferentes regiões geográficas municipal, grupos de gêneros, faixas etária e de renda;
- **Forma de manifestação (RP2):** investigar a quantidade de contribuições realizadas pelos participantes durante as atividades;
- **Temas debatidos (RP3):** verificar se houve predominância de assuntos abordados nos encontros realizados, como temas políticos (por exemplo sobre procedimentos adotados, eleições, participação social e interesses políticos), relacionados ao mercado (por exemplo sobre atividades econômicas, setor imobiliário, industrial e comercial), conteúdos técnicos (por exemplo sobre leis, normas e tendências do planejamento urbano) e demandas sociais (por exemplo sobre moradia, educação, saúde e saneamento básico).

Os **Procedimentos (P)** se referem aos aspectos metodológicos utilizados para a realização do processo participativo, que devem garantir uma esfera de debate legítima, justa e igualitária. Em relação aos Procedimentos, os itens analisados foram:

- **Forma de divulgação (P1):** investigar a diversidade de meios utilizados, o alcance em relação às diferentes regiões geográficas e se houve tempo suficiente para divulgação prévia das atividades;
- **Acesso à recursos e ferramentas (P2):** identificar a disponibilidade de recursos e ferramentas necessários para realizar contribuições;
- **Liberdade de manifestação (P3):** avaliar se os participantes se sentiram livres para manifestar e contribuir durante a atividade;
- **Tempo disponibilizado (P4):** verificar se o tempo disponibilizado para manifestação e contribuição dos participantes foi suficiente

A **Informação (I)** está relacionada, principalmente, com a forma e qualidade em que é emitida e recebida pelos participantes. Sobre a Informação, foram analisados os determinados itens:

- **Transmissão da informação (I1):** avaliar a forma como as informações foram transmitidas, se ficaram claras para entendimento da atividade e se houve tempo suficiente para assimilação por parte dos participantes;
- **Recebimento e entendimento da informação (I2):** identificar se as informações transmitidas foram compreendidas pelos participantes.

Os **Resultados (R)** estão vinculados com o nível de responsividade e de aproveitamento das contribuições realizadas pelos participantes no produto final, que neste caso é a minuta de lei. Sobre os Resultados, os itens analisados foram:

- **Transparência (R1):** investigar se houve divulgação dos resultados obtidos com as atividades;
- **Resposta/feedback (R2):** avaliar se houve resposta ou *feedback* quanto ao aproveitamento das contribuições realizadas nas atividades;
- **Impacto das propostas (R3):** identificar se as contribuições realizadas nas atividades influenciaram na elaboração do produto final;
- **Satisfação dos participantes (R4):** verificar se os participantes ficaram satisfeitos com o processo participativo realizado.

O Quadro 4 a seguir demonstra um resumo do método desenvolvido para análise do processo participativo.

Quadro 4 – Método de análise

Representação (RP)	Procedimentos (P)	Informação (I)	Resultados (R)
Características dos participantes (RP1)	Forma de divulgação (P1)	Transmissão da informação (I1)	Transparência (R1)
Forma de manifestação (RP2)	Acesso à recursos e ferramentas (P2)	Recebimento e entendimento da informação (I2)	Resposta/ <i>feedback</i> (R2)
Temas debatidos (RP3)	Liberdade de manifestação (P3)		Impacto das propostas (R3)
	Tempo disponibilizado (P4)		Satisfação dos participantes (R4)

Fonte – Elaborado por Tosin, 2020.

Retomando, a partir da sessão três, o questionário foi elaborado seguindo a estrutura de avaliação proposta, assim como seus respectivos itens de análise⁵². Para

⁵² Ver Apêndice A.

cada pergunta, o respondente podia se abster de responder ou escolher um valor em uma escala que variava de 1 (negativo) a 5 (positivo), mesma quantidade de graus que a Escala de Participação Política, desenvolvida para avaliação do processo participativo e que será demonstrada na sequência. Era opcional explicar o porquê de sua resposta e deixar um comentário ao final da sessão. O questionário foi elaborado de forma que a avaliação das atividades presenciais e virtuais fossem realizadas separadamente, para os métodos serem passíveis de comparação. Após a aplicação dos questionários, as respostas das perguntas fechadas foram analisadas estatisticamente e as respostas discursivas qualitativamente, visto que complementam e fornecem indícios dos resultados numéricos obtidos.

Inicialmente, as respostas das perguntas fechadas foram classificadas em negativas (1 e 2), neutras (3) e positivas (4 e 5). Neste caso, por exemplo, a avaliação de um quesito foi considerada positiva quando a soma das respostas 4 e 5 foi superior a quantidade de respostas neutra (3) e a soma das respostas negativas (1 e 2). Para cada pergunta se identificou a percepção predominante do grupo de forma geral e para as atividades presenciais e virtuais separadamente. Também foram mencionados a quantidade de abstenções e os principais comentários escritos pelos respondentes.

A análise foi realizada separadamente para cada grupo, procurando identificar sua percepção geral, assim como possíveis divergências, conforme contexto social, cultural e econômico. Como mencionado anteriormente, cada grupo social cumpre papéis diferentes em um processo participativo, por possuírem atribuições, objetivos, interesses e poder de tomada de decisão diversos. Por isso, é relevante a identificação das percepções dos grupos de forma separada, para atingir uma análise mais fidedigna do processo participativo realizado.

Para a próxima etapa de análise, relativa ao **terceiro objetivo específico**, foi elaborada uma **Escala de Participação Política**, baseada na Escada de Participação de Arnstein (1969), Escala de Avaliação de Souza (2018) e na Escala de Democracia Digital de Gomes (2005), conforme demonstrado no Capítulo 2.2.3. Como esta pesquisa pretende avaliar um processo participativo que conteve tanto atividades presenciais quanto virtuais, optou-se pela utilização destas três escalas para a composição de uma quarta.

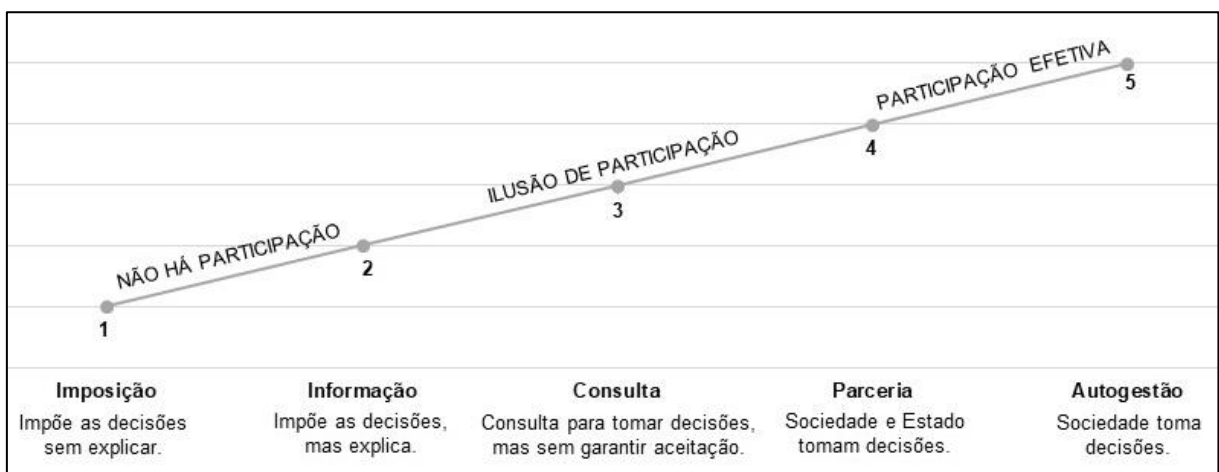
Como visto, duas das escalas são baseadas na realidade brasileira e todas compartilham semelhanças entre si. Apesar de não possuírem o mesmo número de

graus, as escalas iniciam com uma participação política inexistente, que evolui para uma participação política ilusória, atingindo, por fim, uma participação política efetiva, em que a sociedade civil possui real poder decisório. A lógica destas escalas foi mantida na formulação da Escala de Participação Política. Já os graus foram adaptados para a análise do estudo de caso proposto:

- **Imposição (1):** processos participativos em que o Estado não está aberto para o diálogo com a sociedade, as decisões são impostas e há uma indução para a aceitação dos participantes;
- **Informação (2):** processos participativos em que o Estado se torna mais transparente ao disponibilizar para a sociedade as informações que levaram as decisões tomadas;
- **Consulta (3):** processos participativos em que o Estado consulta a sociedade, mas sem garantir que suas opiniões serão consideradas na decisão final;
- **Parceria (4):** processos participativos em que o Estado compartilha a tomada de decisões com a sociedade civil, estabelecendo uma divisão igualitária de poderes;
- **Autogestão (5):** processos participativos em que a sociedade possui maior poder decisório, pode decidir mesmo sem anuência do Estado.

Conforme demonstra o Gráfico 2, quanto maior o Grau de Participação Política, maior o poder decisório da sociedade civil.

Gráfico 2 – Escala de Participação Política para avaliação do processo participativo



Fonte – Elaborado por Tosin, 2020.

Esta escala desenvolvida foi utilizada para avaliar o Grau de Participação Política atingido pelo processo de revisão do Plano Diretor de Teresina/PI, a partir das

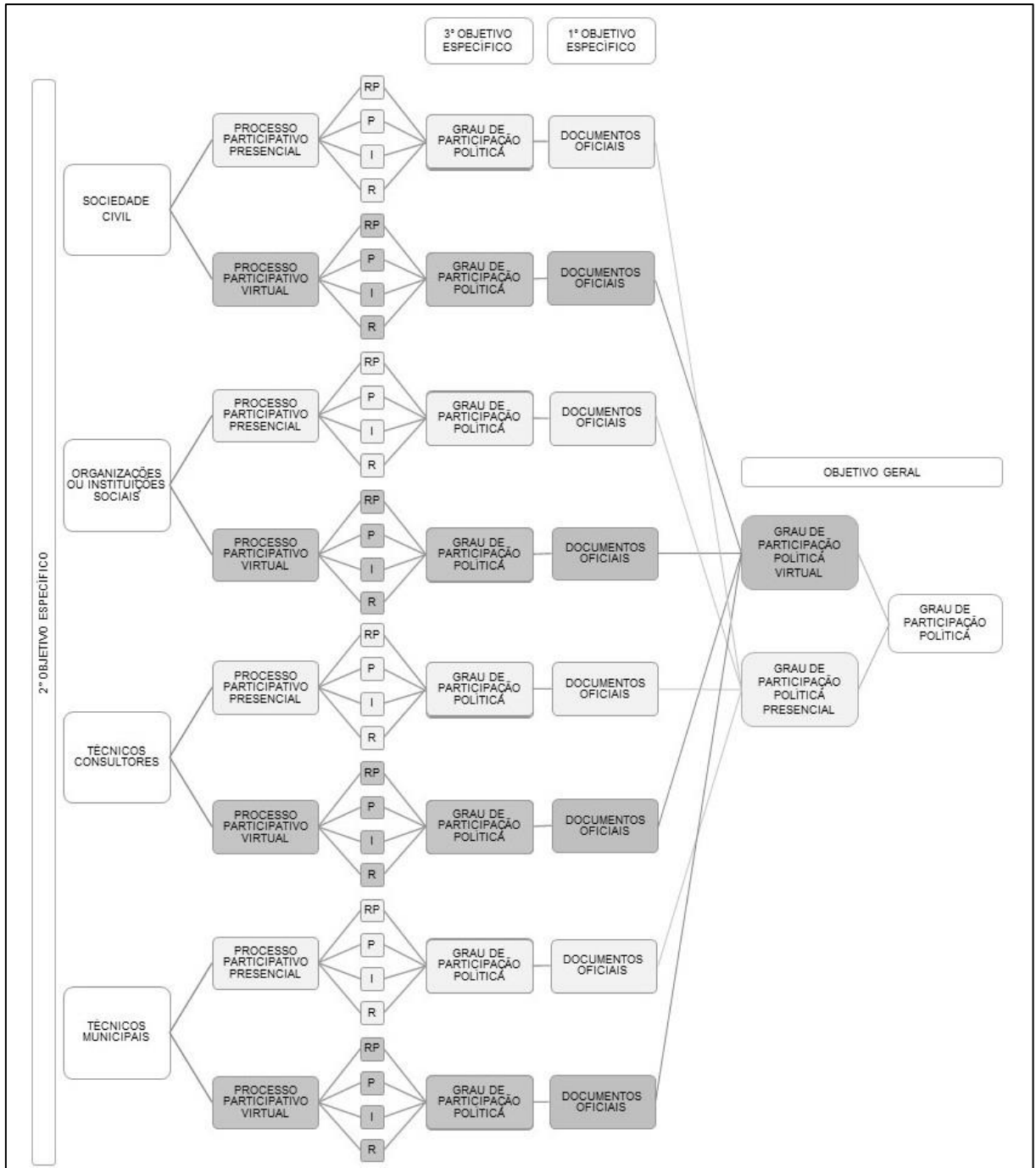
percepções obtidas pelos diferentes atores que participaram. Nesta etapa, o grau foi determinado a partir da resposta predominante, considerando se a avaliação foi negativa, neutra ou positiva. Ou seja, se a análise foi positiva, a maior concentração de respostas entre o 4 e 5 indicou o grau alcançado. O Grau de Participação Política foi estabelecido tanto para as atividades presenciais e virtuais, quanto na síntese geral de respostas, para cada item de análise e no total.

Identificado o grau alcançado pelo processo participativo, procurou-se através dos resultados obtidos com o primeiro objetivo específico a afirmação ou contestação do obtido com os questionários. Como os documentos foram elaborados durante o desenvolvimento do trabalho, estes permitem demonstrar aspectos que não foram considerados relevantes aos olhos dos participantes, assim como reforçar determinado ponto de vista, através da correlação dos dados alcançados.

Atingida esta fase, foi possível partir para o **objetivo geral** da pesquisa de avaliar o grau de participação política através da relação entre os processos participativos presencial e virtual. Para isso, foi estipulado o **Grau de Participação Política** do processo participativo presencial e virtual, de forma geral, considerando os mesmos indicadores e os resultados atingidos na etapa anterior. Os graus estipulados também foram analisados de forma conjunta para se obter um panorama geral do processo participativo realizado. Por fim, foram realizadas algumas considerações finais e possíveis encaminhamentos da pesquisa, conforme referencial teórico.

O Gráfico 3 demonstra um resumo da metodologia descrita neste capítulo.

Gráfico 3 – Metodologia da pesquisa



Fonte – Elaborado por Tosin, 2020.

4 O MUNICÍPIO DE TERESINA/PI

Neste capítulo é apresentado o objeto do estudo de caso proposto – o município de Teresina/PI. Inicialmente, são demonstradas suas características gerais consideradas relevantes para o desenvolvimento desta pesquisa. Após, é contextualizado o planejamento urbano no município, a partir dos Planos Diretores elaborados e do uso das TIC pela gestão municipal. Em resumo, são dois os assuntos abordados: (1) os aspectos territoriais e socioeconômicos de Teresina/PI e, (2) o planejamento e gestão urbana de Teresina/PI.

4.1 OS ASPECTOS TERRITORIAIS E SOCIOECONÔMICOS DE TERESINA/PI

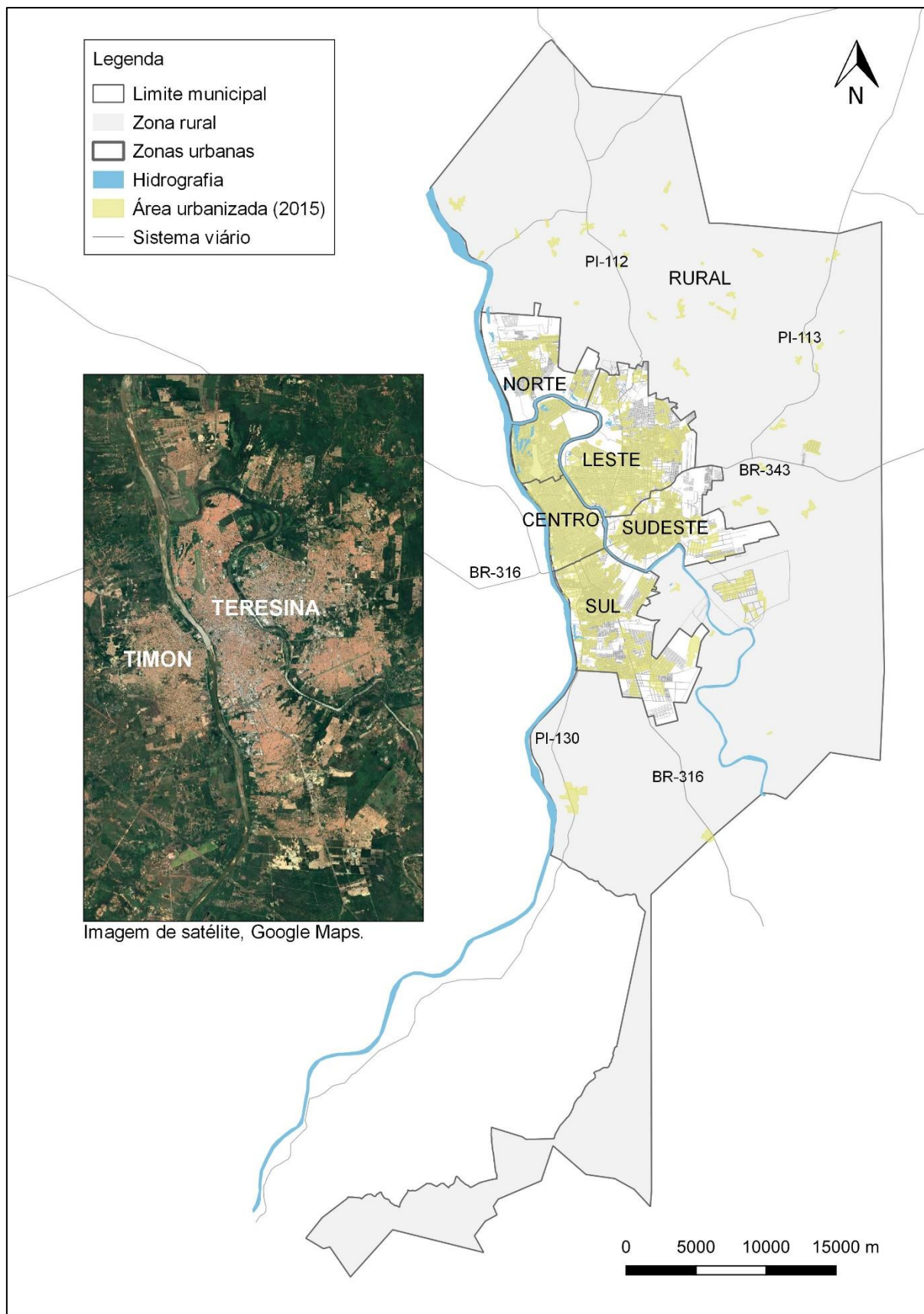
Neste capítulo é apresentado o objeto do estudo de caso proposto – o município de Teresina/PI. Inicialmente, são demonstradas suas características gerais consideradas relevantes para o desenvolvimento desta pesquisa. Após, é contextualizado o planejamento urbano no município, a partir dos Planos Diretores elaborados e do uso das TIC pela gestão municipal. Em resumo, são dois os assuntos abordados: (1) os aspectos territoriais e socioeconômicos de Teresina/PI e, (2) o planejamento e gestão urbana de Teresina/PI.

Teresina, capital do estado do Piauí, está localizada na região Nordeste do Brasil e na Mesorregião do Centro-Norte Piauiense. O município faz divisa com o estado do Maranhão, mais especificamente com o município de Timon, conurbado e dependente de Teresina/PI. Os principais acessos rodoviários do município são: ao norte, a rodovia PI-112; ao leste, a rodovia BR-343; ao sul, as rodovias BR-316 e a PI-130; e ao oeste, a rodovia BR-316. Dois cursos d'água atravessam seu território: o rio Parnaíba, maior do estado do Piauí, que faz divisa com o estado do Maranhão; e o rio Poti, que divide a área urbana. Sua posição estratégica, próxima a estes importantes cursos da água, e sua topografia relativamente plana, foram fundamentais para sua escolha como capital do estado em 1852 (BRAZ E SILVA, 2011, p. 56).

Seu território possui aproximadamente 1396 km² (IBGE, 2017), sendo predominante a área rural (83%) em detrimento da área urbana (17%). Como a parcela urbana possui uma extensão significativa (240 km²) o poder público municipal, através das leis nº 2.960 e 2.965 do ano de 2000, subdividiu o território em cinco áreas

de ação, para descentralização e, conseqüentemente, aproximação dos serviços públicos à população. Foram instituídas quatro Superintendências de Desenvolvimento Urbano (SDU) na área urbana (Centro-Norte, Sul, Leste e Sudeste) e uma Superintendência de Desenvolvimento Rural (SDR). Na Figura 1, é possível identificar os principais aspectos físico-territoriais do município.

Figura 1 – Aspectos físico-territoriais de Teresina/PI



Fonte – Elaborado por Tosin, 2021, a partir de material da SEMPLAN e IBGE (2015).

A zona Rural de Teresina/PI não possui representatividade econômica para o município, como pode ser constatado pelo seu Valor Adicionado Bruto (VAB), demonstrado na Tabela 2. Os índices de 2018 demonstram que a agropecuária representava apenas 0,3% da produção do município, já a indústria 15,7%, a administração pública 22,9% e os serviços 61,1%. Entre os anos de 2014 e 2017, o setor secundário da indústria de transformação apresentou leve decréscimo, a administração pública registrou um suave crescimento, o setor de serviços manteve sua superioridade e o agropecuário sua baixa representatividade. O Produto Interno Bruto (PIB) e o PIB *per capita* registraram crescimento no período analisado.

Tabela 2 – PIB e VAB de Teresina/PI (2014 e 2018)

Ano	PIB (R\$ 1.000)	PIB <i>per capita</i> (R\$)	VAB (R\$ 1.000)				
			AGRO	IND	SERV	ADM	TOTAL
2014	17.774.629	21.145,17	47.358	3.613.192	8.960.004	2.867.621	15.488.175
			0,3%	23,3% (2)	57,9% (1)	18,5% (3)	100%
2018	20.961.472	24.333,00	52.437	2.777.248	10.837.744	4.061.278	17.728.706
			0,3%	15,7% (3)	61,1% (1)	22,9% (2)	100%

AGRO (Agroindústria); IND (Indústria), SERV (Serviços), ADM (Administração Pública).

Fonte – IBGE, 2017.

Estes dados indicam que o comércio e a prestação de serviços são relevantes para a economia teresinense. Segundo a SEMPLAN, o desenvolvimento deste setor é principalmente relacionado aos serviços de saúde e, em segundo lugar, ao educacional, ambos mais concentrados nas zonas Centro e Leste da cidade. Estes aspectos sugerem que há qualidade na saúde e educação no município e que essas zonas são mais desenvolvidas que as demais da cidade. O desenvolvimento deste tipo de atividade no município pode ser explicado pela sua posição geográfica e seu raio de influência nos municípios do interior do Nordeste e da região Norte brasileira.

Surpreende que o setor primário tenha uma participação pouco expressiva na economia municipal, pela zona Rural possuir significativa extensão territorial e recursos hídricos abundantes, fator favorável à produção. A quantidade de terras ociosas aponta para um potencial inexplorado para o desenvolvimento primário no município. Na zona Rural estão localizadas uma variedade de atividades não agrícolas, tais como empreendimentos de condomínios residenciais de alto padrão, conjuntos de casas populares e galpões industriais, visto que apresenta razoável oferta de infraestrutura e serviços básicos. Essas ocupações de perfil populacional diverso são pontuais e dispersas ao longo do território rural, e parte delas pode ser

visualizada na Figura 1. Destaca-se que a população rural registrou crescimento entre os Censos Demográficos de 2000 e 2010, conforme demonstra a Tabela 3.

Tabela 3 – Evolução da população urbana e rural de Teresina/PI (1991, 2000 e 2010)

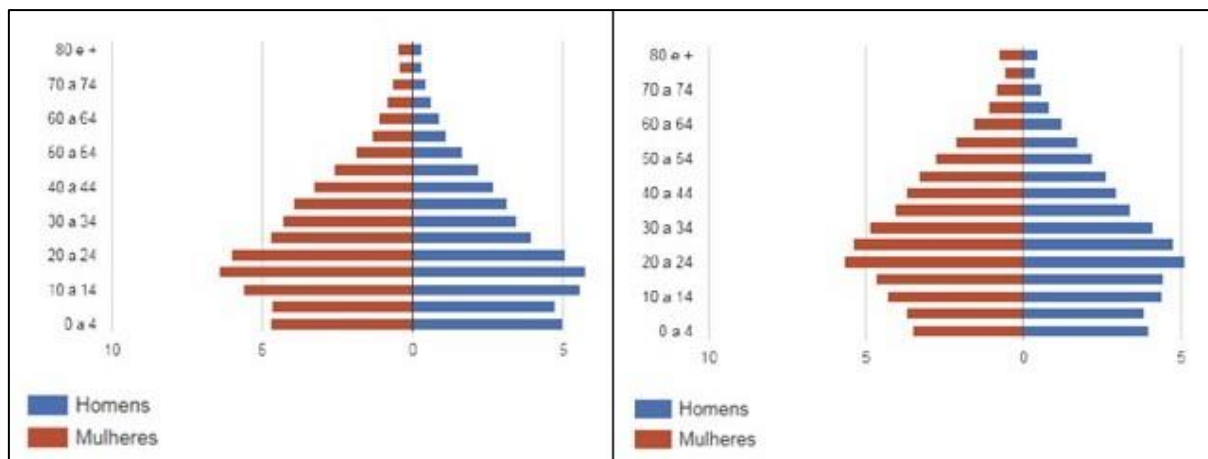
	1991		2000		2010	
	Habitantes	%	Habitantes	%	Habitantes	%
Total	599.272	100	715.360	100	814.230	100
Urbana	556.911	92,9	677.470	94,7	767.557	94,3
Rural	42.361	7,1	37.890	5,3	46.673	5,7

Fonte: IBGE, 2017.

A caracterização que será realizada a seguir, possui como foco aspectos que irão auxiliar na análise do estudo de caso proposto. São eles: faixa etária, sexo, renda, densidade populacional, educação e acesso às TIC. A maior parte dos dados são baseados nos Censos Demográficos desenvolvidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Como o último Censo data de 2010, há uma defasagem nos dados para realização desta pesquisa. Por isso, quando possível, foram utilizados outros indicadores para aproximação da realidade atual. Procurou-se também agregar as informações por zona, conforme regionalização municipal instituída e utilizada por esta pesquisa (Centro, Leste, Norte, Sudeste, Sul e Rural), de forma a facilitar a posterior análise do estudo de caso.

No que diz respeito à distribuição da população por faixa etária, o município segue a tendência nacional de estreitamento de sua base da pirâmide etária – há uma diminuição de sua população mais jovem, em comparação com a população adulta e idosa. As estimativas populacionais apontam uma certa estagnação do crescimento populacional para os próximos anos. A taxa de crescimento na última década (de 2011 a 2020) foi de 5,6% e no último ano (de 2019 a 2020) foi previsto um crescimento de apenas 0,4% (IBGE, 2017). No Gráfico 4 é possível observar a sistematização dos dados de faixa etária e sexo dos Censos 2000 e 2010.

Gráfico 4 – Pirâmide etária de Teresina/PI (2000 à esquerda e 2010 à direita)



Fonte – IBGE, 2017.

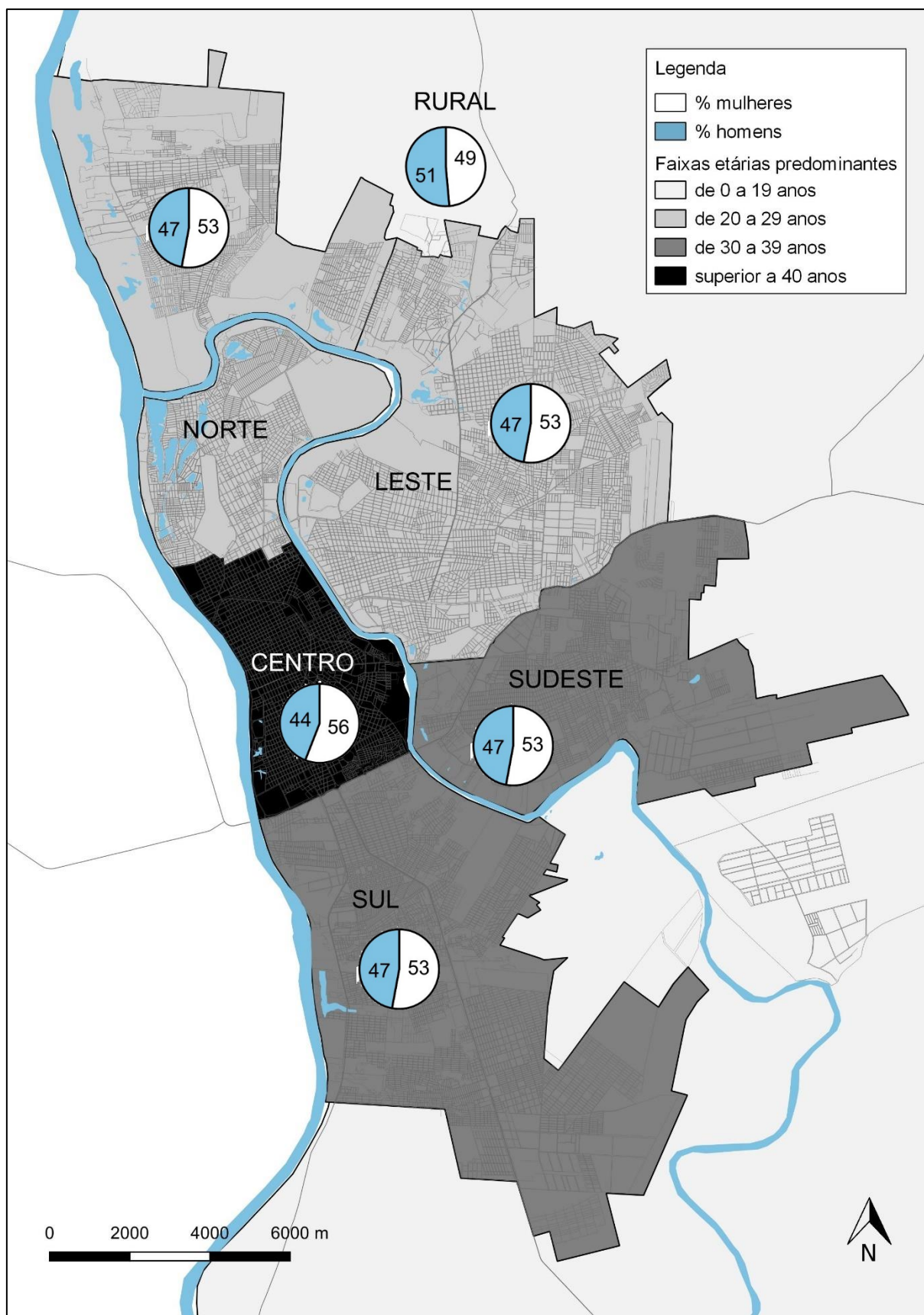
De forma geral, como pode ser constatado na Tabela 4 que demonstra os dados por zona, predomina no município a população na faixa etária de 20 a 29 anos e do sexo feminino. A zona Centro concentra a maior proporção de moradores com mais de 40 anos, assim como de mulheres, em relação as demais regiões. A zona Leste possui maior representatividade de pessoas na faixa de 20 a 29 anos e de mulheres na faixa de 30 a 39 anos. Já a zona Norte se destaca pela concentração da população na faixa etária de 20 a 29 anos e de 50 a 59 anos, de mulheres com idade superior a 50 anos e de homens com até 29 anos. A zona Sudeste abriga em maior quantidade a faixa etária de 30 a 39 anos. A zona Sul é caracterizada pela concentração na faixa etária entre 30 a 39 anos e da população mais jovem, principalmente de idade entre 0 a 9 anos, e entre as mulheres, a faixa etária de 0 a 19 anos. Por fim, a zona Rural também abriga grande parte da população mais jovem, entre 0 a 19 anos, e masculina, na qual também é representativa as faixas etárias entre 20 e 29 anos e 60 e 69 anos. A Figura 2 demonstra as características predominantes de cada zona do município.

Tabela 4 – Faixa etária por zona e sexo em Teresina/PI (2010)

Total (%)									
	0-9	10-19	20-29	30-39	40-49	50-59	60-69	70-mais	Total
Centro	11,2	15,5	20,8	15,0	14,0	10,4	6,4	6,7	100
Leste	14,6	17,8	21,5	17,0	12,6	8,6	4,6	3,2	100
Norte	15,3	18,1	21,2	16,4	12,2	8,8	4,5	3,4	100
Sudeste	15,4	18,4	20,9	17,2	12,8	8,4	4,1	2,8	100
Sul	15,6	18,3	20,6	17,0	12,6	8,4	4,4	3,1	100
Rural	18,1	19,6	20,3	14,6	10,1	7,9	5,3	4,2	100
Mulheres (%)									
	0-9	10-19	20-29	30-39	40-49	50-59	60-69	70-mais	Total
Centro	5,6	8,1	11,2	8,4	8,2	6,0	3,9	4,5	55,9
Leste	7,2	8,9	11,6	9,4	7,0	4,8	2,5	1,9	53,3
Norte	7,5	9,1	11,1	8,8	6,8	5,0	2,5	2,1	52,9
Sudeste	7,6	9,3	11,1	9,4	7,1	4,7	2,3	1,7	53,2
Sul	7,7	9,3	11,0	9,3	6,9	4,7	2,5	1,9	53,2
Rural	8,7	9,7	9,7	6,9	5,1	3,9	2,6	2,1	48,6
Homens (%)									
	0-9	10-19	20-29	30-39	40-49	50-59	60-69	70-mais	Total
Centro	5,6	7,5	9,6	6,5	5,8	4,4	2,5	2,2	44,1
Leste	7,5	8,9	9,9	7,6	5,6	3,8	2,1	1,3	46,7
Norte	7,9	9,0	10,2	7,5	5,4	3,9	2,0	1,3	47,1
Sudeste	7,8	9,1	9,8	7,9	5,7	3,8	1,8	1,1	46,8
Sul	7,9	9,0	9,6	7,7	5,6	3,7	1,9	1,2	46,8
Rural	9,4	9,9	10,6	7,7	5,0	3,9	2,8	2,1	51,4

Fonte: IBGE, 2017.

Figura 2 – Faixas etárias e sexo predominante por zona de Teresina/PI



Fonte – Elaborado por Tosin, 2021, a partir do Censo Demográfico de 2010.

Em relação a renda, os dados indicam que há desigualdade socioeconômica entre as diferentes zonas do município, assim como entre homens e mulheres. Isso pode ser constatado na Tabela 5, que demonstra a porcentagem de pessoas com 10 anos ou mais de idade por faixa de renda, conforme dados do Censo 2010.

Tabela 5 – Renda nominal mensal por zona de Teresina/PI (2010)

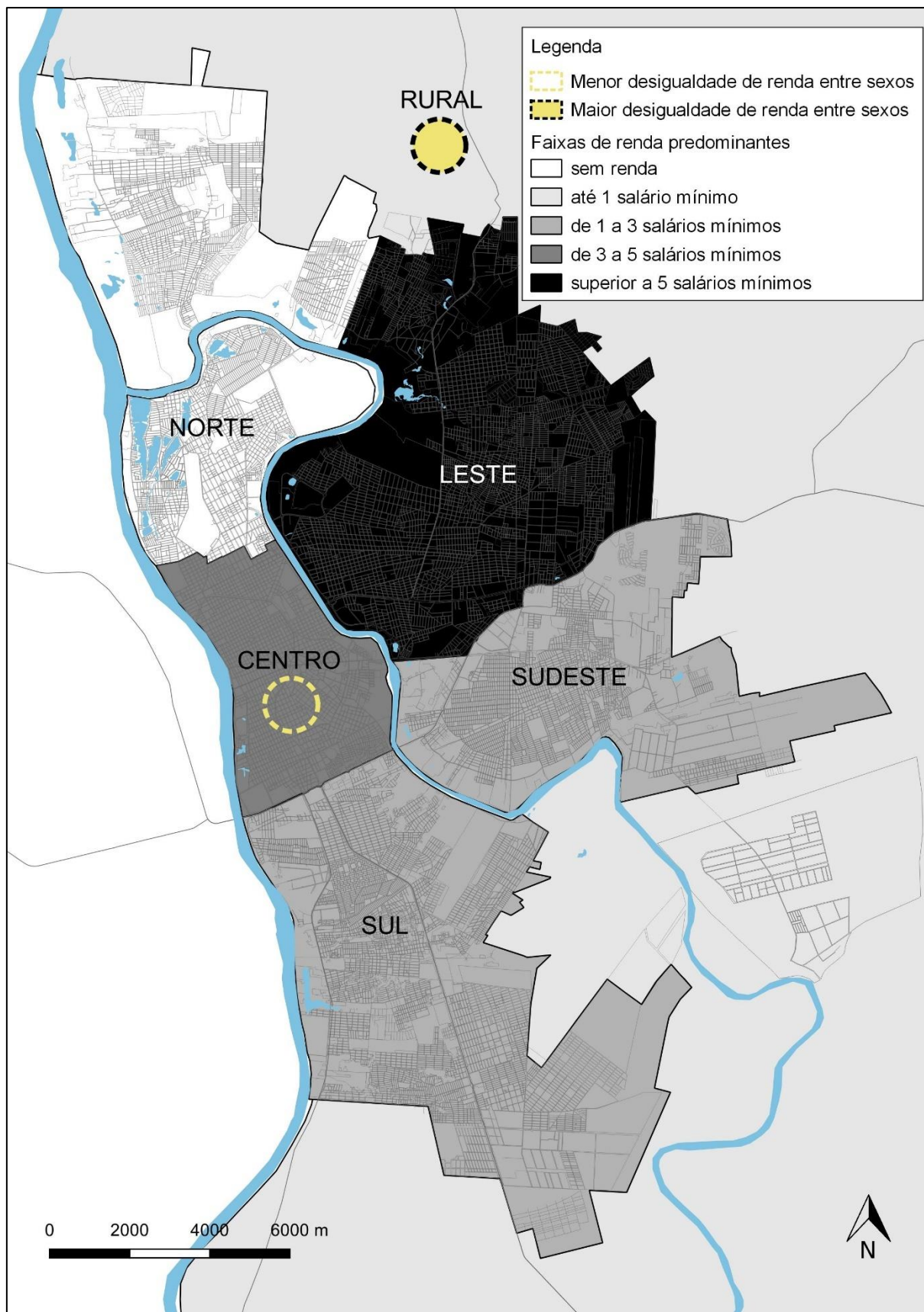
	Até 1 SM (%)	De 1 a 3 SM (%)	De 3 a 5 SM (%)	De 5 a 10 SM (%)	Superior a 10 SM (%)	Sem renda (%)	Total (%)
Centro	26,8	21,4	7,1	6,4	2,9	35,4	100
Leste	28,8	16,3	5,0	6,9	5,8	37,1	100
Norte	34,4	18,9	3,3	2,1	0,6	40,8	100
Sudeste	34,7	22,0	3,0	1,4	0,3	38,7	100
Sul	33,2	21,1	3,9	2,4	0,5	38,9	100
Rural	45,2	9,3	0,7	0,4	0,2	44,2	100
	Até 1 SM (%)	De 1 a 3 SM (%)	De 3 a 5 SM (%)	De 5 a 10 SM (%)	Superior a 10 SM (%)	Sem renda (%)	Mulheres renda* (%)
Centro	12,6	17,0	26,0	27,1	22,7	14,0	86,8
Leste	18,3	17,6	24,9	39,3	62,3	19,8	69,3
Norte	23,1	21,5	17,5	12,7	6,5	23,0	71,5
Sudeste	17,4	18,7	11,7	6,4	2,3	16,3	67,2
Sul	20,9	22,5	19,0	13,8	5,5	20,5	70,2
Rural	7,7	2,7	0,9	0,7	0,6	6,3	52,5
Total (%)	100	100	100	100	100	100	-

*Percentual em relação a renda dos homens.

Fonte: IBGE, 2017.

A partir destes dados, é possível constatar que as zonas Rural e Norte possuem maior concentração de pessoas sem renda e com rendimento nominal mensal de até 1 Salário Mínimo (SM), assim como a zona Rural possui maior desigualdade de renda entre homens e mulheres. Já as zonas Sudeste e Sul apresentam predominantemente população com renda de 1 a 3 SM, como também é representativa a faixa de até 1 SM. Na zona Centro predomina as pessoas com renda mensal entre 3 e 5 SM, assim como pela faixa de 5 a 10 SM, sendo a área com menor desigualdade de salário entre homens e mulheres. Na zona Leste predominam as maiores faixas de renda – de 5 a 10 SM e superior a 10 SM. Na Figura 3 é possível ver a predominância das faixas de renda por zona.

Figura 3 – Faixas de renda por zona de Teresina/PI



Fonte – Elaborado por Tosin, 2021, a partir de IBGE (2017).

Como os dados do último Censo são de 2010, complementarmente à renda, será analisada a localização das Habitações de Interesse Social (HIS) no município. Em levantamento disponibilizado pela SEMPLAN em 2017, foram identificados três tipos de ocupações da população de baixa renda: loteamentos de HIS⁵³, empreendimentos do PMCMV e vilas e favelas⁵⁴. De forma geral, a incidência de ocupação de HIS está mais concentrada nas zonas Sul (dos três tipos) e Sudeste (de loteamentos, vilas e favelas), seguidas pelas zonas Leste (dos três tipos) e Norte (dos três tipos) ⁵⁵, e por último, com ínfima representatividade, na zona Centro (de loteamentos, vilas e favelas), como pode ser visualizado na Figura 4.

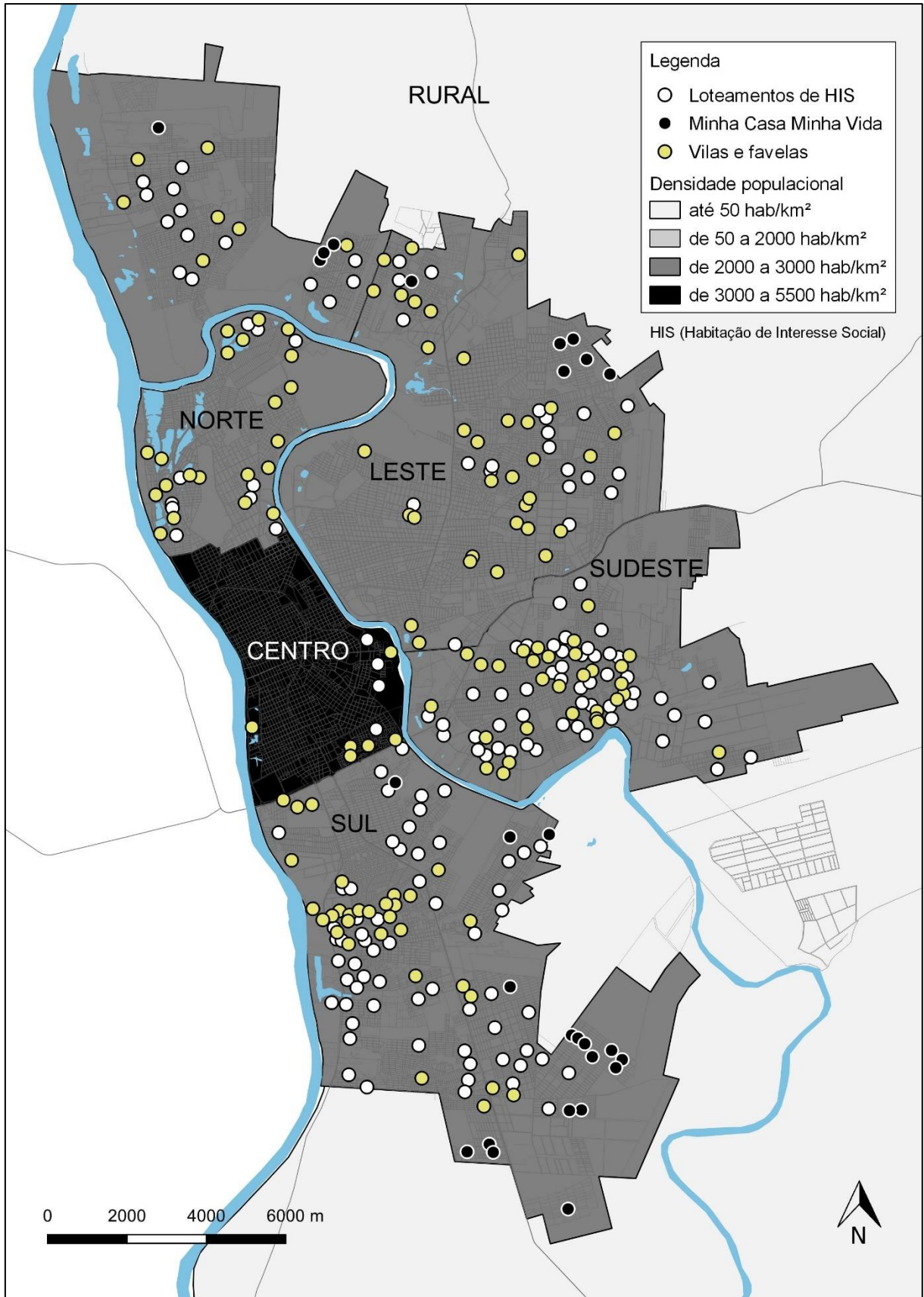
Quanto à densidade populacional, é variável no território, apresentando zonas mais e menos densas, como também demonstrado na Figura 4. A maior densidade está situada na zona Centro, que possui a menor extensão territorial do município, e a menor na zona Rural, que, por sua vez, apresenta a maior área absoluta. Dentre as demais zonas urbanas, podem ser ordenadas da maior para a menor densidade: Sudeste, Norte, Leste e Sul.

⁵³ Neste quesito, estão incluídos os parques e residenciais identificados pelo poder público municipal.

⁵⁴ Ocupações informais e assentamentos autoproduzidos pela própria população.

⁵⁵ Na extremidade da zona Norte está localizado um dos maiores investimentos do PAC do Governo Federal, o assentamento popular Jacinta Andrade que reúne aproximadamente quatro mil unidades habitacionais.

Figura 4 – Densidade demográfica e ocupação urbana em Teresina/PI



Fonte – Elaborado por Tosin, 2021, a partir de material da SEMPLAN e do IBGE (2017).

Essa variação de renda e densidade entre as zonas do município pode ser explicada a partir de alguns processos sócio espaciais que marcaram sua estruturação urbana. Na década de 1960 houve uma intensa migração da população de alta renda do centro tradicional para a zona Leste, e já na década de 1980, iniciava-se um processo de verticalização nesta mesma região, demonstrando a preferência das classes média e alta teresinense por apartamentos (FAÇANHA, 2003, p. 60-63). Já nas zonas Sul, Sudeste e, em menor quantidade, na Norte – principalmente pela alta incidência de alagamentos na área de confluência dos rios – houve uma intensa produção pública de conjuntos habitacionais, a partir da década de 1960 com a criação do Banco Nacional de Habitação (BNH).

A semelhança nas densidades das zonas Leste, Norte, Sudeste e Sul pode ser explicada pelo padrão de ocupação do território da população de diferentes rendas. Enquanto a ocupação das pessoas com renda superior tende a ser verticalizada e esparsa, a ocupação das pessoas com renda inferior geralmente é horizontal e compacta, resultando em densidades muito próximas. Sobre a diferença de renda entre as zonas, importante mencionar que estes processos espaciais indicam que em Teresina/PI houve “a construção de um território contraditório espacialmente e desigual socialmente” (FAÇANHA, 2003, p. 62), muitas vezes incentivada pelo próprio planejamento urbano, que promoveu um maior desenvolvimento na zona Leste (RODRIGUES, FILHO, 2015). Recorda-se que as zonas Leste e Centro concentram os polos de saúde e educação do município, o que enfatiza seu maior desenvolvimento em relação às demais zonas.

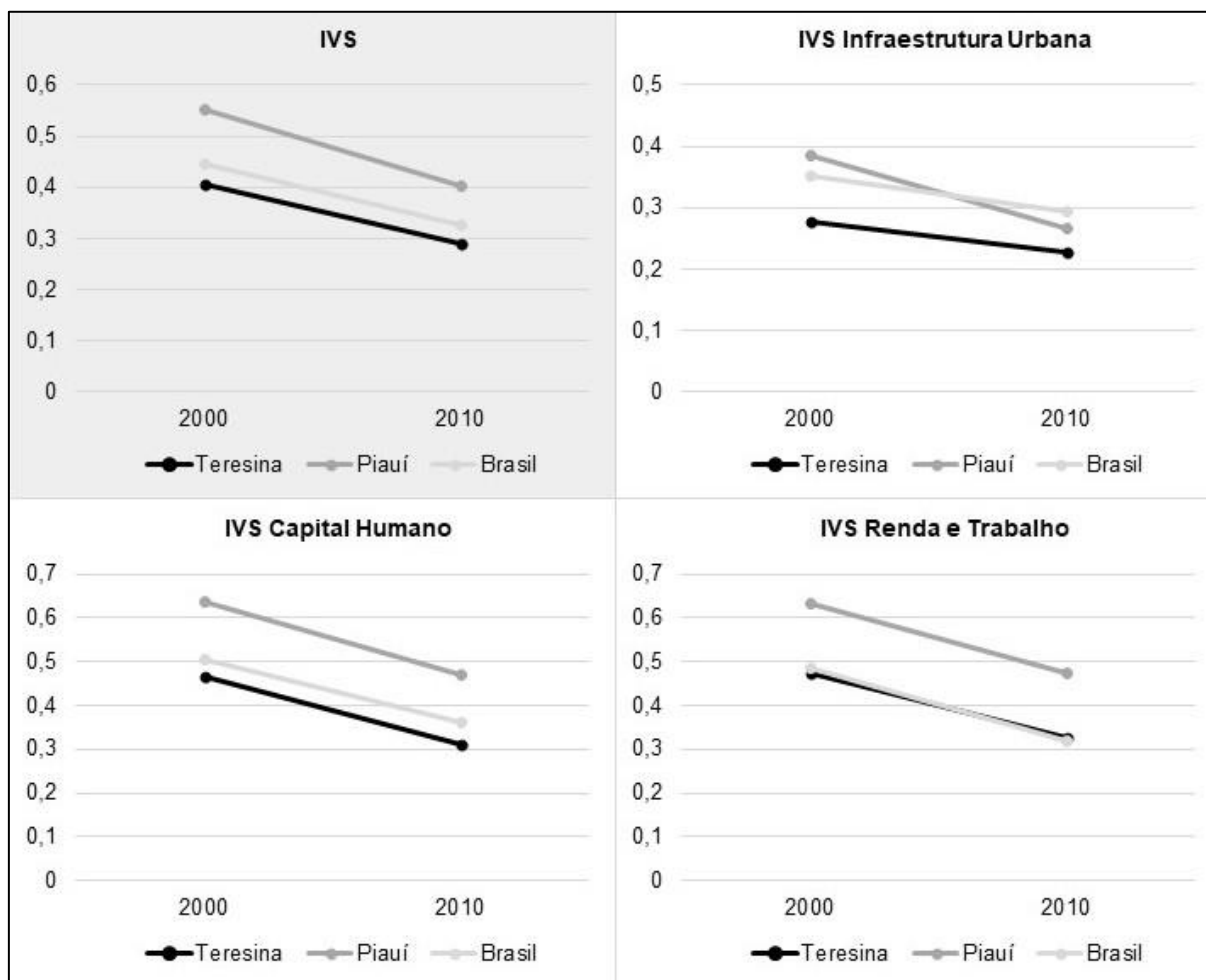
Entretanto, apesar de haver áreas mais precárias, o município apresenta índices de vulnerabilidade social positivos, conforme pode ser visto pela análise do Índice de Vulnerabilidade Social (IVS)⁵⁶, do Índice de Gini, renda e percentual de pobreza.

O IVS de Teresina/PI melhorou todos seus índices ao longo da década em análise, de 2000 a 2010 (Gráfico 5), possuindo variação de baixa a média vulnerabilidade social. Todos os índices do município são melhores que a média

⁵⁶ O IVS, realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (IPEA), analisa a vulnerabilidade social de um município a partir da média aritmética dos subíndices: IVS Infraestrutura Urbana, IVS Capital Humano e IVS Renda e Trabalho. Sua escala varia entre 0 e 1 (de 0 a 0,2 - muito baixa; de 0,2 a 0,3 - baixa; de 0,3 a 0,4 - média; de 0,4 a 0,5 - alta; e de 0,5 a 1,0 - muito alta), sendo que quanto mais próximo de 1, maior a vulnerabilidade social do município.

estadual e nacional, exceto no quesito renda e trabalho, em que atinge um índice pior, mas muito próximo.

Gráfico 5 – IVS de Teresina/PI em comparação com o índice estadual e nacional (2000 e 2010)



Fonte – PNUD, FJP, IPEA, 2017.

O Índice de Gini é outro indicador promovido pelo IPEA que analisa a evolução da desigualdade de renda no país. É possível identificar que em Teresina/PI a desigualdade de renda vem gradativamente diminuindo, alcançando médias aproximadas com o índice estadual e nacional. A renda *per capita* também registrou um aumento no período de 1991 a 2010, superando significativamente a média estadual e se aproximando à média nacional. O percentual de extremamente pobres e de pobres também diminuiu significativamente no mesmo período, demonstrando índices melhores que a média estadual e nacional. O percentual de pobres é um pouco superior que a média nacional, mas representa menos da metade que o índice estadual. Estes dados podem ser visualizados na Tabela 6.

Tabela 6 – Evolução do Índice de Gini, renda e percentual de pobreza de Teresina/PI em comparação com índices estadual e nacional (1991, 2000 e 2010)

Indicadores	Teresina			Piauí	Brasil
	1991	2000	2010	2010	2010
Índice de Gini	0,63	0,64	0,61	0,61	0,60
Renda per capita (R\$)	346,37	498,4	757,57	416,93	793,87
Extremamente pobres (%)	20,9	11,6	4,4	18,8	6,6
Pobres (%)	48,0	33,9	15,2	34,1	14,6

Fonte – PNUD, FJP, IPEA, 2017.

Sobre a educação, segundo dados do Censo Demográfico de 2010, a taxa alfabetização de pessoas de 10 anos ou mais de idade no município de Teresina/PI é de 91,5%, taxa superior à média estadual e nacional, com índice superior no sexo feminino (Tabela 7). Dentre as zonas, o Centro possui o melhor índice, seguido pelas zonas Leste, Sul, Sudeste, Norte e, por último, a área Rural. Nas zonas Centro, Norte e Sudeste, os homens possuem taxas maiores que as mulheres.

Para aproximação da realidade vivenciada, serão também analisados: a localização dos equipamentos de ensino, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM)⁵⁷ e o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB)⁵⁸.

Segundo levantamento realizado pela SEMPLAN, há aproximadamente 440 equipamentos de educação no município (ensino infantil, fundamental, médio e superior), mais concentrados nas zonas Sul e Norte, assim como na zona Leste, como demonstrado na Tabela 7. Segundo raio de abrangência de atendimento do ensino fundamental demonstrado na Figura 5, todas as zonas urbanas possuem áreas ocupadas sem atendimento, com destaque para as zonas Centro e Leste e as extremidades das zonas Sul e Sudeste. Destaca-se que as zonas Centro e Leste concentram as instituições de ensino superior do município. Pode-se dizer que os estabelecimentos de ensino fundamental na zona Rural estão distribuídos uniformemente conforme demanda.

⁵⁷ O IDHM analisa o desenvolvimento econômico e a qualidade de vida da população, estabelecendo uma escala de valor para regiões, estados e cidades. Este índice é computado a partir de três fatores – educação, longevidade e PIB *per capita*. O valor vai de zero (nenhum desenvolvimento humano) a um (desenvolvimento humano total), sendo que quanto mais próximo de um, mais desenvolvido é o município.

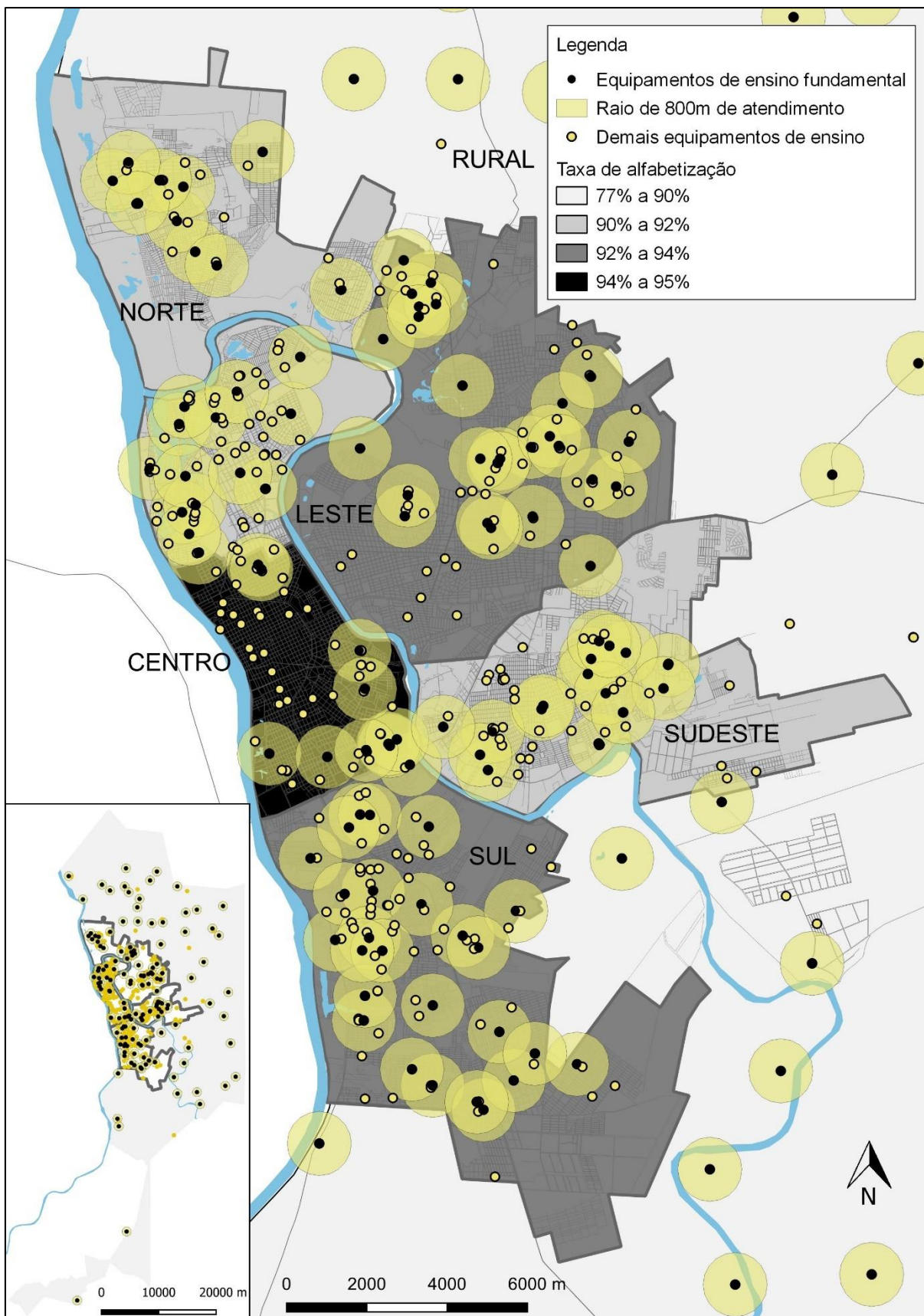
⁵⁸ O IDEB é promovido pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e avalia o desenvolvimento da educação básica no Brasil a partir dos resultados obtidos com o Censo Escolar e das médias de desempenho no Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB).

Tabela 7 – Taxa de alfabetização (2010) e estabelecimentos de ensino de Teresina/PI (2017) em comparação com os índices estadual e nacional

	Taxa de Alfabetização (2010)			Estabelecimentos de ensino (2017)
	Total (%)	Homens (%)	Mulheres(%)	
Brasil	91,0	90,6	91,3	-
Piauí	78,9	76,3	81,2	-
Teresina	91,5	91,3	91,7	436
Centro	94,8	95,2	94,6	59
Leste	92,2	91,9	92,4	78
Norte	91,3	91,4	91,3	93
Sudeste	91,9	91,9	91,8	55
Sul	92,2	92,1	92,2	94
Rural	77,7	75,6	79,8	57

Fonte – SEMPLAN e IBGE, 2017.

Figura 5 – Taxa de alfabetização e estabelecimentos de ensino de Teresina/PI



Fonte – Elaborado por Tosin, 2021, a partir de material da SEMPLAN e do IBGE (2017).

Sobre o IDHM, Teresina/PI registrou melhora em todos os seus índices ao longo dos três últimos Censos (Tabela 8), principalmente no fator Educação. O município possui índices superiores a 0,7 e que as médias estadual e nacional (neste último caso apresentando índice inferior apenas no fator Renda).

Tabela 8 - IDHM de Teresina/PI em comparação com os índices estadual e nacional (1991, 2000 e 2010)

IDHM	Teresina (1991)	Teresina (2000)	Teresina (2010)	Piauí (2010)	Brasil (2010)
Total	0,509	0,620	0,751	0,646	0,727
Renda	0,606	0,664	0,731	0,635	0,816
Longevidade	0,708	0,734	0,820	0,777	0,739
Educação	0,308	0,488	0,707	0,547	0,637

Fonte – PNUD, FJP, IPEA, 2017.

Em relação ao IDEB, o município conseguiu melhorar e superar a meta nos anos finais do ensino fundamental em todos os anos do período de 2005 a 2019 (exceto em 2013). Os índices atingidos pelo município são superiores ao atingido pelo estado e país, como pode ser observado na Tabela 9.

Tabela 9 – Evolução do IDEB nos anos finais do ensino fundamental de Teresina/PI em comparação com o índice estadual e nacional (2005 a 2021)

	Teresina		Piauí		Brasil	
	Observado	Meta	Observado	Meta	Observado	Meta
2005	3.2		2.8		3.5	
2007	3.4	3.3	3.2	2.8	3.8	3.5
2009	4.0	3.4	3.5	2.9	4.0	3.7
2011	3.9	3.7	3.6	3.2	4.1	3.9
2013	3.9	4.1	3.6	3.6	4.2	4.4
2015	4.6	4.5	3.9	4.0	4.5	4.7
2017	5.2	4.7	4.2	4.2	4.7	5.0
2019	5.6	5.0	4.6	4.5	4.9	5.2
2021		5.3		4.8		5.5

Fonte – INEP, 2020.

Os dados demonstram que há uma evolução no setor da educação nos períodos analisados, fazendo com que o município atinja níveis satisfatórios de ensino. A maior diferenciação está entre a área urbana, com melhores índices, e a área rural, com piores índices, e as zonas Centro, Leste e Sul com as maiores taxas de analfabetismo.

Quanto à existência de equipamentos tecnológicos (Tabela 10), em Teresina/PI, segundo o Censo de 2010, havia televisão na grande maioria dos domicílios, assim como telefone celular, presente em aproximadamente 90% dos domicílios. Estes índices são maiores que a média estadual e nacional. Entretanto, menos da metade dos domicílios teresinenses possuía microcomputador, sendo ainda menor a existência de microcomputador com acesso à *internet*. Estes índices são superiores ao estadual, mas inferiores ao nacional.

Complementarmente, serão analisados os dados sobre a energia elétrica, de forma a identificar zonas mais e menos atendidas, o que pode sugerir piores ou melhores condições para utilização de equipamentos tecnológicos. A Zona Rural registrou o menor índice de domicílios com energia elétrica e as zonas urbanas apresentaram índices semelhantes entre si. Dentre elas, a Zona Norte possuía a menor porcentagem de domicílios atendidos. A média atingida por Teresina/PI era maior que a estadual e nacional.

Tabela 10 – Existência de energia elétrica e de bens duráveis nos domicílios de Teresina/PI em comparação com o índice estadual e nacional (2010)

	Televisão (%)	Telefone celular (%)	Microcomputador (%)	Microcomputador com <i>internet</i> (%)	Energia elétrica (%)
Brasil	95,1	83,2	38,3	30,7	98,73
Piauí	86,6	67,7	15,3	11,2	93,10
Teresina	97,6	89,8	33,6	27,1	99,84
Centro	-	-	-	-	99,87
Leste	-	-	-	-	99,89
Norte	-	-	-	-	99,86
Sudeste	-	-	-	-	99,87
Sul	-	-	-	-	99,89
Rural	-	-	-	-	99,25

Fonte – IBGE, 2017.

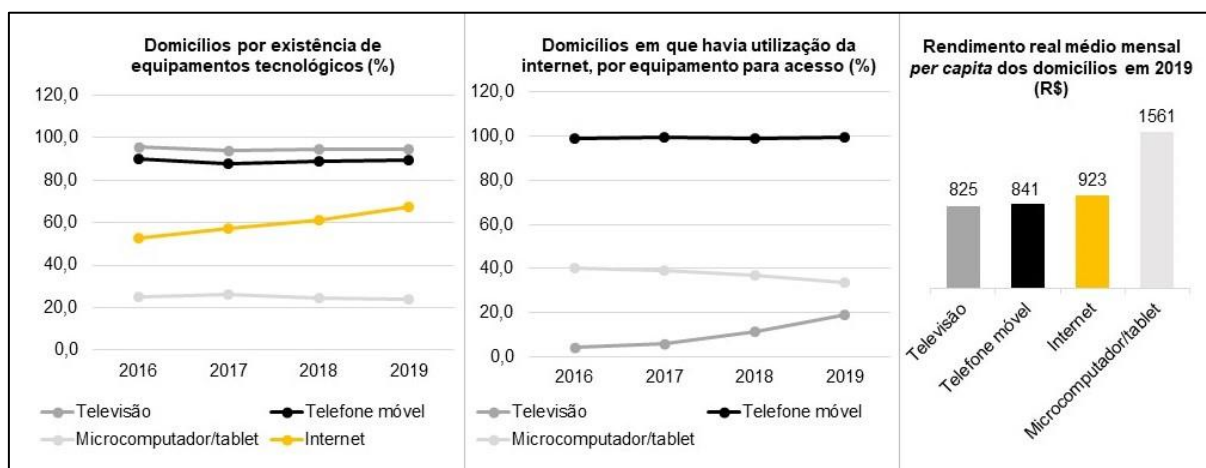
Para atualização dos dados do Censo, serão apresentados nos Gráficos 6 e 7 os dados estaduais relacionados às TIC da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Anual (PNADC/A) promovido pelo IBGE. Ressalta-se que em todos os dados analisados anteriormente, os índices de Teresina/PI eram superiores à média estadual. Isto sugere que os dados apresentados a seguir são inferiores ao que provavelmente Teresina/PI deve possuir.

Segundo a pesquisa realizada entre os anos de 2016 a 2019, em Piauí há um crescimento de acesso à *internet* nos domicílios, uma leve diminuição nos domicílios

que possuíam televisão e microcomputador ou tablet, e uma certa estagnação dos domicílios com telefone móvel. Ao longo do período em análise cresceu o acesso à *internet* através de televisão e telefone móvel, e o acesso por microcomputador ou tablet decresceu. Destaque para a predominância do uso do telefone móvel para o acesso à *internet* e da sua representatividade nos domicílios piauienses.

Ao associar a renda média mensal *per capita* dos domicílios por tipo de equipamento tecnológico existente, se observa que aqueles que continham microcomputador ou tablet possuíam renda superior aos domicílios com outros tipos de equipamentos tecnológicos. Os domicílios que registraram menor rendimento são aqueles que possuíam televisão e telefone móvel, o que pode explicar sua predominância nos domicílios do estado. Estes dados estão ilustrados no Gráfico 6.

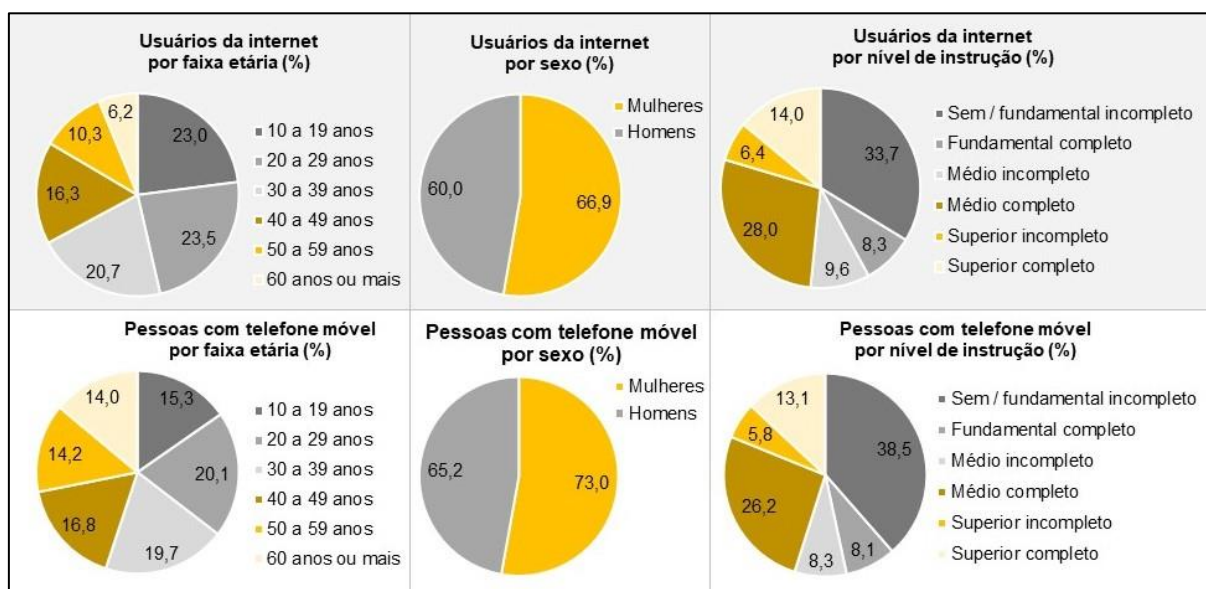
Gráfico 6 – Evolução do uso e renda por tipo de equipamento tecnológico no Piauí (2016-2019)



Fonte – IBGE, 2019.

Sobre o perfil predominante de usuários da *internet* e de pessoas com posse de telefone móvel (Gráfico 7), o estado do Piauí apresentava em 2019 características muito semelhantes. É mais representativo os adolescentes e adultos jovens, as mulheres e as pessoas sem instrução ou com ensino fundamental incompleto, e médio completo. Ressalta-se que a distribuição de pessoas que continham telefone móvel por faixa etária é mais homogênea que a de usuários da *internet*, o que pode ser explicado pela maior facilidade de manuseio, alta demanda de uso e menor custo do telefone móvel.

Gráfico 7 – Perfil dos usuários da *internet* e de pessoas com telefone móvel no Piauí em 2019



Fonte – IBGE, 2019.

Considerados os dados levantados por zona, é possível apontar alguns aspectos principais que as diferenciam entre si. A zona Centro possui a maior densidade populacional e apresenta superior concentração de mulheres e das faixas etárias adulta e idosa. Também abriga grande parte da população com renda superior (de 3 a 10 SM) – possuindo a menor incidência de HIS – o melhor índice de alfabetização e a segunda maior porcentagem de domicílios com energia elétrica, o que indica melhores condições para uso de equipamentos tecnológicos. A zona Leste é muito semelhante, porém não possui a mesma densidade demográfica e a representatividade de população idosa, sendo que atinge a segunda melhor taxa de alfabetização, mas supera o Centro no índice de domicílios com energia elétrica.

As zonas Sudeste e Sul apresentam dados próximos entre si. Ambas concentram a população com renda mediana (de até 3 SM), possuem maior incidência de HIS e os melhores índices de atendimento da energia elétrica. Enquanto na zona Sudeste predominam as mulheres e a faixa etária adulta, na zona Sul há também a predominância de crianças.

Já a zona Norte concentra a população com as mais baixas rendas (inferior a 1 SM) – com maior representatividade da faixa etária adulta e de mulheres – atingindo o pior índice de analfabetismo dentre as demais zonas urbanas.

A zona Rural contém os piores índices de renda, taxa de alfabetização e domicílios com energia elétrica, o que sugere um menor acesso à equipamentos

tecnológicos. Também possui a menor densidade habitacional e uma população predominante masculina e das faixas etárias de crianças e adolescentes.

Desta forma, é possível identificar que as zonas Centro e Leste são as áreas mais desenvolvidas do município, o que pode ser explicado pelo fato de abrigarem os principais polos econômicos e por historicamente concentrarem os investimentos públicos. Já a zona Rural é a menos desenvolvida, apesar de ter aspectos favoráveis para desenvolvimento como mencionado, e a zona Norte é a zona urbana menos desenvolvida. As zonas Sudeste e Sul tem desenvolvimento intermediário em comparação com as demais zonas.

4.2 O PLANEJAMENTO E GESTÃO URBANA DE TERESINA/PI

Esta parte inicia com uma análise do planejamento urbano de Teresina/PI, a partir dos Planos Diretores desenvolvidos, com foco na participação política e nos métodos participativos utilizados. Após, é avaliado o uso de TIC pela gestão do Prefeito Firmino Filho, que abrange o período do estudo de caso desta pesquisa. O item se subdivide em dois temas principais: (1) a elaboração de Planos Diretores, e (2) o uso de TIC pela gestão municipal.

4.2.1 A elaboração de Planos Diretores

No cenário brasileiro, o Plano Diretor é considerado como uma peça fundamental para o planejamento urbano. Como visto, essa definição é anterior à promulgação da Constituição Federal e do Estatuto da Cidade, que o estabeleceram como instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana, a ser aprovado por lei municipal. Devido à importância que lhe é atribuída para a solução dos problemas urbanos – apesar de sua formulação e implementação geralmente não visarem a esse objetivo, conforme já demonstrado – e pela sua aceitação e demanda nas esferas política e social, diversas municipalidades brasileiras elaboraram seus Planos Diretores, seguindo tendências do planejamento urbano e exigências legais da época. Em Teresina/PI não foi diferente, como será demonstrado a seguir.

Até hoje, no município de Teresina/PI foram elaborados sete Planos Diretores: Plano Regulador de Crescimento em 1940; Plano de Desenvolvimento Local Integrado (PDLI) em 1969; Plano Estrutural de Teresina (PET) em 1977; Plano Diretor

de Desenvolvimento Urbano (PDDU) em 1983; II Plano Estrutural de Teresina (II PET) em 1988; Plano de Desenvolvimento Sustentável – Teresina Agenda 2015, em 2006; e Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT) em 2019.

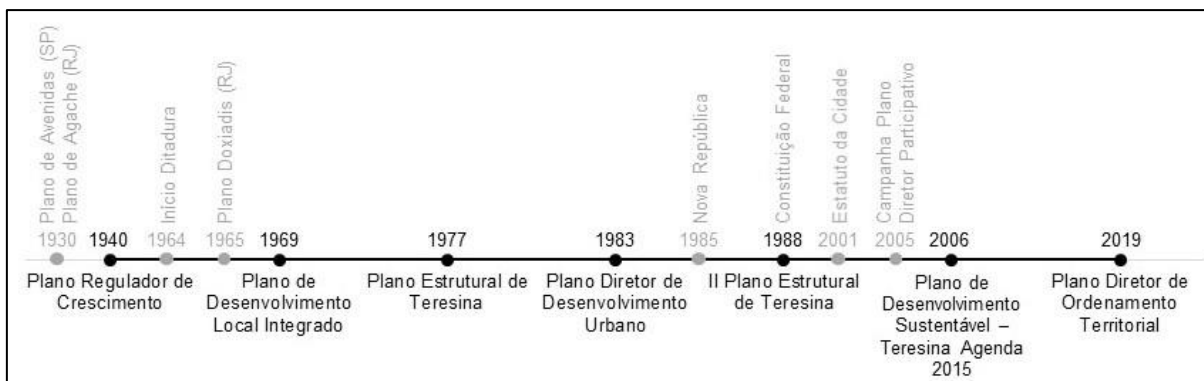
A elaboração destes Planos Diretores no município de Teresina/PI esteve atrelada principalmente a grandes transformações urbanas, que acabavam por pressionar o governo municipal por uma maior regulação do uso e ocupação do solo (FAÇANHA, 2003). Estes planos seguiram as características que a política urbana apresentava no período em que foram desenvolvidos. Desta forma, nesta parte, além da apresentação dos Planos Diretores elaborados para Teresina/PI, os mesmos foram classificados conforme as categorias estabelecidas por Villaça (1999) e Leme (2005), brevemente especificadas a seguir⁵⁹:

- **Planos de conjunto:** Início do período de planejamento técnico científico, que perdurou aproximadamente de 1930 a 1965, na qual se expande a escala considerada para o município como um todo, pelo aumento do interesse pelas obras de infraestrutura, principalmente viária. Período de aumento da consciência das classes populares, mas sem haver consulta à população na sua elaboração.
- **Superplanos:** A partir de 1965 até aproximadamente o ano de 1971, os planos passam a integrar a cidade em sua região e a serem cada vez mais extensos, dificultando sua aprovação e implementação. A sua maioria foi elaborada por especialistas em escritórios privados, sem participação da sociedade.
- **Planos participativos:** Representa uma reação ao planejamento tradicional, pois, após a promulgação da Constituição Federal em 1988 e a instituição do Estatuto da Cidade em 2001, o Plano Diretor passa a ser de fato uma Lei, uma peça política a ser elaborada na escala municipal, cujo conteúdo deve apresentar dispositivos que atendam aos princípios de justiça social. Como consequência da pressão dos movimentos populares por um planejamento e gestão mais democráticos, a participação da sociedade passa a ser obrigatória.

Especificadas as categorias de classificação de Villaça (1999) e Leme (2005), a seguir serão apresentados os Planos Diretores de Teresina/PI em ordem cronológica de elaboração, conforme Gráfico 8.

⁵⁹ Complementarmente a estas categorias em que os Planos Diretores de Teresina/PI se enquadram, há os planos de melhoramento e embelezamento (1875 a 1930) e os planos sem mapas (a partir de 1971).

Gráfico 8 – Linha do tempo dos Planos Diretores de Teresina/PI



Elaborado por Tosin, 2021.

O final da década de 1930 foi marcado pela mudança na forma de planejar as cidades. Em um contexto de modernização da cidade⁶⁰ e de um planejamento baseado em critérios técnicos e com objetivos definidos, foi identificado o primeiro plano de ordenamento e controle do crescimento da cidade de Teresina/PI. Instituído em 1940, o Plano Regulador de Crescimento foi construído dentro da Diretoria de Obras Públicas da PMT, pelo então diretor e engenheiro civil Luiz Pires Chaves, com apoio do prefeito Lindolfo do Rêgo Monteiro, médico nomeado pelo interventor federal do Piauí designado por Getúlio Vargas. Apesar de ser um período de grandes transformações urbanas que afetaram o cotidiano da população teresinense, este plano seguiu o processo de planejamento técnico científico da época, podendo ser considerado um **plano de conjunto** por apresentar medidas de regulação e de remodelação do espaço urbano, considerando o território como um todo (BRAZ E SILVA, 2011, p. 118-121).

Já no final da década de 1960, em meio a um cenário de importantes mudanças socioespaciais na estrutura urbana de Teresina/PI, foi instituído o PDLI (1969), em contrato firmado entre a PMT e a empresa COPLAN S. A. Construções, Planejamentos, com a supervisão do Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (SERFHAU), órgão do Ministério do Interior. O PDLI foi elaborado por profissionais e consultores técnicos, com a participação de empresas e órgãos públicos de Teresina, Rio de Janeiro e Salvador, pela supervisão do prefeito nomeado José Raimundo Bona Medeiros, aliado ao partido que apoiava o regime militar no Brasil: a Aliança Renovadora Nacional (Arena). A sociedade participou apenas em seminários

⁶⁰ Período de ações de melhoramentos voltadas às questões sanitárias, higienistas e estéticas de influência europeia

preparatórios que originaram em recomendações iniciais para o plano, da mesma forma que ocorrerá nos próximos planos elaborados até o II PET (CAMPOS, 2011, p. 48). Seu conteúdo é composto por um extenso diagnóstico da cidade, uma parte estratégica, uma exposição de estudos, projetos e ações em andamento e, por último, a metodologia e bibliografia utilizada. O PDLI se enquadra na categoria dos **superplanos**, visto que “a elaboração desse plano faz parte de um contexto bem maior, seguindo uma tendência de escala que ultrapassa e muito a da gestão municipal” (RODRIGUES, FILHO, 2015, p. 56), sendo elaborado por uma empresa privada, com participação da sociedade apenas em etapa preparatória.

Novamente em resposta aos processos espaciais que ocorriam na estrutura urbana de Teresina/PI, em 1977 foi elaborado o I PET, durante o governo municipal do então prefeito Raimundo Wall Ferraz, nomeado pelo governador do Estado do Piauí. Sua construção se originou a partir de um convênio entre a PMT, a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), a Comissão Nacional de Regiões Metropolitanas e Política Urbana (CNPU) e o IPAM (Instituto de Planejamento e Administração Municipal), constituído por uma equipe de Brasília. Composto por três volumes que abordavam uma ampla variedade de temas, o I PET também pode ser considerado um **superplano**, pelas características que apresenta e por manter as mesmas condições de participação da sociedade que no plano anterior.

Já em 1983, durante o mandato de Antônio de Almendra Freitas Neto (prefeito nomeado pelo governador do estado), é elaborado pela Fundação Joaquim Nabuco e pelo Instituto Nacional de Administração para o Desenvolvimento o quarto plano de Teresina/PI: o PDDU. Não concluído, o plano deveria ser composto por quatro volumes. Apesar de estar no período denominado como **planos sem mapas**, é possível afirmar que o PDDU apresentava as mesmas características dos dois planos anteriormente aprovados, inclusive na participação da sociedade, se aproximando à categoria dos **superplanos**, por apresentar um amplo conjunto de informações e análises.

O quinto plano de Teresina/PI foi instituído no mesmo ano da atual Constituição Federal, em 1988, durante o mandato do prefeito Raimundo Wall Ferraz, eleito pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). O II PET se insere no debate de redemocratização do país. A participação da sociedade se dá nos mesmos moldes que os planos anteriores, com a realização de diversos seminários preparatórios (Seminário Planejando Teresina), na qual houveram discussões técnicas junto à

comunidade (RODRIGUES, FILHO, 2015, p. 57-58). O II PET não apresenta extensos estudos e diagnósticos como os planos anteriores, é composto por um conjunto de dez leis que norteiam o desenvolvimento da cidade. Desta forma, é possível afirmar que se aproxima ao **plano participativo**, mesmo sem haver maior abertura para participação da sociedade, pois o plano passa a ser uma lei, uma peça política a ser implementada pelo poder público municipal.

Em um cenário nacional de aprovação do Estatuto da Cidade (2001), elaboração da Agenda 21 Brasileira⁶¹ (2002) e criação do Ministério das Cidades (2003), Teresina/PI aprova seu sexto plano. O Plano de Desenvolvimento Sustentável – Teresina Agenda 2015, foi instituído em 2006 sob o mandato de Silvio Mendes de Oliveira Filho do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). Composta por um conjunto de onze leis, o plano incorporava os instrumentos previstos no Estatuto da Cidade (RODRIGUES, FILHO, 2015, p. 58). A Agenda 2015 também se insere no período dos **planos participativos**, com um maior envolvimento da sociedade ao longo do processo, se comparado com o plano anterior, principalmente como cumprimento legal e com algumas deficiências, como será visto a seguir.

A participação da sociedade ocorreu através de eventos e de um Conselho Estratégico, instituído no início do processo para acompanhamento do plano, ambos alvos de duras críticas (CAMPOS, 2011, p. 54-56). Durante o processo ocorreram quatro eventos abertos à sociedade: o I Congresso da Cidade (2001), dois Seminários Temáticos intermediários (2002) e o II Congresso da Cidade (2002). Os locais escolhidos para sediar os eventos foram criticados por dificultarem a participação da sociedade, principalmente da população de baixa renda, visto serem hotéis de luxo do município (CAMPOS, 2011).

Já o Conselho Estratégico era composto por todas as pessoas que estiveram envolvidas com o I Congresso da Cidade, o que somava aproximadamente 1000 cidadãos. Entretanto, a sua composição foi criticada pelo gradual enfraquecimento da participação da sociedade civil durante o processo, ocasionado pela descontinuidade da presença dos membros nos eventos (CAMPOS, 2011). A quantidade de integrantes deste conselho e a forma arbitrária como foram selecionados, também são aspectos que podem ser somados às críticas apontadas anteriormente.

⁶¹ Resultado da Agenda 21 Global, um pacto assinado pelos 179 países participantes da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CNUMAD).

Além do Conselho haviam outros grupos de trabalho instituídos para elaboração do plano, compostos majoritariamente por técnicos da PMT, como também técnicos de outras instituições e representantes de organizações e instituições sociais, com destaque para os professores universitários. Segundo Campos (2011, p. 56-58), alguns integrantes concentraram atribuições, participando de vários grupos ao mesmo tempo, assim como houveram divergências de opinião entre os participantes, o que ocasionou na saída de entidades e na separação de grupos. Para chegar a um consenso, visto os conflitos ocorridos, foram utilizadas duas estratégias o esvaziamento dos espaços de discussão e a correlação de forças (CAMPOS, 2011, p. 59).

Treze anos após a aprovação da Agenda 2015, seguindo a exigência estabelecida pelo Estatuto da Cidade de revisão da lei a cada dez anos⁶², é aprovado o novo Plano Diretor de Teresina/PI – o PDOT, objeto de estudo desta pesquisa. O prefeito da época, cumprindo seu quarto mandato, era o economista Firmino da Silveira Soares Filho (PSDB). Como será detalhado a seguir (Capítulo 5), a população participou do processo e foi consultada em diversos momentos, de forma mais intensa que nos dois planos anteriores. Além dos eventos abertos à sociedade e da instituição de um grupo para acompanhamento do processo composto por representantes da sociedade civil organizada, foram realizadas consultas e utilizadas TIC para participação. Este Plano Diretor, vigente nos dias de hoje, diferentemente do plano anterior, é composto apenas por uma lei que regulamenta o uso, ocupação e parcelamento do solo. Assim, o PDOT pode ser enquadrado no **plano participativo**, como os dois últimos planos apresentados.

No Quadro 5 a seguir, estão especificados os Planos Diretores aprovados em Teresina/PI, seu ano de instituição, bem como a categoria que se enquadra, conforme adaptação da periodização estabelecida por Villaça (1999) e Leme (2005).

⁶² Parágrafo 3º do Artigo 40 da Lei nº10.257/01.

Quadro 5 – Lista dos Planos Diretores elaborados em Teresina/PI

Nome do plano	Ano de instituição	Categoria	Forma de participação da sociedade civil
Plano Regulador de Crescimento	1940	Plano de conjunto	-
Plano de Desenvolvimento Local Integrado (PDLI)	1969	Superplano	Seminários preparatórios, anteriores ao processo
Plano Estrutural de Teresina (PET)	1977	Superplano	Seminários preparatórios, anteriores ao processo
Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU)	Não concluído	Superplano	Seminários preparatórios, anteriores ao processo
II Plano Estrutural de Teresina (II PET)	1988	Participativo	Seminários preparatórios, anteriores ao processo
Plano de Desenvolvimento Sustentável - Teresina Agenda 2015	2006	Participativo	Eventos e conselho de acompanhamento, durante o processo
Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT)	2019	Participativo	Atividades presenciais e virtuais, e grupo de acompanhamento, durante o processo.

Fonte – Elaborado por Tosin, 2021.

Retomado o processo de elaboração de Planos Diretores em Teresina/PI, é possível afirmar que o município possui um significativo histórico de planejamento urbano, que iniciou relativamente cedo, na década de 1940. Sempre que demandado, o Estado procurou regradar o uso e ocupação do solo urbano elaborando novos planos, na sua grande maioria, conforme as características que o planejamento urbano apresentava na época. Apesar de suas diretrizes serem muitas vezes questionáveis – por priorizarem determinadas zonas em detrimento de outras mais necessitadas (RODRIGUES, FILHO, 2015) – os planos cumpriram seu papel de direcionar o desenvolvimento e crescimento da cidade. Importante também destacar que a participação da sociedade civil na elaboração dos Planos Diretores de Teresina/PI aconteceu antes da obrigatoriedade estipulada pelo Estatuto da Cidade, mesmo que esta tenha ocorrido de forma reduzida e em etapa preparatória. Contudo, a abertura para participação e poder decisório da sociedade foi gradativamente aumentando nos últimos dois planos instituídos, principalmente por exigência legal, o que sugere que o Estado deseja ampliar o diálogo com a população.

4.2.2 Uso de TIC pelo poder público municipal

Neste item, descreve-se o uso de TIC pelo governo municipal de Teresina/PI no período em que foi elaborado o PDOT, estudo de caso desta pesquisa. A análise abrange os dois últimos mandatos do Prefeito Firmino da Silveira Soares Filho (PSDB), de janeiro de 2013 a dezembro de 2020. Em um primeiro momento são analisados os Planos de Governo propostos na época de sua candidatura, com foco nas propostas relacionadas às TIC e à participação política. Em um segundo momento são identificadas as ferramentas tecnológicas desenvolvidas e utilizadas na época pela gestão municipal, através de pesquisa realizada no sítio eletrônico oficial da PMT⁶³. Por fim, são realizados alguns apontamentos finais, visando uma aproximação do contexto vivenciado.

Os Planos de Governo do Prefeito Firmino Filho foram resultantes de seminários realizados junto à população teresinense. Em ambos os planos, é possível observar que há propostas relacionadas às TIC em vários temas. No Plano de Governo de 2013 a 2016, as TIC eram mencionadas nos eixos Desenvolvimento Econômico, Qualificação Profissional e Modernização da Gestão Pública.

No eixo Desenvolvimento Econômico, era previsto o estímulo à economia criativa, na qual, entre as áreas mencionadas, estava a tecnologia de *software*. Para isso, foram propostos diversos programas, com destaque para o projeto Teresina Digital – que visava implementar uma infraestrutura tecnológica na PMT, universalizar o acesso à *internet* e capacitar jovens e adultos em TIC – e o Programa Teresina Criativa – cujo objetivo era estabelecer uma incubadora para projetos de economia criativa.

O eixo Qualificação Profissional seguia a mesma linha de ações, ao prever a disseminação de conhecimentos na área de tecnologia e informação com a parceria de universidades locais.

Já o eixo Modernização da Gestão Pública, tinha como diretrizes a transparência, a eficiência e o cidadão. Para melhorar a relação entre a gestão municipal e a sociedade, eram previstas: a implementação de complexos de serviços em locais estratégicos da cidade, a capacitação da sociedade civil para participação política efetiva, e a reestruturação e o fortalecimento do Orçamento Popular. As ações

⁶³ Ver Apêndice B.

relacionadas as TIC eram voltadas principalmente a agilidade operacional de órgãos internos, e não como uma ferramenta para ampliar o diálogo com a população.

O Plano de Governo que abrange o período de 2017 a 2020, também apresentava propostas na área da TIC em diferentes temas. No eixo Teresina de Oportunidades, se previa a consolidação da economia criativa através da realização de eventos e projetos de capacitação tecnológica e de apoio a *startups*, nos mesmos moldes que o Plano de Governo anterior. Entretanto, o eixo Governança Eficiente ampliou a importância das TIC para além da eficiência da estrutura interna, diferentemente das propostas para o primeiro mandato.

Neste plano, as TIC passaram a ser também consideradas um instrumento para ampliação e facilitação da participação política. Para isso, foram propostos aplicativos para telefone móvel, como o ColaboraThe para fiscalização da cidade, e o Orçamento Popular Digital que, além de permitir ao cidadão o envio de comentários, previra parte do orçamento para atender as demandas mais votadas na ferramenta digital, ambos não identificados pela presente autora. Complementarmente, também foram previstas a implementação de uma Ouvidoria Municipal, de um Portal de Dados Abertos para acesso público, de uma infraestrutura para conexão dos órgãos e equipamentos públicos, e a instalação de pontos públicos de acesso livre e gratuito à *internet*.

Consideradas as propostas previstas pelos Planos de Governo do Prefeito Firmino Filho, a seguir são demonstradas as ações relacionadas às TIC efetivamente realizadas, promovidas pela gestão municipal neste mesmo período, de 2013 a 2020.

Em 2013 foi identificado o lançamento de uma versão do sítio eletrônico oficial da PMT. Já em 2014, o desenvolvimento de ferramentas tecnológicas foi intensificado. Destaque para os sistemas que visavam a melhoria da comunicação entre órgãos internos do poder público municipal, o lançamento do Portal da Transparência como cumprimento legal, e a disponibilização do aplicativo Colab para colaboração cidadã⁶⁴.

Entre 2015 e 2016 vários aplicativos para telefones móveis foram lançados para uso da população (seis), relacionados a diferentes temas (comunicação cidadã, mobilidade, gestão interna, financeiro, turismo, informação, educação), porém com predominância da mobilidade. Alguns deles foram desenvolvidos em parceria com o setor privado (4) e originários de projetos educacionais promovidos pelo próprio poder público municipal (2). Também foram criados sítios eletrônicos para ampliar a

⁶⁴ Este foi o aplicativo utilizado no estudo de caso para consulta à sociedade, como será visto a seguir.

comunicação com os cidadãos: a Ouvidoria, o Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão (e-SIC) e a plataforma Teresina e-você, que visava ampliar a participação dos jovens na política. Em paralelo, também foram elaborados sistemas para melhorar a gestão interna, com destaque para a ferramenta MobiEduca.Me que ampliou a comunicação entre as unidades de ensino com os pais ou responsáveis dos estudantes.

No ano de 2017 foram ampliadas as ferramentas digitais relacionadas à educação, através de parceria com empresas privadas, assim como a utilização das TIC para melhoria da comunicação entre os setores internos da PMT, desenvolvidas internamente. A partir deste ano é possível visualizar um aumento do número de aplicativos móveis dos mais variados temas – como saúde, segurança, mobilidade, educação e solidariedade – produzidos tanto por órgãos municipais quanto em parceria com empresas privadas.

Nota-se, em 2018, uma maior preocupação na disponibilização de prestação serviços em plataformas digitais, como também em aplicativos para telefone móvel relacionados com a saúde. Importante ressaltar a criação do aplicativo Espalhe Teresina, desenvolvido para estimular a divulgação das ações da gestão municipal pela população, vinculado às principais redes sociais.

Em 2019 foram aprimoradas e lançadas novas ferramentas digitais para prestação de serviços e disseminar informações. Destaque para o novo sítio eletrônico oficial da PMT e para as plataformas Teresinense Digital. Segundo levantamento realizado pela própria gestão municipal, existiam mais de 400 serviços disponíveis na *web* para a população teresinense (PREFEITURA..., 2020).

No ano de 2020 permaneceu a preferência pelo desenvolvimento de aplicativos. As plataformas digitais lançadas neste período se referiam aos mais variados temas, como mobilidade, saúde, educação e gestão interna, principalmente para suprimir demandas que emergiram com o distanciamento social para enfrentamento da pandemia do Covid-19.

No período analisado (2013 a 2020), a maior parte destas ferramentas (28) foram identificadas por esta autora como em uso e funcionamento no âmbito do governo municipal de Teresina/PI. Parte delas (16) foram desenvolvidas em parcerias com empresas privadas ou em projetos promovidos/apoiados pela gestão municipal. Uma parte mais significativa pelos próprios órgãos internos da PMT (23), sendo que mais da metade (12) foi desenvolvida através da Empresa Teresinense de

Processamento Digitais (PRODATER)⁶⁵. Isso demonstra que há capacidade dos órgãos públicos municipais para desenvolvimento de plataformas digitais.

De forma geral, predominam as ferramentas relacionadas a divulgação de informações e a prestação de serviços, e a preferência pelos sítios eletrônicos em detrimento dos aplicativos para telefones móveis, sendo menos frequente a disponibilização de canais para diálogo e colaboração cidadã. Dos três canais destinados a essa finalidade, apenas a Ouvidoria e o aplicativo Colab estavam disponíveis para acesso. Identifica-se que o aplicativo Colab, utilizado desde o início do penúltimo mandato do Prefeito Firmino Filho, cumpria o papel de centralizar a comunicação da sociedade com a gestão municipal.

Teresina/PI foi a primeira capital da região nordeste brasileira a aderir ao aplicativo em parceria com a *startup* Colab, empresa privada localizada no município de São Paulo que disponibiliza serviços ao setor público. A plataforma virtual Colab.re, que se autodenomina como uma rede social para a cidadania, é utilizada atualmente por mais de 100 prefeituras municipais brasileiras como um canal de diálogo com o cidadão. Através do Colab.re todo cidadão pode se cadastrar gratuitamente e, a partir do seu perfil pessoal, responder consultas, postar problemas, sugestões de projetos e avaliações que são enviados automaticamente para a Prefeitura Municipal, gerando um protocolo para acompanhamento.

Para acesso a esta plataforma, o cidadão deve possuir qualquer tipo de dispositivo eletrônico com acesso à *internet*. Desta forma, os usuários representam a parcela da população que tem estas ferramentas, visto a desigualdade de acesso às TIC. Outro obstáculo é não haver garantia que a demanda será atendida pela gestão municipal. Mesmo Teresina/PI que possui índice elevado de resolutividade (77%), não consegue solucionar todas as demandas encaminhadas. Contudo, pela interface e funcionamento do aplicativo serem semelhantes a outras redes sociais populares, os usuários não enfrentam grandes dificuldades para manuseio.

Desde 2016, a *startup* faz um acompanhamento mais próximo junto ao Executivo Municipal de Teresina/PI. Neste ano, foram formados três comitês dentro da PMT para auxiliar no avanço do projeto:

- **Comitê de Atendimento ao Cidadão (CAC) Núcleo:** composto pelos fiscais do contrato (SEMPPLAN e PRODATER) e responsáveis pelo atendimento ao

⁶⁵ Empresa Pública que possui como atribuição atender as demandas relacionadas às TIC da Administração Direta do Município de Teresina/PI, bem como para terceiros.

cidadão na plataforma (Ouvidoria Central e FMS), possui como objetivo articular os agentes envolvidos através de encontros quinzenais, na qual são apresentados os resultados obtidos, analisados os problemas solicitados e definidas as demandas para serem debatidas junto ao CAC;

- **CAC:** inclui a participação das secretarias municipais em reuniões mensais, para discutir problemas específicos ou que não foram resolvidos, apresentar relatórios de desempenho e definir metas de desempenho;
- **Comitê Gestor:** sua finalidade principal é discutir questões que demandam decisão política ou estratégias de projeto, assim como discutir melhorias e analisar metas de atendimento, com periodicidade bimestral ou sob demanda, devendo contar com a presença das secretarias que gerenciam a operação e o Prefeito.

Além de ser utilizado como um canal de colaboração cidadã, este aplicativo já foi utilizado para outras finalidades (Gráfico 9). Ênfase para as consultas públicas (como para o processo de elaboração do PDOT, que será demonstrado a seguir), para o combate da dengue (através da identificação de focos do mosquito) e da pandemia do Covid-19 (com atuação em três frentes: vigilância participativa, informação e fiscalização⁶⁶). Ao longo do período de uso, segundo a própria *startup* Colab (TERESINA..., 2020), o município atingiu um dos maiores índices nacionais de engajamento da população através deste aplicativo, o que pode ser explicado pelas altas taxas de solução das demandas encaminhadas e pela intensa divulgação do aplicativo pelo Executivo Municipal.

Gráfico 9 – Linha do tempo do uso do Colab pela Prefeitura de Teresina/PI

2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Início da parceria entre Colab e PMT	Uso do Colab para combate à dengue	Acompanhamento mais próximo do Colab	Uso do Colab para consulta ao PPA e PDOT	Uso do Colab para consulta à população feminina	Uso do Colab para consulta à Agenda Teresina 2030	Uso do Colab para combate à Covid-19	Encerramento do contrato entre Colab e PMT

*PMT (Prefeitura Municipal de Teresina/PI); PPA (Plano Plurianual); PDOT (Plano Diretor de Ordenamento Territorial).

Fonte – Elaborado por Tosin, 2021.

⁶⁶ Por meio do aplicativo é possível denunciar estabelecimentos que não cumprem protocolos de segurança e também são realizados questionários diários para identificar, mapear e monitorar a movimentação de pessoas com sintomas da doença.

Ao comparar as propostas relacionadas às TIC dos Planos de Governo do Prefeito Firmino Filho e o que foi efetivamente realizado durante seus mandatos, é possível afirmar que as estratégias foram efetivamente seguidas.

No mandato de 2013 a 2016, conforme previsto, houve investimento em TIC para a melhoria dos órgãos internos, através do desenvolvimento de sistemas, assim como foram realizados projetos para capacitações na área tecnológica e incentivada a instalação de *startups*, destaque para os programas Coworking TI Solidário⁶⁷ e o Lagoas Digitais⁶⁸. Em paralelo, também foi identificado o uso das TIC para ampliar o diálogo da gestão municipal com a população, como o lançamento do aplicativo Colab. Segundo o Portal de Transparência da PMT, houveram investimentos na área de ciência e tecnologia apenas em 2013, de aproximadamente 39 mil reais.

Já no mandato de 2017 a 2020, seguindo a estratégia estabelecida no Plano de Governo, é intensificado o investimento nas TIC para melhorar a relação entre gestão municipal e sociedade civil, com o desenvolvimento de plataformas digitais, principalmente de aplicativos, para divulgação de informações e prestação de serviços. O investimento público municipal em ciência e tecnologia aumentou 100 vezes neste período, conforme informações obtidas no Portal da Transparência. Não foi identificada a criação de novas ferramentas para diálogo e colaboração cidadã. Entretanto, houve ampliação das funcionalidades do aplicativo Colab, o que indica investimento em uma única plataforma para esta finalidade. Permaneceram os investimentos em sistemas para órgãos internos, como também a realização de projetos na área tecnológica, por exemplo o Programa de Letramento em Computação⁶⁹ e o Projeto Teresinense Digital⁷⁰.

Considerando este panorama de uso da TIC pelo poder público municipal de Teresina/PI no período analisado, houve o fomento ao desenvolvimento tecnológico em diversos setores, como econômico e de ensino, além do planejamento e gestão municipal. Alguns resultados destes investimentos foram aproveitados pela própria

⁶⁷ Engloba qualificações técnicas através da oferta gratuita de cursos, com o objetivo de inserir os jovens no mercado de Tecnologia da Informação e Comunicação.

⁶⁸ Oferece cursos gratuitos na área de tecnologia, direcionados para jovens de 16 a 29 anos. Faz parte do projeto o Acelera Cuiá de *Startups*, que oferece condições e facilidades necessárias para o crescimento de novas empresas e negócios, estimulando o empreendedorismo e oferecendo apoio estratégico para empresas de base tecnológica.

⁶⁹ Promove aulas de programação de computadores gratuitas para alunos de escolas públicas municipais. Em 2020 atingiu mais de mil alunos.

⁷⁰ Envolve a implantação de processo eletrônico e a disponibilização para a população de *internet* gratuita em locais públicos estratégicos e de plataformas digitais para acesso a informações e prestação de serviços.

instituição para promover melhorias, inclusive na relação com a sociedade civil. O foco nas duas últimas gestões de Firmino Filho em uma única plataforma digital de comunicação cidadã (Colab), auxiliou na sua consolidação e no aumento de usuários ao longo do tempo. Percebe-se uma intensificação no investimento das TIC no planejamento e gestão municipal, principalmente no último mandato de Firmino Filho, tanto para uso de órgãos internos quanto para a sociedade.

Por fim, importante mencionar que a atual gestão municipal de Teresina/PI, do Prefeito eleito José Pessoa Leal do partido Movimento Democrático Brasileiro (MDB), optou por cancelar o contrato com a *startup* Colab, após sete anos de parceria. Através do aplicativo foram encaminhadas aproximadamente 35 mil demandas de 22.335 cidadãos cadastrados, o que tornou Teresina/PI o caso de sucesso da empresa. A descontinuidade deste contrato sinaliza um retrocesso nas ações estabelecidas durante as gestões de Firmino Filho, que cometeu suicídio em abril de 2021.

5 O ESTUDO DE CASO: A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA NA REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE TERESINA/PI (2017-2019)

Neste capítulo é demonstrado o processo de revisão do Plano Diretor de Teresina/PI, ocorrido entre março de 2017 e dezembro de 2019, objeto de estudo desta pesquisa. Este processo originou a Lei nº 5.841, sancionada pela Câmara de Vereadores no dia 20 de dezembro de 2019, que institui o Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT). Obedecendo ao foco desta pesquisa, são apresentados o processo realizado e as formas de participação da sociedade. O capítulo inicia com um panorama geral do estudo de caso. As três demais partes correspondem aos objetivos específicos desta pesquisa: descrição das principais atividades participativas conforme documentos produzidos ao longo do processo, identificação da percepção dos diferentes grupos de participantes e, determinação do Grau de Participação Política alcançado. Desta forma, o capítulo é composto por quatro partes: (1) o processo de elaboração do PDOT, (2) a participação política a partir dos documentos oficiais, (3) a participação política segundo os participantes e, (4) o Grau de Participação Política.

5.1 O PROCESSO DE ELABORAÇÃO DO PDOT

Esta parte possui como objetivo relatar o estudo de caso desta pesquisa, a partir da descrição das atividades desenvolvidas em cada fase. Em 2017 o Executivo Municipal de Teresina/PI iniciou o processo de revisão do seu Plano Diretor. Para isso, foi contratada uma empresa de consultoria através de licitação realizada no ano de 2016, na qual a presente autora é sócia, o que oportunizou sua participação em algumas de suas atividades ao longo do processo. No mês de março de 2017 foi realizada a primeira atividade do processo que foi subdividido em três fases (DAMÁSIO, 2017b):

- **Plano de Trabalho:** refere-se à fase de reconhecimento das equipes de trabalho e de estruturação metodológica;

- **Leitura da Realidade Municipal:** corresponde à fase de diagnóstico municipal, que foi composto por uma Leitura Técnica (a Teresina que temos), e uma Leitura Comunitária (a Teresina que queremos⁷¹);
- **Elaboração da Minuta de Projeto de Lei:** relacionada com a fase de formulação e pactuação de estratégias, redação e consolidação da minuta de projeto de lei, encaminhamento à Câmara Municipal e aprovação da minuta.

A divisão do processo nestas três fases já estava prevista pela gestão municipal no Termo de Referência que compõe o edital da licitação para contratação da empresa de consultoria. Neste documento estava pré-estabelecida a instituição de um grupo constituído por técnicos municipais, denominado Núcleo Gestor, responsável pelo acompanhamento, fiscalização e aprovação dos produtos a serem entregues pela consultoria contratada. Sobre as atividades com envolvimento da sociedade, o Termo de Referência indicava a realização da Conferência de Teresina (após renomeada como Fórum Teresina Participativa), na fase de Leitura Comunitária, e de uma audiência pública para apresentação da minuta de projeto de lei do Plano Diretor, na terceira fase do trabalho.

No Plano de Trabalho elaborado pela empresa de consultoria, foi proposta a formulação de uma instância participativa que atuaria em conjunto ao Núcleo Gestor, à empresa de consultoria e ao Conselho Municipal de Desenvolvimento. Este grupo, denominado como Comissão de Acompanhamento, composto por representantes de organizações e instituições sociais, seria instituído no Fórum Teresina Participativa. Foram previstas atividades de pactuação da Leitura da Realidade Municipal e da minuta de projeto de lei com esta comissão. Após a realização do Fórum Teresina Participativa na fase de Leitura Comunitária, foi incluída a utilização da plataforma Colab para consulta virtual à população, conforme orientação da administração municipal. Na terceira fase de elaboração da minuta de projeto de lei, se manteve o desenvolvimento de uma audiência pública e se incluiu, em seguida, a realização de uma consulta popular virtual.

Como será visto a seguir, ao longo do desenvolvimento do trabalho a administração municipal decidiu modificar e realizar mais atividades participativas do

⁷¹ Na Leitura Comunitária foi discutida com a população tanto a realidade atual do município, baseada na Leitura Técnica formulada, como as suas expectativas e propostas para o Plano Diretor, conforme previsto no Termo de Referência que faz parte do edital da licitação para contratação da empresa de consultoria.

que o previsto, de forma a ampliar a oportunidade de participação da sociedade. Para a consulta virtual à população via plataforma Colab, foram disponibilizados pontos presenciais fixos e uma van que percorreu os principais locais do município, para auxílio e oferta das ferramentas tecnológicas necessárias para contribuição. Visando o aumento da participação da comunidade rural na fase de Leitura Comunitária, foi realizado um evento específico para este público alvo. Como a consulta pública virtual da minuta de projeto de lei foi aberta apenas para representantes de organizações e instituições sociais, decidiu-se por promover uma segunda audiência pública de homologação, após a coleta de contribuições.

Realizado este panorama, serão especificadas cada uma das fases do trabalho, conforme as características das atividades desenvolvidas⁷².

A primeira fase, aqui denominada como **preparatória**, durou um pouco mais de um mês, desde a assinatura do contrato da PMT com a empresa de consultoria contratada até a realização da primeira atividade da segunda fase. Foram identificadas três atividades principais no período compreendido entre os dias 24 de fevereiro de 2017 e 6 de abril de 2017. Uma possuía como objetivo discutir propostas para o futuro do município e as outras duas visavam a preparação para o evento que seria realizado na próxima fase com a participação da sociedade.

A participação era exclusiva dos técnicos da PMT, exceto na última atividade preparatória, onde houve a participação do Conselho de Desenvolvimento Urbano (CDU) que conta com representantes do poder público e de organizações e instituições sociais⁷³. Importante destacar que, na sua composição, é hegemônica a representação de setores da construção civil, imobiliário e comercial, com destaque para as associações de classe.

⁷² Para esta análise, foram contabilizadas apenas as principais atividades que ocorreram ao longo do processo, ou seja, aquelas divulgadas pelo Executivo Municipal. As atividades são todos os acontecimentos do processo que envolveram um conjunto de atores, como audiências, fóruns, congressos, seminários, reuniões, encontros, visitas, palestras, apresentações, oficinas, capacitações, inscrições, votações, consultas e divulgações de materiais. Ver Apêndice C.

⁷³ O CDU é um órgão de natureza consultiva que possui como atribuição apreciar e opinar sobre as diretrizes, estratégias, prioridades e instrumentos para a política de desenvolvimento urbano do município. É composto por 22 representantes. Destes, 9 são representantes de organizações e instituições sociais: Associação Industrial do Piauí (AIP); Instituto dos Arquitetos do Brasil, Seção do Piauí (IAB/PI); Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CREA/PI); Sindicato de Indústria da Construção Civil de Teresina (SINDUSCON); Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN); Ordem dos Advogados do Brasil, Seção Piauí (OAB/PI); Sindicato dos Lojistas do Comércio do Estado do Piauí (SINDILOJAS); Conselho Regional de Corretores de Imóveis (CRECI/PI); Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Piauí (CAU/PI).

Esta breve fase inicial, pode ser caracterizada pela realização de atividades técnicas de discussão de metodologias participativas previstas para as próximas fases. Importante mencionar que esta era uma fase que tratava da construção do plano de trabalho, com métodos e estratégias de atuação.

Na segunda fase, de **diagnóstico**, foram contabilizadas trinta atividades ao longo de aproximadamente dois meses (de 7 de abril a 10 de junho de 2017). Ressalta-se que a sociedade participou em mais atividades que os técnicos consultores e que foi intensa a presença de representantes de organizações e instituições sociais nesta etapa, com destaque para integrantes de universidades⁷⁴ e lideranças comunitárias. Também houve maior envolvimento da empresa Latus Consultoria, que se fez presente em reuniões que contavam com a presença de representantes de organizações e instituições sociais. Ao final desta fase, no Fórum Teresina Participativa, atividade presencial que será relatada no Capítulo 5.2.1, foi instituída uma Comissão de Acompanhamento (CA)⁷⁵: grupo composto por representantes da sociedade civil organizada que possuía como atribuição representar a sociedade e acompanhar o processo, ajudando na análise e na definição de propostas. Esta comissão era composta por dez integrantes, sendo dois representantes do poder público e oito da sociedade civil organizada⁷⁶.

Em resumo, nesta fase foram predominantes as atividades que buscavam ampliar o debate com a sociedade civil, bem como as ações de mobilização junto às universidades e associações de moradores.

Já a terceira fase, a **estratégica**, durou aproximadamente dois anos e meio (de junho de 2017 a dezembro de 2019) e se encerrou com a sanção da minuta de lei pelo Prefeito Municipal. A previsão inicial era que esta última fase fosse concluída ainda em setembro de 2017, entretanto o prazo inicial não pode ser cumprido, visto a divergência de ideias quanto ao conteúdo da lei que gerou inúmeros conflitos entre os atores envolvidos.

Ao todo, foram levantadas 58 atividades nesta terceira fase, com aumento da participação dos técnicos municipais e consultores. O envolvimento de representantes

⁷⁴ Segundo a SEMPLAN, participaram desta fase mais de 600 estudantes de engenharia e arquitetura.

⁷⁵ Decreto nº 16.808, de 26 de abril de 2017, posteriormente alterado pelo Decreto nº 18.713, de 25 de junho de 2019.

⁷⁶ Um representante da Câmara Municipal, um do Ministério Público Estadual, três dos movimentos populares, dois das entidades e conselhos profissionais, um dos trabalhadores, um dos empresários e um das entidades acadêmicas e de pesquisa.

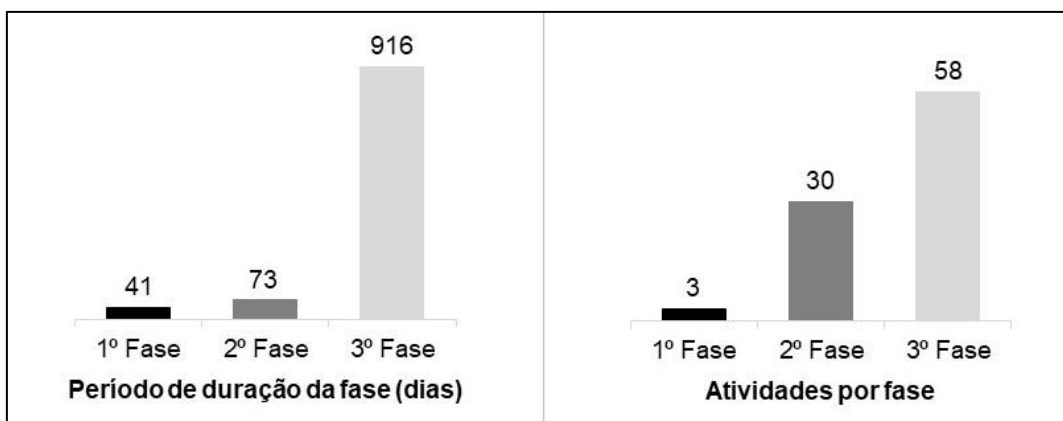
de organizações e instituições sociais foi principalmente em atividades propositivas e através da CA e de pessoas relacionadas com o setor da construção civil⁷⁷. A sociedade civil pouco participou e opinou nesta fase, o que demonstra uma menor abertura para diálogo com o grande grupo.

Esta fase estratégica marca o retorno da predominância de reuniões técnicas no processo, agora com maior envolvimento de instituições e organizações sociais vinculadas à construção civil e setor imobiliário, como também de um maior envolvimento da instituição de pesquisa WRI Brasil, juntamente à Latus Consultoria.

A minuta de projeto de lei resultante do processo de revisão do Plano Diretor de Teresina/PI, foi aprovada aproximadamente um mês após a segunda audiência pública. A minuta foi entregue na Câmara Municipal uma semana depois, no dia 2 de dezembro de 2019, e após duas semanas de deliberação, foi aprovada pelos vereadores. No dia 23 de dezembro de 2019, a Lei Complementar nº 5.841 que institui o PDOT foi sancionada pelo prefeito em exercício.

Ao visualizar um panorama geral do processo de revisão do Plano Diretor de Teresina/PI é possível identificar alguns aspectos principais. Como pode ser visto no Gráfico 10, a segunda fase de diagnóstico concentrou mais atividades em menos tempo do que a terceira fase estratégica, que registrou mais atividades, porém com maior intervalo de tempo entre si. Isso demonstra que houveram dificuldades na pactuação das estratégias do novo Plano Diretor entre os diferentes grupos de atores. O maior envolvimento dos setores imobiliário e da construção civil pode ter ocasionado esta extensão do prazo.

Gráfico 10 – Duração temporal e quantidade de atividades por fase



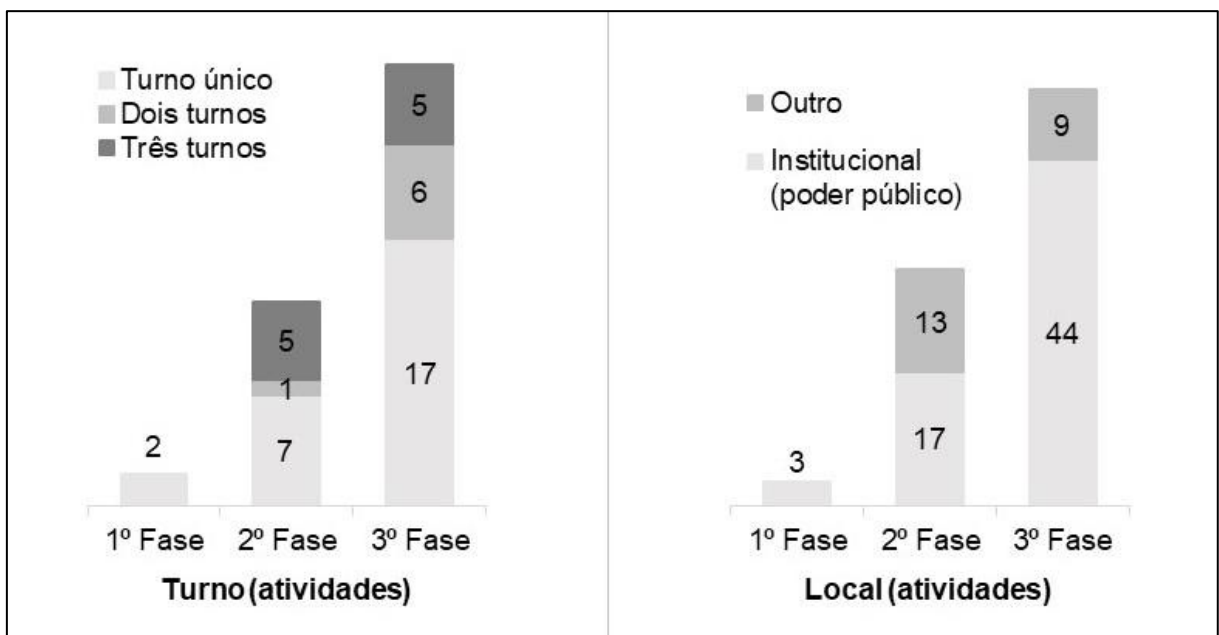
Fonte – Elaborado por Tosin, 2021.

⁷⁷ Como o SINDUSCON, CRECI, CREA, CAU, IAB.

Outras características podem ser identificadas no Gráfico 11. A maior parte das atividades foram realizadas em turno único, principalmente pela manhã. Na segunda fase houveram atividades presenciais e virtuais que ocorreram durante os três turnos, já na terceira fase apenas atividades virtuais perduraram ao longo de todo o dia.

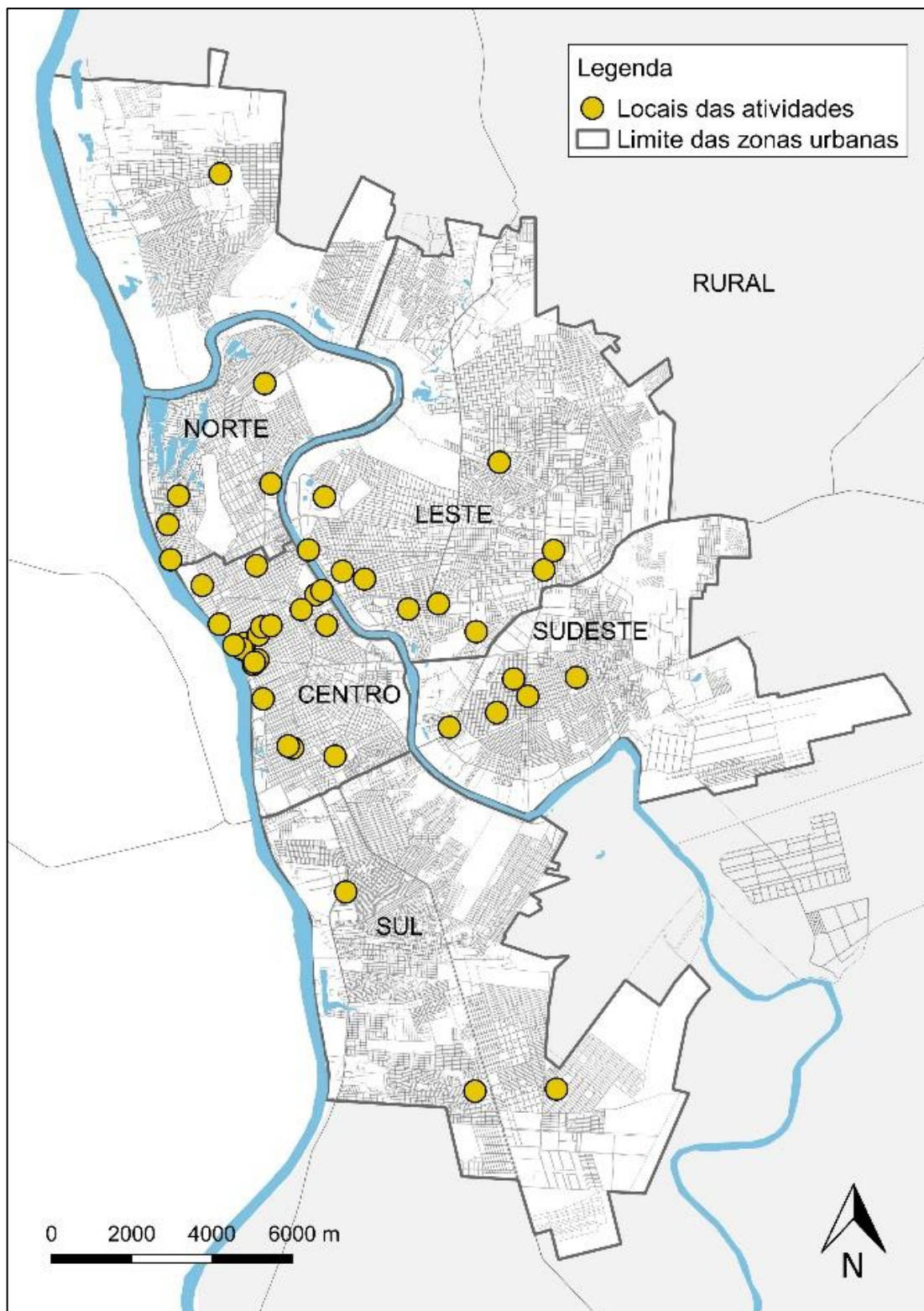
As atividades foram preferencialmente realizadas em locais institucionais, relacionado com o poder público, e situados na zona Centro (Figura 6). A escolha foi feita pela própria equipe técnica municipal, levando em consideração os recursos financeiros disponíveis e o público envolvido, para tamanho e localização do ambiente. Havia preferência pelos locais situados na zona Centro, pela facilidade de acesso dos participantes. A administração municipal não disponibilizou transporte para a população se deslocar até os locais dos eventos públicos, exceto na atividade realizada com moradores da zona Rural. Na segunda fase muitas atividades ocorreram em outros tipos de ambientes. As atividades virtuais foram todas realizadas através de plataformas digitais institucionais sob domínio da PMT.

Gráfico 11 – Turno e local das atividades por fase



Fonte – Elaborado por Tosin, 2021.

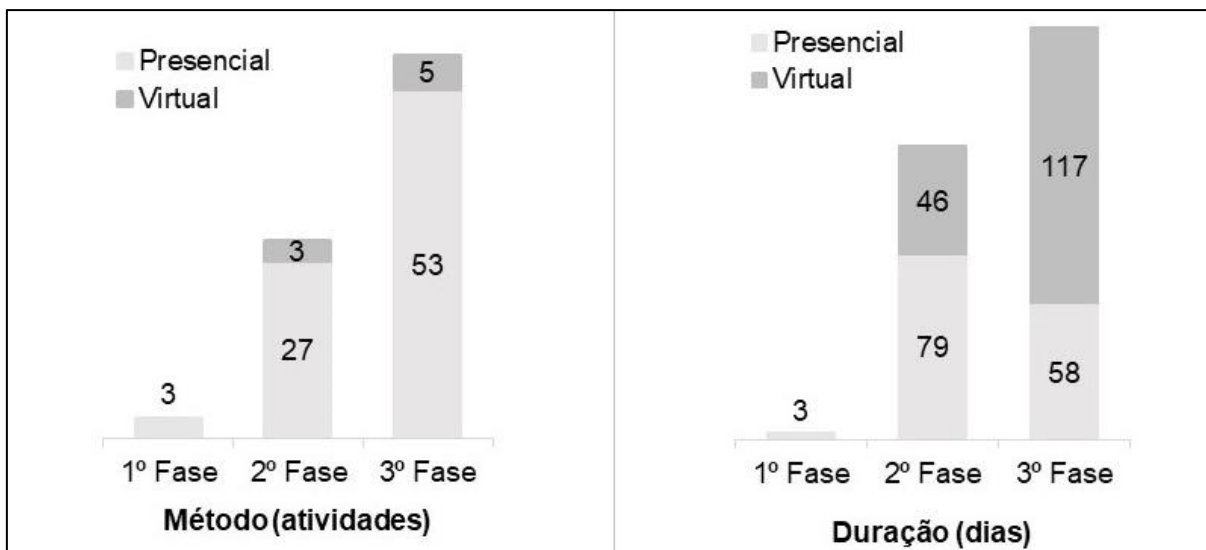
Figura 6 – Localização das atividades



Fonte – Elaborado por Tosin, 2021.

Sobre o método, a grande maioria das atividades foram presenciais, sendo registradas atividades virtuais apenas na segunda e terceira fase. Apesar de pouco representativas, as atividades virtuais duraram mais tempo (Gráfico 12).

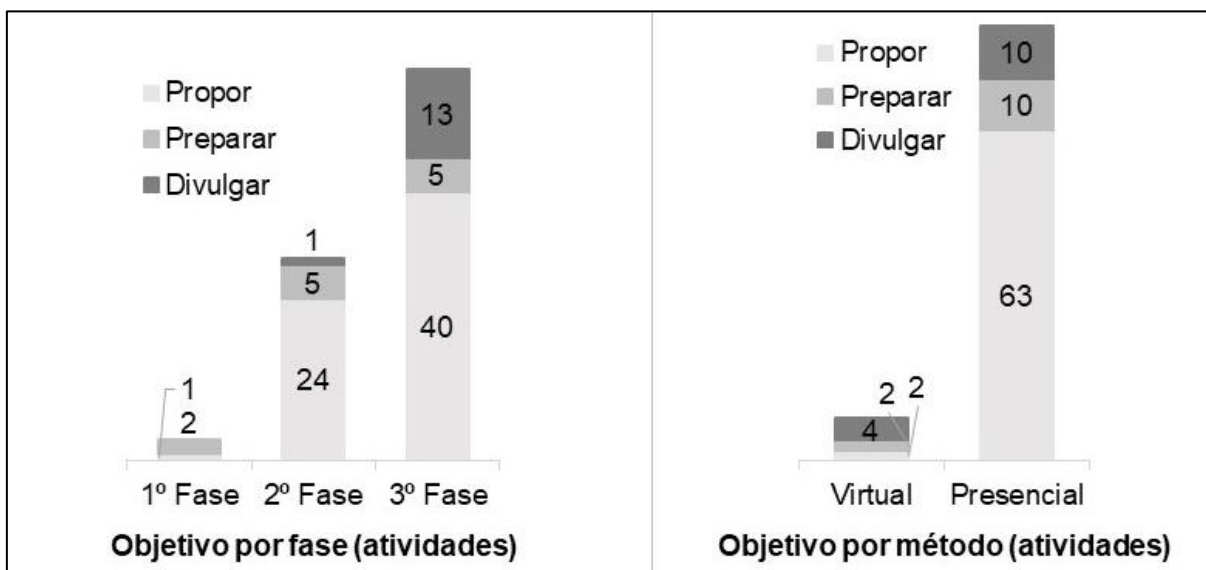
Gráfico 12 – Método e duração das atividades por fase



Fonte – Elaborado por Tosin, 2021.

Em relação aos objetivos das atividades (Gráfico 13), a grande maioria envolveu discussões de ideias e propostas. Destaque para a concentração de atividades de divulgação na terceira fase do trabalho, o que indica um maior esforço para a transparência do processo nesta etapa estratégica. O método virtual, através do sítio eletrônico oficial da SEMPLAN, foi mais utilizado para a finalidade de divulgar que para os outros propósitos. Para atividades propositivas, o método presencial predomina. Recorda-se que as atividades virtuais, apesar de contabilizarem menor número, possuíram uma duração temporal maior que as presenciais.

Gráfico 13 – Objetivos das atividades por fase e método

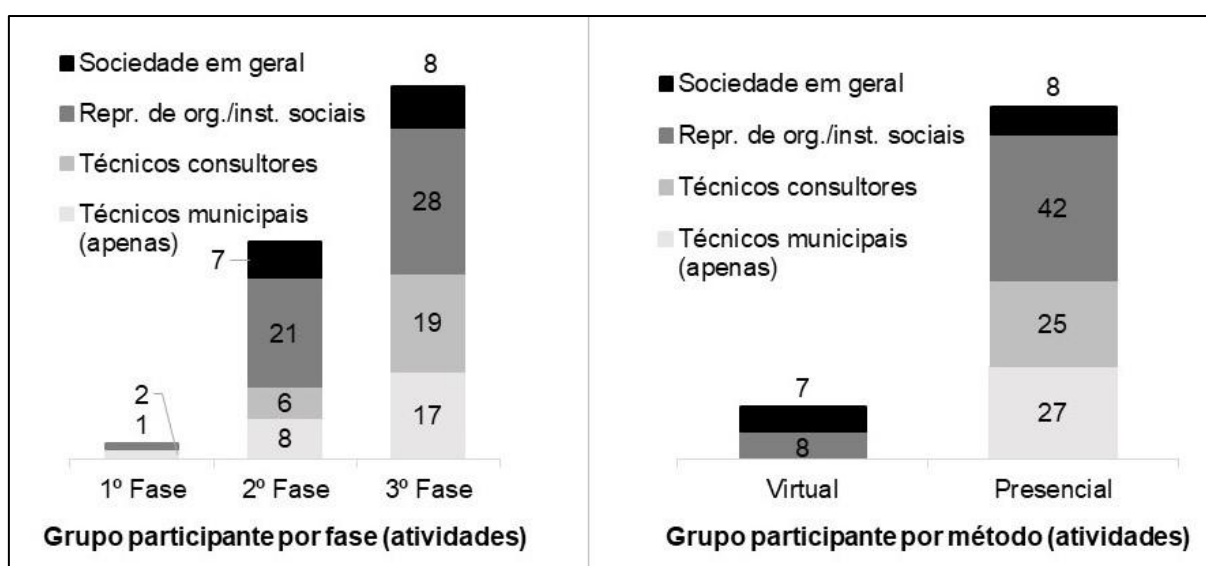


Fonte – Elaborado por Tosin, 2021.

Observa-se no Gráfico 14, que diferentes atores participaram e foram protagonistas em cada uma das fases do processo. Na fase preparatória, a participação foi predominantemente técnica, com participação de representantes de organizações e instituições sociais em apenas uma atividade preparatória, através do CDU, como mencionado anteriormente. Na fase de diagnóstico, a sociedade civil teve mais oportunidades de participar, principalmente através de representantes de organizações e instituições sociais, muitas relacionadas às universidades e associações de moradores. Já na fase estratégica, há maior envolvimento dos técnicos consultores e aumentam as reuniões técnicas. Permaneceu o mesmo envolvimento da sociedade e de representantes de organizações e instituições sociais, agora mais relacionadas ao setor da construção civil.

As atividades realizadas no método virtual tiveram como público alvo a população em geral, assim como de representantes de organizações e instituições sociais. As atividades técnicas e com participação dos consultores foram todas presenciais, assim como grande parte das atividades que contaram com a presença de representantes de organizações e instituições sociais. Pode-se afirmar que não houve preferência por um tipo de método nas atividades que eram abertas a sociedade civil como um todo.

Gráfico 14 – Grupo social participante das atividades por fase e método



Fonte – Elaborado por Tosin, 2021.

Por fim, ao visualizar um panorama geral do processo, alguns aspectos merecem destaque por contribuírem com a análise proposta por esta pesquisa. Em

relação aos atores envolvidos, a participação de representantes de organizações e instituições sociais é mais frequente nas atividades que da sociedade em geral. As atividades com representantes de organizações e instituições sociais superam até mesmo as atividades estritamente técnicas, com presença exclusiva da equipe municipal e dos consultores. Isso pode ser explicado pela formação e participação de diferentes grupos compostos pelos representantes de organizações e instituições sociais para acompanhamento do processo, como o CDU, a CA e o Grupo de Delegados.

Apesar da variedade de entidades envolvidas, os representantes do setor imobiliário e da construção civil participaram mais ativamente no processo e na tomada de decisão, tanto através destes grupos quanto de forma independente. Os representantes de associações de moradores e de universidades também tiveram participação significativa, mas mais na etapa inicial de diagnóstico que na tomada de decisão final. A participação do setor imobiliário e da construção civil na formulação estratégica, juntamente com o aumento do envolvimento de diferentes equipes de consultoria, parece ter dificultado a pactuação final da minuta do projeto de lei, o que demandou mais transparência nesta fase e prolongou o fim do processo por anos.

Em relação as atividades participativas abertas à toda a população, algumas já destacadas anteriormente, suas características parecem ter contribuído para a significativa participação registrada de centenas de pessoas. As atividades ocorreram em vários turnos diferentes e até mesmo se estenderam por mais de um dia. Assim como não houve preferência de método, metade foi realizada presencialmente e a outra metade em ambiente virtual, ampliando as oportunidades de participação. Os procedimentos para contribuição também foram variados: debates temáticos, discussões em pequenos e grandes grupos, manifestações individuais e de conjuntos de pessoas, votações, questionários virtuais, sugestões por endereço eletrônico, entre outros.

Sobre os métodos, há algumas diferenças na sua utilização pelo poder público. Os métodos virtuais foram utilizados mais para divulgação e apenas para atividades que envolviam a sociedade civil como um todo. Apesar de terem durado por mais tempo, parece haver preferência pela realização de atividades presenciais, principalmente para proposição e realização de reuniões técnicas ou com presença de representantes de organizações e instituições sociais.

5.2 AS ATIVIDADES PARTICIPATIVAS A PARTIR DOS DOCUMENTOS OFICIAIS

Neste item são descritas as principais atividades realizadas que eram abertas à toda sociedade teresinense no processo de desenvolvimento do PDOT. Como mencionado anteriormente, foram realizadas cinco atividades propositivas que envolveram a sociedade civil (Quadro 6).

Quadro 6 – Atividades propositivas com a sociedade civil

Segunda fase - diagnóstico					
Nome	Data	Turno	Método	Local/ Ferramenta	Previsão
Fórum Teresina Participativa	26/04/2017 a 28/04/2017	Manhã, tarde e noite	Presencial (discussão oral em grupo, manifestação oral em plenária, escrita em fichas, indicação em mapa)	Zona Centro	Edital / Termo de Referência
Contribuição virtual para a Leitura Comunitária	27/04/2017 a 31/05/2017	Manhã, tarde e noite	Virtual (preenchimento de questionário com perguntas fechadas e uma aberta)	Plataforma Colab	Plano de Trabalho / Ao longo do processo
Evento com moradores rurais	10/06/2017	Manhã	Presencial (manifestação oral em plenária)	Zona Centro	Ao longo do processo
Terceira fase – estratégica					
Audiência pública de diretrizes gerais	09/03/2018	Manhã e tarde	Presencial (discussão oral em grupo, manifestação oral em plenária, escrita em fichas)	Zona Norte	Edital / Termo de Referência
Audiência pública de homologação	23/10/2019	Manhã e tarde	Presencial (manifestação oral em plenária, escrita em fichas)	Zona Norte	Ao longo do processo

Fonte – Elaborado por Tosin, 2021.

Ao todo, foram selecionadas quatro atividades participativas, ocorridas na fase de diagnóstico e na fase estratégica, que tiveram relevância para as decisões tomadas e que envolveram toda a sociedade teresinense⁷⁸: o Fórum Teresina Participativa (26/04/2017 a 28/04/2017), a contribuição virtual para a Leitura Comunitária (27/04/2017 a 31/05/2017), a audiência pública de diretrizes gerais (09/03/2018) e a audiência pública de homologação (23/10/2019). A análise apresentada a seguir é totalmente baseada no que relata os documentos especificados no capítulo 3.

⁷⁸ Não foi analisado o evento realizado com os moradores rurais, pelo foco em uma parcela da população e pela falta de documentos para investigação dos itens propostos.

5.2.1 Fórum Teresina Participativa

O Fórum Teresina Participativa foi um evento aberto à sociedade, voltado para discutir o Plano Plurianual (PPA) e o PDOT. Mais especificamente para o PDOT, o objetivo era complementar o diagnóstico formulado na Leitura Técnica e também coletar propostas para a revisão desta legislação. Esta atividade presencial já estava prevista antes do início do trabalho (Quadro 6) e o seu planejamento foi pauta nas reuniões técnicas da primeira fase preparatória. Segundo a PMT, 30 secretarias e 100 servidores municipais se envolveram na elaboração do evento.

Para divulgação do evento foram utilizadas as redes sociais da PMT, canais de televisão, estações de rádio, plataformas digitais de notícia, jornais impressos, placas de mídia e outdoors. Os encontros presenciais realizados nas diferentes zonas da cidade – para discussão inicial de propostas junto aos funcionários da PMT, CDU, representantes de entidades profissionais e acadêmicas, movimentos populares e lideranças comunitárias⁷⁹ – também serviram para divulgação e mobilização para o evento. A primeira destas atividades, denominadas como ‘toró de ideias’, ocorreu aproximadamente um mês antes do evento e baseou a formulação do material a ser apresentado.

Para participação no processo, qualquer interessado poderia se inscrever previamente através do sítio eletrônico Teresina Participativa. As inscrições iniciaram no dia 12 de abril de 2017 e foram encerradas no dia 24 de abril de 2017, um dia antes do período previsto, por já terem atingido o número máximo estabelecido, mesmo com a posterior ampliação de 100 vagas do número inicial. Devido ao grande interesse da sociedade, o evento foi transmitido ao vivo pela rede social da PMT⁸⁰.

O Fórum foi realizado na Federação das Indústrias do Estado do Piauí (FIEPI), localizado na zona Centro, pelos motivos já mencionados no capítulo 5.1. Foram três dias de palestras e debates, que seguiu o cronograma inicial previsto (Quadro 7). No início de cada dia, os participantes assinaram uma lista de presença.

⁷⁹ OAB, CAU, CREA, IAB, IPHAN, Instituto Camilo Filho, Instituto Federal do Piauí (IFPI), Estácio CEUT e União Municipal das Associações de Moradores e Entidades Culturais (UMAC).

⁸⁰ Segundo a PMT, houveram 4.760 visualizações das transmissões ao vivo do evento.

Quadro 7 – Cronograma do Fórum Teresina Participativa

Data	Hora	Local	Tema
26/04/2017	16:00	Entrada	Credenciamento
	19:00	Auditório	Abertura solene
	19:30	Auditório	Teresina criada para ser rica (Consultor do Banco Mundial)
	20:00	Auditório	Teresina para as pessoas: realizações e novos desafios (Prefeito de Teresina)
27/04/2017	7:30	Auditório	Credenciamento
	8:30	Auditório	Novos instrumentos da política Urbana com participação do setor privado (Secretária municipal de Desenvolvimento Urbano da Prefeitura de São Paulo)
	10:20	Auditório	A cidade que temos (Secretário Municipal de Planejamento e Coordenação)
	11:10	Auditório	Teresina Participativa: Agora também é com você (SEMPLAN)
	14:00	Salas	Discussão dos eixos temáticos (sociedade civil)
28/04/2017	8:30	Auditório	Apresentação de todas as propostas à plenária (SEMPLAN e Latus Consultoria)
	10:30	Auditório	Formação da comissão de acompanhamento da revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial de Teresina (SEMPLAN)
	11:00	Auditório	Encaminhamentos (SEMPLAN)
	12:30	Auditório	Encerramento

Fonte – SEMPLAN, 2020.

A noite do dia 26 e manhã do dia 27 visaram a capacitação do público em temas que auxiliariam na elaboração das propostas (Figura 7). Além de apresentar a perspectiva da gestão municipal em relação ao presente e futuro de Teresina/PI, também foi explicado o que é o Plano Diretor, sua forma de elaboração participativa, as atividades realizadas e previstas para sua revisão. Após cada apresentação do dia 27 de manhã, foi disponibilizado tempo para a manifestação do público. Ao todo, estavam previstas 24 falas de três minutos cada. Demonstrou-se, ao final, os objetivos de cada eixo temático (inclusão social, qualidade de vida, sustentabilidade ambiental, produtividade econômica e governança)⁸¹, que seriam posteriormente discutidos pela sociedade nas salas temáticas.

⁸¹ Estes temas eram baseados nos cinco eixos da Agenda 2030 de Teresina/PI, elaborada em 2015.

Figura 7 – Atividades no auditório



Fonte – SEMPLAN, 2020.

Na parte da tarde, os participantes se dividiram entre cinco salas, onde seriam discutidas e apresentadas propostas para o PPA e PDOT. Cada sala representava um eixo temático e continha equipes técnicas específicas para estimular e orientar o debate, compostas por funcionários municipais e consultores. Os órgãos municipais também foram divididos por tema, conforme área de atuação. O público presente variava de 20 a 50 pessoas por sala, aproximadamente.

A metodologia desenvolvida foi semelhante em cada sala temática. Em um primeiro momento, um funcionário da PMT expôs, através de apresentação de *slides*, a metodologia da atividade, os destaques do Plano de Governo e da Leitura Técnica para o tema. No segundo momento, os participantes se reuniram em grupos para discussão e elaboração das propostas para o PPA e PDOT, respectivamente, conforme realidade municipal constatada, que deveriam ser registradas por escrito nos formulários entregues aos participantes. Também foram disponibilizados mapas físicos do município e canetas para a realização da atividade (Figura 8). Ao final do debate, que abrangeu também as principais características municipais, os grupos apresentaram suas propostas a todos os presentes e os formulários foram recolhidos pela equipe técnica. No encerramento da atividade, se explicou a programação do dia seguinte.

Figura 8 – Salas temáticas



Fonte – SEMPLAN, 2020.

Ao todo, foram sugeridas 97 propostas ao PDOT. A síntese das manifestações (DAMÁSIO, 2017) sugere que a maior parte das propostas eram demandas sociais, relacionadas, por exemplo, à moradia, educação, lazer e saneamento básico. As propostas técnicas – que se referem a leis, regras ou tendências do planejamento urbano – estiveram mais presentes que os temas relacionados ao mercado e políticos. As quatro horas previstas foram o suficiente para a conclusão da atividade.

No dia seguinte, as propostas formuladas nas salas temáticas foram apresentadas em plenária e, em seguida, foi aberta a fala para a sociedade se manifestar. Ao todo, foram previstas doze manifestações de três minutos cada, divididas em quatro blocos. Segundo relatório da atividade (DAMÁSIO, 2017), as demandas sociais foram maioria. Entretanto, os temas políticos também estiveram

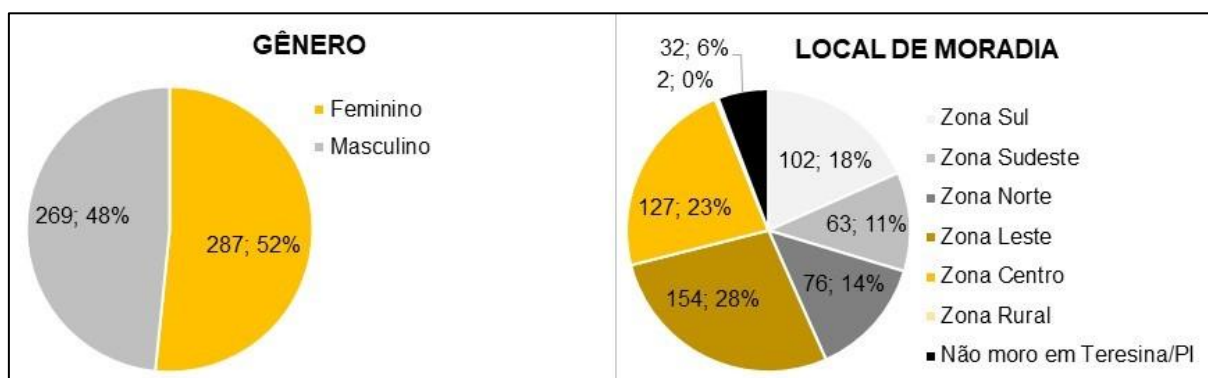
presentes, principalmente sobre procedimentos, funcionamento de órgãos públicos e forma de gestão. Os assuntos técnicos e referentes ao mercado foram pouco abordados. O tempo reservado, de aproximadamente uma hora para manifestação do público e resposta da equipe municipal e consultoria, não foi suficiente, pois várias pessoas não conseguiram expor sua opinião.

Em seguida, foi formada a CA para o PDOT, já especificada no item anterior. Após a identificação dos segmentos sociais presentes, as entidades se reuniram para escolha de seus representantes, por consenso ou votação, conforme quantidade previamente definida. Os escolhidos foram apresentados em plenária. Os segmentos não presentes foram compostos em outro momento e os representantes do poder público foram apresentados por ofício. Ao final do evento, foram reforçados os próximos passos do PDOT e PPA.

Ao todo, 556 pessoas participaram do evento (0,07% da população, conforme estimativa do IBGE para 2017)⁸². Nas salas temáticas, onde ocorreu a principal atividade propositiva, participaram 180 pessoas. A presença de mulheres e homens, durante todo o evento, foi quase paritária (52% e 48%, respectivamente). A maior parte do público era morador de Teresina/PI (94%), principalmente das zonas mais desenvolvidas, Leste (28%) e Centro (23%). Havia apenas dois moradores da zona Rural. Esta discrepância da participação entre as diferentes zonas municipais pode ser explicada pela localização e horários do evento. Dentre os demais municípios, se destaca a presença de moradores de Timon/MA, que é conurbado de Teresina/PI. As informações sobre gênero e local de moradia dos participantes constam no Gráfico 15.

⁸² Não foi concedido acesso às fichas preenchidas pelos participantes e através dos documentos disponíveis não foi possível identificar o perfil de quem contribuiu neste evento.

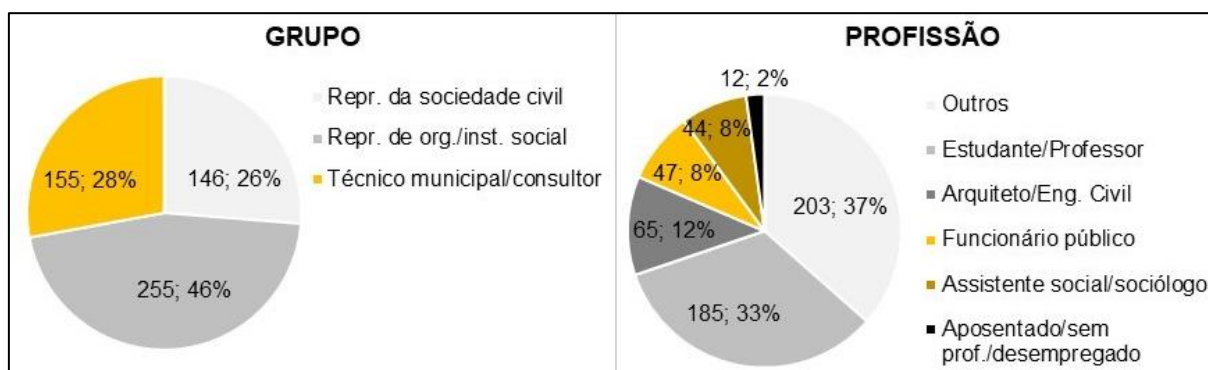
Gráfico 15 – Gênero e local de moradia dos participantes do Fórum Teresina Participativa



Fonte – SEMPLAN, 2020.

O grupo e profissão dos participantes está demonstrado no Gráfico 16. Os representantes de organizações e instituições sociais foram maioria (46%), seguido pelos técnicos municipais e consultores (28%) e pelos representantes da sociedade civil (26%). As profissões declaradas foram diversas, mas predominaram os estudantes e professores (33%), os arquitetos e engenheiros civis (12%), os funcionários públicos (8%) e, os assistentes sociais e sociólogos (8%). A presença de acadêmicos e das demais categorias profissionais é resultado das atividades de mobilização realizadas e do interesse inerente pelos assuntos debatidos neste tipo de processo. A participação dos técnicos municipais é resultado do incentivo que tiveram, como já mencionado. Os aposentados, sem profissão ou desempregados representaram apenas 2% do público presente.

Gráfico 16 – Grupo e profissão dos participantes do Fórum Teresina Participativa



Fonte – SEMPLAN, 2020.

Conforme indicado no final do evento, todo o material apresentado foi disponibilizado no sítio eletrônico da SEMPLAN, assim como o relatório da Leitura Comunitária que continha as propostas encaminhadas, elaborado pelos consultores

da empresa Latus. Seguindo o previsto, esta Leitura Comunitária foi posteriormente complementada com a consulta pública virtual, conteúdo do próximo item, que compõem a etapa 'Teresina que queremos'.

É possível fazer alguns apontamentos em relação aos itens de análise desta pesquisa. A Representação dos participantes no evento foi, de forma geral, positiva em relação a quantidade – visto a demanda para o aumento do número de inscrições, limitado à capacidade do local – e variedade de gênero – pela presença quase paritária de homens e mulheres. Contudo, predominaram alguns grupos sociais: moradores de zonas mais desenvolvidas, técnicos municipais, setor acadêmico e profissionais da construção civil, o que sugere ser um público de maior renda. A quantidade de contribuições foi significativa, considerado o número de participantes, e predominaram as demandas sociais. Nas salas temáticas, o total de propostas representaram um pouco mais da metade dos presentes (54%).

Sobre os Procedimentos, a divulgação foi realizada em diversos meios, nas diferentes zonas da cidade e com tempo prévio suficiente (superior a 15 dias). A divulgação na zona Rural parece não ter sido tão intensa quanto na cidade, visto a quantidade de moradores rurais que compareceram à atividade. Durante o evento, a divulgação foi criticada pelo público presente (DAMÁSIO, 2017). Foram disponibilizados todo o tipo de material necessário para realização de contribuições, que foram de diversas formas: fala, escrita e desenho. Houve liberdade para manifestação, entretanto as apresentações muito técnicas e com posicionamentos já estabelecidos, podem ter inibido a discussão e induzido o público a determinadas propostas. O tempo disponibilizado para contribuições foi suficiente quando em pequenos grupos, pois todos conseguiram se manifestar e alguns grupos, até mesmo, finalizaram antes do previsto.

Em relação as Informações, é possível apontar que houve deficiências tanto na transmissão quanto no recebimento e entendimento dos participantes. A linguagem técnica parece ter sido o principal obstáculo, pois alguns participantes demonstraram dificuldades em entender a diferença entre PPA e PDOT, assim como de realizar propostas relacionadas.

Os Resultados obtidos com o processo foram positivos. Houve transparência e resposta das propostas realizadas, através da elaboração e divulgação do relatório que compilou as contribuições. As propostas foram aproveitadas na Leitura da Realidade Municipal que orientaram a definição das estratégias, conteúdo da próxima

etapa. Entretanto, algumas questões debatidas durante o Fórum acabaram não sendo registradas, sugerindo uma certa fragilidade do processo.

5.2.2 Contribuição virtual para a Leitura Comunitária

Esta atividade estava prevista desde o início do trabalho de revisão do Plano Diretor de Teresina/PI (Quadro 6). O objetivo era complementar a Leitura Comunitária resultante do Fórum Teresina Participativa. Com a consulta seria possível delinear um diagnóstico das diferentes zonas do município e coletar propostas para o PDOT.

A ferramenta foi idealizada e desenvolvida em uma parceria entre a administração municipal e a *startup* Colab, com auxílio da empresa de consultoria Latus para a construção das perguntas. Inicialmente foram consideradas as propostas obtidas junto aos servidores municipais e representantes de organizações e instituições sociais, nas atividades denominadas como ‘toró de ideias’ e no endereço eletrônico criado especificamente para essa finalidade. Após, a equipe da SEMPLAN foi dividida em duplas ou trios para organizar as perguntas coletadas segundo os mesmos eixos temáticos do Fórum. Em reuniões com a equipe do Colab, as perguntas foram alinhadas e o fluxo do questionário organizado, para depois serem revisados e validados pelo Secretário Municipal e Secretária Executiva responsáveis.

Depois de aplicados testes de resposta e compreensão em pessoas com e sem nível superior, os conceitos foram simplificados e algumas questões reelaboradas. Foram necessárias 12 versões para se chegar ao modelo final que possuía 28 perguntas fechadas e uma última pergunta aberta, divididas em três grupos – leitura de bairros, leitura da cidade e, instrumentos de planejamento.

No penúltimo dia do evento Fórum Teresina Participativa, foi anunciado o início do período para envio de contribuições virtuais ao PDOT e PPA. A divulgação foi realizada através de diversos meios, como no Fórum Teresina Participativa. Durante o período da consulta, a gestão municipal promoveu reuniões e palestras em comunidades, universidades, associações e instituições da sociedade civil para estimular a participação da sociedade. Segundo a SEMPLAN (2020), a mobilização presencial pareceu ser mais efetiva, pois os picos de participação coincidiram com as datas destas atividades.

A consulta foi disponibilizada em três plataformas digitais: nos sítios eletrônicos da Teresina Participativa e da *startup* Colab, e de forma inédita, no próprio aplicativo

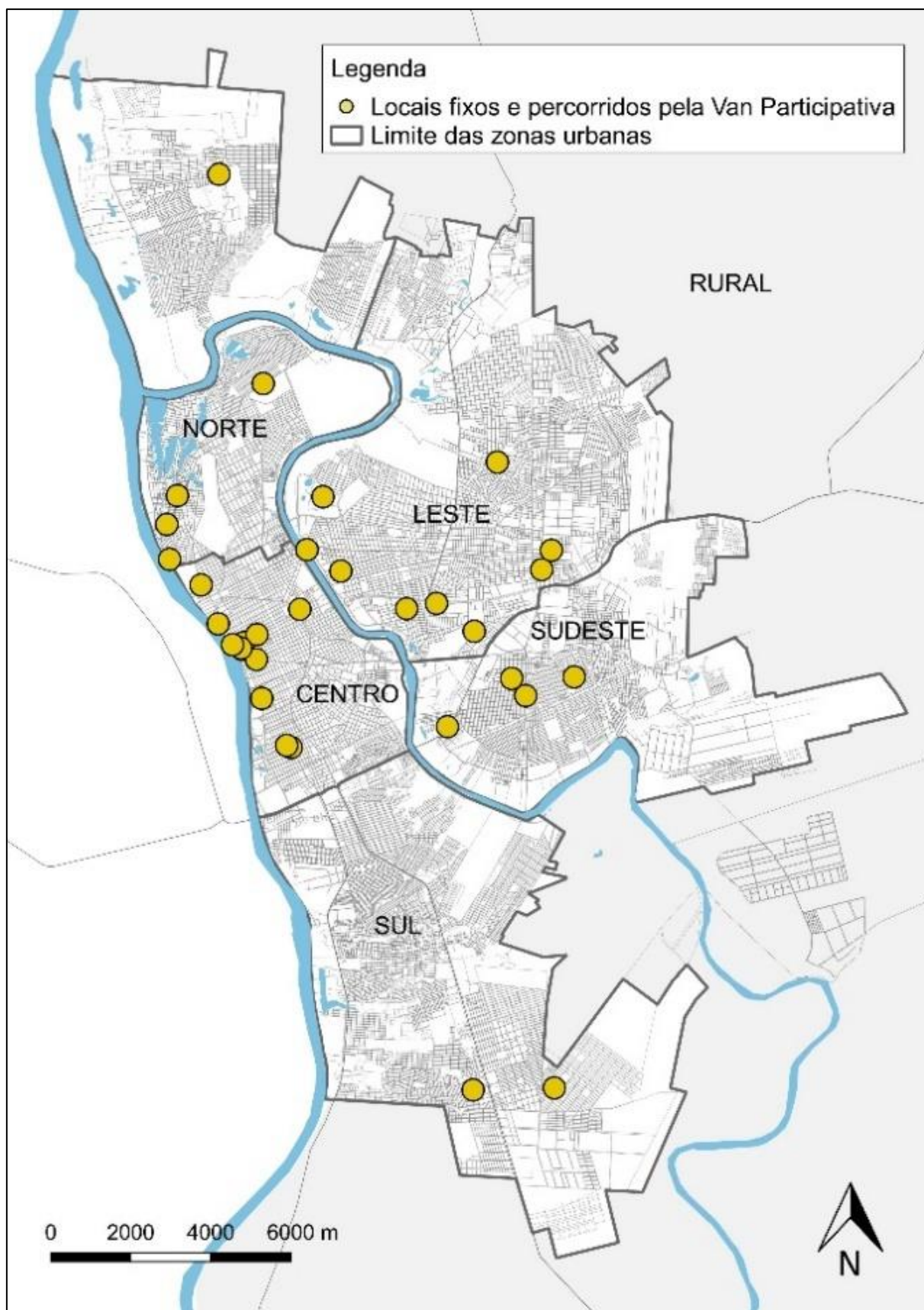
Colab. A gestão municipal também forneceu à sociedade acesso às plataformas digitais para realização da contribuição, em locais onde haviam pessoas disponíveis para auxiliar no manuseio da ferramenta. Os pontos eram tanto fixos, em ambientes institucionais, quanto móveis, através da Van Participativa, que percorreu 32 dos principais locais da cidade, principalmente nos finais de semana, nos turnos da manhã e tarde (Figura 9). Conforme pode ser visto na Figura 10, estes locais abrangem todas as cinco zonas da cidade, mas estão mais concentrados no Centro e Leste.

Figura 9 – Van participativa



Fonte – SEMPLAN, 2020.

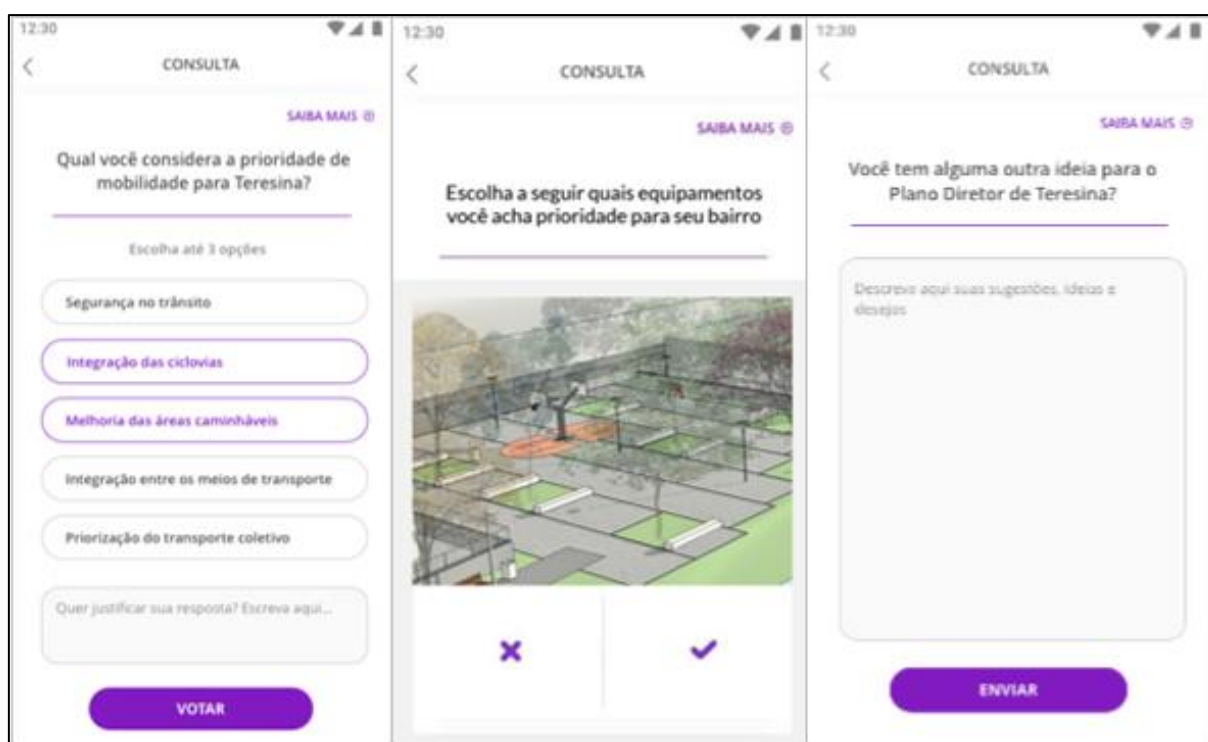
Figura 10 – Localização dos pontos presenciais



Fonte – Elaborado por Tosin, 2021, a partir de SEMPLAN (2020).

Como visto, para contribuir o cidadão deveria ter acesso a qualquer dispositivo eletrônico com *internet*. No início da consulta, haviam informações gerais sobre o Plano Diretor e o processo de revisão⁸³ que deveriam ser lidas. Para prosseguir, o cidadão precisava aceitar o termo de participação e preencher alguns dados de identificação: município, bairro, gênero e data de nascimento. O participante podia responder à consulta por três formas diferentes: escolhendo opções em formato de múltipla escolha, optando entre duas possibilidades representadas em imagens, e escrevendo livremente (Figura 11). Também haviam telas ilustrativas para consulta nas questões, com explicações adicionais sobre os conteúdos abordados.

Figura 11 – Interface da consulta virtual no aplicativo Colab



Fonte – SEMPLAN, 2020.

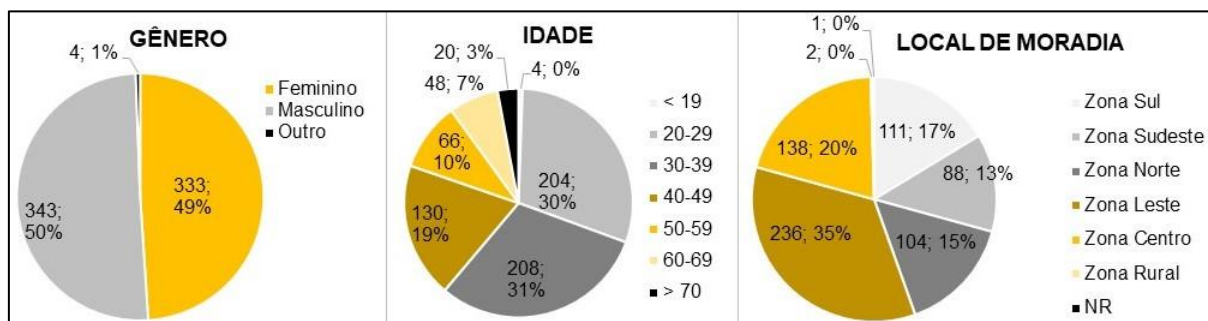
Em 36 dias, foram enviadas 438 propostas para o PDOT na última pergunta aberta. Algumas não tinham relação direta com esta lei, mas foram consideradas por revelarem preocupações da sociedade. A maioria das contribuições eram demandas sociais, principalmente relacionadas à mobilidade, qualidade do espaço público, segurança, infraestrutura e saneamento, e meio ambiente. Houveram mais propostas relacionados aos temas políticos e técnicos que referente ao mercado. As respostas

⁸³ A saber, compunham cinco tópicos: o que é o plano diretor; por que revisar o plano diretor; para que pode servir o PDOT de Teresina/PI; como funciona este questionário e; por que é importante participar.

às perguntas fechadas foram agrupadas por zona, o que ofereceu um panorama de cada região da cidade. Não foi possível traçar um perfil da zona Rural, pela ínfima quantidade de respondentes moradores deste local.

Ao todo, 680 pessoas participaram respondendo ao questionário virtual, o que corresponde a 0,08% da população, segundo estimativa do IBGE para 2017 (Gráfico 17). A contribuição do público masculino foi um pouco superior que a do feminino (50% e 49%, respectivamente). A faixa etária predominante foi de 30 a 39 anos (31%), seguida pela idade entre 20 e 29 anos (30%). Participaram mais moradores das zonas Leste (35%) e Centro (20%). Isso pode ser explicado pelo alto desenvolvimento destes locais em comparação aos demais do município, e pelos pontos para contribuição disponibilizados pela gestão municipal estarem concentrados nestas mesmas zonas, ampliando a oportunidade de participação destes moradores. Apenas dois moradores da zona Rural contribuíram. Como é uma zona de baixo desenvolvimento e como não foram disponibilizados pontos para consulta neste local, não surpreende esta baixa adesão.

Gráfico 17 – Perfil dos participantes da consulta virtual



Fonte – SEMPLAN, 2020.

As propostas foram analisadas posteriormente pela equipe técnica municipal, consultores e CA. A síntese das respostas obtidas com a consulta virtual resultou em um capítulo do relatório da Leitura da Realidade Municipal elaborado pela Latus Consultoria, que foi posteriormente publicado no sítio eletrônico da SEMPLAN para acesso público. Neste relatório estavam sistematizadas as leituras técnica e comunitária, que originaram na concepção estratégica do PDOT, a partir da organização das propostas encaminhadas.

De acordo com a descrição da atividade, é possível fazer alguns apontamentos sobre os itens de análise propostos por esta pesquisa. Sobre a Representação, esta atividade alcançou desempenho um pouco superior ao Fórum (124 participantes a

mais), entretanto poderia ter registrado uma quantidade mais representativa da população, visto não ter limitações de espaço como o presencial. Permaneceu a predominância de moradores das zonas mais desenvolvidas (Leste e Centro), o que sugere ser um público de renda superior. Os adultos jovens, na faixa etária de 20 a 39 anos, foram os que mais participaram, estando praticamente ausente o público mais jovem. A quantidade de contribuições foi significativa, representaram 64% do total de participantes, sendo predominantes as demandas sociais.

Em relação aos Procedimentos, a divulgação também foi muito semelhante ao Fórum. Foram utilizados diversos meios e realizadas atividades presenciais de mobilização nas diferentes zonas da cidade, sendo que o início coincidiu com a divulgação do Fórum, aproximadamente um mês do início da consulta. O alcance da divulgação na zona Rural, novamente, pareceu ser deficitário, pela ínfima participação deste público. Neste caso, o acesso à recursos e ferramentas para contribuir pode ter sido um obstáculo. A participação hegemônica das zonas mais desenvolvidas enfatiza que a desigualdade de acesso às TIC pode ter prejudicado a participação de parte da população, apesar do esforço da gestão municipal em superar esta dificuldade. Todo participante estava livre para se manifestar sobre qualquer assunto na última pergunta aberta. Já a redação das perguntas fechadas induzia a uma resposta. O tempo para contribuir era livre, entretanto o tempo para concluir o questionário (de 10 a 15 minutos) foi considerado longo por algumas pessoas, que acabaram desistindo e não concluindo a contribuição.

As dificuldades na transmissão e recebimento das Informações foram amenizadas no processo de construção do questionário. Contudo, como algumas propostas não tinham relação com o PDOT, isso pode ser um indício que nem todos entenderam o tema principal da consulta virtual.

Referente aos Resultados obtidos, houve transparência com a publicação do relatório que continha a síntese da consulta. Os dados brutos não foram disponibilizados para a população. A resposta foi feita através do endereço eletrônico do participante, mas como muitas pessoas não possuem *e-mail*, não foi possível fornecer *feedback* a todos. Como mencionado, os resultados obtidos foram aproveitados na Leitura Comunitária que originaram na concepção estratégica do PDOT.

5.2.3 Audiência pública de diretrizes gerais

A primeira audiência pública tinha como tema principal a apresentação e deliberação das diretrizes gerais do PDOT, resultantes do diagnóstico técnico e das contribuições encaminhadas pela sociedade, através do Fórum Teresina Participativa, da consulta virtual e da mobilização rural⁸⁴. Esta atividade estava prevista antes do início do trabalho (Quadro 6). Possuía também como objetivos, realizar devolutivas à população sobre o processo de participação, e eleger os delegados que participariam da próxima audiência pública de homologação da minuta do projeto de lei do PDOT.

O edital de convocação de audiência pública foi publicado no sítio eletrônico da SEMPLAN e entregue para os membros da CA, duas semanas antes do evento presencial. Também foram entregues panfletos e cartazes de divulgação para a CA e os técnicos municipais que coordenam o processo; enviados através de endereço eletrônico ofícios e convites a representantes do poder público, instituições, associações, sindicatos e para os participantes do Fórum Teresina Participativa; feitos contatos por telefone com lideranças comunitárias, utilizando a mala direta do Orçamento Popular; realizadas visitas as secretarias municipais, universidades e faculdades de Teresina/PI; expostos cartazes, edital e regulamento da audiência nos murais dos prédios das instituições municipais; assim como noticiado nas mídias sociais da PMT e em rádios locais.

Complementarmente, foi disponibilizado no portal eletrônico e na sede da SEMPLAN, para qualquer interessado, o material que seria debatido no evento. Um regulamento que especificava o procedimento da audiência, foi aprovado com duas semanas de antecedência pela equipe técnica municipal responsável pelo processo e disponibilizado para a população neste mesmo sítio eletrônico. A SEMPLAN e a empresa de consultoria Latus foram responsáveis pela idealização e coordenação do evento, conforme cronograma previsto (Quadro 8).

⁸⁴ Devido à baixa participação de moradores da zona Rural nas duas primeiras atividades participativas, foi realizado, no dia 10 de junho de 2017, uma atividade presencial para coleta de contribuições. Segundo a PMT, mais de 120 representantes da zona Rural se reuniram naquela manhã de sábado, no auditório da Secretaria Municipal de Educação, localizado na zona Centro. Além da notícia publicada no sítio eletrônico da SEMPLAN, não foram encontradas mais informações sobre esta atividade.

Quadro 8 – Cronograma da audiência pública de diretrizes gerais

Data	Hora	Local	Tema
09/03/2018	7:30-8:30	Entrada	Credenciamento geral
	7:30-10:40	Entrada	Credenciamento de candidatos a delegados
	8:00-10:00	Auditório	Apresentação inicial
		Auditório	Abertura de tempo para questionamentos
		Auditório	Encaminhamento do público nos grupos temáticos
	10:00-12:00	Salas	Discussão nos grupos temáticos
	13:30-17:30	Auditório	Apresentação em plenário dos resultados dos grupos
		Salas	Eleição dos delegados para a 2ª audiência pública
Auditório		Encerramento	

Fonte – SEMPLAN, 2020.

A audiência foi realizada no Centro de Formação Professor Odilon Nunes localizado na zona Norte, pelos motivos mencionados anteriormente. Para participar da audiência, o cidadão deveria se inscrever através do sítio eletrônico da SEMPLAN, no período de 21 de fevereiro de 2018 à 9 de março de 2018. No dia do evento, o cidadão poderia se credenciar no próprio local. Além do credenciamento, os participantes deveriam assinar uma lista de presença na entrada do evento.

O andamento da audiência foi orientado por um Presidente, um Coordenador e um Secretário, que eram técnicos da SEMPLAN previamente selecionados. Dentre suas atribuições estavam: orientar sobre a pertinência das questões formuladas, organizar as intervenções do público, inscrever os participantes, controlar o tempo e registrar as manifestações orais.

A abertura foi realizada pelo Prefeito, Vice-Prefeito e Secretário Municipal da SEMPLAN. Em seguida, a Secretária Executiva de Planejamento Urbano fez uma apresentação de *slides* com a síntese dos conteúdos já desenvolvidos, divididos em três tópicos: diagnóstico técnico, resultado da participação social e propostas. Após a apresentação, não foi concedida a fala para o público sanar dúvidas, como previsto, devido ao tempo já dispendido.

Sendo assim, foram apresentados os grupos de trabalho e indicadas as suas respectivas salas para encaminhamento do público presente. Eram quatro os grupos temáticos: Zona Rural (10 inscritos), Zoneamento Urbano e Desenvolvimento Orientado pelo Transporte Sustentável (149 inscritos), Patrimônio Histórico e Ambiental (94 inscritos), e Governança (28 inscritos). O objetivo destes grupos era aprofundar, ajustar e consolidar as diretrizes relacionadas a estes assuntos. Todos os grupos seguiram métodos semelhantes.

Para a organização do debate, havia um Presidente e um Coordenador, responsáveis pela direção e condução dos trabalhos, e um Relator, que deveria

registrar as discussões e assessorar os demais membros. Primeiro, um técnico municipal ou consultor da Latus realizou uma breve apresentação sobre o tema. Depois, os presentes se inscreveram para manifestações orais ou escritas, através do preenchimento de uma ficha disponibilizada. Nesta ficha, o participante deveria se identificar, apontar o tema e escrever sua intervenção, assim como indicar se a sua participação seria oral ou lida por algum integrante da equipe municipal. Nesta etapa de inscrição, os técnicos municipais ficaram disponíveis para auxílio. As inscrições foram organizadas por tema e ordem de preenchimento. O tempo máximo para manifestação foi de três minutos, sendo este, o mesmo tempo reservado para resposta do técnico. Ao final, as contribuições foram sistematizadas pelo coletivo e escolhidas as mais pertinentes para apresentação na plenária.

Das treze manifestações do grupo temático da Zona Rural, a maior parte eram demandas sociais, seguido por assuntos relacionados ao mercado. Já no grupo do Zoneamento Urbano e Desenvolvimento Orientado pelo Transporte Sustentável, apenas nove participantes conseguiram se manifestar. O restante das contribuições escritas foi considerado na sistematização do grupo. A discussão foi mais relacionada a conteúdos técnicos, mas também tiveram algumas demandas sociais. Os assuntos técnicos também predominaram no grupo do Patrimônio Histórico e Ambiental, que envolveram nove demandas principais. No grupo da Governança foram hegemônicos os temas políticos. As contribuições foram sintetizadas em nove propostas principais.

Na parte da tarde, um representante de cada grupo apresentou em plenária um resumo dos principais assuntos discutidos. Em seguida, foi aberta a fala para manifestação do público sobre qualquer um dos temas apresentados, considerando o mesmo procedimento e tempo máximo dos grupos temáticos. Foram realizadas, aproximadamente 40 contribuições, dentre orais e escritas, principalmente sobre temas técnicos, seguido pelas demandas sociais e assuntos políticos. Após a manifestação, a equipe técnica prometeu levar em consideração as propostas nas etapas seguintes.

Ao final do evento, foram eleitos os delegados que representariam a sociedade civil e o poder público na próxima audiência pública de homologação da minuta do projeto de lei do PDOT. A quantidade total de 54 delegados prevista representava 0,01% da população de Teresina/PI. Eram 18 delegados natos (membros da CA e da

equipe técnica municipal responsável pela coordenação do processo) e 36 delegados que seriam eleitos nesta audiência⁸⁵. Ao todo, 63 pessoas se candidataram.

Primeiro, foi lido o regulamento e especificada a quantidade de vagas disponíveis para cada segmento. Cada segmento social se reuniu em uma sala, que continha um mediador para votação. Os candidatos eleitos foram os que obtiveram maior soma de votos, e os suplentes a quantidade subsequente⁸⁶. Para assegurar a vaga, os candidatos teriam de apresentar um documento comprobatório de filiação à entidade na SEMPLAN, dentro de um prazo pré-estabelecido. Nem todas as vagas puderam ser preenchidas por falta de candidatos.

Encerrada a eleição, os participantes se reuniram novamente no auditório para encerramento do evento (Figura 12). A ata da audiência, contendo um resumo das contribuições realizadas pelos participantes, foi disponibilizada no sítio eletrônico da SEMPLAN.

Figura 12 – Audiência pública de diretrizes gerais



Fonte – SEMPLAN, 2020.

Ao todo, 281 pessoas participaram desta audiência (0,03% da população, segundo estimativa do IBGE para 2018)⁸⁷. O Gráfico 18 apresenta o gênero e o local de moradia dos participantes. A maior parte do público era composta por mulheres

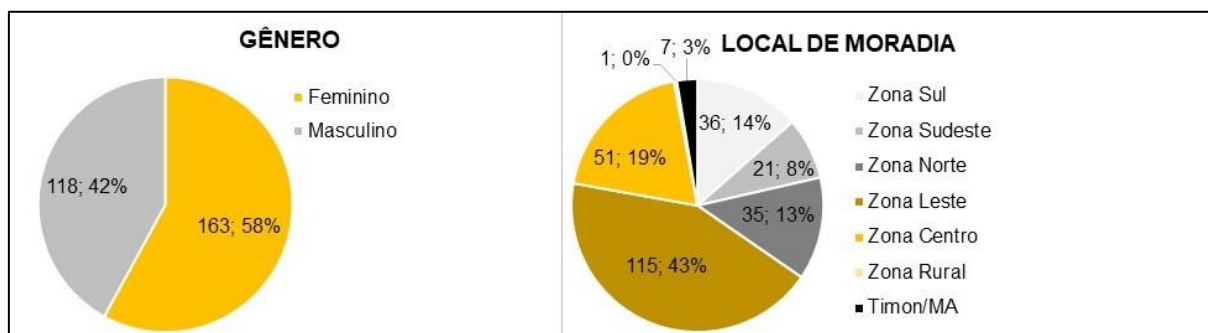
⁸⁵ Sua composição total era de 23 representantes do poder público, 15 de movimentos populares, 5 de trabalhadores, por suas entidades sindicais, 5 de empresários relacionados à produção e ao financiamento do desenvolvimento urbano, 4 de entidades profissionais e acadêmicas, e 2 de organizações não governamentais.

⁸⁶ O grupo de delegados eleitos foi instituído pelo Decreto nº 17.797, de 24 de maio de 2018, e foi posteriormente alterado pelo Decreto nº 19.149, de 21 de outubro de 2019, diminuindo sua composição para 45 representantes: 19 representantes do poder público, 14 de movimentos populares, 5 de empresários relacionados à produção e ao financiamento do desenvolvimento urbano, 4 de entidades profissionais e acadêmicas, 2 de organizações não governamentais e 1 de trabalhadores, por suas entidades sindicais.

⁸⁷ Os documentos analisados não permitem identificar o perfil das pessoas que se manifestaram durante o evento.

(58%) e de moradores da zona Leste (43%). Participaram sete moradores do município vizinho de Timon/MA e apenas um morador da zona Rural estava presente.

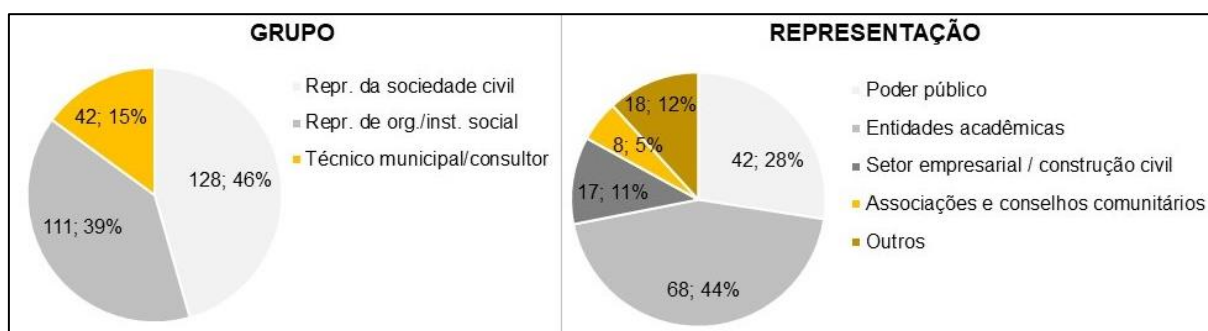
Gráfico 18 – Gênero e local de moradia dos participantes da audiência pública de diretrizes gerais



Fonte – SEMPLAN, 2020.

O Gráfico 19 apresenta o grupo e a representação dos participantes. Predominaram os representantes da sociedade civil (46%), seguido por integrantes de organizações e instituições sociais (39%). Ao todo, haviam representantes de 34 associações e conselhos comunitários, de 24 órgãos públicos, de 11 comunidades rurais, de 9 instituições, de 9 associações, sindicatos e conselhos profissionais, de 6 entidades acadêmicas, de 5 empresas e, de 2 agentes financeiros. As entidades acadêmicas estavam com mais representantes (44%) que o setor empresarial e da construção civil (11%).

Gráfico 19 – Grupo e representação dos participantes da audiência pública de diretrizes gerais



Fonte – SEMPLAN, 2020.

Concluído o relato deste evento, é possível fazer algumas considerações sobre os itens de análise propostos por esta pesquisa. A Representação apresentou as mesmas deficiências que os eventos anteriores. Houve predominância de

determinados grupos sociais, como moradores das áreas mais desenvolvidas e de representantes de entidades acadêmicas e do poder público. Contudo, neste caso, foi registrada uma maior participação de representantes da sociedade civil (que não se identificaram como integrantes de organizações e instituições sociais). Os participantes lotaram o local reservado para o evento, indicativo que a presença atendeu as expectativas. A quantidade de contribuições foi significativa, visto que houve demanda por mais tempo para debate, que foi sanada pela escrita das propostas em fichas. Em cada grupo os temas predominantes variaram, mas, de forma geral, os conteúdos técnicos e demandas sociais foram os mais debatidos.

Em relação aos Procedimentos, a divulgação envolveu diversos meios e foi realizada com antecedência inferior se comparado com as atividades anteriores. Aparentemente não teve o alcance desejado na zona Rural, visto a baixa participação de moradores desta área. Os técnicos responsáveis pela organização do evento disponibilizaram todos os recursos e ferramentas necessários para contribuição (fichas, canetas e microfone). Os participantes estavam livres para se manifestar sobre qualquer tema, mas não houve tempo para que todos expusessem oralmente suas propostas.

A transmissão e recebimento das Informações repassadas durante o evento podem ser avaliadas pelo procedimento e manifestação do público. A compreensão geral dos participantes pode ter sido comprometida pela predominância de conteúdos técnicos e pelo aprofundamento de temas em grupos separados. O tempo limitado para discussão, considerando a quantidade e complexidade dos temas debatidos, é outro fator que pode ter prejudicado neste quesito, tempo esse que foi ainda mais reduzido pela quantidade de atividades previstas para um mesmo dia de evento.

Apenas a síntese dos resultados obtidos foi disponibilizada para a população, por meio da ata. As contribuições, na sua íntegra, não foram divulgadas. Também não foi identificado um *feedback* específico destas propostas para a população após o evento. As respostas ficaram limitadas a fala dos técnicos no próprio dia do evento. Desta forma, não ficou claro quais propostas realizadas no evento foram aproveitadas. Alguns cidadãos pareciam insatisfeitos com o processo participativo realizado até o momento. Segundo manifestações do público, muitas contribuições pareceram não terem sido devidamente aproveitadas e o resultado demonstrado pareceu ser origem de ideias já estabelecidas.

5.2.4 Audiência pública de homologação

A realização de uma segunda audiência pública foi considerada necessária ao longo do desenvolvimento do trabalho (Quadro 6), e tinha como objetivo a deliberação da minuta do projeto de lei do PDOT pelos delegados eleitos e população em geral. Esta minuta foi desenvolvida com base nas propostas enviadas pela sociedade nas atividades já descritas, nas oficinas setoriais e reuniões técnicas realizadas.

A minuta do projeto de lei do PDOT foi disponibilizada para qualquer interessado no portal eletrônico e na sede da SEMPLAN. O edital de convocação para o evento foi publicado neste mesmo sítio eletrônico, com treze dias de antecedência, assim como foi enviado, através de correio eletrônico, para os delegados. O restante dos meios de divulgação utilizados foram os mesmos que na primeira audiência pública.

No dia 7 de outubro de 2019, foi aprovado edital com o regulamento e programação do evento. O cronograma previsto foi cumprido (Quadro 9), exceto a votação dos delegados para homologação da minuta do projeto de lei, que deveria ter ocorrido ao final da audiência⁸⁸.

Quadro 9 – Cronograma da audiência pública de homologação

Data	Hora	Local	Tema
23/10/2019	7:30-10:00	Entrada	Inscrição e credenciamento dos participantes
	8:30	Auditório	Abertura solene
	9:00		Apresentação da dinâmica da audiência
	9:10		Início dos trabalhos de discussão da lei por partes
	10:30	-	Intervalo
	10:50	Auditório	Continuação dos trabalhos de discussão da lei por partes
	12:30	-	Intervalo
	14:00	Auditório	Início dos trabalhos
	15:30	-	Intervalo
	15:50	Auditório	Continuação dos trabalhos de discussão da lei por partes
	17:30		Encerramento

Fonte – SEMPLAN, 2020.

Para participação, bastava o cidadão se inscrever presencialmente no dia do evento. Também era necessário que o participante se credenciasse, assinando a lista de presença disponível na entrada do local, onde recebia um crachá necessário para acesso no recinto e para poder se manifestar.

⁸⁸ Segundo o edital, os delegados seriam identificados através dos crachás entregues no cadastramento do evento. A aprovação seria por maioria simples dos delegados presentes. Entretanto, neste mesmo edital, havia a ressalva que a mesa diretora poderia prorrogar os trabalhos, a seu critério. O que, no final, acabou acontecendo.

O evento ocorreu nos turnos da manhã e tarde, no mesmo local da primeira audiência, no Centro de Formação Professor Odilon Nunes, situado na zona Norte. Primeiro foi formada a mesa diretora, na qual um de seus membros foi designado para ser a pessoa responsável por registrar o evento e elaborar a ata. A mesa era composta pelo Prefeito, Vice-Prefeito, Secretário da SEMPLAN, um representante da equipe técnica municipal responsável pela coordenação do trabalho, um da CA e um da Câmara Municipal.

O Prefeito e o Secretário fizeram a abertura do evento. Em seguida, a técnica municipal responsável pelo plano e a coordenadora técnica da empresa de consultoria Latus explicaram a dinâmica do evento. A discussão foi realizada em cinco etapas de vinte minutos cada, conforme as partes da lei. Cada módulo ocorreu em dois momentos: primeiro as técnicas apresentaram, por meio de *slides*, a parte da lei a ser discutida, e depois foi aberto para a manifestação do público.

As inscrições foram feitas em um intervalo de dez minutos após a apresentação das técnicas, na qual foram distribuídos formulários para o registro das contribuições por escrito. Só poderiam se manifestar os delegados e os cidadãos com mais de 18 anos, devidamente credenciados no início do evento. As manifestações orais foram limitadas a cinco, de três minutos cada, realizadas segundo ordem de inscrição. O tempo para resposta da gestão municipal era de cinco minutos.

Ao todo, os participantes se manifestaram oralmente 28 vezes. As contribuições escritas foram 15. Predominou os assuntos relacionados ao mercado e as demandas sociais. Os temas políticos e os conteúdos técnicos apareceram com frequência semelhante. Cada manifestação oral foi esclarecida e respondida pela equipe técnica responsável pelo processo, no próprio dia do evento.

Ao final da discussão dos módulos, a gestão municipal se comprometeu em analisar e discutir as sugestões orais e escritas, e publicar as respostas no sítio eletrônico da SEMPLAN. Após esta análise, os delegados seriam convocados para aprovação da minuta de projeto de lei. Em seguida, o evento foi encerrado, uma hora e meia antes do previsto (Figura 13).

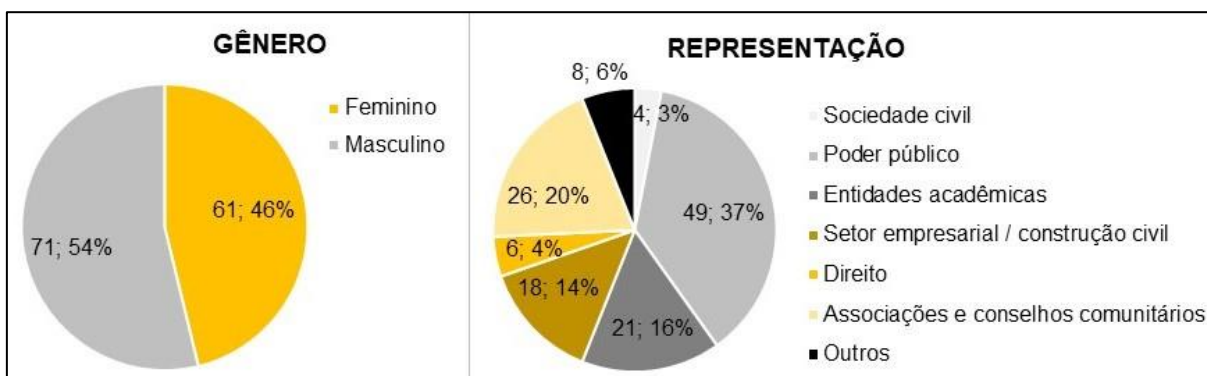
Figura 13 – Registro fotográfico da audiência pública de homologação



Fonte – SEMPLAN, 2020.

Participaram deste evento 132 pessoas, que representa 0,02% da população, de acordo com a estimativa do IBGE para 2019 (Gráfico 20)⁸⁹. A maior parte era do gênero masculino (54%) e representantes do poder público (37%). Foi significativa a presença de integrantes de associações e conselhos comunitários (20%). Havia mais representantes de entidades acadêmicas do que do setor empresarial e da construção civil (16% e 14%, respectivamente). A menor presença foi da sociedade civil não organizada (3%).

Gráfico 20 – Perfil dos participantes da audiência pública de homologação



Fonte – SEMPLAN, 2020.

⁸⁹ Novamente, não foi possível traçar um perfil das pessoas que se manifestaram no evento pela falta de informações nos documentos analisados.

No dia seguinte, foi realizado um evento neste mesmo local para a criação do Conselho Municipal da Cidade. Após realização do evento, conforme prometido, foi publicado um documento com as respostas às sugestões escritas encaminhadas na audiência. A maior parte das demandas sociais foram acatadas. De forma geral, as propostas sobre assuntos técnicos e políticos foram parcialmente acatadas. Já a maioria das alterações relacionadas ao mercado foram recusadas. Os delegados foram convocados, cinco dias depois da audiência, para votação da homologação da versão final da minuta do projeto de lei do PDOT.

Concluído o relato, é possível fazer considerações sobre os itens de análise desta pesquisa. A Representação foi semelhante aos outros eventos. A quantidade total de participantes atendeu as expectativas, pois praticamente lotou o espaço reservado para o evento. Houve predominância de alguns grupos sociais, neste caso com destaque para os representantes do poder público. Isso sugere que se procurou garantir a presença de aliados em relação ao trabalho desenvolvido. A quantidade de contribuições foi significativa, visto que foi aberta a fala para mais pessoas do que o previsto inicialmente, além das propostas encaminhadas por escrito. Predominaram, além das demandas sociais, as contribuições relacionadas com o mercado, que até então eram menos frequentes. A pressão do setor econômico cresceu com a proximidade do final do trabalho, como já indicou o panorama geral do processo.

Sobre os Procedimentos, a forma de divulgação envolveu diversos meios e com menos antecedência que a primeira audiência. Como o método foi semelhante ao evento anterior descrito, provavelmente apresentou as mesmas deficiências. Foi disponibilizado os recursos e ferramentas necessárias para contribuição dos participantes (formulário, caneta e microfone). Os participantes estavam livres para contribuir com qualquer assunto, o que pode ser visto pela variedade de temas abordados, que foi maior se comparado com os outros eventos descritos. O tempo para a contribuição do público era menor do que o tempo para resposta. Apesar do evento ter terminado com antecedência, as propostas escritas não foram lidas e esclarecidas. Sobrou tempo, mas este não foi aproveitado.

Referente as Informações, pelas propostas e esclarecimentos apresentados, o entendimento dos participantes e a transmissão das informações pela equipe técnica pareceu bem-sucedido. Ressalta-se que a compreensão dos assuntos tratados na audiência demandava, por parte do público, a leitura prévia da minuta do projeto de lei, pois a apresentação das técnicas foi apenas uma síntese ilustrativa. Pelo tamanho,

complexidade e diferença da lei proposta com a atual, o tempo disponibilizado para análise foi considerado insuficiente pelo público.

Em relação aos Resultados, houve transparência das manifestações realizadas durante o evento, assim como foi realizado um *feedback* para cada contribuição, que foram divulgadas na íntegra para a população. As propostas acatadas realmente constaram na minuta do projeto de lei encaminhado à Câmara Municipal. Foi fundamentada a justificativa da recusa das demais sugestões. Alguns participantes manifestaram seu descontentamento com o processo participativo realizado durante a revisão, indicando deficiência no diálogo estabelecido com conselhos e entidades sociais, e a superioridade do poder decisório da gestão municipal.

5.3 A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA SEGUNDO OS PARTICIPANTES

Esta parte possui como foco, a identificação da análise do processo participativo realizado durante a elaboração do PDOT, a partir da opinião dos participantes. Utilizando da metodologia descrita no Capítulo 3, primeiro são demonstrados os perfis dos respondentes ao questionário elaborado para esta pesquisa. Após, para cada conjunto de perguntas, é apresentada a síntese dos resultados obtidos⁹⁰, em que são identificadas as percepções de cada grupo social envolvido no processo⁹¹. Estas percepções foram posteriormente comparadas com a análise documental, demonstrada no item anterior, para assim, ser possível alcançar o objetivo geral desta pesquisa, de identificar o Grau de Participação Política alcançado pelo processo participativo.

5.3.1 Perfil dos respondentes

O público que respondeu ao questionário elaborado para esta pesquisa, possui determinadas características que são demonstradas a seguir. Identifica-se, inicialmente, o perfil geral das 54 pessoas que participaram do processo de elaboração do PDOT e que responderam ao questionário desta pesquisa.

⁹⁰ Os gráficos que demonstram a quantidade de respostas constam no Apêndice D. Os comentários formulados pelos respondentes estão transcritos no Apêndice E.

⁹¹ Como o foco desta pesquisa é a percepção individual de cada grupo de participantes, os resultados globais das perguntas não são apresentados.

As idades dos respondentes variaram de 23 a 63 anos, a maior parte na faixa etária de 30 a 39 anos (37%) e de 20 a 29 anos (28%), sendo menos representativa a faixa etária de 60 a 69 anos. Mais mulheres responderam ao questionário que os homens (59% e 41%, respectivamente).

Dentre os respondentes, predominou a renda familiar mensal entre R\$5.000 e R\$10.000 (33%), seguida pelas faixas de R\$1.000 a R\$3.000 (22%) e de R\$3.000 a R\$5.000 (22%). Poucas pessoas com renda inferior a R\$1.000 responderam ao questionário (3%).

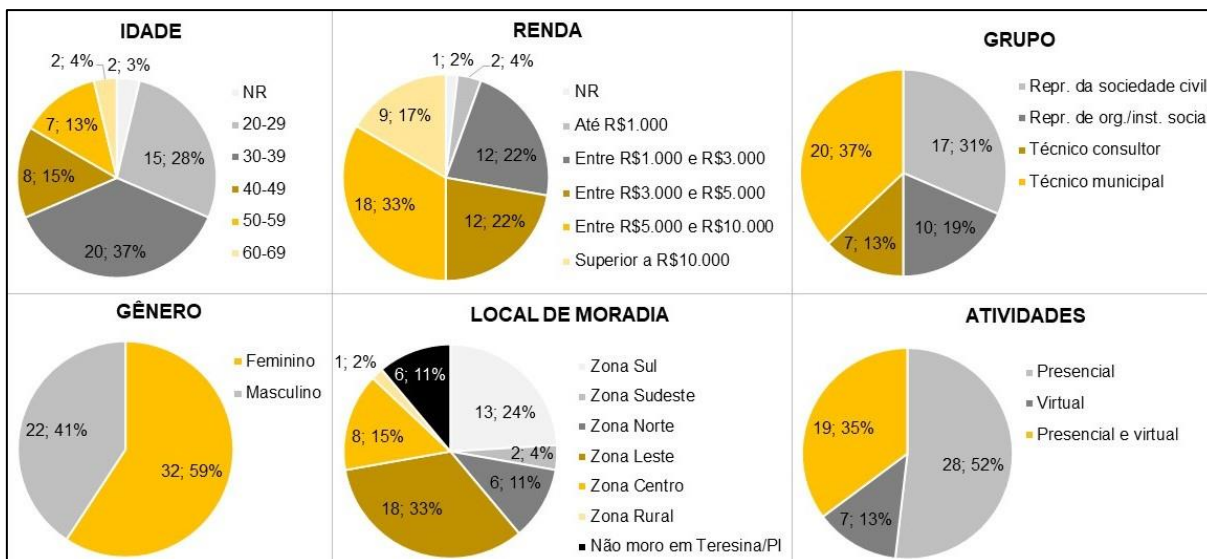
A maioria dos respondentes morava na zona Leste (33%), sendo também significativos os moradores da zona Sul (24%), zonas identificadas como de alto e médio desenvolvimento no Capítulo 4.1. Foi menos representativa as pessoas que moravam nas zonas Rural (2%) e Sudeste (4%), zonas de baixo e médio desenvolvimento.

Dos grupos sociais, os técnicos municipais foram os que mais responderam (37%), seguido pelos representantes da sociedade civil (31%), representantes de organizações e instituições sociais (19%) e, por último, os técnicos consultores (13%), que é o grupo que possui menos integrantes que se envolveram durante o processo.

A participação apenas nas atividades presenciais predominou entre os respondentes (52%). Já a participação em ambos os métodos (presencial e virtual) teve maior porcentagem (35%) que exclusivamente nas atividades virtuais (13%).

Como pode ser visto no Gráfico 21, o questionário foi respondido mais por jovens adultos (idade entre 20 e 39 anos), do sexo feminino, com rendas superiores (entre R\$3.000 e R\$10.000), moradores das zonas mais desenvolvidas de Teresina/PI (Leste, Centro e Sul), funcionários municipais e que participaram apenas de atividades presenciais.

Gráfico 21 – Perfil geral dos respondentes



Fonte – Elaborado por Tosin, 2021.

Complementarmente, foi possível identificar algumas diferenças entre os respondentes que participaram de apenas um tipo ou de ambas as atividades. Os respondentes que se envolveram só nas atividades presenciais são mais diversos em relação a idade, renda, local de moradia e grupo social. Apenas a representatividade de mulheres é ainda mais significativa (64%). Aparentemente, o método presencial pareceu ter uma maior diversidade de participantes.

Entre os respondentes que compareceram apenas nas atividades virtuais, não há representantes das faixas de renda superior a R\$10.000 e inferior a R\$1.000, assim como das faixas etárias superiores a 50 anos e dos técnicos municipais. Predominaram os representantes da sociedade civil que participaram deste método (57%). Isso sugere que as pessoas de renda inferior possuem menor acessibilidade às ferramentas tecnológicas (*internet*, computador e celular) e que as pessoas de mais idade preferiram participar presencialmente, talvez por dificuldade de manuseio ou falta de hábito. Também reforça que o público alvo dos métodos virtuais era a sociedade como um todo, como já indicado no Capítulo 5.1.

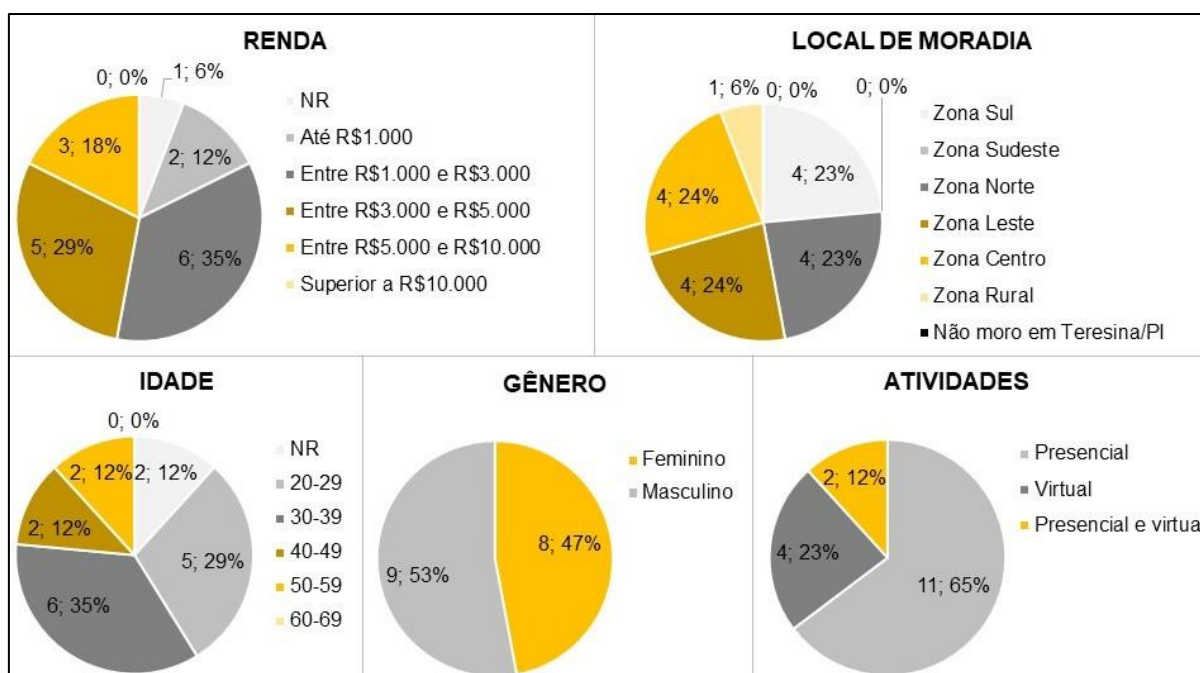
Já os respondentes que estiveram em ambos os métodos, possuem renda e local de moradia diversos. Contudo há maior concentração da faixa etária mais jovem de até 39 anos (84%) e de técnicos municipais (53%). Esse intenso envolvimento dos servidores municipais no processo pode ser explicado pelo estímulo do próprio Executivo, que os liberava de comparecer aos seus postos de trabalho para participar das atividades presenciais, se coincidisse os horários.

Apresentado o perfil geral dos respondentes, a seguir são descritas as características de cada grupo social: representantes da sociedade civil, representantes de organizações e instituições sociais, técnicos consultores e técnicos municipais.

Ao todo, o grupo de respondentes que se identificaram como representantes da sociedade civil é composto por 17 pessoas, principalmente nas faixas etárias de 30 a 39 anos (35%) e 20 a 29 anos (29%), sendo maior o público masculino (53%). A renda familiar mensal predominante está entre R\$1.000 e R\$3.000 (35%) e entre R\$3.000 e R\$5.000 (29%). O local de moradia é distribuído entre as zonas Sul, Norte, Leste e Centro, estando ausente a zona Sudeste. O único morador da zona Rural que respondeu ao questionário fazia parte deste grupo. A maioria participou das atividades presenciais (65%), seguido das virtuais (23%) e, por último, em ambos os tipos de atividades (12%).

Como demonstrado no Gráfico 22, os representantes da sociedade civil que responderam ao questionário eram predominantemente homens adultos (de 20 a 39 anos), com renda familiar mensal de baixa para média (entre R\$1000 e R\$5000) e local de moradia variado. Apesar da preferência pelo método virtual para participação da sociedade civil, este público participou mais das atividades presenciais.

Gráfico 22 – Perfil geral dos representantes da sociedade civil

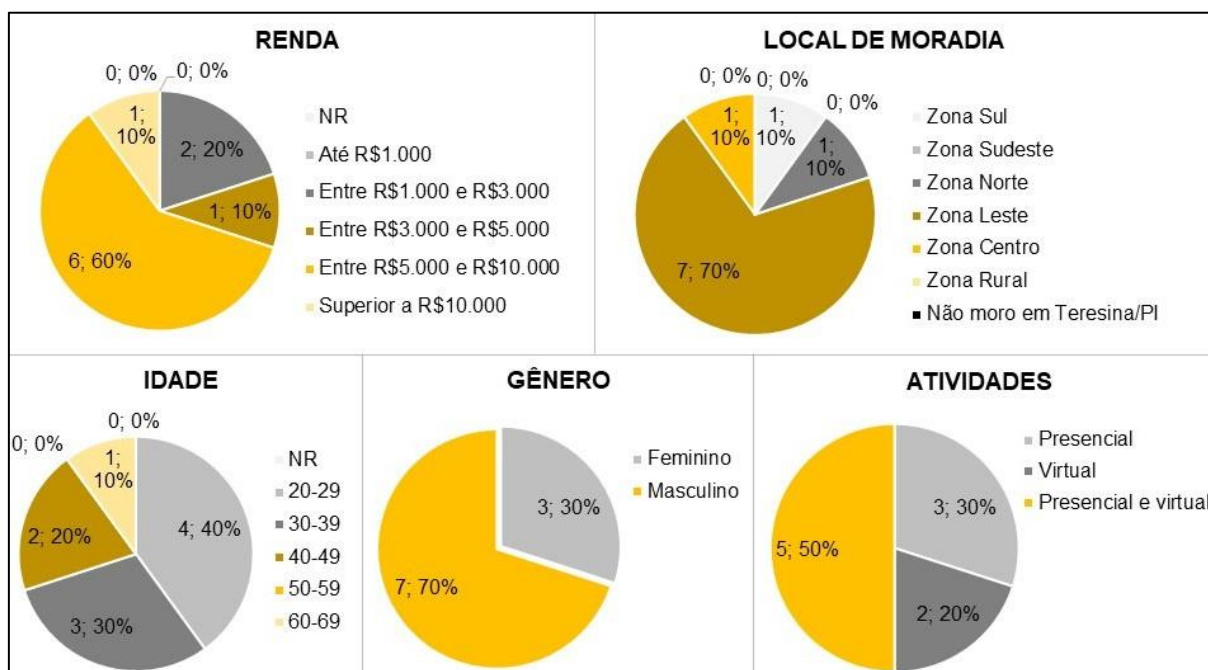


Fonte – Elaborado por Tosin, 2021.

Das dez pessoas que se identificaram como representantes de organizações e instituições sociais, a maior parte estava nas faixas etárias entre 20 e 29 anos (40%) e entre 30 e 39 anos (30%), Predominou o sexo masculino (70%), com renda familiar mensal entre R\$5.000 e R\$10.000 (60%) e morador da zona Leste (70%), mais desenvolvida. Metade dos respondentes se envolveram em ambos os tipos de atividades, seguido pela participação nas atividades presenciais (30%) e, por último, nas atividades virtuais (20%).

O Gráfico 23 mostra que este grupo é composto, na sua maioria, por homens adultos (entre 20 e 39 anos), com renda familiar mensal alta (de R\$5.000 a R\$10.000) e moradores da zona Leste, a mais desenvolvida de Teresina/PI. Como a maior parte deste público participou tanto das atividades presenciais quanto das virtuais, isto reforça que se envolveram mais ativamente do processo, como já mencionado.

Gráfico 23 – Perfil geral dos representantes de org. e inst. sociais



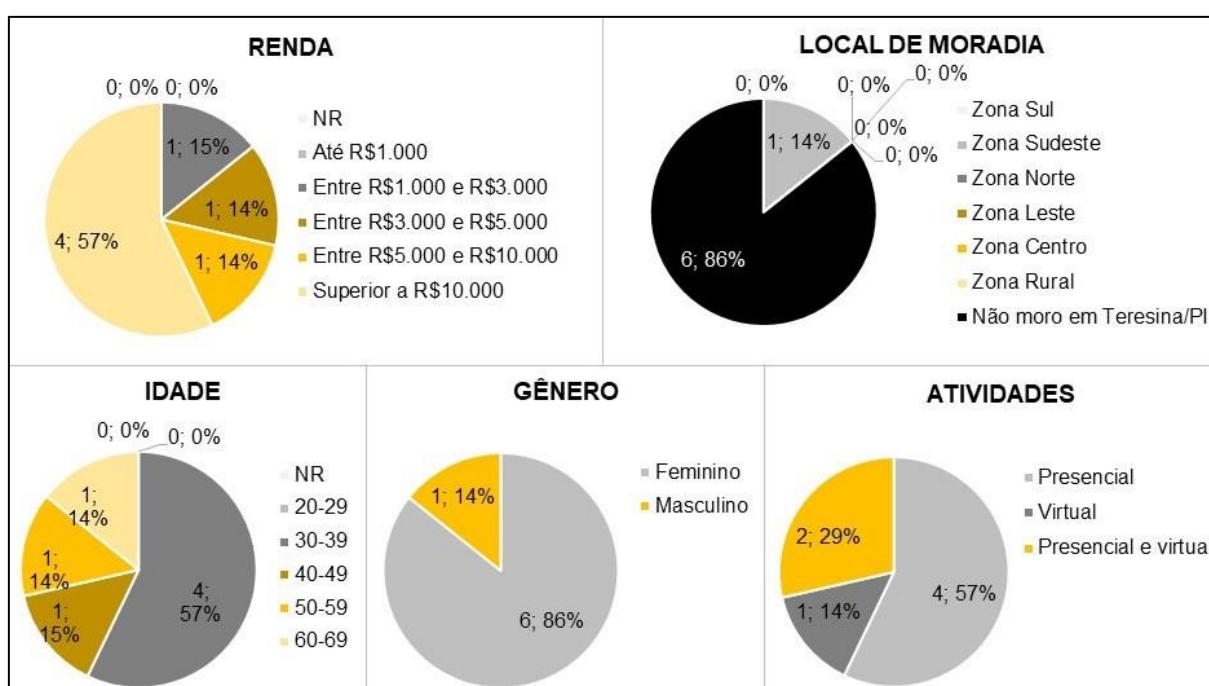
Fonte – Elaborado por Tosin, 2021.

Os técnicos consultores que responderam ao questionário, constituem um grupo de sete integrantes. Ressalta-se que este é o menor grupo desta pesquisa, assim como constituem o grupo com menos pessoas envolvidas no estudo de caso. Dos respondentes, predomina a faixa etária de 30 a 39 anos (57%), o gênero feminino (86%), a renda familiar mensal superior a R\$10.000 (57%) e o local de moradia fora do município de Teresina/PI (86%). A maior parte atuou apenas nas atividades

presenciais (57%), seguida pela participação em ambos os métodos (29%) e, por último, nas atividades virtuais (14%).

O perfil geral dos técnicos consultores, demonstrado no Gráfico 24, é composto, na sua maioria, por mulheres adultas (na faixa etária de 30 a 39 anos), com renda familiar mensal alta (superior a R\$10.000), não moradora de Teresina/PI, e participante das atividades presenciais. O local de moradia é justificado pelos consultores fazerem parte de empresas contratadas que possuem sede nas capitais dos estados do Rio Grande do Sul e São Paulo.

Gráfico 24 – Perfil geral dos técnicos consultores



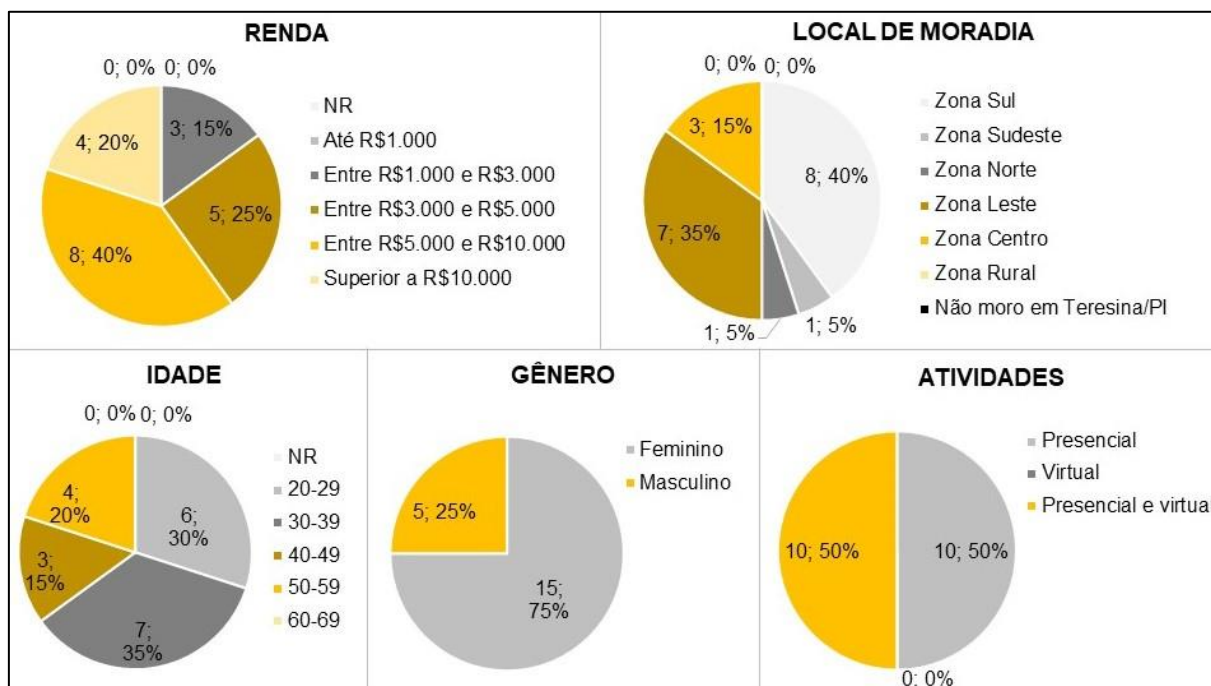
Fonte – Elaborado por Tosin, 2021.

Vinte respondentes compõem o grupo dos técnicos municipais. Deste grupo, a maioria estava nas faixas etárias entre 30 e 39 anos (35%) e entre 20 e 29 anos (30%), era do sexo feminino (75%), possuía renda familiar mensal entre R\$5.000 e R\$10.000 (40%) e morava nas zonas Sul (40%) e Leste (35%), de médio e alto desenvolvimento. Metade participou tanto das atividades presenciais quanto das virtuais, e o restante exclusivamente das atividades presenciais.

No Gráfico 25 é possível visualizar o perfil geral deste público. Como visto, eram majoritariamente mulheres adultas, com idade entre 20 e 39 anos, de renda familiar mensal alta (entre R\$5.000 e R\$10.000) e moradora das zonas Sul e Leste de Teresina/PI (de médio e alto desenvolvimento). A maior parte participou em ambos os

tipos de atividades, presencial e virtual, o que reforça o intenso envolvimento deste grupo no processo, visto o estímulo da própria gestão municipal, conforme já mencionado no Capítulo 5.1.

Gráfico 25 – Perfil geral dos técnicos municipais



Fonte – Elaborado por Tosin, 2021.

Apontadas as diferenças entre os grupos de respondentes, é demonstrado em sequência as suas respectivas avaliações ao processo participativo realizado na elaboração do PDOT. As respostas obtidas são apresentadas na mesma ordem de organização das perguntas, conforme descrito na metodologia: Representação, Procedimentos, Informação e Resultados.

5.3.2 A análise da Representação no processo participativo

No item de análise Representação (RP)⁹², o primeiro conjunto de perguntas era referente ao perfil dos participantes (RP1) das atividades realizadas no processo. Os resultados são apresentados por grupo na seguinte ordem: representantes da

⁹² Retomando, a Representação (RP) diz respeito ao alcance do processo participativo ou à diversidade de participação obtida. Envolve as características dos participantes ou a quantidade e variedade (RP1); a forma de manifestação ou a quantidade de contribuições realizadas (RP2); e os temas debatidos ou a predominância de assuntos abordados (RP3). Para cada pergunta, era possível se abster de responder ou escolher um valor em uma escala que variava de 1 a 5, na qual 1 e 2 são considerados negativos, 3 o grau intermediário e, 4 e 5 positivos. Era opcional explicar o porquê de sua resposta e redigir comentários.

sociedade civil, representantes de organizações e instituições sociais, técnicos consultores e técnicos municipais. A avaliação dos representantes da sociedade civil que responderam ao questionário sobre o item RP1 é apresentada a seguir.

Em relação à representatividade dos moradores de Teresina/PI, a resposta predominante foi negativa para as atividades presenciais (46%) e intermediária, com tendência positiva, para as atividades virtuais (34% cada), sendo elevado o número de abstenção de resposta para este método (33%). De forma geral, a avaliação neste quesito foi mais positiva (37%). Nos comentários foi apontada a falta de divulgação e de interesse social como fatores limitantes à participação da sociedade.

A presença de moradores das diferentes zonas obteve mais respostas negativas no método presencial (39%) e positivas no virtual (50%). No total, a avaliação foi positiva (37%). Novamente considerou-se a divulgação insuficiente como a causa para a ausência de moradores das áreas mais periféricas.

Sobre a diversidade de gênero, a análise geral foi positiva (63%), assim como nas atividades presenciais (62%) e nas virtuais (67%). Já a variação de idade dos participantes alcançou um resultado negativo no método presencial (39%), estando dividido entre intermediário e positivo no método virtual (33% cada), não atingindo um consenso geral neste quesito. Os respondentes identificaram uma predominância de adultos e uma menor participação dos jovens nas atividades presenciais.

Sobre a diversidade de renda dos participantes, a resposta predominante foi negativa (48%) e no método presencial (46%). Já no virtual a avaliação ficou entre intermediária e negativa (50%). Um respondente apontou que haviam muitas pessoas de renda média e baixa nas atividades presenciais.

A síntese das respostas dos questionários referente ao item RP1 revela um resultado mais favorável quanto às atividades presenciais, mesmo obtendo mais respostas negativas na maioria dos quesitos de diversidade dos participantes (população, local de moradia, idade e renda), o que ressalta as limitações de público inerentes deste método (local e horário fixo, entre outros, mencionados no Capítulo 2.2.2).

Já as atividades virtuais alcançaram uma análise geral inferior ao método presencial, dividida entre intermediária e positiva. Contudo, a variedade de renda dos participantes foi o único item que atingiu mais respostas negativas, o que indica que há obstáculos financeiros para a participação por este método, principalmente para a parcela da população que não possui acesso às ferramentas tecnológicas.

De forma geral, as respostas foram positivas para o item RP1 (Quadro 10), mesmo não atingindo um consenso no fator idade e com a avaliação negativa por parte dos questionados quanto à diversidade de renda em ambos os métodos. Vários respondentes mencionaram o predomínio de funcionários da prefeitura, profissionais da construção civil e de estudantes nas atividades.

Quadro 10 – Avaliação dos representantes da sociedade civil (RP1)

RP - Representantes da sociedade civil							
RP1	Presencial	Virtual	Geral	Síntese dos comentários			
Pop.	1-2	3-4-5*	4	Falta de divulgação e de interesse social como obstáculos.			
Zonas	2	4	4	Falta de divulgação como obstáculo.			
Sexo	4-5	4	4	-			
Idade	2	3-4	2-4-5	Muitos adultos e poucos jovens no presencial.			
Renda	1	1-3	1	Muitos participantes de renda média e baixa no presencial.			
Total	5	3-4	4	-			
Legenda							
	Negativo	Int./Neg.	Intermediário	Int./Pos.	Positivo	Pos./Neg.	* Abstenção

*Os números representam o grau que obteve resposta predominante. O 'Geral' corresponde ao somatório das respostas dos métodos presencial e virtual. O 'Total' equivale ao aglomerado das respostas no quesito, para cada método.

Fonte – Elaborado por Tosin, 2021.

A seguir, estão os resultados obtidos nos questionários com os representantes de organizações e instituições sociais sobre o item RP1. Este público teve mais respostas negativas na representatividade da população de Teresina/PI, tanto nos métodos presencial (87%) e virtual (57%), quanto no total geral (73%). Alguns participantes das atividades presenciais identificaram que havia muitos funcionários da Prefeitura Municipal. A falta de divulgação e a disponibilização prévia de conteúdo, muito próxima à realização das atividades, foram os motivos apontados para a baixa participação da população, assim como o local e o horário das atividades (muitas vezes comercial).

A presença de moradores de diferentes zonas do município também obteve, na sua maioria, resultados negativos no total de respostas (73%) e nas atividades presenciais (75%) e virtuais (71%). Neste quesito, foi sugerida a realização de atividades em diferentes zonas do município, assim como mencionada a presença massiva de moradores das zonas mais nobres do município, estando ausentes moradores das áreas mais periféricas e rural.

Sobre o gênero, predominou a análise intermediária (50%), assim como nos métodos presencial (38%) e virtual (57%). A variação de idade dos presentes seguiu o mesmo domínio de resposta neutra (47%), como também em ambas as atividades, presencial (50%) e virtual (43%). Entretanto os respondentes apontaram que havia menor participação de jovens e idosos.

A diversidade de renda dos participantes alcançou uma avaliação mais negativa na totalidade de respostas (60%) e nos métodos presencial (62%) e virtual (57%). Foi criticada a predominância de pessoas de classe média e alta, e a baixa representatividade de pessoas com renda inferior.

A avaliação geral da RP1 foi negativa (Quadro 11), sendo que foi identificada uma maior participação de três grupos distintos: empresários, técnicos municipais e, representantes de bairros e do setor cultural.

Quadro 11 – Avaliação dos representantes de org. e inst. sociais (RP1)

RP - Representantes de organizações e instituições sociais						
RP1	Presencial	Virtual	Geral	Síntese dos comentários		
Pop.	1	2	2	Muitos técnicos municipais. Críticas à divulgação, conteúdo publicado, local e horário das atividades.		
Zonas	2	2	2	Muitos moradores das zonas mais desenvolvidas e poucos das áreas periféricas e rural. Sugestão de variar os locais.		
Sexo	3	3	3	-		
Idade	3	3	3	Poucos jovens e idosos.		
Renda	1	1	1	Domínio de pessoas de rendas média e alta, e poucos de renda baixa.		
Total	2	2	2	Domínio de empresários, técnicos municipais e representantes de bairros e do setor cultural.		
Legenda						
	Negativo	Int./Neg.	Intermediário	Int./Pos.	Positivo	Pos./Neg. * Abstenção

*Os números representam o grau que obteve resposta predominante. O 'Geral' corresponde ao somatório das respostas dos métodos presencial e virtual. O 'Total' equivale ao aglomerado das respostas no quesito, para cada método.

Fonte – Elaborado por Tosin, 2021.

Já a avaliação dos técnicos consultores referente ao item RP1 foi diferente. Sobre a quantidade de teresinenses presente, a avaliação foi positiva no geral (78%), assim como nos métodos presencial (67%) e virtual (100%). Nos comentários, a diversidade de meios para contribuição (presencial e virtual, oral e escrita), a disponibilização de oportunidades para participação em diferentes zonas do município e o esforço e interesse da gestão municipal em envolver a sociedade no processo, foram apontados como os principais motivos para a análise positiva.

A presença de moradores das diferentes zonas do município também alcançou mais respostas positivas, na síntese das respostas (56%) e nas atividades presenciais (33%) e virtuais (100%). Novamente os respondentes apontaram o uso de diferentes métodos e dinâmicas para contribuição nas atividades para a variedade de participantes. Um respondente afirmou que alguns grupos sociais não estavam representados, mas que considerava o resultado deste processo satisfatório e legítimo em comparação à participação que geralmente se alcança. Foi registrado um alto número de abstenções nesta questão sobre o método presencial (33%), de respondentes que declararam não conhecerem os locais de moradia dos participantes.

A diversidade de gênero apenas obteve respostas positivas em todos os aspectos (100%). A impressão durante as sessões era a de que a participação de homens e mulheres foi igualitária. Permanece também mais positiva a análise da representatividade de diferentes faixas etárias, do método presencial (67%), virtual (100%) e no total de respostas (78%), entretanto alguns respondentes declararam não haver muitos jovens e idosos nas atividades que participaram, mas que isso não impediu que propostas voltadas a esse público fossem debatidas.

A variedade de faixas de renda também obteve mais respostas positivas (45%), assim como nas atividades presenciais (33%) e virtuais (67%). Sobre a participação virtual, os respondentes afirmaram saber que é mais limitada a quem tem maior formação acadêmica e renda, por possuírem mais facilidade de manuseio e acesso às TIC. Porém os esforços da gestão municipal em superar esses obstáculos (a realização de atividades presenciais e a van participativa) foram considerados na análise positiva. No método presencial foi elevado o número de respondentes que não respondeu, por não conseguirem identificar esta característica nos participantes.

Como é possível identificar no Quadro 12, o item RP1 atingiu índices positivos em todos os quesitos. O método virtual somou mais respostas positivas que o presencial.

Quadro 12 – Avaliação dos técnicos consultores (RP1)

RP1	RP - Técnicos consultores			Síntese dos comentários			
	Presencial	Virtual	Geral				
Pop.	4	4	4	Favorável a diversidade de meios e de locais para contribuição, e o esforço da gestão municipal.			
Zonas	4*	4	4	Elogiada a diversidade de meios para contribuição. Ausência de alguns grupos sociais, mas o resultado foi positivo.			
Sexo	5	4	5	Presença igualitária de homens e mulheres.			
Idade	4	4	4	Poucos jovens e idosos, mas havia discussão de propostas relacionadas a estes públicos.			
Renda	4*	4	4	Elogio ao esforço da gestão municipal em superar o obstáculo de acesso às TIC (renda e educação).			
Total	4	4	4	-			
Legenda							
	Negativo	Int./Neg.	Intermediário	Int./Pos.	Positivo	Pos./Neg.	* Abstenção

*Os números representam o grau que obteve resposta predominante. O 'Geral' corresponde ao somatório das respostas dos métodos presencial e virtual. O 'Total' equivale ao aglomerado das respostas no quesito, para cada método.

Fonte – Elaborado por Tosin, 2021.

Os resultados obtidos com os técnicos municipais no item RP1 foi semelhante ao grupo anterior. Sobre a representatividade da população teresinense a avaliação geral foi positiva (57%), assim como dos métodos presencial (55%) e virtual (60%). Contudo, nos comentários foi apontado que apesar de ter havido bastante publicidade das atividades, não houve interesse da população em participar, o que resultou em um baixo envolvimento da sociedade. Já outro respondente indicou que a falta de informação pode ter prejudicado a participação.

A presença de moradores das diferentes zonas de Teresina/PI segue com esta mesma análise positiva, nas atividades presencial (55%), virtual (70%) e no total de respostas (60%). Entretanto, nos comentários alguns mencionaram a baixa representatividade, pelos mesmos motivos apontados na pergunta anterior.

A variedade de gênero obteve resultados positivos no geral (68%) e nos diferentes métodos, presencial (70%) e virtual (60%). Os respondentes mencionaram que ambos os sexos estavam presentes e bem representados.

Também alcançou mais respostas positivas a diversidade de faixas etárias dos participantes, no total e para as atividades presenciais e virtuais (50% cada). Porém, foi apontada a predominância de pessoas com mais de 35 anos e a baixa participação da população mais jovem.

Permaneceu mais positiva a avaliação da variedade de renda dos participantes, na soma das respostas (44%) e no método presencial (45%). Entretanto, no método virtual as respostas se dividiram entre uma avaliação neutra e positiva (40% cada).

O item RP1, de forma geral, obteve avaliação positiva, assim como para as atividades presenciais e virtuais (Quadro 13).

Quadro 13 – Avaliação dos técnicos municipais (RP1)

RP - Técnicos municipais						
RP1	Presencial	Virtual	Geral	Síntese dos comentários		
Pop.	4	4	4	Houve bastante divulgação das atividades. A população não se interessou em participar. Falta de informação.		
Zonas	4	4	4	Obstáculos a falta de interesse social e de informações.		
Sexo	4-5	4-5	4-5	Igualdade na presença de homens e mulheres.		
Idade	4	4	4	Mais pessoas com mais de 35 anos e poucos jovens.		
Renda	4	3-4	4	-		
Total	4	4	4	-		
Legenda						
	Negativo	Int./Neg.	Intermediário	Int./Pos.	Positivo	Pos./Neg. * Abstenção

*Os números representam o grau que obteve resposta predominante. O 'Geral' corresponde ao somatório das respostas dos métodos presencial e virtual. O 'Total' equivale ao aglomerado das respostas no quesito, para cada método.

Fonte – Elaborado por Tosin, 2021.

Também faz parte do item de análise RP, a avaliação dos participantes questionados em relação a quantidade de contribuições realizadas (RP2) e a predominância dos temas debatidos (RP3). Os resultados obtidos com os representantes da sociedade civil são exibidos a seguir.

Sobre o RP2, a avaliação ficou dividida entre positivo e negativo em ambos os métodos e no conjunto total das respostas (Quadro 14). Essa falta de consenso pode ser resultante da subjetividade na avaliação deste quesito (qual a quantidade ideal de contribuições?), assim como pode sugerir deficiência na divulgação dos resultados das atividades. Um respondente comentou que a interação foi mediana no presencial.

Ocorreu situação semelhante com o item RP3. Em relação à predominância de assuntos políticos, a maior parte das respostas foram intermediárias (39%) para negativas (38%) nas atividades presenciais, e neutras nas atividades virtuais (50%) e na soma das respostas (42%). Nos comentários foi mencionada a interferência de diferentes partidos para defesa de seus interesses e o acanhamento do público frente aos servidores públicos.

Nos temas relacionados ao mercado, preponderou a resposta intermediária de forma geral (47%), assim como no método presencial (46%) e no virtual (50%). Os

respondentes indicaram que foram insuficientemente explorados e que haviam poucos representantes deste setor.

O domínio de assuntos técnicos obteve mais respostas positivas nas atividades presenciais (46%) e negativas nas virtuais (50%). Entretanto, a resposta geral foi positiva (42%). Um participante das atividades virtuais apontou que havia muita teoria e pouca prática. Já um participante das atividades presenciais apontou a falta de representantes técnicos nas discussões em grupo.

Novamente, agora nos temas sociais, a maior parte das respostas foi neutra (63%) e também para cada tipo de atividade, presencial (46%) e virtual (100%). Como nos assuntos referentes ao mercado, houveram críticas em relação a baixa representatividade de pessoas interessadas e o insuficiente debate sobre este tema.

Como visto, o item RP3 obteve uma avaliação intermediária em ambos os métodos (Quadro 14). Ressalta-se que a predominância de assuntos técnicos (como leis, regras e tendências do planejamento urbano) foi avaliada negativamente nas atividades virtuais. Já os temas políticos (como procedimentos, eleições, participação social e interesses políticos) foi o único quesito que atingiu análise negativa no presencial. Isso indica que os conteúdos debatidos foram diferentes nos métodos presenciais e virtuais, e que o domínio de determinados temas (técnicos e políticos) foi considerado negativo pelos participantes.

Quadro 14 – Avaliação dos representantes da sociedade civil (RP2 e RP3)

	RP - Representantes da sociedade civil			Síntese dos comentários			
	Presencial	Virtual	Geral				
RP2	2-4	2-4	2-4	A interação foi mediana no presencial.			
RP3							
Pol.	2-3	3	3	Interferência de partidos e acanhamento do público diante dos funcionários públicos.			
Merc.	3	3	3	Insuficientemente explorado e com poucos representantes deste setor.			
Téc.	4-5	2	4-5	No virtual, muita teoria e pouca prática. No presencial, falta de técnicos nas discussões em grupo.			
Soc.	3	3	3	Insuficientemente explorado e com poucos representantes deste setor.			
Total	3	3	3	-			
Legenda							
	Negativo	Int./Neg.	Intermediário	Int./Pos.	Positivo	Pos./Neg.	* Abstenção

*Os números representam o grau que obteve resposta predominante. O 'Geral' corresponde ao somatório das respostas dos métodos presencial e virtual. O 'Total' equivale ao aglomerado das respostas no quesito, para cada método.

Fonte – Elaborado por Tosin, 2021.

Em seguida, constam os resultados obtidos com os representantes de organizações e instituições sociais que responderam ao questionário sobre os itens RP2 e RP3. O item RP2 alcançou mais respostas negativas (74%), tanto nas atividades presenciais (62%) quanto nas virtuais (86%), conforme demonstrado no Quadro 15. Conteúdos incompletos, falta de esclarecimento das dúvidas e tempo insuficiente para debate foram os motivos apontados para a falta de contribuições, principalmente nas atividades presenciais. Também foram feitas críticas sobre a não divulgação e aproveitamento de grande parte das contribuições realizadas, e a necessidade de envolver instâncias superiores (como o Ministério Público) para que fossem consideradas.

Sobre o item RP3, o domínio de assuntos políticos a avaliação foi mais negativa no total de respostas (54%), nas atividades presenciais (50%) e virtuais (57%). Os respondentes afirmaram que o tema foi debatido, mas faltaram esclarecimentos, principalmente em relação as decisões tomadas.

Já as respostas sobre os temas relacionados ao mercado, se dividiram entre o neutro e o negativo, de forma geral (40% cada), e sobre os métodos presencial (38% cada) e virtual (43% cada). Nos comentários, foi mencionado que o assunto predominou o debate, mas de forma superficial.

Nos assuntos técnicos, as respostas se dividiram entre uma avaliação positiva e negativa. Alguns escreveram que os conteúdos técnicos foram bem explicados, outros que era de difícil compreensão, até mesmo para quem tinha familiaridade, e que foram bastante questionados, mas pouco esclarecidos.

O domínio de temas sociais alcançou mais respostas neutras (60%), assim como nas atividades presenciais (63%) e virtuais (57%). Os respondentes criticaram que o assunto foi pouco debatido, resultando apenas em diretrizes e poucas ações práticas.

De forma geral, o item RP3 obteve mais resultados negativos na totalidade de respostas e no método virtual, apenas o método presencial foi avaliado de forma intermediária, como pode ser constatado no Quadro 15.

Quadro 15 – Avaliação dos representantes de org. e inst. sociais (RP2 e RP3)

	RP - Representantes de organizações e instituições sociais			Síntese dos comentários		
	Presencial	Virtual	Geral			
RP2	2	2	2	Críticas aos conteúdos, esclarecimentos, tempo para debate, divulgação e ao proveito das contribuições.		
RP3						
Pol.	1-2	1-2	1-2	Houve debate, mas faltaram esclarecimentos, principalmente nas decisões tomadas.		
Merc.	1-3	2-3	1-2-3	Predominou o debate, mas de forma superficial.		
Téc.	2-4	2-4	2-4	Bem explicado. Dificil compreensão. Muito questionados, mas pouco esclarecidos.		
Soc.	3	3	3	Pouco debatido. Resultou em diretrizes e poucas ações práticas.		
Total	3	2	2	-		
	Legenda					
	Negativo	Int./Neg.	Intermediário	Int./Pos.	Positivo	Pos./Neg. * Abstenção

*Os números representam o grau que obteve resposta predominante. O 'Geral' corresponde ao somatório das respostas dos métodos presencial e virtual. O 'Total' equivale ao aglomerado das respostas no quesito, para cada método.

Fonte – Elaborado por Tosin, 2021.

A opinião dos técnicos consultores questionados sobre os itens RP2 e RP3 é apresentada em sequência. Em relação ao item RP2 (Quadro 16), a avaliação foi predominantemente positiva (89%), como também nas atividades presenciais (84%) e virtuais (100%). Entretanto, os respondentes apontaram diversas barreiras para a contribuição da sociedade em um Plano Diretor, como a busca por soluções imediatas, a falta de preparo e o foco na crítica.

Sobre o RP3, se manteve a mesma resposta positiva na maior parte dos quesitos, exceto nos temas políticos que não alcançou um consenso na análise geral (33% cada). No método presencial os resultados se dividiram entre intermediário e negativo (33%). Já o método virtual obteve mais respostas positivas (67%). Um respondente mencionou que não foi um tema muito debatido, enquanto outro comentário sugeriu que nas atividades presenciais, com a presença da população, o tema foi foco nos debates, inclusive partindo da própria sociedade.

O domínio de assuntos associados ao mercado alcançou uma avaliação positiva na maioria das respostas (67%), e nos métodos presencial (66%) e virtual (67%). Foi considerado, por um respondente, como um tema de interesse que mobilizou agentes importantes e influentes do município, que interviam principalmente nas atividades presenciais.

Seguiu essa mesma resposta geral positiva os conteúdos técnicos (89%), e também nas atividades presenciais (84%) e virtuais (100%). Comentários apontaram

que os grandes debates do processo foram relacionados a esses temas, muito pelas propostas apresentadas, visão do governo e atuação dos técnicos envolvidos, sendo tema predominante nas atividades presenciais.

O predomínio de demandas sociais alcançou resultados positivos na totalidade de respostas (78%) e nos métodos presencial (67%) e virtual (100%). Um respondente indicou que nos métodos virtuais as contribuições tinham esse caráter mais social. Já outro respondente mencionou que não foi um tema tratado diretamente, apenas um pouco através de demandas pontuais.

A síntese das respostas do item RP3 foi mais positiva para as atividades presenciais e virtuais, que atingiu resultados 100% positivos em vários quesitos, e no total geral, como pode ser visto no Quadro 16.

Quadro 16 – Avaliação dos técnicos consultores (RP2 e RP3)

	RP - Técnicos consultores			Síntese dos comentários			
	Presencial	Virtual	Geral				
RP2	4	4	4	A busca por soluções imediatas, a falta de preparo e o foco na crítica da sociedade foram os obstáculos apontados.			
RP3							
Pol.	2-3	4	2-4	Não foi muito debatido. No presencial, foi foco dos debates.			
Merc.	4-5	5	5	Tema de interesse que mobilizou agentes importantes e influentes do município, principalmente no presencial.			
Téc. n.	5	4	5	Os maiores debates foram nesse tema. Predominou no presencial.			
Soc.	4	4	4	Predominou no virtual. Não foi tratado diretamente, um pouco através de demandas pontuais.			
Total	5	4	4-5	-			
Legenda							
	Negativo	Int./Neg.	Intermediário	Int./Pos.	Positivo	Pos./Neg.	* Abstenção

*Os números representam o grau que obteve resposta predominante. O 'Geral' corresponde ao somatório das respostas dos métodos presencial e virtual. O 'Total' equivale ao aglomerado das respostas no quesito, para cada método.

Fonte – Elaborado por Tosin, 2021.

Por fim, demonstra-se a opinião dos técnicos municipais respondentes sobre os itens RP2 e RP3. Sobre o item RP2, a avaliação foi mais positiva no total de respostas (73%), assim como para os diferentes métodos, presencial (70%) e virtual (80%), como pode ser visto no Quadro 17. Um respondente declarou que a sensação era que os participantes não eram ouvidos, e outro apontou que a interatividade era boa dentro das atividades.

Referente ao item RP3, os temas políticos tiveram avaliação positiva pelos respondentes nas atividades presenciais (55%), virtuais (50%) e no somatório de respostas (53%).

Já os assuntos relacionados ao mercado, também obtiveram mais respostas positivas, no geral (54%) e em ambos os métodos, presencial (50%) e virtual (60%).

Os conteúdos técnicos permaneceram com predominância de respostas positivas para as atividades presenciais (75%) e virtuais (100%), assim como na totalidade de respostas (84%).

As demandas sociais também alcançaram uma avaliação geral positiva (73%) e dos métodos presencial (65%) e virtual (90%).

O item RP3 atingiu uma análise mais positiva, tanto em ambos os tipos de atividades quanto na soma das respostas (Quadro 17).

Quadro 17 – Avaliação dos técnicos municipais (RP2 e RP3)

	RP - Técnicos municipais			Síntese dos comentários			
	Presencial	Virtual	Geral				
RP2	4	4	4	Sensação que os participantes não eram ouvidos. A interatividade nas atividades era boa.			
RP3							
Pol.	4	4	4	-			
Merc.	5	4	4-5	-			
Téc. n.	4	4	4	-			
Soc.	5	5	5	-			
Total	4	4	4	-			
Legenda							
	Negativo	Int./Neg.	Intermediário	Int./Pos.	Positivo	Pos./Neg.	* Abstenção

*Os números representam o grau que obteve resposta predominante. O 'Geral' corresponde ao somatório das respostas dos métodos presencial e virtual. O 'Total' equivale ao aglomerado das respostas no quesito, para cada método.

Fonte – Elaborado por Tosin, 2021.

A percepção de cada grupo de respondentes em relação a RP é sistematizada no Quadro 18.

Quadro 18 – Síntese das respostas do item RP, por grupo

RP - Representantes da sociedade civil						
	RP1	RP2	RP3	TOT.	Síntese dos comentários	
Presencial	5	2-4	3	4	Mais divulgação e uso de meios virtuais para que todos os grupos sociais participem.	
Virtual	3-4	2-4	3	3		
Geral	4	2-4	3	3-4		
RP - Representantes de organizações e instituições sociais						
Presencial	2	2	3	2	Domínio de alguns grupos. Processo com deficiências. Mais uso de meios virtuais.	
Virtual	2	2	2	2		
Geral	2	2	2	2		
RP - Técnicos consultores						
Presencial	4	4	5	4	Elogio na quantidade e diversidade de participantes, e no esforço da gestão municipal.	
Virtual	4	4	4	4		
Geral	4	4	4-5	4		
RP - Técnicos municipais						
Presencial	4	4	4	4	Crítica à falta de clareza das informações e das propostas. Processo burocrático.	
Virtual	4	4	4	4		
Geral	4	4	4	4		
Legenda						
Negativo	Int./Neg.	Intermediário	Int./Pos.	Positivo	Pos./Neg.	*Abstenção

*Os números representam o grau que obteve resposta predominante. O 'Geral' corresponde ao somatório das respostas dos métodos presencial e virtual. O 'Total' equivale ao aglomerado das respostas no quesito, para cada método.

Fonte – Elaborado por Tosin, 2021.

A RP do processo participativo atingiu uma análise dos representantes da sociedade civil questionados que se divide entre intermediária e positiva. No método presencial a avaliação geral foi mais positiva e no virtual intermediária. Nos comentários finais, os respondentes ressaltaram que a participação não deve se limitar a determinados agentes (como funcionários públicos e empresários), sendo necessário ampliar a oportunidade de participação para outros grupos sociais (como a população marginalizada e segregada), através de mais divulgação das atividades e maior investimento nos métodos virtuais.

A análise da RP dos representantes de organizações e instituições sociais respondentes foi negativa em todos os aspectos, sendo muito semelhante a avaliação entre ambos os métodos. Os comentários finais enfatizaram o predomínio da participação de grupos específicos (como de representantes dos setores econômicos, técnicos e pesquisadores), sendo que pouco foi ouvido do restante da população. Um dos respondentes considerou o processo estressante para a gestão municipal e sociedade, podendo servir de exemplo para melhorias futuras. A ampliação dos canais virtuais para participação também foi mencionada como uma forma de alcançar maior diversidade de público.

Na perspectiva dos técnicos consultores questionados, o item RP atingiu índices positivos em todos os quesitos, com destaque do método virtual. Apesar de identificarem alguns problemas, a quantidade e diversidade dos participantes foi elogiada pelos respondentes. O esforço da gestão municipal em promover a participação de diferentes setores da sociedade durante o processo – com o monitoramento das participações, a busca de alternativas e a complementação entre atividades presenciais e virtuais – foi o principal aspecto considerado para a avaliação dos respondentes. Importante ressaltar que um respondente testemunhou não ter acesso as contribuições realizadas durante as atividades participativas.

De forma geral, a RP foi avaliada positivamente pelos técnicos municipais que responderam ao questionário. Por outro lado, um respondente criticou a falta de clareza das informações e das propostas apresentadas, o que tornou o processo ainda mais burocrático.

5.3.3 A análise dos Procedimentos no processo participativo

No item de análise Procedimentos (P)⁹³, as três primeiras perguntas se referiam a forma de divulgação das atividades (P1). Os resultados são apresentados por grupo, na mesma sequência que o item anterior. A percepção sobre o item P1 dos representantes da sociedade civil que responderam ao questionário está sintetizada a seguir.

Sobre a diversidade de meios utilizados para divulgação, a avaliação geral e das atividades presenciais foi negativa (53% e 62% respectivamente), e das atividades virtuais intermediária (67%). Também alcançou um resultado mais negativo o alcance da divulgação nas diferentes zonas do município no total das respostas (63%) e em ambos os métodos, presencial (54%) e virtual (83%). Nos comentários, tanto a divulgação dos encontros presenciais quanto das ferramentas digitais disponibilizadas para participação foi criticada, o que foi apontado como o principal motivo para a participação desigual dos diferentes grupos sociais.

⁹³ A análise dos Procedimentos (P) é relativa aos aspectos metodológicos utilizados para a realização do processo participativo, sua forma de divulgação (P1), o acesso à recursos e ferramentas para contribuição (P2), a liberdade de manifestação (P3) e o tempo disponibilizado para contribuição (P4). Da mesma forma que no item anterior, o respondente tinha como opções, para cada pergunta: escolher um valor na escala de 1 (negativo) a 5 (positivo), não responder e, opcionalmente, escrever justificativas e comentários.

Segue essa mesma análise negativa o tempo de divulgação das atividades, no método presencial (46%) e no total de respostas (47%). Já para o método virtual as respostas se dividiram entre intermediário e negativo. Segundo um respondente, o tempo para divulgação foi suficiente, mas o conteúdo foi incipiente.

De forma geral, o item P1 foi avaliado negativamente, como pode ser visto no Quadro 19, conforme já sugeriam os comentários do item anterior de análise.

Quadro 19 – Avaliação dos representantes da sociedade civil (P1)

P1	P - Representantes da sociedade civil			Síntese dos comentários			
	Presencial	Virtual	Geral				
Div.	1	3	1	-			
Alc.	1	1	1	Divulgação como obstáculo.			
Tempo	2	1-3	2	Tempo suficiente, mas conteúdo insipiente.			
Total	1	1	1	-			
Legenda							
	Negativo	Int./Neg.	Intermediário	Int./Pos.	Positivo	Pos./Neg.	*Abstenção

*Os números representam o grau que obteve resposta predominante. O 'Geral' corresponde ao somatório das respostas dos métodos presencial e virtual. O 'Total' equivale ao aglomerado das respostas no quesito, para cada método.

Fonte – Elaborado por Tosin, 2021.

Segue a síntese das respostas ao item P1 dos representantes de organizações e instituições sociais que responderam ao questionário. A diversidade de meios utilizados para divulgação obteve respostas negativas pela maior parte dos respondentes (67%), assim como nos métodos presencial (75%) e virtual (57%). As críticas foram relacionadas ao direcionamento da divulgação em determinados públicos, não alcançando a totalidade da população. Foi sugerida a utilização de carros de som em alguns locais.

O alcance da divulgação nas diferentes zonas do município também obteve resultados negativos no geral (73%), nas atividades presenciais (75%) e virtuais (71%). Os comentários apontaram a ausência de estratégias de divulgação regionais, assim como a insuficiente divulgação nas áreas mais vulneráveis e zona rural.

O tempo de divulgação prévia das atividades seguiu esta mesma avaliação negativa, no método presencial (75%), virtual (86%) e na totalidade de respostas (80%). Os respondentes mencionaram que a divulgação era realizada muito próxima a data de realização das atividades, sem haver tempo para análise dos conteúdos necessários.

Conforme pode ser visto no Quadro 20, a análise geral do item P1 foi negativa.

Quadro 20 – Avaliação dos representantes de org. e inst. sociais (P1)

P - Representantes de organizações e instituições sociais						
P1	Presencial	Virtual	Geral	Síntese dos comentários		
Div.	1-2	1	1	Direcionamento da divulgação em determinados públicos. Sugestão de uso de carros de som.		
Alc.	1-2	1	1	Ausência de divulgação regional e insuficiente divulgação nas áreas mais vulneráveis e rurais.		
Tempo	2	2	2	Divulgação era realizada muito próxima a data de realização das atividades.		
Total	2	1	2	-		
Legenda						
	Negativo	Int./Neg.	Intermediário	Int./Pos.	Positivo	Pos./Neg. *Abstenção

*Os números representam o grau que obteve resposta predominante. O 'Geral' corresponde ao somatório das respostas dos métodos presencial e virtual. O 'Total' equivale ao aglomerado das respostas no quesito, para cada método.

Fonte – Elaborado por Tosin, 2021.

A percepção dos técnicos consultores questionados sobre o item P1 é demonstrada em sequência. A diversidade de canais de divulgação obteve avaliação positiva por todos os respondentes que optaram por responder, e em ambos os métodos presencial e virtual. Um respondente considerou adequada as formas de divulgação no meio presencial e virtual, pela escolha estratégica dos locais, sua amplitude e por ter contado com o apoio de diferentes parceiros.

O alcance da divulgação nas diferentes zonas do município, manteve os resultados positivos em todos os aspectos, apenas contabilizando nas atividades presenciais uma resposta intermediária. A diversidade de meios utilizados foi um dos motivos apontados pelos respondentes.

Permaneceu totalmente positiva a análise do tempo para divulgação prévia das atividades. Os respondentes justificaram que a realização das atividades foi anunciada com dias de antecedência e tempo suficiente.

O item P1 foi considerado positivo pela grande maioria das pessoas que responderam às questões deste quesito (Quadro 21). As abstenções foram de pessoas que não tinham conhecimento sobre como as atividades presenciais tinham sido divulgadas.

Quadro 21 – Avaliação dos técnicos consultores (P1)

P1	P - Técnicos consultores			Síntese dos comentários			
	Presencial	Virtual	Geral				
Div.	5*	5	5	Elogios quanto a escolha estratégica dos locais, amplitude e por ter contado com o apoio de diferentes parceiros.			
Alc.	5*	5	5	Elogio quanto a diversidade de meios utilizados.			
Tempo	5*	5	5	A realização das atividades foi anunciada com dias de antecedência e tempo suficiente.			
Total	5*	5	5	-			
Legenda							
	Negativo	Int./Neg.	Intermediário	Int./Pos.	Positivo	Pos./Neg.	*Abstenção

*Os números representam o grau que obteve resposta predominante. O 'Geral' corresponde ao somatório das respostas dos métodos presencial e virtual. O 'Total' equivale ao aglomerado das respostas no quesito, para cada método.

Fonte – Elaborado por Tosin, 2021.

Apresenta-se a análise do item P1 dos técnicos municipais respondentes. Foi avaliada positivamente a diversidade de meios utilizados para divulgação, no total de respostas (73%) e nas atividades presenciais (70%) e virtuais (80%).

O alcance da divulgação nas diferentes zonas do município obteve mais respostas positivas no total (40%) e nas atividades presenciais (40%). As atividades virtuais obtiveram avaliação majoritariamente neutra (50%).

A avaliação do tempo de divulgação prévia das atividades ficou dividida entre neutra e positiva na totalidade de respostas (44%) e em ambos os métodos, presencial (45%) e virtual (40%).

O item P1 registrou mais respostas positivas em todos os aspectos (Quadro 22).

Quadro 22 – Avaliação dos técnicos municipais (P1)

P1	P - Técnicos municipais			Síntese dos comentários			
	Presencial	Virtual	Geral				
Div.	4-5	4	4	-			
Alc.	5	3	5	-			
Tempo	3-4	3-4	3-4	-			
Total	4	4	4	-			
Legenda							
	Negativo	Int./Neg.	Intermediário	Int./Pos.	Positivo	Pos./Neg.	*Abstenção

*Os números representam o grau que obteve resposta predominante. O 'Geral' corresponde ao somatório das respostas dos métodos presencial e virtual. O 'Total' equivale ao aglomerado das respostas no quesito, para cada método.

Fonte – Elaborado por Tosin, 2021.

A avaliação da disponibilidade de recursos ou ferramentas para efetuar as contribuições (P2), da liberdade para manifestação (P3) e do tempo disponibilizado para realizar a contribuição (P4), também fazem parte do item P. Os resultados obtidos com os respondentes que se identificaram como representantes da sociedade civil, sobre estes itens, são demonstrados em seguida.

Em relação ao item P2, a avaliação só foi positiva no método presencial (54%), talvez por não demandar o uso e posse de equipamentos tecnológicos. No método virtual e na soma geral, predominaram as respostas negativas (67% e 42%). Foi identificado nos comentários a necessidade de ampliar os canais virtuais para que a população enviasse questionamentos e a disponibilização de materiais do processo.

Referente ao item P3, novamente os resultados foram positivos para as atividades presenciais (54%), negativos nas virtuais (67%) e no total de respostas (48%). Sobre o item P4, tanto a análise geral quanto do método presencial foi positiva (37% e 54%), e o método virtual ficou entre intermediário e negativo. Um respondente indicou que a política partidária dificultou a otimização do tempo no presencial.

As respostas dos itens P2, P3 e P4 constam no Quadro 23.

Quadro 23 – Avaliação dos representantes da sociedade civil (P2, P3 e P4)

P - Representantes da sociedade civil						
	Presencial	Virtual	Geral	Síntese dos comentários		
P2	4	1-2	1-2	Necessidade de ampliar os canais virtuais de diálogo e disponibilização de materiais do processo.		
P3	5	2	2	-		
P4	4	2-3	4	A política partidária dificultou a otimização do tempo no presencial.		
Legenda						
	Negativo	Int./Neg.	Intermediário	Int./Pos.	Positivo	Pos./Neg. *Abstenção

*Os números representam o grau que obteve resposta predominante. O 'Geral' corresponde ao somatório das respostas dos métodos presencial e virtual. O 'Total' equivale ao aglomerado das respostas no quesito, para cada método.

Fonte – Elaborado por Tosin, 2021.

Os representantes de organizações e instituições sociais questionados, avaliaram os itens P2, P3 e P4 da seguinte forma. Em relação ao item P2, a avaliação permaneceu negativa no total de respostas (53%) e nos métodos presencial (50%) e virtual (57%). As limitações apontadas foram relacionadas com a baixa qualidade das informações disponíveis, assim como o acesso à *internet* e a equipamentos tecnológicos para participar virtualmente.

O item P3 também obteve resultados negativos em todos os quesitos, no geral (67%) e nas atividades presenciais (62%) e virtuais (72%). Enquanto alguns

denunciaram o impedimento de fala nas atividades presenciais e a desconsideração de opiniões que divergiam dos técnicos municipais e consultores responsáveis pelo PDOT, outros reclamaram que foi permitido que todos falassem demais.

Já o item P4 seguiu essa tendência negativa no total de respostas (53%) e na avaliação das atividades presenciais (62%). As respostas para as atividades virtuais ficaram divididas entre intermediário e negativo (43% cada). Tanto o tempo para contribuição quanto para o debate sobre o PDOT foram criticados, principalmente nas atividades presenciais. Também foi mencionado que algumas propostas sequer foram expostas e avaliadas.

Os resultados dos itens P2, P3 e P4 compõem o Quadro 24.

Quadro 24 – Avaliação dos representantes de org. e inst. sociais (P2, P3 e P4)

P - Representantes de organizações e instituições sociais						
	Presencial	Virtual	Geral	Síntese dos comentários		
P2	2	2	2	Deficiências na qualidade das informações disponíveis, no acesso à <i>internet</i> e a equipamentos tecnológicos.		
P3	1	1	1	Inibição de fala no presencial e desconsideração de opiniões. Muita abertura para fala.		
P4	2	2-3	2	Críticas ao tempo para contribuição e debate, mais no presencial. Propostas não foram expostas e avaliadas.		
Legenda						
	Negativo	Int./Neg.	Intermediário	Int./Pos.	Positivo	Pos./Neg. *Abstenção

*Os números representam o grau que obteve resposta predominante. O 'Geral' corresponde ao somatório das respostas dos métodos presencial e virtual. O 'Total' equivale ao aglomerado das respostas no quesito, para cada método.

Fonte – Elaborado por Tosin, 2021.

As respostas obtidas com os técnicos consultores respondentes, referentes aos itens P2, P3 e P4, são exibidos a seguir. O item P2 alcançou 100% de avaliação positiva pelos respondentes. Os investimentos da gestão municipal na organização dos eventos, no desenvolvimento das plataformas virtuais e por oferecer o necessário para os participantes se manifestarem (como microfone, papel e caneta) foram os aspectos apontados como positivos.

Apesar do item P3 apresentar algumas respostas intermediárias, a análise geral e do método presencial foi positiva (44% e 50%, respectivamente). As respostas das atividades virtuais se dividiram em neutra e positiva (33%). Houveram abstenções nesta questão. Os respondentes perceberam um certo direcionamento dos debates em temas considerados de maior importância pelos técnicos, apesar de haver total liberdade para as pessoas contribuírem sobre outros assuntos.

O item P4 apenas obteve apenas respostas positivas, pois foi considerado suficiente.

Os resultados dos itens P2, P3 e P4 estão representados no Quadro 25.

Quadro 25 – Avaliação dos técnicos consultores (P2, P3 e P4)

	P - Técnicos consultores			Síntese dos comentários			
	Presencial	Virtual	Geral				
P2	5	5	5	Elogios na organização dos eventos, no desenvolvimento das plataformas virtuais e na disponibilidade de recursos.			
P3	5	3-4*	5	Direcionamento do debate em temas mais importantes para os técnicos. Havia liberdade para manifestação.			
P4	5	5	5	O tempo foi considerado suficiente.			
Legenda							
	Negativo	Int./Neg.	Intermediário	Int./Pos.	Positivo	Pos./Neg.	*Abstenção

*Os números representam o grau que obteve resposta predominante. O 'Geral' corresponde ao somatório das respostas dos métodos presencial e virtual. O 'Total' equivale ao aglomerado das respostas no quesito, para cada método.

Fonte – Elaborado por Tosin, 2021.

Na sequência, a avaliação dos técnicos municipais que responderam ao questionário sobre os itens P2, P3 e P4. O item P2 foi avaliado de forma positiva, na maioria das respostas e, nas atividades presenciais e virtuais (80% cada).

Já o item P3 também alcançou resultados positivos pela maior parte dos respondentes (77%) e em ambos os métodos, presencial (75%) e virtual (80%).

Permanece essa mesma análise positiva o item P4, no total de respostas (56%) e nas atividades presenciais (55%) e virtuais (60%).

Os resultados obtidos com os itens P2, P3 e P4 estão demonstrados no Quadro 26 a seguir.

Quadro 26 – Avaliação dos técnicos municipais (P2, P3 e P4)

	P - Técnicos municipais			Síntese dos comentários			
	Presencial	Virtual	Geral				
P2	4-5	4	4	-			
P3	5	5	5	-			
P4	4	4-5	4	-			
Legenda							
	Negativo	Int./Neg.	Intermediário	Int./Pos.	Positivo	Pos./Neg.	*Abstenção

*Os números representam o grau que obteve resposta predominante. O 'Geral' corresponde ao somatório das respostas dos métodos presencial e virtual. O 'Total' equivale ao aglomerado das respostas no quesito, para cada método.

Fonte – Elaborado por Tosin, 2021.

Enfim, o Quadro 27 compila os resultados obtidos com o item P para cada grupo.

Quadro 27 – Síntese das respostas do item P, por grupo

P - Representantes da sociedade civil						
	P1	P2	P3	P4	TOT.	Síntese dos comentários
Presencial	1	4	5	4	2	Críticas na falta de acesso a recursos tecnológicos e na forma de divulgação.
Virtual	1	1-2	2	2-3	1	
Geral	1	1-2	2	4	1	
P - Representantes de organizações e instituições sociais						
Presencial	2	2	1	2	2	-
Virtual	1	2	1	2-3	2	
Geral	2	2	1	2	2	
P - Técnicos consultores						
Presencial	5*	5	5	5	5	Havia oportunidade para se manifestar. Havia interesse social e estavam satisfeitos.
Virtual	5	5	3-4*	5	5	
Geral	5	5	5	5	5	
P - Técnicos municipais						
Presencial	4	4-5	5	4	4	-
Virtual	4	4	5	4-5	4	
Geral	4	4	5	4	4	
Legenda						
Negativo	Int./Neg.	Intermediário	Int./Pos.	Positivo	Pos./Neg.	*Abstenção

*Os números representam o grau que obteve resposta predominante. O 'Geral' corresponde ao somatório das respostas dos métodos presencial e virtual. O 'Total' equivale ao aglomerado das respostas no quesito, para cada método.

Fonte – Elaborado por Tosin, 2021.

Para os representantes da sociedade civil, o item P alcançou uma avaliação geral negativa e em ambos os métodos. Entretanto, destaca-se que as atividades presenciais demonstraram resultados positivos nos quesitos P2, P3 e P4, talvez por ser um método mais usualmente praticado e consolidado. Um dos respondentes mencionou a falta de acesso a recursos tecnológicos como um limitante à pluralidade da participação. A forma de divulgação foi o procedimento mais criticado. Os respondentes demandaram uma divulgação mais consistente, que alcance o público que não possui conhecimento sobre o assunto, visando fomentar seu interesse para participação. A deficiência na divulgação foi apontada como um artifício para limitar a participação.

Como visto, o item P alcançou resultados negativos em todos os quesitos avaliados pelos representantes de organizações e instituições sociais.

Já o item P foi avaliado positivamente por quase a totalidade dos técnicos consultores. Um respondente comentou que foram oferecidas oportunidades de manifestação aos participantes, que demonstraram interesse pelas atividades realizadas e pelos temas abordados, assim como pareciam estar satisfeitos com sua colaboração ao processo.

O mesmo ocorreu com os técnicos municipais, que avaliaram predominantemente o item P de forma positiva.

5.3.4 A análise das Informações no processo participativo

A Informação (I) ⁹⁴ compõe o terceiro item de análise. As primeiras quatro perguntas eram sobre a transmissão da informação (I1) e a última pergunta referente ao recebimento ou entendimento das informações transmitidas (I2). As sínteses das respostas são demonstradas na mesma ordem de grupos que nos itens anteriores. Primeiro, os resultados obtidos com os representantes da sociedade civil que responderam ao questionário sobre os itens I1 e I2 (Quadro 28).

A forma como as informações foram transmitidas obteve resultados positivos no somatório total de respostas (37%) e no método presencial (54%). A avaliação do método virtual ficou dividida entre intermediária e negativa. O mesmo ocorreu com a análise da clareza com que as informações foram emitidas. A maior parte dos respondentes respondeu de forma positiva (42%), no geral, assim como em relação as atividades presenciais (54%). As atividades virtuais foram avaliadas negativamente (50%). O tempo disponibilizado para entendimento das informações alcançou respostas positivas, na soma total (47%) e no método presencial (54%), sendo que não houve predominância por uma resposta no método virtual.

O item I1 foi avaliado positivamente pelos respondentes na totalidade das respostas, assim como para as atividades presenciais. Entretanto, as respostas foram predominantemente negativas para as atividades virtuais. Isto sugere que há uma maior dificuldade em transmitir as informações no ambiente virtual e de nivelar o entendimento dos participantes. Alguns respondentes mencionaram a falta de interesse da própria gestão municipal em informar a população, principalmente da zona Rural, interesse esse que parece se intensificar apenas no período eleitoral. Também foi sugerido utilizar melhor as redes sociais.

Já em relação ao item I2, os resultados foram positivos no método presencial (84%), virtual (67%) e no geral (79%).

⁹⁴ Sobre a Informação (I) são avaliadas as formas de transmissão, sua clareza e o tempo para compreensão (I1), assim como o recebimento e entendimento das informações pelos participantes (I2). Nestas perguntas também havia a possibilidade de não responder, de escolher um valor na escala de 1 (negativo) a 5 (positivo), e de justificar ou comentar sobre o assunto, se necessário.

Quadro 28 – Avaliação dos representantes da sociedade civil (I1 e I2)

I - Representantes da sociedade civil							
I1	Presencial	Virtual	Geral	Síntese dos comentários			
Trans.	4	2-3	4	-			
Clarez.	4	2	4	-			
Tempo	4	-	4	-			
Total	4	2	4	Falta de interesse da gestão municipal em informar, principalmente do Rural. Utilizar mais as redes sociais.			
I2	4	4	4	-			
Legenda							
	Negativo	Int./Neg.	Intermediário	Int./Pos.	Positivo	Pos./Neg.	*Abstenção

*Os números representam o grau que obteve resposta predominante. O 'Geral' corresponde ao somatório das respostas dos métodos presencial e virtual. O 'Total' equivale ao aglomerado das respostas no quesito, para cada método.

Fonte – Elaborado por Tosin, 2021.

Em seguida, é exibida a síntese das respostas dos representantes de organizações e instituições sociais em relação aos mesmos itens I1 e I2 (Quadro 29). Sobre a forma que as informações foram transmitidas, a análise geral foi negativa (54%), assim como dos métodos presencial (50%) e virtual (57%). Os respondentes consideraram as informações tendenciosas para interesses privados e da própria administração municipal. A imposição das informações sem disponibilização de tempo para debate também foi mencionada.

A clareza das informações transmitidas também foi avaliada negativamente, no geral (60%) e em ambas as atividades presenciais (62%) e virtuais (57%). Um dos respondentes julgou como confusas as informações disponibilizadas, pelos termos técnicos e mapas pouco legíveis, dificultando o entendimento de quem não conhecia o assunto.

O tempo disponibilizado para manifestação alcançou altos índices negativos, no total de respostas (80%) e nos métodos presencial (77%) e virtual (71%). Foi considerado insuficiente pela maior parte dos respondentes principalmente pela transformação radical da lei, quantidade de informação e demasiada tecnicidade do conteúdo.

Desta forma, o item I1 concentrou resultados negativos. Já não houve consenso no item I2, estando as opiniões divididas entre positivo e negativo (33% cada). As atividades presenciais obtiveram mais respostas negativas (37%) e as virtuais positivas (43%). Foi ressaltado que o tempo e informação disponibilizada

foram insuficientes para entendimento. Outros respondentes mencionaram que compreenderam as informações por terem estudado ou serem da área.

Quadro 29 – Avaliação dos representantes de org. e inst. sociais (I1 e I2)

I - Representantes de organizações e instituições sociais						
I1	Presencial	Virtual	Geral	Síntese dos comentários		
Trans.	1-2	1-2	1-2	Informações tendenciosas para interesses privados e da administração municipal. Imposição das informações.		
Clarez.	2	1-2	2	Difícil entendimento das informações pelos termos técnicos e mapas pouco legíveis.		
Tempo	2	2	2	Tempo para manifestação foi insuficiente.		
Total	2	2	2	-		
I2	2	4	2-4	O tempo e informação disponibilizada foram insuficientes. Maior compreensão por quem estudou ou é da área.		
Legenda						
	Negativo	Int./Neg.	Intermediário	Int./Pos.	Positivo	Pos./Neg. *Abstenção

*Os números representam o grau que obteve resposta predominante. O 'Geral' corresponde ao somatório das respostas dos métodos presencial e virtual. O 'Total' equivale ao aglomerado das respostas no quesito, para cada método.

Fonte – Elaborado por Tosin, 2021.

Os técnicos consultores analisaram os itens I1 e I2 da seguinte maneira (Quadro 30). A forma de transmissão das informações foi predominantemente avaliada de forma positiva na totalidade de respostas (78%) e nos métodos presencial (66%) e virtual (100%). Os principais motivos para a avaliação positiva foram a presença e o preparo dos técnicos municipais para auxiliar os participantes nas atividades. Identificou-se percepções diferentes em relação aos métodos nos comentários. No questionário virtual se mencionou a simplicidade na linguagem e o fato de não exigir muitas informações. Já nas atividades presenciais foi apontado que não houve a disponibilização de todas as informações para o participante.

A clareza com que foram transmitidas também foi considerada positiva, desta vez pela totalidade das pessoas que optaram por responder. Um respondente admitiu que a comunicação é um desafio para o processo participativo, como a adaptação da linguagem técnica e a explicação das implicações que levaram a cada decisão tomada para a sociedade.

O tempo disponibilizado para compreensão do participante recebeu apenas uma resposta neutra nas atividades presenciais, como no quesito que se referia a forma de transmissão. As demais respostas foram positivas para ambos os métodos (67% no presencial e 100% no virtual) e no total geral (78%).

Sendo assim, o item I1 foi analisado positivamente pela grande maioria dos respondentes, assim como o item I2, que não recebeu nenhuma resposta intermediária ou negativa. Um respondente considerou que os objetivos tinham sido cumpridos.

Quadro 30 – Avaliação dos técnicos consultores (I1 e I2)

I - Técnicos consultores							
I1	Presencial	Virtual	Geral	Síntese dos comentários			
Trans.	4-5	5	5	Elogio aos técnicos municipais e na linguagem e informação no virtual. Crítica na informação no presencial.			
Clarez.	5	4	4-5	A comunicação, a adaptação da linguagem técnica e a explicação das implicações são os principais desafios.			
Tempo	5	4	5	-			
Total	5	4	5	-			
I2	5	5	5	Os objetivos foram cumpridos.			
Legenda							
	Negativo	Int./Neg.	Intermediário	Int./Pos.	Positivo	Pos./Neg.	*Abstenção

*Os números representam o grau que obteve resposta predominante. O 'Geral' corresponde ao somatório das respostas dos métodos presencial e virtual. O 'Total' equivale ao aglomerado das respostas no quesito, para cada método.

Fonte – Elaborado por Tosin, 2021.

Por fim, a análise dos itens I1 e I2 pelos técnicos municipais respondentes (Quadro 31). A forma de transmissão das informações foi avaliada positivamente pela maior parte dos respondentes, bem como para as atividades presenciais e virtuais (70% cada).

A clareza das informações transmitidas também foi considerada positiva no total de respostas (81%) e nos métodos presencial e virtual (80% cada). Contudo, um respondente indicou que houveram muitas surpresas após a última audiência pública, principalmente para os empresários, que não puderam opinar sobre.

Permanece positiva a análise do tempo para compreensão das informações, nas atividades presenciais (65%) e virtuais (70%) e na totalidade de respostas (69%). Um respondente mencionou que o tempo não adianta, e sim a abertura para diálogo.

No geral, o item I1 obteve mais respostas positivas, assim como o item I2 no total de respostas (83%) e, nos métodos presencial (80%) e virtual (90%).

Quadro 31 – Avaliação dos técnicos municipais (I1 e I2)

		I - Técnicos municipais					
I1	Presencial	Virtual	Geral	Síntese dos comentários			
Trans.	5	4	5	-			
Clarez.	4	4	4	houveram muitas surpresas após a última audiência pública, principalmente para os empresários.			
Tempo	4	4	4	O tempo não adianta, e sim a abertura para diálogo.			
Total	4	4	4	-			
I2	5	4	5	-			
Legenda							
	Negativo	Int./Neg.	Intermediário	Int./Pos.	Positivo	Pos./Neg.	*Abstenção

*Os números representam o grau que obteve resposta predominante. O 'Geral' corresponde ao somatório das respostas dos métodos presencial e virtual. O 'Total' equivale ao aglomerado das respostas no quesito, para cada método.

Fonte – Elaborado por Tosin, 2021.

Em resumo, o item I recebeu, por cada grupo de respondentes, a avaliação que está sistematizada no Quadro 32.

Quadro 32 – Síntese das respostas do item I, por grupo

		I - Representantes da sociedade civil					
	I1	I2	TOT.	Síntese dos comentários			
Presencial	4	4	4	Imprescindível a apropriação das informações pela sociedade e o uso de linguagem clara e acessível .			
Virtual	2	4	3				
Geral	4	4	4				
I - Representantes de organizações e instituições sociais							
Presencial	2	2	2	-			
Virtual	2	4	2				
Geral	2	2-4	2				
I - Técnicos consultores							
Presencial	5	5	5	Elogios a dedicação da gestão municipal.			
Virtual	4	5	4-5				
Geral	5	5	5				
I - Técnicos municipais							
Presencial	4	5	4	-			
Virtual	4	4	4				
Geral	4	5	4				
Legenda							
	Negativo	Int./Neg.	Intermediário	Int./Pos.	Positivo	Pos./Neg.	*Abstenção

*Os números representam o grau que obteve resposta predominante. O 'Geral' corresponde ao somatório das respostas dos métodos presencial e virtual. O 'Total' equivale ao aglomerado das respostas no quesito, para cada método.

Fonte – Elaborado por Tosin, 2021.

No quesito I, a avaliação dos representantes da sociedade civil alcançou resultados positivos, exceto no método virtual, que foi avaliado predominantemente de forma neutra. Foi considerado imprescindível pelos respondentes a apropriação

das informações pela sociedade e o uso de linguagem clara e acessível para que a maioria da população consiga compreender os conteúdos debatidos.

A avaliação geral do item I foi negativa pelos representantes de organizações e instituições sociais.

De forma geral, o item I alcançou resultados positivos com os técnicos consultores. As respostas consideraram a dedicação da gestão municipal em informar e escutar a população, o que tomou mais tempo do que o previsto inicialmente, segundo um respondente, e tornou possível a participação da sociedade em diferentes meios.

A avaliação do item I foi, na sua maioria, positiva com os técnicos municipais.

5.3.5 A análise dos Resultados no processo participativo

O último item do questionário é relativo aos Resultados (R)⁹⁵. Compõe este item a análise da transparência nos resultados das atividades (R1), das respostas ou *feedback* da gestão municipal sobre as contribuições realizadas (R2), do impacto das contribuições no resultado final (R3) e da satisfação com as atividades participativas (R4). A mesma sequência de grupos é realizada a seguir, começando com os representantes da sociedade civil que responderam ao questionário (Quadro 33).

Sobre a transparência nos resultados das atividades (R1) a avaliação geral foi negativa (47%) e dos métodos virtuais também (83%). A transparência do método presencial foi considerada positiva (46%). Alguns respondentes mencionaram que não consideram o Executivo Municipal transparente, e que as informações disponibilizadas não foram relevantes e de fácil entendimento.

Quanto às respostas ou *feedback* da administração municipal sobre as contribuições realizadas (R2), predominou a neutralidade da avaliação nas atividades presenciais (46%) e as respostas negativas nas virtuais (66%). As respostas predominantes, no somatório total, ficaram divididas entre intermediário e negativo, com expectativa de melhora.

⁹⁵ Os Resultados (R) estão relacionados com o nível de responsividade e de aproveitamento das contribuições realizadas pelos participantes no produto final. Abrange a análise da transparência na divulgação dos resultados obtidos (R1), da resposta ou *feedback* quanto ao aproveitamento das contribuições (R2), do impacto das propostas ou seu aproveitamento no produto final (R3) e da satisfação dos atores envolvidos com as atividades realizadas (R4). Novamente, o respondente estava livre para se abster a responder ou optar por um valor na escala de 1 (negativo) a 5 (positivo), e de explicar o porquê da sua resposta e comentar sobre o tema, se desejasse.

A avaliação do impacto das contribuições no resultado final (R3) foi positiva de forma geral (48%) e no método presencial (54%), mas no método virtual foi negativa (49%). Um respondente apontou que a população foi ouvida, mas seus pedidos não foram atendidos. Outro participante mencionou que percebe avanços no município em relação às providências adotadas após as consultas populares.

A satisfação com as atividades participativas (R4) foi neutra com tendência positiva no método presencial (39%), negativa no virtual (50%), não atingindo a um consenso na totalidade de respostas. Vários respondentes apontaram que as decisões foram tomadas conforme interesse do governo vigente e dos profissionais, e não de acordo com o solicitado pela maioria da população.

Quadro 33 – Avaliação dos representantes da sociedade civil (R1, R2, R3 e R4)

	R - Representantes da sociedade civil			Síntese dos comentários			
	Presencial	Virtual	Geral				
R1	5	2	2	O Executivo Municipal não é transparente. As informações não eram relevantes e de fácil entendimento.			
R2	3	1-2	2-3	-			
R3	4	1	4	A população foi ouvida, mas seus pedidos não foram atendidos. Percepção de avanços após as consultas.			
R4	3-4	1	1-3-4	As decisões foram tomadas conforme interesse do governo vigente e dos profissionais.			
Legenda							
	Negativo	Int./Neg.	Intermediário	Int./Pos.	Positivo	Pos./Neg.	*Abstenção

*Os números representam o grau que obteve resposta predominante. O 'Geral' corresponde ao somatório das respostas dos métodos presencial e virtual. O 'Total' equivale ao aglomerado das respostas no quesito, para cada método.

Fonte – Elaborado por Tosin, 2021.

Segue os resultados obtidos com os representantes de organizações e instituições sociais questionados (Quadro 34). Como nos itens anteriores, a maior parte das respostas do item R1 foi negativa (66%) e para os métodos presencial (62%) e virtual (71%) também. Os respondentes mencionaram não ter acesso a vários dados que eram comentados e ao histórico de como se chegou a determinada conclusão.

Referente à resposta ou feedback da gestão municipal sobre as propostas recebidas, a avaliação foi mais negativa na síntese geral de respostas (73%), nas atividades presenciais (75%) e virtuais (71%). Um respondente confessou que ainda não tinha certeza se as contribuições tinham sido incorporadas.

O resultado foi negativo também sobre o impacto ou aproveitamento das propostas no produto final, tanto no método presencial (62%) quanto no virtual (57%)

e na totalidade de respostas (60%). Neste quesito a falta de liberdade para manifestação também foi contestada.

A satisfação com o processo como um todo (54%) e com as atividades presenciais (62%) foi negativa, sendo intermediária para negativa a satisfação com as atividades virtuais (43% cada). Os respondentes apontaram que o processo foi tendencioso, não refletiu as necessidades da população e que, por ser um conteúdo muito técnico, não atingiu a maior parte do público que é leigo do assunto.

Quadro 34 – Avaliação dos representantes de org. e inst. sociais (R1, R2, R3 e R4)

R - Representantes de organizações e instituições sociais						
	Presencial	Virtual	Geral	Síntese dos comentários		
R1	2	2	2	Não foram publicados vários dados comentados e informado o histórico das decisões tomadas.		
R2	1	2	1	Dúvidas se as contribuições tinham sido realmente incorporadas.		
R3	2	1-2	2	A falta de liberdade para manifestação foi contestada.		
R4	1	2-3	1-2	O processo foi tendencioso, não refletiu as necessidades da população e não alcançou a maior parte da população.		
Legenda						
	Negativo	Int./Neg.	Intermediário	Int./Pos.	Positivo	Pos./Neg. *Abstenção

*Os números representam o grau que obteve resposta predominante. O 'Geral' corresponde ao somatório das respostas dos métodos presencial e virtual. O 'Total' equivale ao aglomerado das respostas no quesito, para cada método.

Fonte – Elaborado por Tosin, 2021.

As respostas com os itens R1, R2, R3 e R4 dos técnicos consultores respondentes estão mencionadas em seguida (Quadro 35). Houve significativa abstenção de resposta no método presencial. Os motivos apontados por alguns respondentes foram a interrupção de sua participação e o desconhecimento do processo como um todo.

A transparência (R1) das atividades presenciais obteve resultados positivos (33%), assim como as atividades virtuais que apenas receberam avaliação máxima, resultando em uma análise geral positiva neste quesito (56%). Um respondente afirmou que relatórios com os resultados das atividades foram divulgados em diversos meios de comunicação, entretanto outros respondentes só tinham conhecimento da disponibilização no sítio eletrônico da Prefeitura Municipal.

A resposta ou *feedback* (R2) do método presencial somou mais respostas negativas (33%), enquanto o método virtual e o total geral de respostas teve resultados positivos (100% e 45%, respectivamente). Apesar de haver um comentário que confirme o *feedback* do encaminhamento das demandas no método virtual, um

respondente confessou ter dúvidas se houve uma resposta por parte da gestão municipal sobre o que foi aproveitado ou não das contribuições realizadas.

O impacto das propostas no produto final (R3) alcançou um resultado positivo pelos respondentes no geral (44%) e em ambos os métodos, presencial (33%) e virtual (67%). Contudo, os comentários foram negativos em alguns aspectos. Mencionou-se a falta de informação sistematizada de como houve o aproveitamento das contribuições, a divergência de opiniões que dificultou a adesão das propostas e a prioridade dada ao que era de interesse governamental na incorporação das demandas.

A satisfação com o processo participativo (R4) obteve apenas respostas positivas. Novamente o interesse e esforço da gestão municipal para incluir a sociedade em um processo de difícil adesão, pela complexidade do tema tratado, foi bem vista pelos respondentes, assim como foi admitido que o processo apresentou deficiências.

Quadro 35 – Avaliação dos técnicos consultores (R1, R2, R3 e R4)

	R - Técnicos consultores			Síntese dos comentários			
	Presencial	Virtual	Geral				
R1	5*	5	5	Houve divulgação dos relatórios em vários meios de comunicação. Um respondente sabia <i>dosite</i> apenas.			
R2	1-2*	5	5	Houve feedback no virtual. Dúvidas se a gestão municipal mencionou o aproveitamento das contribuições.			
R3	4*	5	4-5	Crítica a falta de informação, a divergência de opiniões e a prioridade aos interesses governamentais.			
R4	4-5*	5	5	Elogios ao o interesse e esforço da gestão municipal. O processo foi deficiente em alguns aspectos.			
	Legenda						
	Negativo	Int./Neg.	Intermediário	Int./Pos.	Positivo	Pos./Neg.	*Abstenção

*Os números representam o grau que obteve resposta predominante. O 'Geral' corresponde ao somatório das respostas dos métodos presencial e virtual. O 'Total' equivale ao aglomerado das respostas no quesito, para cada método.

Fonte – Elaborado por Tosin, 2021.

Em seguida, a avaliação dos técnicos municipais questionados sobre os itens R1, R2, R3 e R4 (Quadro 36). A avaliação da transparência (R1) atingiu mais respostas positivas na soma de respostas (93%), como também nas atividades presenciais (90%) e virtuais (100%).

Sobre a resposta ou *feedback* dos resultados obtidos com as atividades (R2), as respostas foram positivas na sua maioria (84%) e para os métodos presencial (85%) e virtual (80%).

O impacto das propostas no resultado final (R3) foi avaliado também positivamente para as atividades presenciais (85%), virtuais (90%) e na totalidade de respostas (86%).

A satisfação com o processo (R4) foi positiva, de forma geral (73%), assim como para ambos os métodos presencial (70%) e virtual (80%). Nos comentários foi criticado o excesso de burocracia e demandada a realização de mais reuniões ao longo do processo.

Quadro 36 – Avaliação dos técnicos municipais (R1, R2, R3 e R4)

	R - Técnicos municipais			Síntese dos comentários		
	Presencial	Virtual	Geral			
R1	4	4	4	-		
R2	4	4	4	-		
R3	4	4	4	-		
R4	5	4-5	5	Crítica ao excesso de burocracia. Demanda por mais reuniões ao longo do processo.		
	Legenda					
	Negativo	Int./Neg.	Intermediário	Int./Pos.	Positivo	Pos./Neg. *Abstenção

*Os números representam o grau que obteve resposta predominante. O 'Geral' corresponde ao somatório das respostas dos métodos presencial e virtual. O 'Total' equivale ao aglomerado das respostas no quesito, para cada método.

Fonte – Elaborado por Tosin, 2021.

A seguir, é demonstrada a sistematização das respostas do item R (Quadro 37).

Quadro 37 – Síntese das respostas do item R, por grupo

R - Representantes da sociedade civil						
	R1	R2	R3	R4	TOT.	Síntese dos comentários
Presencial	5	3	4	3-4	4	-
Virtual	2	1-2	1	1	1	
Geral	2	2-3	4	1-3-4	1-4	
R - Representantes de organizações e instituições sociais						
Presencial	2	1	2	1	2	-
Virtual	2	2	1-2	2-3	2	
Geral	2	1	2	1-2	2	
R - Técnicos consultores						
Presencial	5*	1-2*	4*	4-5*	5*	-
Virtual	5	5	5	5	5	
Geral	5	5	4-5	5	5	
R - Técnicos municipais						
Presencial	4	4	4	5	4	-
Virtual	4	4	4	4-5	4	
Geral	4	4	4	5	4	
Legenda						
Negativo	Int./Neg.	Intermediário	Int./Pos.	Positivo	Pos./Neg.	*Abstenção

*Os números representam o grau que obteve resposta predominante. O 'Geral' corresponde ao somatório das respostas dos métodos presencial e virtual. O 'Total' equivale ao aglomerado das respostas no quesito, para cada método.

Fonte – Elaborado por Tosin, 2021.

No item R, o total de respostas dos representantes da sociedade civil questionada variou conforme o método, estando dividida entre uma avaliação positiva das atividades presenciais e negativa das virtuais. Isso sugere que apesar da utilização de métodos virtuais para participação da sociedade, este público não está habituado e ainda não aproveita ao máximo as possibilidades que apresenta. A análise geral ficou entre positivo e negativo.

A avaliação geral do item R e dos métodos presenciais e virtuais foi negativa pelos representantes de organizações e instituições sociais que responderam ao questionário.

Já os técnicos consultores questionados consideraram positivo o item R, na sua maioria e nas atividades presenciais e virtuais.

Os técnicos municipais respondentes também avaliaram mais positivamente o item R no geral e em ambos os métodos.

5.4 O GRAU DE PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

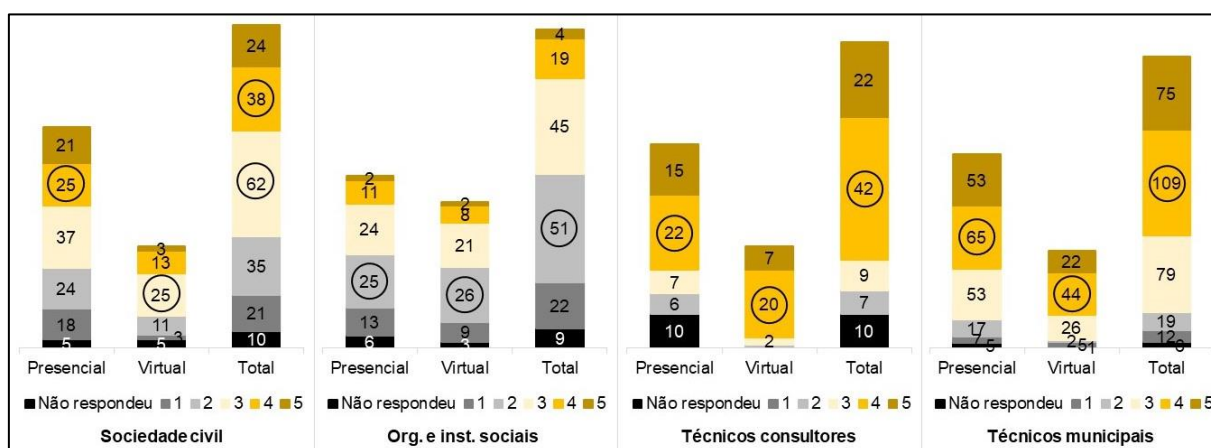
Esta parte possui como objetivo identificar o Grau de Participação Política alcançado pelo processo participativo da elaboração do PDOT, a partir da análise das principais atividades participativas e das percepções dos participantes. Como visto, a Escala de Participação Política formulada para esta pesquisa, foi baseada em Arnstein (1969), Souza (2018) e Gomes (2005), e possui cinco graus. Quanto maior o grau, maior o poder decisório da sociedade civil:

- **Imposição (1):** processos participativos em que o Estado não está aberto para o diálogo com a sociedade, as decisões são impostas e há uma indução para a aceitação dos participantes;
- **Informação (2):** processos participativos em que o Estado se torna mais transparente ao disponibilizar para a sociedade as informações que levaram as decisões tomadas;
- **Consulta (3):** processos participativos em que o Estado consulta a sociedade, mas sem garantir que suas opiniões serão consideradas na decisão final;
- **Parceria (4):** processos participativos em que o Estado compartilha a tomada de decisões com a sociedade civil, estabelecendo uma divisão igualitária de poderes;
- **Autogestão (5):** processos participativos em que a sociedade possui maior poder decisório, pode decidir mesmo sem anuência do Estado.

O grau foi estabelecido com a identificação da resposta predominante dos participantes, conforme explicitado no Capítulo 3. Há três categorias das respostas: negativa (soma das respostas 1 e 2), neutra (3) e positiva (soma das respostas 4 e 5). Quando a adição das respostas negativas ou positivas for superior a resposta neutra, o grau é aquele que concentra maior quantidade de respostas entre as duas opções negativas (1 ou 2) e positivas (4 ou 5). Verificados os graus obtidos para cada grupo de atores, foi determinado um grau para o processo participativo presencial e virtual, bem como para o processo participativo como um todo. Para auxiliar nesta definição, as percepções dos participantes foram comparadas entre si e com a análise documental, conteúdo a ser demonstrado a seguir, visto que o questionário foi aplicado mais de um ano após o término do processo e que a memória pessoal pode ter sido afetada.

No item RP, a síntese das respostas obtidas com cada grupo de participantes indicou os seguintes Graus de Participação Política (Gráfico 26): representantes da sociedade civil, método presencial grau 4 (Parceria) e virtual grau 3 (Consulta); representantes de organizações e instituições sociais, grau 2 (Informação) em ambos os métodos; técnicos consultores e municipais, grau 4 (Parceria) em ambos os métodos.

Gráfico 26 – Grau de Participação Política alcançado pelo item RP, por grupo



* O número representa a quantidade de respostas obtidas para cada opção.

Fonte – Elaborado por Tosin, 2021.

Houve consenso entre os participantes questionados sobre o domínio de determinados grupos sociais no processo (como de pessoas com renda alta, funcionários municipais, profissionais da construção civil, estudantes e pesquisadores) e a ausência de outros (como de jovens, idosos, pessoas com renda baixa, moradores da zona Rural e de áreas periféricas). Esta predominância também foi constatada na análise documental das principais atividades participativas realizadas. A representatividade de gênero foi a mais bem avaliada, e os documentos confirmaram uma participação praticamente paritária de homens e mulheres.

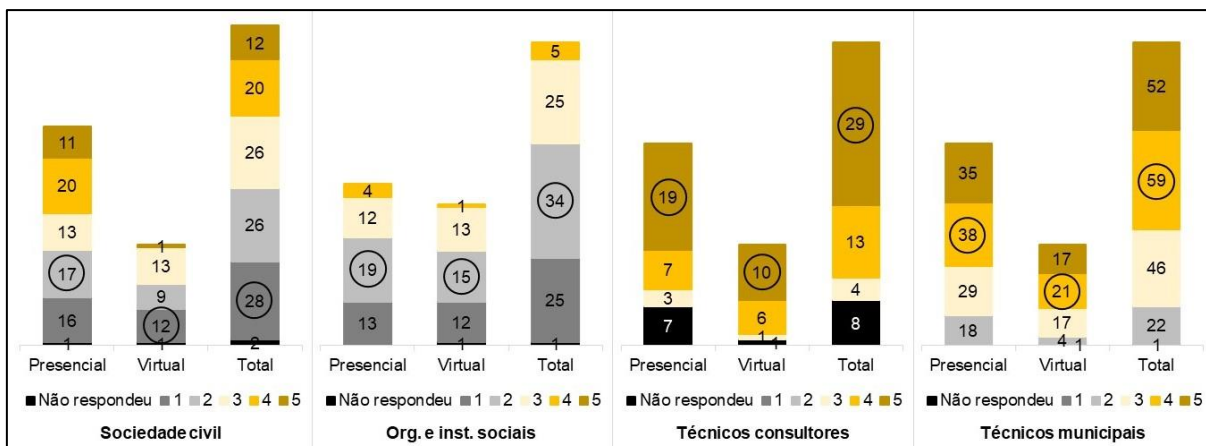
A diversidade do público das atividades presenciais foi o critério que obteve pior avaliação dos participantes, que criticaram o local e horário dos eventos. Conforme análise, as atividades participativas ocorreram em horário comercial e especialmente na zona Centro. Já as atividades virtuais alcançaram resultados inferiores na avaliação dos questionados em relação a variedade de renda dos participantes, o que coincide com o identificado na análise documental, sugerindo ser um reflexo da desigualdade no acesso às TIC.

A investigação das atividades apontou uma quantidade significativa de contribuições durante as atividades, entretanto o tempo para manifestação foi considerado insuficiente no presencial, pelos participantes questionados e na pesquisa documental, limite não identificado no virtual. Houve consenso na avaliação dos questionados sobre o predomínio de temas técnicos, que atingiu resultado, de forma geral, positivo. Já as demandas sociais foram bem avaliadas pelos técnicos, mas de forma intermediária pelos representantes de organizações e instituições sociais e da sociedade civil. Contudo, os respondentes concordaram que o debate das demandas sociais apresentou deficiências. Ressalta-se que a análise documental indicou que as demandas sociais predominaram nas principais atividades participativas. Já não houve consenso entre os respondentes nos assuntos relacionados ao mercado. Os técnicos avaliaram positivamente seu domínio, a população de forma intermediária e os representantes de organizações e instituições sociais negativamente. Esta avaliação foi semelhante nos conteúdos políticos, sendo negativa nas atividades presenciais por todos os grupos questionados, exceto pelos técnicos municipais.

Os principais obstáculos apontados pelos respondentes para a representatividade foi a divulgação das atividades e a transmissão de informações. A solução indicada foi a ampliação de canais virtuais para comunicação com a sociedade.

No item P, os resultados de cada grupo de participantes apontaram para os respectivos Graus de Participação Política (Gráfico 27): representantes da sociedade civil, método presencial grau 2 (Informação) e virtual grau 1 (Imposição); representantes de organizações e instituições sociais, grau 2 (Informação) em ambos os métodos; técnicos consultores, grau 5 (Autogestão), e técnicos municipais, grau 4 (Parceria), em ambos os métodos.

Gráfico 27 – Grau de Participação Política alcançado pelo item P, por grupo



* O número representa a quantidade de respostas obtidas para cada opção.

Fonte – Elaborado por Tosin, 2021.

A avaliação dos participantes questionados foi negativa, principalmente sobre a forma de divulgação das atividades, tanto presencial quanto virtual, como já sugeria o item anterior. Além de ser um dos motivos ou artifícios apontados para limitar a diversidade de participação, foi criticado o foco em um público específico e em algumas zonas do município. Como visto na análise documental, apesar da diversidade de meios utilizados, poucos moradores da zona Rural participaram e houve predominância de determinados grupos sociais nas atividades. Os respondentes consideraram que o tempo de divulgação prévia das atividades foi pouco. A análise das atividades indicou que o tempo de divulgação dos eventos diminuiu ao longo do processo. O conteúdo divulgado também foi considerado pelos questionados como insipiente e falho para entendimento da população que não possui familiaridade com o assunto, pelo tempo reduzido para estudo.

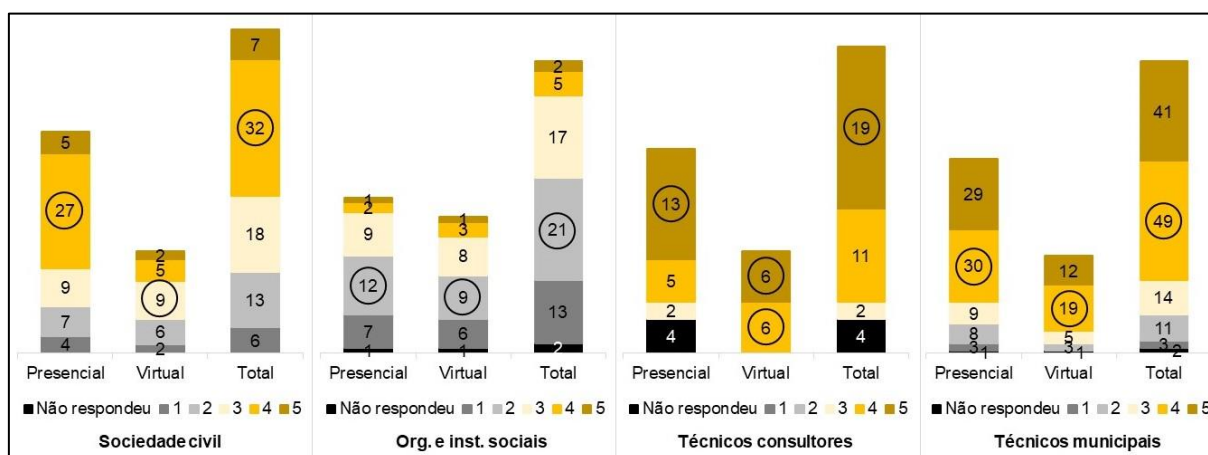
Foi possível identificar variações na análise dos respondentes entre os métodos presencial e virtual, que obteve uma pior avaliação. Isso pode ser justificado pelas atividades presenciais serem mais tradicionais e estarem mais consolidadas, e pela participação nas atividades virtuais ser prejudicada pelo acesso desigual às TIC. Nas atividades analisadas, no presencial foram disponibilizados todos os materiais necessários para contribuição. No virtual, a gestão municipal se esforçou para superar o obstáculo tecnológico, sem muito sucesso, visto a maior participação de alguns setores da sociedade.

Vale destacar que os representantes de organizações e instituições sociais questionados julgaram que não houve liberdade para manifestação. Foram testemunhados impedimentos de fala; pouco tempo para debate e para formulação

de propostas no presencial; a desconsideração, não divulgação e análise de contribuições enviadas presencialmente e virtualmente. Mencionaram a necessidade de intervenção de instâncias superiores (Ministério Público) para que os procedimentos mínimos exigidos fossem cumpridos pela gestão municipal. Apesar dos elogios dos técnicos consultores respondentes em relação aos procedimentos adotados, foi apontado o direcionamento do debate pelos técnicos nas atividades presenciais. Na análise documental das atividades, também foram constatadas ações que inibiram e induziram as propostas no presencial e virtual, assim como tempo insuficiente para as manifestações no presencial.

No item I, as respostas de cada grupo de participantes apontam para os Graus de Participação Política demonstrados a seguir (Gráfico 28): representantes da sociedade civil, método presencial grau 4 (Parceria) e virtual grau 3 (Consulta); representantes de organizações e instituições sociais, grau 2 (Informação) em ambos os métodos; técnicos consultores, método presencial grau 5 (Autogestão) e método virtual dividido entre grau 5 (Autogestão) e grau 4 (Parceria), e, por último, técnicos municipais, grau 4 (Parceria), em ambos os métodos.

Gráfico 28 – Grau de Participação Política alcançado pelo item I, por grupo



* O número representa a quantidade de respostas obtidas para cada opção.

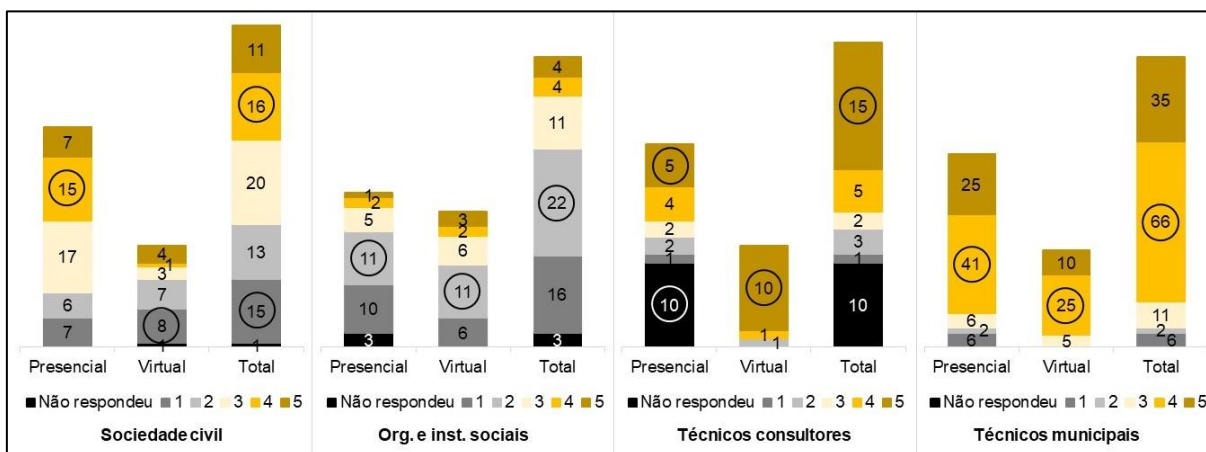
Fonte – Elaborado por Tosin, 2021.

Os participantes questionados consideraram diferente o desempenho dos métodos em relação a este quesito. O presencial obteve melhores resultados que o virtual, principalmente na avaliação da transmissão das informações. Isso fortalece os limites já apontados do ambiente virtual (ausência de intermediários e comunicação isolada, entre outros mencionados no Capítulo 2.2.2) que dificultam o entendimento e o nivelamento dos participantes.

De forma geral, a linguagem utilizada foi criticada pelos respondentes, no presencial e virtual, classificada como confusa, incompreensível e tendenciosa. Também mencionaram que não foram disponibilizadas informações suficientes ao público, assim como houve pouco tempo para compreensão das informações em ambos os métodos e debate no presencial. Em resumo, destacou-se a percepção de que faltou abertura para diálogo com a população por parte da gestão municipal. Na análise documental, a linguagem técnica nas atividades presenciais e virtuais, o debate em grupos separados e o tempo limitado para discussão e análise das informações no presencial, foram considerados limitantes ao entendimento do público.

No item R, a síntese dos resultados obtidos com cada grupo de participantes indicou os seguintes Graus de Participação Política (Gráfico 29): representantes da sociedade civil, método presencial grau 4 (Parceria) e virtual grau 1 (Imposição); representantes de organizações e instituições sociais, grau 2 (Informação) em ambos os métodos; técnicos consultores grau 5 (Autogestão) e técnicos municipais grau 4 (Parceria), em ambos os métodos.

Gráfico 29 – Grau de Participação Política alcançado pelo item R, por grupo



* O número representa a quantidade de respostas obtidas para cada opção.
Fonte – Elaborado por Tosin, 2021.

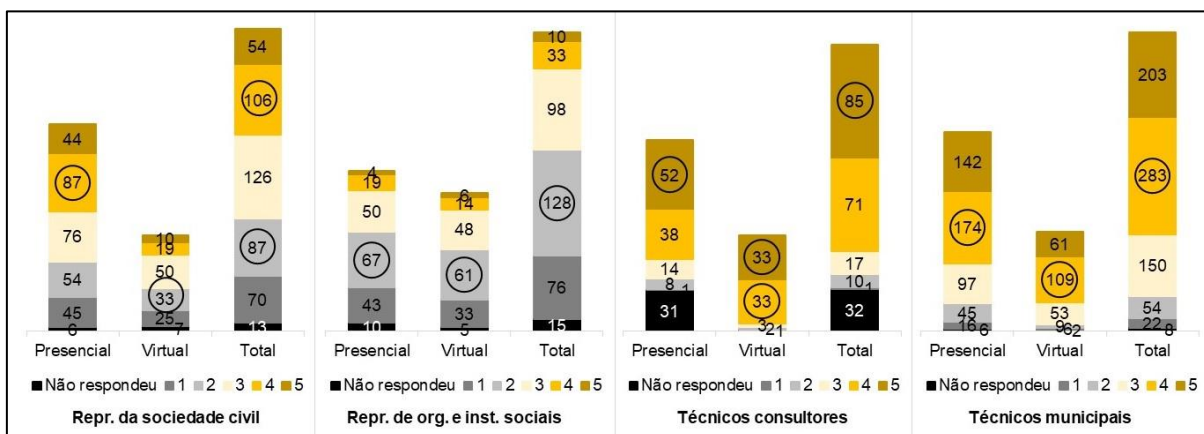
A avaliação dos questionados em relação ao método presencial foi, novamente, mais positiva que o virtual neste quesito. Apenas o *feedback* das atividades presenciais obteve mais respostas negativas que o das atividades virtuais. Porém, na análise documental foi identificado que o método virtual também enfrentou dificuldades na devolutiva das propostas para a população.

A transparência dos procedimentos nas atividades presenciais e virtuais foi criticada pelos participantes questionados, sobretudo pela divulgação de informações

não relevantes e de difícil entendimento. Em algumas atividades analisadas, de ambos os métodos, apenas uma síntese das contribuições foi publicada para a população, o que dificultou a identificação do aproveitamento das propostas. Mesmo que na análise documental tenha sido constatado o impacto das contribuições nos produtos desenvolvidos, os respondentes suspeitaram que as decisões foram tomadas conforme interesse de determinados grupos, especialmente dos técnicos municipais, e não pela maioria da sociedade.

O total de respostas por grupo de participantes, resultou em Graus de Participação Política para os métodos presencial e virtual, conforme demonstrado (Gráfico 30): representantes da sociedade civil, método presencial grau 4 (Parceria) e virtual grau 2 (Informação); representantes de organizações e instituições sociais, grau 2 (Informação) em ambos os métodos; técnicos consultores, método presencial grau 5 (Autogestão) e método virtual dividido entre grau 5 (Autogestão) e grau 4 (Parceria), e, por último, técnicos municipais, grau 4 (Parceria), em ambos os métodos.

Gráfico 30 – Grau de Participação Política por grupo



* O número representa a quantidade de respostas obtidas para cada opção.

Fonte – Elaborado por Tosin, 2021.

Em uma análise geral dos resultados obtidos com o questionário, é possível afirmar que os técnicos consultores e municipais ficaram satisfeitos com o processo participativo realizado. Ambos, mencionaram nos comentários que tinham consciência das deficiências do processo e que alguns aspectos poderiam ser melhores. Contudo, a participação obtida, em comparação com outros processos semelhantes, foi considerada satisfatória. Os consultores também ponderaram o esforço da gestão municipal para sua análise positiva.

Os representantes da sociedade civil e de organizações e instituições sociais, que responderam ao questionário, não ficaram tão satisfeitos com o processo participativo quanto os técnicos questionados. Ambos consideraram que as demandas sociais poderiam ter sido melhor exploradas, apesar de predominarem o debate em ambos os métodos. Os respondentes representantes de organizações e instituições sociais, que mais se envolveram ao longo do desenvolvimento do PDOT, foram os mais insatisfeitos. Estes questionados consideraram o processo tendencioso, excludente e sem refletir as demandas da maioria da população. Sua avaliação foi negativa sobre o predomínio dos assuntos relacionados ao mercado ao longo do processo – lembrando que a maior parte era relacionada ao setor imobiliário e da construção civil – talvez por suas demandas não terem sido atendidas tanto quanto desejavam⁹⁶.

A predominância de determinados grupos da sociedade civil nas atividades presenciais e virtuais, e o insuficiente debate das demandas sociais ao longo do processo foram uns dos principais aspectos analisados como negativos pelos respondentes no quesito Representação do processo participativo. Dos Procedimentos, a divulgação das atividades presenciais e virtuais foi alvo de críticas dos questionados, relativo ao alcance desigual nas zonas do município e público, ao breve tempo prévio e ao conteúdo inteligível. Também foram questionados pelos

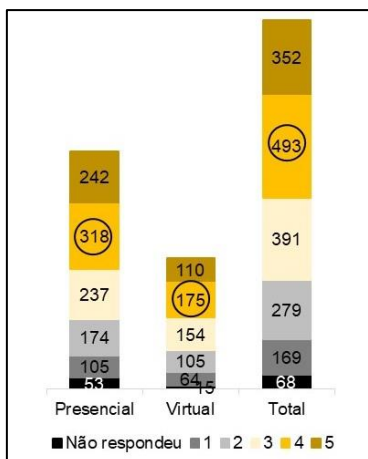
⁹⁶ Aproximadamente quatro meses após a primeira Audiência Pública, foi publicada, no sítio eletrônico da SEMPLAN, uma versão da minuta de projeto de lei do PDOT para consulta da sociedade e foi disponibilizado um *e-mail* para o envio de contribuições pelas entidades. Ao todo, foram encaminhadas 66 sugestões por 5 diferentes colaboradores: SEMDEC (Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo), SEMPLAN, Construtora Sucesso, SINDUSCOM e CAU. A maioria das contribuições foram realizadas por estes dois últimos. Encerrado o prazo, foi realizada uma análise pela equipe técnica municipal, técnicos consultores e representantes de organizações e instituições sociais vinculados ao setor da construção civil e imobiliário. Após duas semanas, foi publicado um relatório no sítio eletrônico da SEMPLAN com a síntese das sugestões e o parecer final. Dentre as contribuições, 24 foram acatadas, 22 foram negadas e 20 seriam levadas para a próxima audiência. Um ano depois, a nova versão da minuta de projeto de lei foi divulgada no sítio eletrônico da SEMPLAN, algumas semanas antes da realização da segunda e última Audiência Pública.

respondentes o tempo para manifestação e elaboração das propostas no presencial, e a inibição e indução do debate em ambos os métodos. As Informações prestadas foram apontadas pelos questionados como um limitante da participação no presencial e virtual, pela sua falta de conteúdo e clareza, por serem tendenciosas e irrelevantes, e pelo tempo insuficiente disponibilizado para compreensão. Já os Resultados foram considerados insatisfatórios pelos participantes questionados pela falta de transparência das propostas realizadas nas atividades presenciais e virtuais, e pela tomada de decisão final ser limitada aos interesses da gestão.

Identifica-se uma variação na análise dos métodos. As atividades presenciais, na sua maioria, atingiram melhores resultados que as atividades virtuais. O método presencial recebeu mais críticas sobre o horário e local das atividades, o tempo disponibilizado para contribuição e manifestação, a predominância de conteúdos políticos, e o *feedback* das propostas. O método virtual obteve pior avaliação na diversidade de renda dos participantes, na desigualdade de acesso às TIC – ferramentas necessárias para contribuição – e no quesito transmissão de informações.

Estes aspectos também refletiram nos Graus de Participação Política. A maior parte das respostas obtidas com os representantes da sociedade civil e técnicos consultores indicaram graus inferiores para o método virtual (2 e 4, respectivamente) em comparação ao presencial (4 e 5, simultaneamente). A soma total de respostas também demonstra essa diferença (Gráfico 31). O Grau de Participação Política 4 (Parceria) foi predominante em ambos os métodos. Contudo, no virtual a segunda maior quantidade de respostas foi o grau 3 (Consulta), enquanto no presencial foi o grau 5 (Autogestão).

Gráfico 31 - Grau de Participação Política do processo participativo



* O número representa a quantidade de respostas obtidas para cada opção.
 Fonte – Elaborado por Tosin, 2021.

Considerado o processo participativo realizado, a análise documental e as respostas dos participantes sobre os diferentes métodos realizados, pode-se afirmar que não é possível concluir que o Grau de Participação Política alcançado na elaboração do PDOT de Teresina/PI foi o grau 4 (Parceria), mesmo que a maior parte das respostas dos grupos sociais apontem isso. São dois os motivos principais: (1) pela variação da participação política identificada ao longo do processo, em relação às diferentes fases do trabalho e à determinados setores sociais; e (2) pela discrepância na visão entre os grupos sociais.

Referente ao processo participativo realizado, apesar do aumento das atividades com a sociedade civil do que o previsto inicialmente, constatou-se que na fase intermediária, de diagnóstico, o Grau de Participação Política pode até mesmo ter atingido a Parceria (4), mas na fase estratégica de pactuação final do PDOT, o grau alcançado chegou no máximo à Consulta (3), em alguns setores sociais.

Na fase de diagnóstico, a sociedade civil participou mais intensamente, muito pela diversidade de métodos utilizados (presencial e virtual) e pela variedade de formas para contribuição. As atividades voltadas a sociedade civil visavam uma construção coletiva e contaram com três vezes mais público que na fase final. Já na fase final estratégica, as formas de contribuição da sociedade civil foram menos variadas e o método das atividades se limitaram ao presencial, tendo como objetivo central a pactuação de propostas previamente elaboradas. Isso demonstra uma menor intenção de abertura para diálogo com este público nesta etapa final. De fato, predominaram as atividades técnicas e foi registrado um maior envolvimento de

representantes de organizações e instituições sociais vinculados à construção civil e ao setor imobiliário – que historicamente dominam os processos de elaboração de Planos Diretores.

Aparentemente, o desenho do processo participativo acabou por definir o Grau de Participação Política passível de ser alcançado, pela diminuição das oportunidades para participação da sociedade civil e favorecimento de determinados setores sociais conforme fase do trabalho. Apenas quatro atividades envolveram a população teresinense como um todo durante aproximadamente três anos de elaboração do PDOT, com métodos e objetivos centrais distintos para cada fase. Esse reduzido número de atividades com a sociedade civil e a instituição de grupos, como a CA, demonstra que a intenção dos técnicos era que os representantes de organizações e instituições sociais acompanhassem mais de perto o trabalho, enquanto a população participasse somente em determinados momentos. Entretanto, os setores imobiliário e da construção civil tiveram mais oportunidades de participar, tanto através dos grupos instituídos, quanto de forma isolada.

Estes fatos indicam que os participantes não possuíam oportunidades igualitárias de participação e que o poder decisório político variou conforme o grupo social envolvido. Entre os representantes da sociedade civil e das organizações e instituições sociais, este último possuiu mais oportunidades para decidir, principalmente dos setores relacionados com a produção urbana, alcançando um maior Grau de Participação Política. Dentre estes e os técnicos municipais, estes últimos detinham o poder de dar a palavra final. Já os técnicos consultores cumpriam o papel de orientar e assessorar a administração municipal, apesar de serem responsáveis pela produção dos produtos e desenvolvimento das atividades. Mas, novamente, este grupo estava subjugado às decisões tomadas pelos técnicos municipais.

Esta variação do poder decisório refletiu na discrepante percepção identificada entre os grupos sociais. Como foram responsáveis pelo desenho do processo realizado e pelas decisões tomadas, os técnicos tenderam a ver o processo de forma mais positiva. Já os representantes da sociedade civil e de organizações e instituições sociais, como se sentiram subjugados, desconsiderados e manipulados, apresentaram uma opinião mais negativa do processo participativo realizado no PDOT.

O constatado pelo estudo de caso analisado demonstra que o processo participativo na elaboração de Planos Diretores demanda aprimoramento. Recordar-se que isso foi reconhecido até mesmo pelos técnicos que consideraram o processo do PDOT satisfatório. Como a gestão municipal detém maior poder decisório nos processos participativos, os graus mais elevados de participação política, Parceria (4) e Autogestão (5), não são passíveis de alcance. Apenas parte da sociedade civil que consegue maior domínio dos processos participativos consegue atingir graus mais elevados de participação política, como o grau Consulta (3), enquanto o restante da sociedade fica limitado aos graus inferiores, como de Informação (2) e Imposição (1). Nas fases intermediárias, o Grau de Participação Política alcançado pela população tende a ser mais elevado, podendo até mesmo chegar a uma igualdade de poder decisório com a administração municipal, grau 4 (Parceria). Mas na fase final, a decisão técnica geralmente prevalece, o que faz diminuir o Grau de Participação Política para o grau Consulta (3), para baixo. Aparentemente os métodos participativos mais tradicionais, como o presencial, são utilizados quando se pretende limitar ou controlar a participação da sociedade. Desta forma, o uso de TIC ao longo de todo o processo participativo pode ajudar a manter o Grau de Participação Política elevado durante todas as fases de trabalho, por potencializar a participação da população, quando em conjunto ao método presencial.

Por fim, a análise deste processo participativo incita alguns desafios aos técnicos, e eles não são novidade. Como lidar com a influência de agentes dominantes nos processos participativos, sem que sejam favorecidos em detrimento aos demais setores da sociedade? Como estabelecer um diálogo com a sociedade, sem excluir as parcelas geralmente segregadas, visando um aproveitamento mais efetivo de suas contribuições? E o que parece ser o maior desafio de todos: como abrir mão de sua hegemonia na tomada de decisão, para assim ser possível atingir os mais altos Graus de Participação Política nos processos participativos? Sabe-se que há consequências deste ato, e que talvez, na realidade vivenciada, esta ação não traga os benefícios esperados. O estudo de caso demonstra que ainda é necessário analisar em quais condições seria possível equilibrar esta balança do poder na sociedade atual, para que não sejam mais dispendidos esforços para alterar os meios, sem modificar os fins.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa investigou o poder decisório da população, a partir da percepção de grupos sociais diante do uso conjunto de processos participativos presenciais e virtuais na elaboração de Planos Diretores. Foi utilizado como estudo de caso o município de Teresina/PI, por possuir características que são relevantes para esta pesquisa. Pela participação da autora com o estudo de caso, durante toda a construção desta pesquisa se buscou a imparcialidade diante dos resultados.

Da análise das ações da administração pública teresinense, emergem possibilidades para aproximação da esfera civil na política. Isto é o que se pretendeu demonstrar, afinal, com esta análise, que é possível aprender a partir de iniciativas locais, visando amenizar seus erros e potencializar seus acertos. Este exemplo se soma a outras ações que estão em prática no Brasil e podem ser seguidas, como é o caso do projeto Rede Nossas Cidades. A participação política a nível local se torna ainda mais relevante se considerarmos sua função educativa em relação à democracia, gerando indivíduos mais interessados e aptos a participar nos assuntos do Estado.

No Brasil, ampliaram-se os espaços para participação da sociedade na política a partir da instituição da Constituição Federal em 1988 e do Estatuto da Cidade em 2001. Principalmente durante os mandatos federais de Lula, multiplicaram conselhos, assembleias e comissões populares. Entretanto, na prática, poucos avanços foram observados no envolvimento da sociedade nas decisões políticas, o que enfatiza a falta de articulação do modelo participativo ao sistema representativo já praticado, mesmo que compartilhem de ideais. Isso sugere que novos caminhos devem ser traçados.

A gestão municipal de Teresina/PI possui uma história de ações que gradualmente ampliaram o diálogo com a sociedade, oferecendo mais oportunidades para sua manifestação e decisão na política. Esta maior abertura do Estado à opinião social é reflexo das críticas ao modelo hegemônico de democracia representativo – que restringe o envolvimento da sociedade em nome da estabilidade do sistema – e do surgimento de modelos de democracia participativos, a partir do final da década de 1960 – que resgataram a importância e os benefícios da participação política. Como visto, o envolvimento da sociedade nas decisões políticas é também fundamental para a sustentação da democracia, visto que há vantagens tanto para o Estado quanto para

a sociedade, como aprendizagem, melhores decisões, maior aceitação e probabilidade de implementação.

A administração pública de Teresina/PI envolve a sociedade na elaboração de seus Planos Diretores ainda antes da obrigatoriedade estipulada pelo Estatuto da Cidade. De 1969 até 1988, a participação se limitava à etapa de preparação. Após a exigência federal, as oportunidades para participação da sociedade se ampliaram e passaram a ocorrer ao longo de todo o processo de desenvolvimento do Plano Diretor. Desta forma, também aumenta o poder decisório da população, entretanto sem conseguir romper com a hierarquia de influência existente. Na história de Teresina/PI, os Planos Diretores do município direcionaram o crescimento e o desenvolvimento urbano, favorecendo determinadas zonas da cidade (Centro e Leste), que concentram a população de maior renda. Este foco em determinadas áreas em detrimento de outras menos favorecidas não é exclusivo ao caso de Teresina/PI.

Antes da democratização do Brasil, os Planos Diretores estavam desacreditados pela sociedade, por não refletirem suas necessidades, atenderem a interesses das burguesias e serem elaborados por técnicos. Com a instituição da Constituição Federal e do Estatuto da Cidade, que reforçaram a importância do Plano Diretor como instrumento para orientar o desenvolvimento e expansão urbana, muitos municípios elaboraram suas leis, aderindo ao estabelecido pela legislação federal e ampliando os espaços para participação política. No entanto, muitas gestões municipais não conseguiram implementar seus Planos Diretores e promover processos efetivamente participativos, envolvendo a população na tomada de decisão. Os principais motivos identificados foram: a arbitrariedade na exigência, a distância do discurso com a prática, a ausência na definição e na articulação dos métodos participativos, a falta de uma estrutura adequada da gestão municipal, o favorecimento de grupos sociais dominantes (em especial do mercado fundiário e imobiliário), e a predominância tecnocrática.

Apesar de não ter conseguido tornar o processo de elaboração dos Planos Diretores mais equilibrado entre as diferentes esferas da sociedade, o histórico das ações do poder público de Teresina/PI sugere que há o desejo de ampliar o diálogo com a população e o seu papel nas decisões políticas. Nos dois últimos mandatos da administração municipal (2013-2020) houve significativo investimento das TIC em diversos setores, inclusive para melhorar sua relação com a sociedade civil. Neste período ferramentas digitais foram lançadas em parcerias com o setor privado, através

de projetos apoiados pelo poder público, e principalmente, pelos órgãos internos municipais, enfatizando a capacidade própria da administração municipal para adesão digital nas ações governamentais. Esta atitude segue as mudanças nas ações políticas que ocorreram a partir da inserção das TIC na sociedade.

Inicialmente, o aproveitamento das TIC pelo estado abriu possibilidades para melhorar o diálogo com a sociedade. Os princípios que orientaram a revolução das Tecnologias de Informação e Comunicação na década de 1970 – a interconexão, a criação de comunidades virtuais e o aproveitamento da inteligência coletiva – anunciavam que a comunicação entre as esferas da sociedade poderia ser mais efetiva. Seus marcos fundamentais – a expansão da *internet* e a explosão da comunicação sem fio – já sugeriam que estas novas tecnologias iriam transformar a vivência humana, a ponto de hoje, após sua popularização, mediar todas as esferas da vida social, inclusive a política.

Com isso surge o modelo de democracia digital, que visava aproveitar as oportunidades das TIC – como agilidade na difusão das informações, maior interação e monitoramento – para ampliar a participação da sociedade na política, o que sugeria, a princípio, possuir ideais mais próximos ao modelo participativo. Contudo, a democracia digital acabou por reproduzir as mesmas práticas do modelo representativo, indicando que a comunicação mediada pelas TIC não leva automaticamente a uma melhor discussão pública. O histórico da evolução dos meios de comunicação demonstra que, a ampliação do diálogo entre Estado e sociedade não acompanhou o avanço tecnológico. Sendo assim, se fortalece a ideia de que a aproximação da esfera social nas decisões políticas não é uma questão de técnica, mas também social e cultural.

No Brasil, as primeiras propostas de governo eletrônico, durante o mandato FHC, tinham foco na melhoria da gestão do Estado, que foram reorientadas na gestão de Lula para o combate à exclusão digital, a disponibilização de serviços e a transparência. Apenas no governo Dilma as ações prioritárias estavam relacionadas com a melhora da comunicação com a sociedade e da participação política, ações estas prejudicadas pelo seu *impeachment* e interrompidas pela gestão antidemocrática do governo Bolsonaro. Há uma reprodução das práticas políticas no mundo virtual, o que aponta como principal inimigo à ampliação da participação política o atual regime político e econômico, e não a tecnologia.

Destaca-se que a partir dos anos 2000, surgiram dúvidas em relação as promessas das TIC para aproximar Estado e sociedade, pela qualidade da informação disponibilizada, por comprometer a liberdade e privacidade dos cidadãos, pela ausência de intermediários e exclusão digital. A desigualdade de acesso às TIC possui características sociais, raciais, sexuais, etárias e espaciais, e reforça as hierarquias sociais existentes. Esta situação é característica da realidade brasileira, assim como da capital piauiense.

Como visto, a ação da gestão municipal resultou em um território desigual, com áreas que concentram atividades econômicas de maior relevância e os investimentos públicos, e outras que possuem, de forma geral, inferiores índices sociais, menor disponibilidade de infraestrutura e que concentram os empreendimentos de HIS. Isto reflete nas oportunidades de acesso às TIC. Dados levantados sugerem que há uma parcela da população teresinense sem serviço de *internet* e computador no domicílio, principalmente pelo custo elevado destas tecnologias (IBGE, 2019).

Pode-se afirmar que as condições para participação política através das TIC são variáveis na sociedade, o que enfatiza o privilégio de algumas e a dificuldade de outras. Este cenário é agravado se considerarmos que, atualmente os sítios e portais eletrônicos oficiais são os principais meios de comunicação entre sociedade e Estado. Na última década, as redes sociais foram aos poucos se tornando protagonistas, atingindo seu auge a partir de 2020, com a pandemia do Covid-19.

Seguindo esta mesma tendência, em 2014, a administração municipal de Teresina/PI estabeleceu um canal de comunicação e colaboração cidadã através de um aplicativo para telefone móvel: o Colab.re. Apesar da preferência pelo desenvolvimento de sítios eletrônicos e de ferramentas digitais voltadas para divulgação de informações e prestação de serviços – que segue a prática usual de outras instâncias políticas – o investimento nesta única plataforma, assim como sua interface semelhante a uma rede social, ajudou na sua consolidação e popularização de uso pela sociedade. Teresina-PI atingiu altos índices de resolutividade e de engajamento da população através deste aplicativo, o que vai contra os dados nacionais de acesso ao governo eletrônico, que apontam para o pouco uso das plataformas digitais pelos cidadãos para envio de contribuições (CETIC.BR, 2020). Destaca-se que dados sugerem o aumento do uso da *internet* e do acesso hegemônico ao telefone móvel dos moradores de Teresina/PI nos últimos cinco anos (IBGE, 2019), o que também pode ter favorecido a disseminação desta plataforma.

A Prefeitura de Teresina/PI é um exemplo de municipalidade que está tentando romper com antigas práticas políticas, aproximando-se da população e apostando nas possibilidades advindas com as TIC, mesmo que as inerentes mudanças de administração pública ocasionem, muitas vezes, na sua descontinuidade, como ocorre também na esfera federal, conforme demonstrado. O processo participativo realizado na elaboração do PDOT, entre os anos de 2017 e 2019, é um exemplo disto. Este processo contou com atividades presenciais e virtuais que envolveram a população teresinense. Algumas características deste processo participativo contribuíram para o alcance da presença de centenas de pessoas nas atividades promovidas pela gestão municipal. A realização em turnos e dias diferentes, e a disponibilidade de diversas formas para contribuição – presencial, virtual, escrita, oral, desenho – foram as principais.

A análise deste estudo de caso apontou que houve diferenças na preferência pelos métodos, que tende a ser pelo presencial. As atividades presenciais eram mais propositivas, técnicas e envolviam os representantes de organizações e instituições sociais. Já as atividades virtuais eram mais voltadas à divulgação e tinham a sociedade civil como público alvo. Os respondentes do questionário elaborado para esta pesquisa, participaram mais das atividades presenciais e avaliaram melhor este método nos quatro itens de avaliação propostos: Representação, Procedimentos, Informação e Resultados. Esta diferença refletiu no Grau de Participação Política alcançado por cada método, que corresponde a um maior ou menor poder decisório da população. A avaliação do processo participativo presencial resultou em graus mais elevados, entre o grau 4 (Parceria) e o grau 5 (Autogestão), que sinaliza maior poder decisório da sociedade. Sobre o processo participativo virtual, a maioria das respostas apontaram graus inferiores, entre o grau 4 (Parceria) e o grau 3 (Consulta), em que não há garantia que a opinião social será considerada.

Porém, os participantes questionados (representantes da sociedade civil, de organizações e instituições sociais, técnicos consultores e municipais) demandaram um maior uso dos canais virtuais pela gestão municipal para amenizar as deficiências do processo participativo. Ambos os métodos foram alvo de críticas. Das atividades presenciais, foram mais questionados a diversidade de participantes, o local e horário dos eventos, o tempo disponibilizado para manifestação, o predomínio de assuntos políticos e o *feedback*. Das atividades virtuais os procedimentos – talvez por não estarem tão consolidados quanto os presenciais – e a diversidade de renda dos

participantes – reflexo da desigualdade de acesso às TIC, que apesar do esforço da administração municipal, ainda representou uma barreira à participação para alguns.

Recorda-se que não há um método participativo mais efetivo que o outro, pela falta de consenso em relação às características que devem ter e por ser difícil sua comparação. Os métodos presenciais são mais tradicionais e consolidados, mas possuem limitações que são inerentes ao seu formato. Já os métodos virtuais, apesar de parecerem superar as deficiências do presencial, possuem outras desvantagens que, hoje, há dificuldades em amenizar. Em pesquisa realizada foi identificado que, apesar da esfera social considerar positivo e desejar o uso das TIC para participação política, os gestores públicos não se sentem preparados para esta mudança (BUGS, 2019).

Sendo assim, importa o uso de ambos os métodos para que potencializem mutuamente suas qualidades e amenizem suas falhas. Para isso, a inserção dos canais digitais deve ser realizada considerando sua integração a um sistema comunicacional já existente, pois se isolado, há mais chances de que acabe por reproduzir suas deficiências. Complementa-se que é impossível a substituição do presencial pelo virtual, visto que a comunicação humana é necessária e insubstituível, mesmo que as ferramentas tecnológicas pareçam ter a solução para tudo.

Apesar de ter explorado diferentes métodos participativos e ter alcançado significativo envolvimento da sociedade, ao longo do processo de elaboração do PDOT de Teresina/PI foi possível identificar o domínio de alguns setores sociais. Participaram mais moradores das zonas urbanas mais desenvolvidas, pessoas adultas e com rendas superiores. Apenas em relação ao gênero, houve certo equilíbrio de participantes. Mesmo que as zonas mais desenvolvidas possuam maior densidade populacional e que predomine a faixa etária de jovens adultos no município (de 20 a 29 anos), a ínfima participação de moradores da zona Rural, idosos e jovens pode sugerir que a discussão dos Planos Diretores não conseguiu alcançar este público.

Os representantes de organizações e instituições sociais foram convidados a participar em mais atividades do que a sociedade civil. A instituição e envolvimento de diversos grupos compostos pelos representantes de organizações e instituições sociais, contribuiu para que acompanhassem de forma mais intensa o processo. Entretanto, o setor imobiliário e da construção civil estiveram mais presentes, tanto através dos grupos quanto individualmente, sobretudo na fase de decisão final. Isso dificultou a pactuação final da minuta do projeto de lei e demandou mais transparência

do processo, prolongando sua finalização por anos. A presença de técnicos municipais e de representantes do setor acadêmico também foi predominante, estes últimos com menor poder decisório.

Conforme já mencionado, esta é uma tendência da elaboração dos Planos Diretores, que mesmo após a aprovação do Estatuto da Cidade se mantém com características tecnocráticas e com maior influência dos agentes de produção do espaço urbano. A participação política parece ter aumentado apenas entre os setores sociais que já participavam do processo. Este predomínio de determinados setores da sociedade reflete nos conteúdos debatidos.

Os respondentes ao questionário desta pesquisa avaliaram positivamente os conteúdos técnicos debatidos, mas a discussão sobre as demandas sociais, apesar de dominarem as atividades participativas analisadas de ambos os métodos, foi considerada insuficiente, principalmente pelos representantes de organizações e instituições sociais e sociedade civil. Este último grupo de respondentes, cuja maioria eram representantes do setor imobiliário e da construção civil, considerou negativo o debate dos assuntos relacionados ao mercado, talvez por suas demandas não terem sido acatadas como desejavam. Todos os grupos de participantes questionados, exceto os técnicos municipais, criticaram o domínio de assuntos políticos nas atividades presenciais.

Conforme Villaça (2005), os temas dos Planos Diretores podem ser resumidos a dois tipos: aqueles relacionados à gestão municipal e aquilo que cabe ao setor privado cumprir. Por isso a predominância dos setores econômicos no debate. Esta maior influência do setor privado no Estado, intensificado na última década com a evolução tecnológica, resulta em uma maior insatisfação de diferentes setores da sociedade em relação às ações governamentais, o que enfatiza a necessidade da emancipação do Estado ao setor privado.

Este descontentamento também foi identificado em relação ao processo participativo realizado na elaboração do PDOT de Teresina/PI. Os resultados obtidos com o questionário demonstraram que os representantes das organizações e instituições sociais, seguido pelos representantes da sociedade civil, foram os grupos mais insatisfeitos. A divulgação e a transmissão de informações foram os aspectos mais criticados pelos questionados.

Sobre a divulgação, os respondentes do questionário informaram que houve foco em determinado público e locais da cidade, que o tempo prévio para divulgação

das atividades foi insuficiente e que não havia qualidade no conteúdo publicado. Recorda-se que o método virtual foi mais utilizado para divulgação e foi o pior avaliado no quesito Procedimentos. Como a comunicação é isolada neste meio, há, geralmente, uma maior dificuldade no entendimento. Em relação a transmissão das informações, além das críticas relacionadas ao uso de linguagem técnica, falta de clareza e de tempo para entendimento, os participantes sugeriram que foram utilizadas para persuadir a discussão.

De forma geral, o processo foi considerado tendencioso pelos participantes questionados. Foi mencionado o direcionamento do debate pelos técnicos, a inibição da discussão, a falta de transparência e de consideração das contribuições nas decisões tomadas em ambos os métodos. Sabe-se que a maior parte dos processos participativos não cumprem com todas as etapas que deveriam para ser efetivamente participativo, sendo mais deficitário o processo que sucede a contribuição, de compilação, aproveitamento e *feedback* à população.

Também foi identificada uma variação de poder decisório entre os grupos participantes, estando os técnicos municipais e os representantes da sociedade civil com maior e menor concentração, respectivamente. Entre os representantes de organizações e instituições sociais, os setores relacionados à produção urbana detiveram maior poder decisório. Da mesma forma, outros autores constataram que são alcançados diferentes níveis de participação política nos processos realizados pelo Estado – que condizem com o quanto a sociedade se envolve na tomada de decisão – o que acaba por refletir no modelo democrático praticado (ARNSTEIN, 1969; SOUZA, 2018; GOMES, 2005a). Como a democracia é hegemonicamente representativa, não surpreende que a sociedade civil possua o menor poder decisório entre os grupos, neste caso de Teresina/PI.

Como visto, estes fatores acabam por tornar as ações do Estado questionáveis pela esfera civil, como aconteceu no processo de Teresina/PI analisado. Entretanto, os resultados desta pesquisa apontam que os demais participantes questionados, compostos pelos técnicos consultores e municipais, ficaram satisfeitos com o processo participativo. Apesar das dificuldades e deficiências apontadas, acreditam que o processo realizado foi positivo, de forma geral, em comparação com outros realizados e visto o esforço da gestão municipal.

Essa discrepância na satisfação entre os diferentes grupos sociais demonstra, por um lado, que há esforço dos técnicos para mudar os processos participativos

promovidos pelo Estado, de forma a aproximar a esfera social nas decisões políticas, mas sem realmente abrir mão do seu poder decisório. Por outro lado, a sociedade não considera que estas mudanças tenham ocasionado em uma maior abertura do Estado para diálogo, visto que permanece se sentindo manipulada e excluída das decisões políticas. Esse sentimento também é compartilhado pelos setores sociais que possuíram mais oportunidades para participação e que dominaram o processo participativo.

A análise deste estudo de caso constatou que é preciso não apenas alterar os meios, mas também os fins. Mesmo que a síntese final das respostas dos questionários tenha indicado que o processo participativo atingiu o Grau de Participação Política Parceria (4), a análise documental e a insatisfação constatada dos representantes da sociedade civil e de instituições e organizações sociais aponta que o grau máximo atingido foi o da Consulta (3).

Os resultados sugerem que foi o próprio desenho do processo que determinou o Grau de Participação Política passível de ser alcançado, tanto entre as fases, quanto entre os grupos sociais. Destaca-se que muitas das deficiências identificadas no caso analisado estão relacionadas com as orientações que compõem a resolução 25 do Conselho das Cidades, que visavam qualificar os processos participativos, como: garantir a participação da sociedade na tomada de decisão em todas as etapas; estabelecer ampla comunicação pública em linguagem acessível; divulgar com antecedência mínima de 15 dias o local e cronograma das reuniões, assim como estudos e propostas relacionados; publicar os resultados dos debates e as propostas; e garantir diversidade do público realizando debates por segmentos sociais, temas e divisões territoriais, alterando os locais de discussão.

No caso de Teresina, na fase intermediária houve maior abertura para diálogo com a população que na fase final, muito pela escolha dos métodos participativos. Enquanto na fase intermediária a intenção era a construção coletiva de propostas, foram explorados diversos métodos e formas de contribuição para obter maior envolvimento da sociedade. Já na fase final, o objetivo central era a pactuação de propostas pré-estabelecidas. Assim, os métodos e formas para contribuição utilizados foram menos diversificados, o que diminuiu e limitou a participação da população. O processo visava desde o início o maior envolvimento de representantes de organizações e instituições sociais, visto a instituição de grupos para acompanhamento e o baixo número de atividades com a população. Isso pode ter

facilitado a dominação dos setores sociais relacionados com a produção urbana ao final do processo, pois em resposta a pressão exercida, foram ampliadas suas oportunidades de participação.

Desta forma, o estudo de caso sinaliza que para alcançar os mais elevados Graus de Participação Política é imprescindível que o poder decisório, no mínimo, seja igual entre todos os grupos sociais envolvidos e durante todo o processo participativo. O caso de Teresina/PI aponta que os maiores Graus de Participação Política são registrados na fase intermediária do desenvolvimento de Planos Diretores, e por apenas alguns setores sociais que conseguem dominar o processo participativo, geralmente relacionados com a produção urbana, alcançando no máximo o grau da Consulta (3). Outros estudos corroboram que as ações do Estado apenas atingem os primeiros graus de participação política, alcançando no máximo a consulta e possuindo um maior caráter informativo (SILVA, 2005, 2009; TOSIN, CAMPOS, 2020).

Para aprimorar os processos participativos, não basta ampliar as oportunidades de participação da sociedade, utilizando de métodos presenciais e virtuais, e aproveitando de toda a gama de ferramentas disponíveis. É também fundamental que seja estabelecido um diálogo mais paritário entre diferentes e que as contribuições de todos sejam igualmente consideradas na tomada de decisão final. Esses são os principais desafios a serem superados pelos técnicos, no qual a autora desta pesquisa se inclui. A experiência em consultoria comprova que há dificuldade dos técnicos em abrir mão de sua hegemonia na tomada de decisão final, assim como em lidar com os agentes dominantes, sem favorecer ou desmerecer seus interesses legítimos, e em aproveitar as contribuições recebidas pela sociedade civil, dando o seu devido valor na tomada de decisão final. Diante destas dificuldades é preciso levar em consideração que o Estatuto da Cidade, apesar de estar completando duas décadas, é uma legislação de implementação recente no âmbito do planejamento urbano, e que também é novidade para muitos municípios brasileiros a existência de espaços para participação da sociedade na política. É necessário de tempo para que os diferentes segmentos da sociedade se apropriem efetivamente destas mudanças.

Destaca-se que também é fundamental buscar alternativas diante das práticas antidemocráticas vivenciadas no país atualmente, na qual políticos cada vez mais apelam para a ascensão de sentimentos negativos, com manipulações e *fakenews*, de forma a aumentar o engajamento público. A comunicação isolada estabelecida, reforçada pelo uso massivo de ferramentas digitais, fez com que cada um produzisse,

consciente e inconscientemente, uma bolha em torno de si, que enfatiza polaridades, reforça desigualdades e dificulta que haja um mínimo de diálogo entre diferentes. Uma sociedade individualista não é compatível com o tema central desta pesquisa. A participação política requer coletividade, assim como o mínimo de igualdade, mesmo em um mundo capitalista que produz e reproduz desigualdades.

O que fazer neste cenário social, econômico e político vivenciado em relação a participação política? Não há uma fórmula pronta. Experiências práticas realizadas por esta autora afirmam que aquilo que serve a um caso, pode não funcionar em outro. A participação política possui variáveis dificilmente controláveis e são diversos seus obstáculos, relacionados tanto com as técnicas, quanto com os atores sociais e políticos envolvidos. O estudo de processos participativos realizados, como este caso de Teresina/PI, pode apontar quais os melhores caminhos a serem percorridos e em quais condições seria possível equilibrar esta balança do poder na sociedade atual. Aprofundar análises de como o uso das TIC, em conjunto com métodos participativos já estabelecidos, podem ajudar a ampliar o poder decisório da sociedade na política é necessário. Imprescindível lembrar que quem dá sentido às técnicas são os seres humanos e que este sentido seja a favor de uma sociedade mais atuante e com maior poder na política.

REFERÊNCIAS

ABELSON, J., et al. Deliberations about deliberative methods: issues in the design and evaluation of public participation processes. **Social science & medicine**, v. 57, n. 2, p. 239-251, 2003.

ANATEL. **Dados**. Brasília: Agência Nacional de Telecomunicações, 2020. Disponível em: <<https://www.gov.br/anatel/pt-br/dados>>. Acesso em: 25 jul. 2020.

ARNSTEIN, S. R. A Ladder Of Citizen Participation. **Journal of the American Planning Association**, v. 35, n. 4, p. 216-224, 1969. DOI 10.1080/01944363.2018.1559388. Disponível em: <<https://doi.org/10.1080/01944363.2018.1559388>>. Acesso em: 14 jul. 2020.

BENEVOLO, L. **História da cidade**. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 2012.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. 11. ed. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 1999.

BRASIL. Decreto nº 3.294, de 15 de dezembro de 1999. **Institui o Programa Sociedade da Informação e dá outras providências**. 1999b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3294.htm>. Acesso em: 12 set. 2020.

BRASIL. Decreto Presidencial de 3 de abril de 2000. **Institui Grupo de Trabalho Interministerial para examinar e propor políticas, diretrizes e normas relacionadas com as novas formas eletrônicas de interação**. 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/dnn/2000/dnn8917.htm>. Acesso em: 15 set. 2020.

BRASIL. Decreto Presidencial de 18 de outubro de 2000. **Cria, no âmbito do Conselho de Governo, o Comitê Executivo do Governo Eletrônico, e dá outras providências**. 2000b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/dnn/dnn9067.htm>. Acesso em: 15 set. 2020.

BRASIL. **Estatuto da Cidade**. Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001. 2001. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10257.htm>. Acesso em: 8 set. 2020.

BRASIL. **Lei da Responsabilidade Fiscal**. Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. 2000c. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm>. Acesso em: 19 set. 2020.

BRASIL. **Marco civil da internet**. Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014. 2014. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l12965.htm>. Acesso em: 25 set. 2020.

BRASIL. **Resolução nº 25, de 18 de março de 2005**. 2005. Disponível em: <<http://planodiretor.mprs.mp.br/arquivos/resolucao025.pdf>>. Acesso em: 1 dez. 2021.

BRAZ E SILVA, A. M. N. **Entre rios: a modernização e o crescimento da cidade de Teresina, Piauí, Brasil (1889-1940)**. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011.

BUGS, G. **Tecnologias da Informação e Comunicação, Sistemas de Informação Geográfica e a Participação Pública no Planejamento Urbano**. Canoas: Ed. ULBRA, 2019.

CAMPOS, L. F. G. M. **Da unha de gato ao florescer do caneleiro – análise do processo de elaboração da Agenda 21 local: Teresina Agenda 2015 – Plano de Desenvolvimento Sustentável**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Núcleo de Referência em Ciências Ambientais do Trópico Ecotonal do Nordeste, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2011.

CASTELLS, M. **A Sociedade em Rede**. 19. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2018.

CETIC.BR. **Microdados Pesquisas TIC**. São Paulo: Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação, 2020. Disponível em: <<https://www.cetic.br/pt/microdados/>>. Acesso em: 30 jul. 2020.

DAMÁSIO, C. P. (org.). **Leitura comunitária**. Porto Alegre, 2017. 80 p.

DAMÁSIO, C. P. (org.). **Plano de trabalho**. Porto Alegre, 2017b. 31 p.

DEMOCRACIA em vertigem. Direção: Petra Costa. Produção: Joanna Natasegara; Shane Boris; Tiago Pavan. Documentário original Netflix. Nova York: My Accomplice, Aryan Films, 2019. 1 vídeo (121 min.). Disponível em: <<https://www.netflix.com/br/title/80190535>>. Acesso em: 10 jun. 2020.

DIEESE. **Balanço das greves**. São Paulo: Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos, 2020. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/sitio/buscaDirigida?comboBuscaDirigida=TIPO%7C1352135159121>>. Acesso em: 15 jul. 2020.

EMPOLI, G. **Os engenheiros do caos**. 1. ed. São Paulo: Vestígio, 2020.

FAÇANHA, A. C. A evolução urbana de Teresina: passado, presente e ... **Carata CEPRO**, Teresina, v. 22, n. 1, p. 59-69, jan./jun. 2003.

FILHO, F. **Plano de Governo 2013/2016**. Teresina: 2012.

FILHO, F. **Plano de Governo 2017-2020**. Teresina: 2016.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

GOMES, W. A democracia digital e o problema da participação civil na decisão política. **Revista Fronteiras** - estudos midiáticos, São Leopoldo, v. 7, n. 3, p. 214-222, set/dez. 2005.

GOMES, W. *Internet* e participação política em sociedades democráticas. **Revista FAMECOS**, Porto Alegre, v. 2, n. 27, p. 58-78, ago. 2005b. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/3323/2581>>. Acesso em: 8 jul. 2020.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna**. 17. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

HELD, D. **Modelos de democracia**. Belo Horizonte: Paidéia, 1987.

HORELLI, L. A methodology of participatory planning. In: BECHTEL, R. B.; CHURCHMAN, A. (Ed.). **Handbook of environmental psychology**. John Wiley & Sons, p. 607-628, 2002.

IBGE. **Áreas urbanizadas 2015**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2015. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/geociencias/cartas-e-mapas/redes-geograficas/15789-areas-urbanizadas.html?=&t=downloads>>. Acesso em: 9 fev. 2020.

IBGE. **Cidades@**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2017. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 11 fev. 2020.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Anual – PNADC/A**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2019. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pnadca/tabelas>>. Acesso em: 5 mar. 2020.

IBGE. **Sinopse por setores**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2010. Disponível em: <<https://censo2010.ibge.gov.br/sinopseporsetores/>>. Acesso em: 11 fev. 2020.

INEP. **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – Resultados e metas**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2020. Disponível em: <<http://ideb.inep.gov.br/resultado/resultado/resultadoBrasil.seam?cid=14092671>>. Acesso em: 20 fev. 2020.

INNES, J. E.; BOOHER, D. E. Reframing Public Participation: Strategies for the 21st Century. **Planning Theory & Practice**, v. 5, n. 4, p. 419-436, dez. 2004. Disponível em: <<https://escholarship.org/content/qt4gr9b2v5/qt4gr9b2v5.pdf>>. Acesso em: 13 jul. 2020.

JUNIOR, O. A. S.; MONTANDON, D. T. (orgs.). **Os planos diretores municipais pós-estatuto da cidade: balanço crítico e perspectivas**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2011.

LEME, M. C. S. **Urbanismo no Brasil 1895-1965**. Salvador: EDUFBA, 2005.

LÉVY, P. **As tecnologias da inteligência**. 1. ed. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1993.

LÉVY, P. **Cibercultura**. 1. ed. São Paulo: Ed. 34, 1999.

LÉVY, P. **O que é o virtual?** 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2011.

MAIA, R. C. M.; GOMES, W.; MARQUES, F. P. J. A. **Internet e participação política no Brasil**. 1. ed. PortoAlegre: Sulina, 2017.

MARICATO, E. **O impasse da política urbana no Brasil**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

MARTINS, G. de A.; THEOPHILO, C. R. **Metodologia da Investigação Científica para Ciências Sociais Aplicadas**. São Paulo: Editora Atlas, 2007.

MEIRELLES, F. S. **Uso da TI Tecnologia de Informação nas Empresas: pesquisa anual do FGVcia - 31a edição**. São Paulo: FGV/EASP, 2020.

MOROSOV, E. **Big Tech: a ascensão dos dados e a morte da política.** São Paulo: Ubu Editora, 2018.

PATEMAN, C. **Participação e teoria democrática.** 1. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

PNUD, FJP, IPEA. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil.** Brasília: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Fundação João Pinheiro, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2017. Disponível em: <<http://www.atlasbrasil.org.br/2013/>>. Acesso em: 11 fev. 2020.

PRADO, O. **Governo eletrônico, reforma do Estado e transparência: o programa de governo eletrônico do Brasil.** 2009. Tese (Doutorado em Administração Pública e Governo) – Escola de Administração e Empresas, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2009.

PREFEITURA disponibiliza mais de 400 serviços online para os teresinenses. Prefeitura Municipal de Teresina, Teresina, 17 set. 2020. Disponível em: <<https://pmt.pi.gov.br/2020/09/17/prefeitura-disponibiliza-mais-de-400-servicos-online-para-os-teresinenses/>>. Acesso em: 25 abr. 2021.

PRIVACIDADE hackeada. Direção: Karim Amer, Jehane Noujaim. Produção: Judy Korin, Pedro Kos, Geralyn White Dreyfous, Karim Amer. Documentário original Netflix. Nova York: My Accomplice, Aryan Films, 2019. 1 vídeo (179 min.). Disponível em: <<https://www.netflix.com/br/title/80117542>>. Acesso em: 22 out. 2019.

REIS, S. R. G. Desenho de uma política de governo digital com base no paradigma de governo aberto: uma proposta a partir do modelo de integração de agendas. **Planejamento e políticas públicas**, n. 51, p. 395-440, jul/dez. 2018.

RODRIGUES, R. S. FILHO, F. A. V. Projeções da expansão urbana propostas pelos planos urbanos de Teresina-PI. **Estudos Geográficos**, Rio Claro, v. 13, n. 1, p. 53-77, jan./jun. 2015.

ROWE, G. FREWER, L. J. Public Participation Methods: A Framework for Evaluation. **Science, Technology & Human Values**, v. 25, n. 1, p. 3-29, 2000.

SANTOS, B. S. (org.). **Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa.** 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SANTOS, M. **Técnica espaço tempo**: Globalização e meio técnico-científico informacional. 5. ed. São Paulo: EDUSP, 2013.

SEMPPLAN. **Plano Diretor de Teresina – PDOT 2020**. Teresina: Secretaria Municipal de Planejamento, 2020. Disponível em: <<https://semplan.pmt.pi.gov.br/teresina-pdot/>>. Acesso em: 12 dez. 2020.

SILVA, S. P. **Estado, democracia e Internet**: requisitos democráticos e dimensões analíticas para a interface digital do Estado. 2009. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura Contemporâneas) – Faculdade de Comunicação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.

SILVA, S. P. Graus de participação democrática no uso da *Internet* pelos governos das capitais brasileiras. **Opinião Pública**, Campinas, v. 11, n. 2, p. 450-468, out. 2005.

SLAVIERO, C. et al. Métodos de participação e Tecnologias de Informação e Comunicação: transformando participação em eParticipação. In. **Simpósio Brasileiro de Sistemas de Informação**, 8., 2012, São Paulo. Anais, São Paulo: SBC, 2012, p. 17-24.

SOUZA, M. L. **Mudar a cidade**: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos. 12. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2018.

TERESINA. Decreto nº 18.713, de 25 de junho de 2019. **Altera dispositivos do Decreto nº 17.797, de 24 de maio de 2018, referente à homologação dos nomes dos Delegados para discutirem sobre a minuta do Projeto de Lei de Revisão do Plano Diretor, denominado “Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Município de Teresina – PDOT”, e dá outras providências**. 2019. Disponível em: <<https://dom.pmt.pi.gov.br/admin/upload/DOM2633-22102019-ASSINADO.pdf>>. Acesso em: 18 abr. 2021.

TERESINA. Lei Complementar nº 5.841, de 20 de dezembro de 2019. **Dispõe sobre o Plano Diretor de Teresina, denominado “Plano Diretor de Ordenamento Territorial - PDOT”, e dá outras providências**. 2019b. Disponível em: <<https://dom.pmt.pi.gov.br/admin/upload/DOM2677-27122019-ASSINADO.pdf>>. Acesso em: 15 set. 2020.

TERESINA lidera ranking das cidades com maior engajamento da população no Colab. Prefeitura Municipal de Teresina, Teresina, 15 jun. 2020. Disponível em:

<<https://pmt.pi.gov.br/2020/06/15/teresina-lidera-ranking-das-cidades-com-maior-engajamento-da-populacao-no-colab/>>. Acesso em: 30 abr. 2021.

TERESINA. Processo administrativo nº 042-1837/2016. **Concorrência nº 002/2016 - SEMPLAN – tipo técnica e preço.** 2016. Disponível em: <<http://transparencia.teresina.pi.gov.br/licitacoes>>. Acesso em: 16 nov. 2020.

TOSIN, M. C. CAMPOS, H. A. A participação política e as TIC no município de Porto Alegre, Brasil. **VIRUS**, São Carlos, n. 21, Semestre 2, dezembro, 2020. [online]. Disponível em: <http://www.nomads.usp.br/virus/_virus21/?sec=4&item=10&lang=pt>. Acesso em: 17 dez. 2020.


VILLAÇA, F. **As ilusões do Plano Diretor.** 1. ed. São Paulo: Edição do autor, 2005.

VILLAÇA, F. Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil. In DEÁK, C.; SHIFFER, S. R. (Org.) **O processo de urbanização no Brasil.** São Paulo: Edusp, 1999, p. 169-243.

WHATSAPP confirma envio de mensagens em massa nas eleições. Veja, São Paulo, 8 out. 2019. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/brasil/whatsapp-confirma-envio-de-mensagens-em-massa-nas-eleicoes/>>. Acesso em: 5 nov. 2019.

WOLTON, D. **Internet, e depois?** Uma teoria crítica das novas mídias. 3. ed. Porto Alegre: Sulina, 2012.

APÊNDICE A – CONVITE E QUESTIONÁRIO APLICADO (AVALIAÇÃO DAS ATIVIDADES PRESENCIAIS E VIRTUAIS)

 Pesquisa PROPUR-UFRGS <pesq.ufrgs.pdotthe@gmail.com> para Cco.mim ▾ ter., 26 de jan. 16:09 ☆ ↶ ⋮

Como você avalia a revisão do Plano Diretor (PDOT) de Teresina/PI, em relação a participação da sociedade durante o processo?

Esta é a pergunta que será respondida com a presente **pesquisa** desenvolvida no programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional (PROPUR) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Você que participou do processo de revisão do Plano Diretor (PDOT) de Teresina/PI (2017-2019) está **convidado** a contribuir **respondendo ao questionário disponível no link abaixo**.

https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSe8WiOm1ju50SxMWkAv7shqMuk-24wxjBLpRUwN_qKEPw/viewform?usp=sf_link

Ao responder o questionário, você estará contribuindo com a **ampliação e fortalecimento da participação da sociedade** na construção de sua cidade.

Se você já contribuiu com a pesquisa, desconsidere este e-mail.

Compartilhe com outras pessoas que também participaram do processo!
Quanto mais respostas, **melhor será a avaliação realizada.**

Para mais informações, entre em contato com as pesquisadoras Manoela Cagliari Tosin e Heleniza Ávila Campos através dos seguintes e-mails:
manoela.cagliari@gmail.com
heleniza.campos@gmail.com

Atenciosamente
Grupo de Pesquisa PROPUR/UFRGS

Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional
Faculdade de Arquitetura
Rua Sarmento Leite, 320 - 5º andar
90.050-170 - Porto Alegre - Brasil



AVALIAÇÃO DO PROCESSO PARTICIPATIVO NA REVISÃO DO PLANO DIRETOR (PDOT) DE TERESINA/PI (2017-2019)

INFORMAÇÕES GERAIS:

-  **OBJETIVO DO QUESTIONÁRIO**
Identificar as percepções de diferentes grupos sobre o **processo participativo** realizado durante a **revisão do Plano Diretor (PDOT) de Teresina/PI (2017-2019)**.
-  **PÚBLICO ALVO**
Pessoas que participaram do processo tanto **presencialmente** - através dos fóruns, audiências públicas, entre outros - quanto **virtualmente** - através do site da Prefeitura Municipal, Colab.re, entre outros.
-  **TEMPO PREVISTO PARA RESPOSTA**
Aproximadamente **10 minutos**.
-  **ATENÇÃO**
As informações disponibilizadas serão **anônimas** e é garantida a **privacidade** do participante. Os **riscos para os participantes** são mínimos, como **dificuldade, desconforto e/ou cansaço** ao responder as perguntas. A qualquer momento é possível **interromper o questionário** e as respostas não serão registradas.
-  **BENEFÍCIOS**
As informações obtidas **contribuirão** com os estudos que tratam sobre a **participação da sociedade** nas decisões políticas sobre a sua cidade. Mais diretamente contribuirá com a **pesquisa de mestrado** realizada pela pesquisadora Manoela Cagliari Tosin, orientada pela **Profª. Drª. Heleniza Ávila Campos**, que investiga a relação entre processos participativos presenciais e virtuais na elaboração de Planos Diretores municipais. Para mais informações sobre a pesquisa realizada, entre em contato através dos seguintes e-mails: manoela.cagliari@gmail.com - heleniza.campos@gmail.com

Antes de iniciar as perguntas, gostaria de explicar O QUE É UM PROCESSO PARTICIPATIVO:




PROCESSO PARTICIPATIVO é um conjunto de atividades realizadas para a **prática da cidadania**, na qual a **sociedade** tem o poder de expressar sua **opinião** e **decidir** sobre determinado assunto relacionado ao **planejamento e gestão da sua cidade**.

As atividades participativas podem ser **PRESENCIAIS** ou **VIRTUAIS**.

 Ex: Fóruns, Audiências Públicas, entre outros encontros presenciais.	 Ex: Consultas no Site da Prefeitura Municipal e outras plataformas virtuais, como o Colab.re.
---	---

Esta pesquisa é vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional (PROPUR) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).


PROPUR 

Próxima

Nunca envie senhas pelo Formulários Google.

IDENTIFICAÇÃO

NÃO SE PREOCUPE ao preencher este questionário, pois:



Todas as informações disponibilizadas serão protegidas e anônimas!

Qual a sua IDADE? (se preferir não responder digite o algarismo zero) *

Sua resposta _____

Com qual GÊNERO você se identifica? *

Feminino

Masculino

Outro

Prefiro não responder

Quanto é a sua RENDA FAMILIAR MENSAL aproximada? *

Até R\$1.000

Entre R\$1.000 e R\$3.000


Entre R\$3.000 e R\$5.000

Entre R\$5.000 e R\$10.000

Superior a R\$10.000

Prefiro não responder

SE VOCÊ É MORADOR DE TERESINA/PI, antes de responder sobre o local onde mora, tente se localizar no mapa abaixo:



SE VOCÊ MORA NA ÁREA URBANA DE TERESINA/PI, identifique sua REGIÃO de acordo com o nome do BAIRRO ONDE MORA na tabela abaixo:

REGIÃO CENTRO	REGIÃO LESTE	REGIÃO NORTE	REGIÃO SUDESTE	REGIÃO SUL
Cabral	Árvores Verdes	Acarape	Beira Rio	Angélica
Centro	Campestre	Aeroporto	Bom Princípio	Angelim
Cidade Nova	Cidade Jardim	Água Mineral	Colorado	Areias
Cristo Rei	Fátima	Alegre	Comprida	Dela Vista
Frei Serafim	Horto	Alto Alegre	Extrema	Brasilar
Ithotas	Iningá	Aroeiras	Flor do Campo	Cafarna
Macaíba	Jóquei	Bom Jesus	Giurupi	Distrito Industrial
Mafuá	Morada do Sol	Buenos Aires	Igarará	Espanada
Marquês	Morros	Chapadinha	Livramento	Lourival Parente
Matilha	Nolivos	Embrapa	Novo Horizonte	Morada Nova
Monte Castelo	Novo Uruguai	Itaperu	Parque Ideal	Parque Jacinta
Morro da Esperança	Pedra Mole	Jacinta Andrade	Parque Poti	Parque Juliana
Nossa Srª das Graças	Piçarreira	Mafroense	Redonda	Parque Piauí
Piçarra	Planalto	Matadouro	Renasçença	Parque São João
Pio XII	Porto do Centro	Memorare	São Raimundo	Parque Sul
Pirajá	Recanto das Palmeiras	Moçambinho	São Sebastião	Pedra Molda
Porequante	São Cristóvão	Monte Verde	Tancredo Neves	Portal da Alegria
Redenção	São João	Nova Brasília	Todos os Santos	Promorar
São Pedro	Samapi	Oltanas	Verdecap	Saci
Tabuleta	Santa Isabel	Parque Alvoradal		São Lourenço
Três Andares	Santa Lia	Parque Brasil		Santa Cruz
Vermelha	Suléite	Poti Velho		Santa Luzia
Vila Operária	Socopo	Primavera		Santo Antônio
	Tabajaras	Real Copagre		Triunfo
	Uruguai	Santa Maria		
	Vale do Goviã	Santa Rosa		
	Vale Quem Tem	São Joaquim		
	Verde Lar	Vila São Francisco		
	Zoobotânico			

Agora sim, gostaria de saber onde você mora? *

Área rural de Teresina/PI

Região Centro da cidade de Teresina/PI

Região Leste da cidade de Teresina/PI

Região Norte da cidade de Teresina/PI

Região Sudeste da cidade de Teresina/PI


Região Sul da cidade de Teresina/PI

Não moro em Teresina/PI

Prefiro não responder / Não sei


Antes de responder a próxima pergunta, IDENTIFIQUE QUAL DOS GRUPOS VOCÊ REPRESENTOU no processo participativo de revisão do Plano Diretor (PDOT) de Teresina/PI (2017-2019):

Representante da sociedade civil




Ex: Morador do Bairro Centro.

Representante de organização ou instituição social




Ex: Integrante de Associação de Moradores ou entidade profissional.

Técnico consultor



Ex: Profissional de Empresa contratada pela Prefeitura para realização das atividades.

Técnico municipal



Ex: Funcionário da Prefeitura Municipal.

Considerando os exemplos acima, qual GRUPO você representou no processo de revisão do Plano Diretor (PDOT) de Teresina/PI (2017-2019)? *

Representante da sociedade civil

Representante de organização ou instituição social

Técnico consultor

Técnico municipal

Em qual(is) TIPO(S) DE ATIVIDADE(S) você contribuiu na revisão do Plano Diretor (PDOT) de Teresina/PI (2017-2019)? *

Presencial (audiência pública, fórum, entre outros tipos de encontros presenciais)

Virtual (site da Prefeitura Municipal, Colab.re, entre outras plataformas virtuais)


Presencial e virtual

[Voltar](#) [Próxima](#)

REPRESENTATIVIDADE


AVALIAÇÃO DAS ATIVIDADES PRESENCIAIS E VIRTUAIS

Antes de iniciar as perguntas, deixa eu te explicar O QUE SIGNIFICA REPRESENTATIVIDADE:




A Representatividade diz respeito ao alcance do processo participativo, à diversidade de participação obtida.


A análise da Representatividade envolve os seguintes fatores:



Características dos participantes



Forma de manifestação



Temas debatidos

1) Realizada a explicação, me conta como você avalia a REPRESENTATIVIDADE dos participantes, em relação a sua QUANTIDADE E DIVERSIDADE, na(s) atividade(s) que participou da revisão do Plano Diretor (PDOT) de Teresina/PI, considerando:

A quantidade dos participantes, considerando a quantidade total de MORADORES DE TERESINA/PI?

(PRESENCIAL) Em uma ESCALA de 1 a 5, na qual 1 representa uma avaliação RUIM e 5 uma avaliação ÓTIMA:

1 2 3 4 5

☹️ ○ ○ ○ ○ ○ 😊

(VIRTUAL) Em uma ESCALA de 1 a 5:

1 2 3 4 5

☹️ ○ ○ ○ ○ ○ 😊

OU...

Prefiro não responder / Não sei

Por quê?

Sua resposta _____

A diversidade de local de moradia dos participantes, considerando todas as diferentes REGIÕES DE TERESINA/PI (bairros, área urbana e rural)?

(PRESENCIAL) Em uma ESCALA de 1 a 5:

1 2 3 4 5

☹️ ○ ○ ○ ○ ○ 😊

(VIRTUAL) Em uma ESCALA de 1 a 5:

1 2 3 4 5

☹️ ○ ○ ○ ○ ○ 😊

OU...

Prefiro não responder / Não sei

Por quê?

Sua resposta _____

A diversidade dos participantes, considerando os diferentes GÊNEROS (feminino, masculino, outros)?

(PRESENCIAL) Em uma ESCALA de 1 a 5:

1 2 3 4 5

☹️ ○ ○ ○ ○ ○ 😊

(VIRTUAL) Em uma ESCALA de 1 a 5:

1 2 3 4 5

☹️ ○ ○ ○ ○ ○ 😊

OU...

Prefiro não responder / Não sei

Por quê?

Sua resposta _____

A diversidade dos participantes, considerando as diferentes FAIXAS ETÁRIAS (jovens, adultos, idosos)?

(PRESENCIAL) Em uma ESCALA de 1 a 5:

1 2 3 4 5

☹️ ○ ○ ○ ○ ○ 😊

<p>(VIRTUAL) Em uma ESCALA de 1 a 5:</p> <p>1 2 3 4 5</p> <p>☹️ ○ ○ ○ ○ ○ 😊</p>	<p>Por quê?</p> <p>Sua resposta _____</p>
<p>OU...</p> <p><input type="radio"/> Prefiro não responder / Não sei</p>	<p>3) Por fim, como você avalia a PREDOMINÂNCIA DE DETERMINADOS ASSUNTOS na(s) atividade(s) que participou da revisão do Plano Diretor (PDOT) de Teresina/PI:</p>
<p>Por quê?</p> <p>Sua resposta _____</p>	<p>Temas POLÍTICOS (ex: procedimentos, eleições, participação social, interesses políticos...)?</p>
<p>A diversidade dos participantes, considerando as diferentes FAIXAS DE RENDA?</p>	<p>(PRESENCIAL) Em uma ESCALA de 1 a 5, na qual 1 representa que o assunto foi pouco mencionado e 5 que o assunto predominou:</p> <p>1 2 3 4 5</p> <p>☹️ ○ ○ ○ ○ ○ 😊</p>
<p>(PRESENCIAL) Em uma ESCALA de 1 a 5:</p> <p>1 2 3 4 5</p> <p>☹️ ○ ○ ○ ○ ○ 😊</p>	<p>(VIRTUAL) Em uma ESCALA de 1 a 5:</p> <p>1 2 3 4 5</p> <p>☹️ ○ ○ ○ ○ ○ 😊</p>
<p>(VIRTUAL) Em uma ESCALA de 1 a 5:</p> <p>1 2 3 4 5</p> <p>☹️ ○ ○ ○ ○ ○ 😊</p>	<p>OU...</p> <p><input type="radio"/> Prefiro não responder / Não sei</p>
<p>OU...</p> <p><input type="radio"/> Prefiro não responder / Não sei</p>	<p>Por quê?</p> <p>Sua resposta _____</p>
<p>Por quê?</p> <p>Sua resposta _____</p>	<p>Temas relacionados ao MERCADO (ex: atividades econômicas, setor imobiliário, industrial, comercial...)?</p>
<p>2) E como você avalia a QUANTIDADE DE CONTRIBUIÇÕES realizadas na(s) atividade(s) que participou?</p>	<p>(PRESENCIAL) Em uma ESCALA de 1 a 5:</p> <p>1 2 3 4 5</p> <p>☹️ ○ ○ ○ ○ ○ 😊</p>
<p>(PRESENCIAL) Em uma ESCALA de 1 a 5:</p> <p>1 2 3 4 5</p> <p>☹️ ○ ○ ○ ○ ○ 😊</p>	<p>(VIRTUAL) Em uma ESCALA de 1 a 5:</p> <p>1 2 3 4 5</p> <p>☹️ ○ ○ ○ ○ ○ 😊</p>
<p>(VIRTUAL) Em uma ESCALA de 1 a 5:</p> <p>1 2 3 4 5</p> <p>☹️ ○ ○ ○ ○ ○ 😊</p>	<p>OU...</p> <p><input type="radio"/> Prefiro não responder / Não sei</p>
<p>OU...</p> <p><input type="radio"/> Prefiro não responder / Não sei</p>	<p>Por quê?</p> <p>Sua resposta _____</p>

Conteúdos TÉCNICOS (ex: leis, regras, tendências do planejamento urbano)?

(PRESENCIAL) Em uma ESCALA de 1 a 5:

1 2 3 4 5

☹️ ○ ○ ○ ○ ○ ☹️

(VIRTUAL) Em uma ESCALA de 1 a 5:

1 2 3 4 5

☹️ ○ ○ ○ ○ ○ ☹️

OU...

Prefiro não responder / Não sei

Por quê?

Sua resposta _____

Demanda SOCIAL (ex: direito à moradia, educação, saúde, saneamento básico...)?

(PRESENCIAL) Em uma ESCALA de 1 a 5:

1 2 3 4 5

☹️ ○ ○ ○ ○ ○ ☹️

(VIRTUAL) Em uma ESCALA de 1 a 5:

1 2 3 4 5

☹️ ○ ○ ○ ○ ○ ☹️

OU...

Prefiro não responder / Não sei

Por quê?

Sua resposta _____


Se preferir, você pode deixar seu comentário sobre a REPRESENTATIVIDADE do processo participativo realizado na revisão do Plano Diretor (PDOT) de Teresina/PI no espaço abaixo.

Sua resposta _____

PROCEDIMENTOS





AVALIAÇÃO DAS ATIVIDADES PRESENCIAIS E VIRTUAIS

Antes de iniciar as perguntas, deixa eu te explicar O QUE SIGNIFICAM OS PROCEDIMENTOS:



Os Procedimentos dizem respeito aos métodos utilizados para a realização do processo participativo.

A análise dos Procedimentos envolve os seguintes fatores:

Forma de divulgação. Acesso à recursos e ferramentas. Liberdade de manifestação. Tempo disponibilizado.

1) Realizada a explicação, me conta como você avalia a DIVULGAÇÃO ANTERIOR A REALIZAÇÃO da(s) atividade(s) que participou na revisão do Plano Diretor (PDOT) de Teresina/PI, considerando:

DIVERSIDADE de meios utilizados para divulgar a(s) atividade(s) antes de sua realização?

(PRESENCIAL) Em uma ESCALA de 1 a 5, na qual 1 representa uma avaliação RUIM e 5 uma avaliação ÓTIMA:

1 2 3 4 5

☹️ ○ ○ ○ ○ ○ ☹️

(VIRTUAL) Em uma ESCALA de 1 a 5:

1 2 3 4 5

☹️ ○ ○ ○ ○ ○ ☹️

OU...

Prefiro não responder / Não sei

Por quê?



















Sua resposta _____

ALCANCE da divulgação da(s) atividade(s) nas diferentes regiões de Teresina/PI (bairros, área urbana e rural...)?

(PRESENCIAL) Em uma ESCALA de 1 a 5:

1 2 3 4 5

☹️ ○ ○ ○ ○ ○ ☹️

<p>(VIRTUAL) Em uma ESCALA de 1 a 5:</p> <p>1 2 3 4 5</p> <p> <input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/> </p>	<p>Por quê?</p> <p>Sua resposta _____</p>
<p>OU...</p> <p><input type="radio"/> Prefiro não responder / Não sei</p>	<p>3) E como você avalia a LIBERDADE para manifestar e contribuir durante a(s) atividade(s) que participou na revisão do Plano Diretor (PDOT) de Teresina/PI?</p>
<p>Por quê?</p> <p>Sua resposta _____</p>	<p>(PRESENCIAL) Em uma ESCALA de 1 a 5:</p> <p>1 2 3 4 5</p> <p> <input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/> </p>
<p>O TEMPO para divulgar a(s) atividade(s) antes de sua realização?</p>	<p>(VIRTUAL) Em uma ESCALA de 1 a 5:</p> <p>1 2 3 4 5</p> <p> <input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/> </p>
<p>(PRESENCIAL) Em uma ESCALA de 1 a 5:</p> <p>1 2 3 4 5</p> <p> <input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/> </p>	<p>OU...</p> <p><input type="radio"/> Prefiro não responder / Não sei</p>
<p>(VIRTUAL) Em uma ESCALA de 1 a 5:</p> <p>1 2 3 4 5</p> <p> <input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/> </p>	<p>Por quê?</p> <p>Sua resposta _____</p>
<p>OU...</p> <p><input type="radio"/> Prefiro não responder / Não sei</p>	<p>4) Por fim, como você avalia o TEMPO DISPONIBILIZADO para contribuição dos participantes na(s) atividade(s) que participou?</p>
<p>Por quê?</p> <p>Sua resposta _____</p>	<p>(PRESENCIAL) Em uma ESCALA de 1 a 5:</p> <p>1 2 3 4 5</p> <p> <input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/> </p>
<p>2) E como você avalia a disponibilidade de RECURSOS OU FERRAMENTAS para realizar contribuições na(s) atividade(s) que participou (papel e caneta, microfone, computador, celular, internet...)?</p>	<p>(VIRTUAL) Em uma ESCALA de 1 a 5:</p> <p>1 2 3 4 5</p> <p> <input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/> </p>
<p>(PRESENCIAL) Em uma ESCALA de 1 a 5:</p> <p>1 2 3 4 5</p> <p> <input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/> </p>	<p>OU...</p> <p><input type="radio"/> Prefiro não responder / Não sei</p>
<p>(VIRTUAL) Em uma ESCALA de 1 a 5:</p> <p>1 2 3 4 5</p> <p> <input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/> </p>	<p>Por quê?</p> <p>Sua resposta _____</p>
<p>OU...</p> <p><input type="radio"/> Prefiro não responder / Não sei</p>	<p>Se preferir, você pode deixar seu comentário sobre os PROCEDIMENTOS do processo participativo realizado na revisão do Plano Diretor (PDOT) de Teresina/PI no espaço abaixo.</p> <p>Sua resposta _____</p>
<p>Voltar Próxima</p>	

INFORMAÇÕES

AVALIAÇÃO DAS ATIVIDADES PRESENCIAIS E VIRTUAIS

Antes de iniciar as perguntas, deixa eu te explicar O QUE SIGNIFICAM AS INFORMAÇÕES:

As informações dizem respeito à forma e qualidade em que é emitida e recebida pelos participantes.

A análise das informações envolve os seguintes fatores:

Transmissão da informação.

Recebimento e entendimento da informação.

1) Realizada a explicação, me conta como você avalia as INFORMAÇÕES TRANSMITIDAS PELA PREFEITURA MUNICIPAL aos participantes na(s) atividade(s) que participou da revisão do Plano Diretor (PDOT) de Teresina/PI, considerando:

A FORMA como foram transmitidas pela Prefeitura Municipal?

(PRESENCIAL) Em uma ESCALA de 1 a 5, na qual 1 representa uma avaliação RUIM e 5 uma avaliação ÓTIMA:

1 2 3 4 5

☹️ ○ ○ ○ ○ ○ 😊

(VIRTUAL) Em uma ESCALA de 1 a 5:

1 2 3 4 5

☹️ ○ ○ ○ ○ ○ 😊

OU...

Prefiro não responder / Não sei

Por quê?

Sua resposta _____

A CLAREZA com que as informações foram emitidas pela Prefeitura Municipal?

(PRESENCIAL) Em uma ESCALA de 1 a 5:

1 2 3 4 5

☹️ ○ ○ ○ ○ ○ 😊

(VIRTUAL) Em uma ESCALA de 1 a 5:

1 2 3 4 5

☹️ ○ ○ ○ ○ ○ 😊

OU...

Prefiro não responder / Não sei

Por quê?

Sua resposta _____

O TEMPO DISPONÍVEL para compreensão das informações pelos participantes?

(PRESENCIAL) Em uma ESCALA de 1 a 5:

1 2 3 4 5

☹️ ○ ○ ○ ○ ○ 😊

(VIRTUAL) Em uma ESCALA de 1 a 5:

1 2 3 4 5

☹️ ○ ○ ○ ○ ○ 😊

OU...

Prefiro não responder / Não sei

Por quê?

Sua resposta _____

2) Por fim, como você avalia SUA COMPREENSÃO em relação aos OBJETIVOS da(s) atividade(s) que participou?

(PRESENCIAL) Em uma ESCALA de 1 a 5:

1 2 3 4 5

☹️ ○ ○ ○ ○ ○ 😊

(VIRTUAL) Em uma ESCALA de 1 a 5:

1 2 3 4 5

☹️ ○ ○ ○ ○ ○ 😊

OU...
 Prefiro não responder / Não sei

Por quê?
Sua resposta _____


Se preferir, você pode deixar seu comentário sobre as INFORMAÇÕES do processo participativo realizado na revisão do Plano Diretor (PDOT) de Teresina/PI no espaço abaixo.
Sua resposta _____

RESULTADOS

AVALIAÇÃO DAS ATIVIDADES PRESENCIAIS E VIRTUAIS




CALMA, estamos chegando ao fim... 😊

Antes de iniciar as perguntas, deixa eu te explicar O QUE SIGNIFICAM OS RESULTADOS:



Os Resultados dizem respeito à resposta das contribuições realizadas e ao seu aproveitamento no produto final.

A análise dos Resultados envolve os seguintes fatores:

		
Transparência A divulgação de informações pela Prefeitura Municipal para a sociedade.	Resposta / feedback A prestação de contas da Prefeitura Municipal para a sociedade.	Impacto das propostas O aproveitamento das contribuições no resultado final.

1) Realizada a explicação, me conta como você avalia a TRANSPARÊNCIA DA PREFEITURA MUNICIPAL, em relação a divulgação para a sociedade dos resultados obtidos com a(s) atividade(s) que participou da revisão do Plano Diretor (PDOT) de Teresina/PI?

(PRESENCIAL) Em uma ESCALA de 1 a 5, na qual 1 representa uma avaliação RUIM e 5 uma avaliação ÓTIMA:

1 2 3 4 5
😊 ○ ○ ○ ○ 😞

(VIRTUAL) Em uma ESCALA de 1 a 5:

1 2 3 4 5
😊 ○ ○ ○ ○ 😞

OU...
 Prefiro não responder / Não sei

Por quê?
Sua resposta _____

2) E como você avalia a RESPOSTA OU FEEDBACK DA PREFEITURA MUNICIPAL, em relação ao aproveitamento das contribuições realizadas na(s) atividade(s) que participou?

(PRESENCIAL) Em uma ESCALA de 1 a 5:

1 2 3 4 5
😊 ○ ○ ○ ○ 😞

(VIRTUAL) Em uma ESCALA de 1 a 5:

1 2 3 4 5
😊 ○ ○ ○ ○ 😞

OU...
 Prefiro não responder / Não sei

Por quê?
Sua resposta _____

3) Por fim, como você avalia o IMPACTO NO RESULTADO FINAL das contribuições realizadas durante a(s) atividade(s) que participou?

(PRESENCIAL) Em uma ESCALA de 1 a 5:

1 2 3 4 5
😊 ○ ○ ○ ○ 😞

(VIRTUAL) Em uma ESCALA de 1 a 5:

1 2 3 4 5
😊 ○ ○ ○ ○ 😞

OU...
 Prefiro não responder / Não sei


Por quê?
Sua resposta _____

Se preferir, você pode deixar seu comentário sobre os RESULTADOS do processo participativo realizado na revisão do Plano Diretor (PDOT) de Teresina/PI no espaço abaixo.

Sua resposta

AVALIAÇÃO FINAL



O que é um Processo Participativo SATISFATÓRIO?


 Um Processo Participativo satisfatório é aquele que obteve, na sua avaliação, resultados positivos em relação à representatividade, procedimentos realizados, informações disponibilizadas e resultados obtidos.

Levando em consideração suas respostas anteriores, você achou SATISFATÓRIO o processo participativo realizado para discutir a revisão do Plano Diretor (PDOT) de Teresina/PI com a sociedade?

Em uma ESCALA de 1 a 5, na qual 1 representa uma avaliação RUIM e 5 uma avaliação ÓTIMA:

1 2 3 4 5

OU...


Prefiro não responder / Não sei

Por quê?

Sua resposta

Para mais informações sobre a pesquisa realizada, entre em contato com as pesquisadoras Manoela e Heleniza através dos seguintes e-mails: manoela.cagliari@gmail.com - heleniza.campos@gmail.com

FIM!


 Obrigada pela sua participação!
 \o/\o/\o/

Nunca envie senhas pelo Formulários Google.

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google. [Denunciar abuso](#) - [Termos de Serviço](#) - [Política de Privacidade](#)

Google Formulários

APÊNDICE B – RESULTADO DA PESQUISA REALIZADA NO SÍTIo ELETRÔNICO OFICIAL DA PMT (06/05/2021)

LANÇAMENTO		SITUAÇÃO	TEMA	AGENTE DESENVOLVEDOR		TIPO	NOME	DEFINIÇÃO	FONTE
-	2013	Não encontrado	Informação / Prestação de serviços	PRODATER	Setor público municipal	Sítio eletrônico	Prefeitura Municipal de Teresina	Canal oficial da Prefeitura Municipal, com notícias, informações e prestação de serviços.	http://demo.pmt.pi.gov.br/se_mcom_antigo/
-	2014	Disponível	Comunicação cidadã	Startup Colab.re	Setor privado	Aplicativo	Colab	Canal de colaboração cidadã para fiscalizar problemas, propor ideias e projetos e avaliar bens e serviços públicos.	http://demo.pmt.pi.gov.br/se_mcom_antigo/noticia/Aplicativo-Colab-re-vai-receber-denuncias-de-focos-do-Aedes-aegypti/9581
-	2014	Disponível	Gestão interna	PRODATER / SEMPLAN	Setor público municipal	Sistema	SIMAPP	Sistema de Monitoramento de Ações, Projetos e Programas. Ferramenta interna de monitoramento de ações e projetos que são executados pelo executivo municipal. Mapeamento real da situação de cada obra e projeto, com prazos, valores e andamento, além dos responsáveis técnicos por cada ação.	http://demo.pmt.pi.gov.br/se_mcom_antigo/noticia/Prefeitura-implanta-sistema-de-monitoramento-de-acoes-e-projetos/1881
06/06/2014	2014	Não encontrado	Gestão interna	PRODATER / SEMPLAN	Setor público municipal	Sistema	Seciepi	Sistema Eletrônico de Cadastro de Indicações de Emendas Parlamentares Individuais. Canal para relação entre a Prefeitura e a Câmara, que permite o acompanhamento das obras pelos parlamentares.	http://demo.pmt.pi.gov.br/se_mcom_antigo/noticia/Aplicativo-facilita-gestao-e-monitoramento-de-acoesda-PMT-pela-Camara/3092
12/12/2014	2014	Disponível	Informação	PMT	Setor público municipal	Sítio eletrônico	Portal da Transparência	Em cumprimento às exigências federais, é um canal que visa assegurar o direito que qualquer pessoa tem de solicitar informações produzidas ou guardadas por órgãos e entidades públicas, promovendo maior transparência nas rotinas da administração pública.	http://www.transparencia.teresina.pi.gov.br/
-	2015	Disponível	Comunicação cidadã	PMT	Setor público municipal	Sítio eletrônico	Ouvidoria	Canal onde o cidadão poderá fazer suas reclamações e sugestões, e ter um maior contato com a Prefeitura.	http://ouvidoria.teresina.pi.gov.br/
-	2015	Disponível	Mobilidade	Moovit	Setor privado	Aplicativo	Moovit	Ferramenta que programa rotas através de informações do transporte público,	http://demo.pmt.pi.gov.br/se_mcom_antigo/noticia/Prefeitura-lanca-novo-sistema-de-

								como horários e linhas disponíveis. Foi a 1ª capital do nordeste a ter aplicativo.	transporte-coletivo-de-Teresina/5369
08/01/2015	2015	Não encontrado	Gestão interna	Desenvolvimento de Sistemas Fiscais	Setor privado	Sistema	DES-IF	Canal a ser utilizado pelas instituições financeiras instaladas no município para a declaração dos serviços prestados. Objetiva melhorar o acesso às informações entre as instituições bancárias e a Secretaria Municipal de Finanças.	http://demo.pmt.pi.gov.br/secom_antigo/noticia/Prefeitura-implanta-software-para-facilitar-envio-de-declaracoes-por-instituicoes-financeiras/5289
25/05/2015	2015	Disponível	Financeiro	ADMEIBR	Setor privado	Aplicativo	ADMEI	Ferramenta desenvolvida através do projeto Lagoas Digitais direcionado a auxiliar os pequenos empreendedores na movimentação financeira dos seus negócios. Com ele, é possível registrar as movimentações financeiras, separando por grupos e categorias.	http://demo.pmt.pi.gov.br/secom_antigo/noticia/Firmino-Filho-entrega-cartas-de-credito-do-Banco-Popular/11249
01/07/2015	2015	Não encontrado	Mobilidade	PRODATER	Setor público municipal	Aplicativo	-	Ferramenta para lavrar os autos de infração. É um sistema para gestão de multas.	http://demo.pmt.pi.gov.br/secom_antigo/noticia/Strans-tera-talonaio-eletronico-e-sistema-de-multas-desenvolvidos-pela-Prodater/6900
07/09/2015	2015	Não encontrado	Turismo	PMT	Setor público municipal	Aplicativo	Guia Turístico de Teresina	Ferramenta que identifica pontos turísticos, roteiros, casas de show, assim como pontos de utilidade pública e prestadores de serviços.	http://demo.pmt.pi.gov.br/secom_antigo/noticia/Programa-Teresina-Negocios-ira-beneficiar-o-turismo-na-capital/5027
23/10/2015	2015	Não encontrado	Comunicação cidadã	PRODATER / SEMJUV / SEMPLAN	Setor público municipal	Sítio eletrônico	Teresina e-você	Canal para ampliar o diálogo com os cidadãos e estimular a participação cidadã dos jovens na elaboração e implantação de políticas públicas.	http://demo.pmt.pi.gov.br/secom_antigo/noticia/Prefeitor-Firmino-Filho-participa-de-Roda-de-conversa-sobre-Modernizacao-da-Gestao/9368
-	2016	Disponível	Informação	PRODATER	Setor público municipal	Sítio eletrônico	e-SIC	Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão. Canal que permite que qualquer pessoa, física ou jurídica, encaminhe pedidos de acesso à informação, acompanhe o prazo e receba a resposta da solicitação realizada para órgãos e entidades do Executivo Municipal, além de entrar com	http://esic.teresina.pi.gov.br/

								recursos e apresentar reclamações sem burocracia.	
-	2016	Não encontrado	Mobilidade	86 Mototáxis	Setor privado	Aplicativo	86 Mototáxis	Ferramenta desenvolvida no Coworking TI Solidário, que gerencia a cobrança das corridas dos mototáxis.	http://demo.pmt.pi.gov.br/secom_antigo/noticia/Strans-apresenta-a-mototaxistas-aplicativo-para-calculo-de-corridas/9927
-	2016	Disponível	Educação	MobiMark	Setor privado	Sistema	MobiEduca.Me	Ferramenta adotada pelas unidades de ensino, de forma integrada ao celular dos pais ou responsáveis, para controlar entrada e saída dos estudantes por meio de uma carteira eletrônica.	http://demo.pmt.pi.gov.br/secom_antigo/noticia/Secretario-de-Educacao-anuncia-escolas-de-tempo-integral/13413
23/06/2016	2016	Disponível	Mobilidade	StarBus Inc	Setor privado	Aplicativo	Starbus	Ferramenta que concentra as informações do transporte público, permitindo localizar as paradas e os ônibus, identificar linhas, traçar rotas, entre outros.	https://pmt.pi.gov.br/2019/10/11/usuarios-de-onibus-podem-consultar-linhas-horarios-e-trajecto-pelo-aplicativo-starbus/
28/09/2017	2017	Disponível	Educação	MobiMark	Setor privado	Aplicativo	MobiCorretor	Ferramenta que permite a correção de provas de forma automática.	http://demo.pmt.pi.gov.br/secom_antigo/noticia/Aplicativo-de-celular-para-correcao-de-provas-otimiza-resultados-em-escolas/15143
13/12/2017	2017	Disponível	Gestão interna	PRODATER	Setor público municipal	Aplicativo	CAS	Central de Atendimento e Serviço. Canal de diálogo entre a PRODATER e as Secretarias Municipais. É uma central de atendimento, na qual o usuário pode solicitar a resolução de um problema em tecnologia da informação (T.I.) e será redirecionado para o setor responsável por resolvê-lo.	http://demo.pmt.pi.gov.br/secom_antigo/noticia/Aplicativo-ajuda-secretarias-municipais-no-envio-de-informacoes-a-Prodater/18980
20/12/2017	2017	Disponível	Educação	MobiMark	Setor privado	Aplicativo	MobiFamília	Ferramenta para acompanhamento dos estudantes pelos gestores, professores, pais, responsáveis e próprios alunos.	https://pmt.pi.gov.br/2021/03/01/rede-municipal-da-inicio-a-ano-letivo-com-aulas-nao-presenciais/
20/12/2017	2017	Disponível	Educação	MobiMark	Setor privado	Sítio eletrônico	Minha Escola	Ferramenta que facilita o acompanhamento dos estudantes pelos pais, responsáveis, alunos e professores, onde podem acessar as informações sobre a matrícula, frequência, dias letivos entre outras	http://demo.pmt.pi.gov.br/secom_antigo/noticia/Aplicativo-MobiFamilia-colabora-com-pais-para-acompanhamento-escolar-dos-filhos/16902

								atividades realizadas na escola com os estudantes.	
-	2018	Disponível	Prestação de serviços	PMT	Setor público municipal	Sítio eletrônico	Construa Fácil	Canal que visa facilitar a solicitação de licenças para obras de construção civil.	https://pmt.pi.gov.br/tag/construa-facil/
13/07/2018	2018	Disponível	Saúde	PMT	Setor público municipal	Aplicativo	Saúde Teresina	Ferramenta que lista as unidades de saúde e possibilita acesso às consultas do SUS.	
13/08/2018	2018	Disponível	Prestação de serviços	DSF Desenvolvimento de Sistemas Fiscais LTDA	Setor privado	Aplicativo	NFSe Mobile Teresina	Ferramenta que permite emitir a nota fiscal eletrônica simplificada de prestadores de serviço (pessoa jurídica) que já possuem cadastro no site da Nota Fiscal Eletrônica de Teresina.	https://pmt.pi.gov.br/2019/08/21/quase-seis-mil-notas-fiscais-foram-emitidas-pelo-aplicativo-nfse-mobile-teresina-em-um-ano/
16/10/2018	2018	Disponível	Saúde	PRODATER	Setor público municipal	Aplicativo	Meu Bebe	Ferramenta que auxilia gestantes no gerenciamento de consultas médicas e exames durante o período de gravidez. Também há sugestão de nomes para bebês.	http://demo.pmt.pi.gov.br/semmcom_antigo/noticia/Meu-Bebe-Prodater-desenvolve-aplicativo-para-ajudar-gestantes-teresinenses/19052
21/11/2018	2018	Disponível	Divulgação	PMT	Setor público municipal	Aplicativo	Espalhe Teresina	Canal que tem como objetivo estimular a participação das comunidades na divulgação de ações da Prefeitura. Proporciona vinculação direta com redes sociais.	http://demo.pmt.pi.gov.br/semmcom_antigo/noticia/Prefeitura-cria-aplicativo-para-divulgar-acoes-positivas-em-Teresina/20505
28/11/2018	2018	Disponível	Segurança	PMT	Setor público municipal	Aplicativo	Celular Protegido	Ferramenta que permite o cadastro do dispositivo móvel através do código IMEI do aparelho para facilitar a identificação de celulares roubados.	
01/03/2019	2019	Disponível	Informação / Prestação de serviços	PRODATER	Setor público municipal	Sítio eletrônico	Prefeitura Municipal de Teresina	Novo canal oficial da Prefeitura Municipal, com notícias, informações e prestação de serviços.	https://pmt.pi.gov.br/
05/04/2019	2019	Disponível	Segurança	PMT	Setor público municipal	Aplicativo	Eu Tenho Fé	Ferramenta para cadastrar, listar e mapear os terreiros de umbanda e candomblé existentes, para ajudar na denúncia de violências sofridas nos templos religiosos de cultura africana.	http://demo.pmt.pi.gov.br/semmcom_antigo/noticia/Prefeitura-cria-aplicativo-para-mapear-terreiros-e-combater-intolerancia-religiosa/21406
03/06/2019	2019	Disponível	Prestação de serviços	PRODATER	Setor público municipal	Sítio eletrônico	Teresinense Digital	Canal que disponibiliza a realização de diversos serviços de forma digital, como recursos de multas, licenças, repasse de verba, ofícios diversos e solicitações de	https://pmt.pi.gov.br/2020/09/17/prefeitura-disponibiliza-mais-de-400-servicos-

								cópias de processos, dentre outros. Em 2020, segundo levantamento da PRODATER, existem mais de 400 serviços disponíveis na web para a população.	online-para-os-teresinenses/
04/06/2019	2019	Disponível	Prestação de serviços	PRODATER	Setor público municipal	Aplicativo	Teresinense Digital	Canal que disponibiliza a realização de diversos serviços de forma digital, como relacionados ao trânsito (multas, veículos), serviços urbanos (limpeza, coleta domiciliar), processo eletrônico (cadastro, acompanhamento), saúde (localização UBS)	https://pmt.pi.gov.br/teresinensedigital/
01/07/2019	2019	Disponível	Mobilidade	MUV	Setor privado	Aplicativo	MUV	Mobility Urban Values. Ferramenta que propõe desafios semanais e premiações para usuários que adotarem modais mais sustentáveis de deslocamento.	https://pmt.pi.gov.br/2019/07/03/prefeitura-lanca-aplicativo-que-estimula-a-mobilidade-sustentavel-no-the-vejo-na-ponte/
26/09/2019	2019	Não encontrado	Informação	PMT	Setor público municipal	Sítio eletrônico	Teresina 2030	Canal que disponibiliza e compila dados para o desenvolvimento sustentável da cidade.	http://demo.pmt.pi.gov.br/secom_antigo/noticia/Plataforma-Teresina-2030-levadados-da-cidade-para-populacao/16040
11/12/2019	2019	Disponível	Solidariedade	PMT	Setor público municipal	Sítio eletrônico	Teresina Transforma	Canal que demonstra vagas de voluntariado para se envolver ou listas de materiais para doar, vinculado ao movimento nacional o Transforma Brasil.	https://pmt.pi.gov.br/2019/12/11/prefeitura-lanca-11-o-projeto-teresina-transforma/
-	2020	Ativo	Mobilidade	SITT	Setor privado	Aplicativo	SIU Mobile Teresina	Ferramenta que possibilita o acesso em tempo real das linhas, horários dos ônibus, trajetos e paradas próximas.	https://pmt.pi.gov.br/2020/01/20/aplicativo-siu-mobile-auxiliara-na-mobilidade-dos-usuarios-de-onibus/
01/04/2020	2020	Não encontrado	Saúde	FMS	Setor privado	Aplicativo	Saúde na Mão	Ferramenta que disponibiliza informações sobre consultas especializadas na rede municipal de saúde e privada conveniada ao SUS.	https://pmt.pi.gov.br/2020/03/09/fms-cria-aplicativo-para-emitir-alerta-que-lembra-o-usuario-das-consultas/
01/04/2020	2020	Ativo	Educação	SEMEC	Setor público municipal	Sítio eletrônico	Em Casa Eu Aprendo	Canal que permite acompanhar as atividades da Rede Municipal de Teresina, alunos, pais e professores.	https://pmt.pi.gov.br/2020/04/17/alunos-e-pais-aprovam-plataforma-de-estudos-on-line-das-escolas-da-prefeitura/

22/04/2020	2020	Não encontrado	Gestão interna	PRODATER	Setor público municipal	Aplicativo	SEI	Ferramenta que possibilita para a administração pública a criação de processos, a realização de novas operações, correções de erros e melhorias de segurança, além de novas funcionalidades como a criação de processos, criação e edição de documentos e notificações para atribuição de processos, dentre outros.	https://pmt.pi.gov.br/2020/04/22/prodater-lanca-boletim-do-sistema-eletronico-de-informacoes/
01/09/2020	2020	Ativo	Prestação de serviços	Empresa	Setor privado	Sítio eletrônico	Teresina Luz	Canal que permite que a população informe sobre problemas de iluminação na cidade e consultar notificações.	https://pmt.pi.gov.br/2020/09/01/prefeitura-de-teresina-inicia-primeira-ppp-que-beneficia-setor-de-iluminacao-publica/

APÊNDICE C – DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES LEVANTADAS

Fase	Início	Fim	Dias	Turno	Método	Local	Nome	Grupos	Participantes	Objetivo	Fonte	
1ª	19/03/2017	19/03/2017	1	M	P	Institucional	Técnicos da PMT discutem Fórum Teresina Participativa	TM	Técnicos PMT	P R E	Discutir o Fórum Teresina Participativa.	https://semplan.teresina.pi.gov.br/2017/03/29/tecnicos-da-pmt-discutem-forum-teresina-participativa/
1ª	22/03/2017	22/03/2017	1	-	P	Institucional	“Toró de ideias” discute proposta para Teresina	TM	SEMPLAN	P R O	Discutir a Teresina de hoje e a que se deseja construir. (...) As propostas surgidas no “Toró de ideias” serão apresentadas à comunidade durante o Fórum Teresina Participativa.	https://semplan.teresina.pi.gov.br/2017/03/22/toro-de-ideias-discute-proposta-para-teresina/
1ª	31/03/2017	31/03/2017	1	M	P	Institucional	Prefeitura apresenta Fórum Teresina Participativa ao CDU	TM, RO	SEMPLAN; Conselho de Desenvolvimento Urbano (AIP); CREA; CAU; SINDIMOVEIS; SINDUSCON; SEMAR)	P R E	Mostrar qual será a dinâmica e a sistemática do Teresina Participativa e mobilizar os membros, que também fazem parte da sociedade civil.	https://semplan.teresina.pi.gov.br/2017/03/31/prefeitura-apresenta-forum-teresina-participativa-ao-cdu/
2ª	07/04/2017	07/04/2017	1	M	P	Sede da Ordem dos Advogados do Piauí	PMT e entidades discutem propostas para Teresina	TM, TC, RO	Técnicos PMT; Latus; OAB; CAU; CREA; IAB; Iphan; Instituto Camilo Filho, Instituto Federal do Piauí (IFPI) e Estácio CEUT	P R O	Discutir propostas para o planejamento urbano da cidade em mais uma edição do “Toró de ideias”. As propostas lançadas serão apresentadas à população durante o Fórum Teresina Participativa.	https://semplan.teresina.pi.gov.br/2017/04/07/pmt-e-entidades-discutem-propostas-para-teresina/
2ª	08/04/2017	08/04/2017	1	M	P	Escolão do Parque Piauí	Fórum Teresina Participativa é apresentado às lideranças da zona Sul	TM, TC, RO	Técnicos PMT; Latus; União Municipal das Associações de Moradores e Entidades Culturais (Umac) do sul	P R O	Apresentar o Fórum e ouvir sugestões de vocês que fazem parte e são a comunidade.	https://semplan.teresina.pi.gov.br/2017/04/08/forum-teresina-participativa-e-apresentado-as-liderancas-da-zona-sul/

2ª	12/04/2017	24/04/2017	12	TD	V	Site Teresina Participativa	Prefeitura finaliza inscrições para o Fórum Teresina Participativa	TM, RO, S	Técnicos PMT, sociedade	P R E	Inscrever os interessados em participar do Fórum Teresina Participativa. As inscrições terminaram nesta segunda-feira (24), um dia antes do fim do prazo estabelecido. Na sexta-feira, já havíamos atingido um número limite de inscrições e nos esforçamos para conseguir mais 100 vagas que também já foram preenchidas.	https://semplan.teresina.pi.gov.br/2017/04/24/prefeitura-finaliza-inscricoes-para-o-forum-teresina-participativa/
2ª	12/04/2017	12/04/2017	1	-	P	Externo	Reunião movimento popular	TM, RO	Técnicos PMT; movimentos populares	P R O	Apresentar o Fórum e ouvir sugestões de vocês que fazem parte e são a comunidade.	https://semplan.teresina.pi.gov.br/wp-content/uploads/sites/39/2018/09/RELAT%C3%93RIO_TERESINA-PARTICIPATIVA_PDO T.pdf
2ª	21/04/2017	21/04/2017	1	-	P	Externo	Encontros da União Municipal de Associações de Moradores de Teresina (UMAC) zona sudeste	TM, TC, RO	Técnicos PMT; Latus, lideranças comunitárias do sudeste	P R O	Apresentar o Fórum e ouvir sugestões de vocês que fazem parte e são a comunidade.	https://semplan.teresina.pi.gov.br/wp-content/uploads/sites/39/2018/09/RELAT%C3%93RIO_TERESINA-PARTICIPATIVA_PDO T.pdf
2ª	22/04/2017	22/04/2017	1	-	P	Externo	Encontros da União Municipal de Associações de Moradores de Teresina (UMAC) zona leste	TM, TC, RO	Técnicos PMT; Latus, lideranças comunitárias do leste	P R O	Apresentar o Fórum e ouvir sugestões de vocês que fazem parte e são a comunidade.	https://semplan.teresina.pi.gov.br/wp-content/uploads/sites/39/2018/09/RELAT%C3%93RIO_TERESINA-PARTICIPATIVA_PDO T.pdf
2ª	26/04/2017	28/04/2017	3	TD	P	Federação das Indústrias do Estado do Piauí (FIEPI)	Fórum teresina participativa	TM, TC, RO, S	PMT; Latus; WRI; Sociedade	P R O	Discutir e propor ideias com base em cinco eixos da Agenda 2030. Palestras e demonstração dos resultados obtidos.	https://semplan.pmt.pi.gov.br/2017/04/26/prefeitura-inicia-discussao-do-plano-diretor-e-doppa/
2ª	27/04/2017	31/05/2017	34	TD	V	Plataforma digital Colab. Re e site Teresina Participativa	Contribuição virtual para o PDOT	TM, RO, S	Técnicos PMT, sociedade	P R O	Enviar para a administração municipal as ideias do que desejam para o futuro da cidade.	https://semplan.pmt.pi.gov.br/2017/04/27/teresina-participativa-populacao-pode-apresentar-ideias-pelas-redes-sociais/
2ª	27/04/2017	31/05/2017	34	MT	P	SDUs, CAP Centro, Strans, CEUs e Secretarias da	Pontos presenciais fixos para envio de demandas através do Colab.re	TM, RO, S	Técnicos PMT, sociedade	P R O	Disponibilizar equipamentos para que as pessoas possam acessar o Colab, responder	https://semplan.pmt.pi.gov.br/2017/05/30/populacao-pode-enviar-propostas-ate-amanha-

						Mulher, da Juventude e de Planejamento e Coordenação					ao questionário interativo e enviar a sua ideia.	31-para-ppa-e-plano-diretor/
2ª	03/05/2017	-	-	TD	V	Site SEMPLAN	Teresina Participativa: propostas e discussões estão disponíveis	TM, RO, S	Técnicos PMT, sociedade	D I V	Disponibilizar para consulta os temas discutidos e as propostas apresentadas durante o Fórum Teresina Participativa.	https://semplan.teresina.pi.gov.br/2017/05/03/teresina-participativa-propostas-e-discussoes-estao-disponiveis/
2ª	05/05/2017	05/05/2017	1	M	P	Institucional	Semplan capacita técnicos da Secretaria da Mulher para colaborar com demandas para o Plano Diretor	TM	SEMPLAN, servidores da Secretaria Municipal de Políticas Públicas para Mulheres	P R E	Apresentar e explicar o funcionamento do aplicativo Colab. O objetivo é capacitar o corpo técnico da secretaria para que possa contribuir com as mulheres e ajudá-las a inserir suas demandas.	https://semplan.pmt.pi.gov.br/2017/05/05/11650/
2ª	08/05/2017	08/05/2017	1	-	P	Centro de Formação Odilon Nunes	Reunião discute modelos urbanos voltados para o conceito de cidade para as pessoas	TM	Prefeito, gestores e técnicos PMT	P R E	Apresentar os modelos dos desenhos urbanos voltados para o conceito de cidade para as pessoas.	https://semplan.teresina.pi.gov.br/2017/05/09/reuniao-discute-apresentou-modelos-urbanos-voltados-para-o-conceito-de-cidade-para-as-pessoas/
2ª	09/05/2017	09/05/2017	1	-	P	Instituto Camilo Filho	Visitas às salas de aula Instituto Camilo Filho	TM, RO	Técnicos PMT, universitários	P R O	Conversar e mobilizar cerca de 600 estudantes de engenharia e arquitetura da UFPI, FSA, Instituto Camilo Filho e Novafapi.	https://semplan.pmt.pi.gov.br/2017/05/30/populacao-pode-enviar-propostas-ate-amanha-31-para-ppa-e-plano-diretor/
2ª	09/05/2017	09/05/2017	1	M	P	Externa	Apresentação aos vigários forâneos	TM, RO	Técnicos PMT, vigários forâneos	P R O	Apresentar o Teresina Participativa, mostrar dados relativos à capital piauiense, as intervenções que estão sendo feitas e a importância de se discutir o adensamento da cidade.	https://semplan.teresina.pi.gov.br/2017/05/09/prefeitura-apresenta-teresina-participativa-aos-vigarios-foraneos/
2ª	11/05/2017	11/05/2017	1	-	P	AESPI	Palestra AESPI	TM, RO	Técnicos PMT, universitários	P R O	Conversar e mobilizar cerca de 600 estudantes de engenharia e arquitetura da UFPI, FSA, Instituto Camilo Filho e Novafapi..	https://semplan.teresina.pi.gov.br/wp-content/uploads/sites/39/2018/09/RELAT%C3%93RIO_TERESINA-PARTICIPATIVA_PDO_T.pdf
2ª	14/05/2017	31/05/2021	17	TD	P	Externo e institucional	Van Participativa	TM, RO, S	Técnicos PMT, sociedade	P R O	Disponibilizar equipamentos para que as pessoas possam acessar o Colab, responder	

											ao questionário interativo e enviar a sua ideia.	
2ª	16/05/2017	16/05/2017	1	-	P	ESTÁCIO/CEUT	Palestra ESTÁCIO/CEUT	TM, RO	Técnicos PMT, universitários	P R O	Conversar e mobilizar cerca de 600 estudantes de engenharia e arquitetura da UFPI, FSA, Instituto Camilo Filho e Novafapi.	https://semplan.teresina.pi.gov.br/wp-content/uploads/sites/39/2018/09/RELAT%C3%93RIO_TERESINA-PARTICIPATIVA_PDO_T.pdf
2ª	17/05/2017	17/05/2017	1	-	P	UFPI	Palestra UFPI	TM, RO	Técnicos PMT, universitários	P R O	Conversar e mobilizar cerca de 600 estudantes de engenharia e arquitetura da UFPI, FSA, Instituto Camilo Filho e Novafapi.	https://semplan.pmt.pi.gov.br/2017/05/30/populacao-pode-enviar-propostas-ate-amanha-31-para-ppa-e-plano-diretor/
2ª	18/05/2017	18/05/2017	1	-	P	SDUs Leste e Sudeste	Visita às SDUs Leste e Sudeste	TM	Técnicos PMT	P R O	-	https://semplan.teresina.pi.gov.br/wp-content/uploads/sites/39/2018/09/RELAT%C3%93RIO_TERESINA-PARTICIPATIVA_PDO_T.pdf
2ª	19/05/2017	19/05/2017	1	-	P	SEMJUV	Visita à SEMJUV	TM	Técnicos PMT	P R O	-	https://semplan.teresina.pi.gov.br/wp-content/uploads/sites/39/2018/09/RELAT%C3%93RIO_TERESINA-PARTICIPATIVA_PDO_T.pdf
2ª	19/05/2017	22/05/2017	2	-	P	STRANS	Visita e Treinamento STRANS	TM	Técnicos PMT	P R O	-	https://semplan.teresina.pi.gov.br/wp-content/uploads/sites/39/2018/09/RELAT%C3%93RIO_TERESINA-PARTICIPATIVA_PDO_T.pdf
2ª	23/05/2017	23/05/2017	1	M	P	Centro de Formação Professor Odilon Nunes	Teresina Participativa: PMT reúne sociedade civil para formar comissão	TM, RO	Técnicos PMT, representantes de movimentos populares, trabalhadores, empresários, entidades e conselhos profissionais e entidades acadêmicas de pesquisa.	P R E	Eleger a comissão de acompanhamento do Plano Diretor de Ordenamento Territorial.	https://semplan.teresina.pi.gov.br/2017/05/23/segmentos-sociais-elegem-comissao-para-acompanhar-propostas-do-plano-diretor/

2ª	25/05/2017	25/05/2017	1	-	P	UNINOVAFAPI	Palestra NOVAFAPI	TM, RO	Técnicos PMT, universitários	P R O	Conversar e mobilizar cerca de 600 estudantes de engenharia e arquitetura da UFPI, FSA, Instituto Camilo Filho e Novafapi.	https://semplan.pmt.pi.gov.br/2017/05/30/populacao-pode-enviar-propostas-ate-amanha-31-para-ppa-e-plano-diretor/
2ª	25/05/2017	25/05/2017	1	T	P	Palácio da Cidade	PMT faz parceria com ONG para executar projeto de Reabilitação do Centro	TM, TC	Prefeito, técnicos PMT, WRI Brasil	P R E	Discutir uma possível parceria para a revisão do Plano Diretor.	https://semplan.teresina.pi.gov.br/2017/05/26/pmt-faz-parceria-com-ong-para-executar-projeto-de-reabilitacao-do-centro/
2ª	29/05/2017	29/05/2017	1	-	P	Faculdade Santo Agostinho	Palestra Faculdade Santo Agostinho	TM, RO	Técnicos PMT, universitários	P R O	Conversar e mobilizar cerca de 600 estudantes de engenharia e arquitetura da UFPI, FSA, Instituto Camilo Filho e Novafapi.	https://semplan.pmt.pi.gov.br/2017/05/30/populacao-pode-enviar-propostas-ate-amanha-31-para-ppa-e-plano-diretor/
2ª	30/05/2017	30/05/2017	1	-	P	SDUs Centro, Norte e Leste	Visita a SDUs Centro, Norte e Leste	TM	Técnicos PMT	P R O	-	https://semplan.teresina.pi.gov.br/wp-content/uploads/sites/39/2018/09/RELAT%C3%93RIO_TERESINA-PARTICIPATIVA_PDO_T.pdf
2ª	30/05/2017	30/05/2017	1	-	P	SEMAM	Visita à SEMAM	TM	Técnicos PMT	P R O	-	https://semplan.teresina.pi.gov.br/wp-content/uploads/sites/39/2018/09/RELAT%C3%93RIO_TERESINA-PARTICIPATIVA_PDO_T.pdf
2ª	30/05/2017	30/05/2017	1	-	P	-	Reunião com empreendedores do Bairro Esplanada	TM, RO	Técnicos PMT e empreendedores	P R O	-	https://semplan.teresina.pi.gov.br/wp-content/uploads/sites/39/2018/09/RELAT%C3%93RIO_TERESINA-PARTICIPATIVA_PDO_T.pdf
2ª	31/05/2017	31/05/2017	1	-	P	PGM e Prodater	Visita à PGM e Prodater	TM	Técnicos PMT	P R O	-	https://semplan.teresina.pi.gov.br/wp-content/uploads/sites/39/2018/09/RELAT%C3%93RIO_TERESINA-PARTICIPATIVA_PDO_T.pdf

2ª	10/06/2017	10/06/2017	1	M	P	Auditório da Secretaria Municipal de Educação	Plano Diretor e PPA: Comunidades da zona rural apresentam propostas	TM, RO, S	Técnicos PMT, sociedade	P R O	Discutir, no sábado (10), as propostas que ajudaram a compor o Plano Diretor de Ordenamento Territorial e o Plano Plurianual.	https://semplan.teresina.pi.gov.br/2017/06/10/plano-diretor-e-ppa-comunidades-da-zona-rural-apresentam-propostas/
3ª	20/06/2017	21/06/2017	2	MT	P	Sede WRI Brasil	Reunião WRI Brasil	TM, TC	Técnicos PMT, WRI Brasil, Latus	P R O	Participar de uma reunião em Porto Alegre (RS) com a secretária executiva de Planejamento Urbano, Jhamille Almeida e a ONG WRI Brasil, que prestará uma consultoria para Prefeitura de Teresina na elaboração do Plano Diretor de Ordenamento Territorial.	https://semplan.teresina.pi.gov.br/2017/06/20/tecnicos-da-prefeitura-vao-a-porto-alegre-para-parceira-com-plano-diretor/
3ª	03/07/2017	03/07/2017	1	-	P	Casa da Cultura	Comissão e núcleo gestor discutem elaboração do Plano Diretor	TM, RO	Técnicos PMT, Comissão de Acompanhamento e Núcleo Gestor	P R O	Discutir as propostas apresentadas pela população durante o Teresina Participativa.	https://semplan.teresina.pi.gov.br/2017/07/03/comissao-e-nucleo-gestor-discutem-elaboracao-do-plano-diretor/
3ª	11/07/2017	11/07/2017	1	M	P	Obra Kolping Dirceu	Prefeitura ouve demandas da população durante Congresso	TM, RO	Técnicos PMT, UMAC	P R O	Coletar ideias durante o Congresso da UMAC que irão se juntar as que foram sugeridas pela população durante o Fórum Teresina Participativa e através da rede social Colab.re.	https://semplan.teresina.pi.gov.br/2017/07/11/prefeitura-ouve-demandas-da-populacao-durante-congresso/
3ª	17/07/2017	17/07/2017	1	-	P	Cidade de Teresina	Técnicos da WRI percorrem terminais e corredores de ônibus em Teresina	TM, TC	Técnicos PMT, WRI Brasil, Latus	P R E	Ajudar a administração municipal no planejamento urbano orientado para o transporte sustentável.	https://semplan.teresina.pi.gov.br/2017/07/17/tecnicos-da-wri-percorrem-terminais-e-corredores-de-onibus-em-teresina/
3ª	17/07/2017	17/07/2017	1	N	P	Auditório do CREA/PI	Palestra plano diretor – construindo uma Teresina sustentável	TM, TC, RO, S	Técnicos PMT, Latus, WRI Brasil, sociedade	P R E	Formalizar cooperação entre Prefeitura e WRI para Plano Diretor. Palestra “O papel do Plano Diretor na construção de uma Teresina sustentável”.	https://semplan.teresina.pi.gov.br/2017/07/18/pmt-e-wri-brasil-formalizam-cooperacao-tecnica-para-plano-diretor/

3ª	18/07/2017	18/07/2017	1	M	P	Centro de Formação Odilon Nunes	Núcleo gestor e comissão de acompanhamento do PDOT participam de oficina	TM, TC, RO	Técnicos PMT, Latus, WRI Brasil, CA	P R O	Capacitar sobre a elaboração do PDOT, sob a orientação das diretrizes de transporte sustentável. O cenário proposto pela comissão e pelo núcleo gestor será levado para audiência pública para que a população faça a validação.	https://semplan.teresina.pi.gov.br/2017/07/18/nucleo-gestor-e-comissao-de-acompanhamento-do-pdot-participam-de-oficina/
3ª	02/08/2017	02/08/2017	1	-	P	Institucional	Reunião zoneamento e instrumentos urbanísticos	TM, TC	Técnicos SDU's, SEPLUR e Latus Consultoria	P R O	Construir diretrizes.	https://semplan.teresina.pi.gov.br/wp-content/uploads/sites/39/2018/09/RELAT%C3%93RIO_TERESINA-PARTICIPATIVA_PDO_T.pdf
3ª	03/08/2017	03/08/2017	1	M	P	Institucional	Núcleo gestor e comissão de acompanhamento discutem proposta para o Plano Diretor	TM, TC	Técnicos PMT, membros da Comissão de Acompanhamento e Núcleo Gestor PDOT e Latus Consultoria	P R O	Discutir uma proposta de macrozoneamento da cidade para os próximos anos.	https://semplan.teresina.pi.gov.br/2017/08/03/nucleo-gestor-e-comissao-de-acompanhamento-discutem-proposta-para-o-plano-diretor/
3ª	18/09/2017	18/09/2017	1	-	P	Institucional	Reunião núcleo gestor	TM	SEMPAN, SEMDUH, SDR, PGM, SEMDEC	P R O	Construir diretrizes.	https://semplan.teresina.pi.gov.br/wp-content/uploads/sites/39/2018/09/RELAT%C3%93RIO_TERESINA-PARTICIPATIVA_PDO_T.pdf
3ª	28/09/2017	28/09/2017	1	-	P	Institucional	Reunião núcleo gestor	TM, TC	SEMPAN, SEMDUH, SDR, SDU CENTRO/NORTE, SEMDEC, Latus	P R O	Construir diretrizes.	https://semplan.teresina.pi.gov.br/wp-content/uploads/sites/39/2018/09/RELAT%C3%93RIO_TERESINA-PARTICIPATIVA_PDO_T.pdf
3ª	16/10/2017	16/10/2017	1	-	P	-	Reunião entre a prefeitura de Teresina, a prefeitura de Timon e a INFRAERO	TM, RO	Técnicos PMT e PM Timon, INFRAERO	P R O	Construir diretrizes.	https://semplan.teresina.pi.gov.br/wp-content/uploads/sites/39/2018/09/RELAT%C3%93RIO_TERESINA-PARTICIPATIVA_PDO_T.pdf

3ª	17/10/2017	17/10/2017	1	-	P	-	Reunião entre a prefeitura de Teresina, a prefeitura de Timon e a INFRAERO e as entidades locais	TM, RO	Técnicos PMT e PM Timon, INFRAERO e entidades locais	P R O	Construir diretrizes.	https://semplan.teresina.pi.gov.br/wp-content/uploads/sites/39/2018/09/RELAT%C3%93RIO_TERESINA-PARTICIPATIVA_PDO_T.pdf
3ª	06/11/2017	06/11/2017	1	-	P	Externo	Plano Diretor é apresentado durante Seminário zonal	TM, RO	Técnicos PMT, lideranças comunitárias	D I V	Apresentar as diretrizes e os instrumentos que devem compor o Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT).	https://semplan.teresina.pi.gov.br/2017/11/06/plano-diretor-e-apresentado-durante-seminario-zonal/
3ª	04/01/2018	04/01/2018	1	-	P	Institucional	Reunião núcleo gestor	TM	Técnicos PMT	P R O	Construir diretrizes.	https://semplan.teresina.pi.gov.br/wp-content/uploads/sites/39/2018/09/RELAT%C3%93RIO_TERESINA-PARTICIPATIVA_PDO_T.pdf
3ª	11/01/2018	11/01/2018	1	M	P	Institucional	Técnicos da PMT discutem uso e ocupação do solo para o Plano Diretor	TM, TC	Técnicos PMT, Latus Consultoria	P R O	Discutir as regras específicas de uso e ocupação do solo para o município, com foco para as áreas ao redor dos terminais de integração e dos corredores de ônibus exclusivos.	https://semplan.teresina.pi.gov.br/2018/01/11/tecnicos-da-pmt-discutem-uso-e-ocupacao-do-solo-para-o-plano-diretor/
3ª	12/01/2018	12/01/2018	1	-	P	Institucional	Oficina sobre patrimônio histórico e preservação ambiental	TM, TC	Técnicos PMT, Latus Consultoria	P R O	Construir diretrizes.	https://semplan.teresina.pi.gov.br/wp-content/uploads/sites/39/2018/09/RELAT%C3%93RIO_TERESINA-PARTICIPATIVA_PDO_T.pdf
3ª	23/01/2018	23/01/2018	1	M	P	Institucional	Plano Diretor: técnicos discutem instrumentos para áreas de preservação	TM	Técnicos PMT	P R O	Discutir sobre as delimitações das zonas de preservação ambiental e os critérios e os conceitos que poderão ser adotados a partir da revisão do PDOT.	https://semplan.teresina.pi.gov.br/2018/01/23/plano-diretor-tecnicos-discutem-instrumentos-para-areas-de-preservacao/
3ª	01/02/2018	01/02/2018	1	-	P	Institucional	2ª reunião sobre zonas de preservação ambiental	TM	Técnicos PMT	P R O	Construir diretrizes.	https://semplan.teresina.pi.gov.br/wp-content/uploads/sites/39/2018/09/RELAT%C3%93RIO_TERESINA-PARTICIPATIVA_PDO_T.pdf

3ª	21/02/2018	09/03/2018	16	TD	V	Site da SEMPLAN	Inscrições para participação da 1ª AP	TM, RO, S	Técnicos PMT, sociedade	P R E	Abrir as inscrições para a primeira audiência pública do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT).	http://demo.pmt.pi.gov.br/semcom_antigo/noticia/Plano-Diretor-inscricoes-para-audiencia-publica-sao-feitas-pela-internet/17561
3ª	21/02/2018	21/02/2018	1	-	P	Institucional	Reunião sobre uso e ocupação do solo	TM, TC	Latus Consultoria, PMT	P R O	Construir diretrizes.	https://semplan.teresina.pi.gov.br/wp-content/uploads/sites/39/2018/09/RELAT%C3%93RIO_TERESINA-PARTICIPATIVA_PDOT.pdf
3ª	22/02/2018	22/02/2018	1	M	P	Institucional	Firmino apresenta diretrizes do Plano Diretor a ex-secretários de Planejamento	TM, TC, RO	Prefeito, técnicos PMT e ex-secretários municipais de planejamento, Latus	P R O	Apresentar e discutir as diretrizes do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT), que está em processo de revisão e atualização.	https://semplan.teresina.pi.gov.br/2018/02/22/firmino-apresenta-diretrizes-do-plano-diretor-a-ex-secretarios-de-planejamento/
3ª	26/02/2018	26/02/2018	1	-	P	Institucional	Reunião com os membros da Comissão de Acompanhamento do PDOT	TM, RO	Técnicos PMT, Comissão de Acompanhamento	P R O	Construir diretrizes.	https://semplan.teresina.pi.gov.br/wp-content/uploads/sites/39/2018/09/RELAT%C3%93RIO_TERESINA-PARTICIPATIVA_PDOT.pdf
3ª	09/03/2018	09/03/2018	1	MT	P	Centro de Formação Professor Odilon Nunes	Primeira Audiência Pública	TM, TC, RO, S	Técnicos PMT, técnicos consultores Latus e WRI, sociedade	P R O	Apresentar para a população o que já foi feito até aqui, discutir e deliberar acerca das diretrizes gerais que devem orientar o Plano. 36 pessoas serão eleitas delegados(as), juntamente com a CA, para representar a sociedade civil e o poder público na próxima fase da Revisão do Plano Diretor e Territorial de Teresina(PDOT).	https://cidadeverde.com/noticias/267380/delegados-da-revisao-do-plano-diretor-serao-eleitos-em-audiencia-publica-na-sexta-feira
3ª	04/04/2018	04/04/2018	1	-	P	Institucional	Reunião núcleo gestor	TM	Técnicos PMT	P R O	Construir diretrizes.	https://semplan.teresina.pi.gov.br/wp-content/uploads/sites/39/2018/09/RELAT%C3%93RIO_TERESINA-PARTICIPATIVA_PDOT.pdf

3ª	25/04/2018	27/04/2018	3	MT	P	Centro de Formação Professor Odilon Nunes	Oficina Geodesign hub promovida pela Agenda 2030	TM, TC, RO	Núcleo Gestor, Comissão de Acompanhamento, Latus Consultoria	P R O	Gerar um mapa que será incorporado às discussões de revisão do Plano Diretor de Teresina. O produto final é um mapeamento colaborativo a longo prazo para a cidade.	https://semplan.teresina.pi.gov.br/2018/05/17/agenda-2030-e-secretaria-de-planejamento-urbano-promovem-oficina-de-mapeamento-participativo/
3ª	17/05/2018	17/05/2018	1	-	P	Institucional	Reunião p/ apresentação das diretrizes do PDOT	TM	Técnicos das SDU's e gestores da PMT	D I V	Tornar o documento, que orientará como a capital irá se organizar nos próximos anos e irá gerar um novo modelo de cidade, mais conhecido por todos, afim de ressaltar a importância da correta implementação das políticas públicas de acordo com o plano.	https://semplan.teresina.pi.gov.br/2018/05/18/servidores-da-semplan-conhecem-diretrizes-do-novo-plano-diretor-de-teresina/
3ª	18/05/2018	18/05/2018	1	-	P	Institucional	Reunião p/ apresentação das diretrizes do PDOT	TM	Técnicos e gestores da SEMPLAN/PMT	D I V	Tornar o documento, que orientará como a capital irá se organizar nos próximos anos e irá gerar um novo modelo de cidade, mais conhecido por todos, afim de ressaltar a importância da correta implementação das políticas públicas de acordo com o plano.	https://semplan.teresina.pi.gov.br/2018/05/18/servidores-da-semplan-conhecem-diretrizes-do-novo-plano-diretor-de-teresina/
3ª	21/05/2018	21/05/2018	1	M	P	Sede da OAB	Reunião p/ apresentação das diretrizes do PDOT	TM, RO	Técnicos da PMT, arquitetos, engenheiros e advogados	D I V	Orientar pessoas que irão lidar diretamente com as mudanças que serão implantadas por esse plano.	https://semplan.teresina.pi.gov.br/2018/05/21/semplan-apresenta-diretrizes-do-novo-plano-diretor-de-teresina-para-oab-e-cau/
3ª	04/06/2018	04/06/2018	1	-	P	Institucional	Reunião p/ apresentação das diretrizes do PDOT	TM, RO	Técnicos PMT e delegados (eleitos na AP e a CA)	D I V	Apresentar as diretrizes do novo Plano Diretor de Ordenamento Territorial de Teresina (PDOT) para os delegados natos e eleitos para a segunda audiência pública de revisão do plano Diretor.	https://semplan.teresina.pi.gov.br/2018/06/04/diretrizes-do-plano-diretor-sao-apresentados-nesta-segunda-4-para-delegados-da-segunda-audiencia-publica/
3ª	11/06/2018	11/06/2018	1	-	P	Instituto Camilo Filho	Reunião p/ apresentação das diretrizes do PDOT	-	-	D I V	Construir diretrizes.	https://semplan.teresina.pi.gov.br/wp-content/uploads/sites/39/2018/09/RELAT%C3

												%93RIO_TERESINA-PARTICIPATIVA_PDO T.pdf
3ª	21/06/2018	30/09/2018	101	TD	V	Consulta no site da SEMPLAN e sugestões no e-mail da SEMPLAN	Disponibilização da minuta de lei e recebimento de sugestões	TM, RO	Técnicos PMT, entidades	P R O	Encaminhar sugestões de alteração à primeira minuta da lei do novo PDOT, que já foi apresentada e está disponível no site da Semplan desde julho. As sugestões estão sendo recebidas através do email seplur.semplan@gmail.com.	https://semplan.pmt.pi.gov.br/2018/09/10/cronograma-estabelece-etapas-para-revisao-do-plano-diretor-de-teresina/
3ª	09/07/2018	09/07/2018	1	-	P	Institucional	SEMPPLAN e comissão de acompanhamento discutem minuta de lei do PDOT	TM, RO	Técnicos PMT e CA (CAU, CREA, IAB e da Câmara Municipal)	P R O	Discutir sobre a minuta de lei do plano e fazer possíveis ajustes no texto que será levado à Câmara Municipal de Teresina.	https://semplan.teresina.pi.gov.br/2018/07/09/semplan-e-comissao-de-acompanhamento-discutem-minuta-de-lei-do-pdot/
3ª	17/07/2018	17/07/2018	1	-	P	Sala de Reuniões da SEMPLAN	Reunião sobre a minuta de lei núcleo gestor	TM, TC	Técnicos PMT, técnicos consultores Latus	P R O	Revisar os pontos da minuta de lei do plano.	https://semplan.teresina.pi.gov.br/2018/07/18/nucleo-gestor-se-reune-para-discutir-revisao-do-plano-diretor/
3ª	25/07/2018	25/07/2018	1	-	P	Institucional	Reunião sobre a minuta de lei com SDUs – ocupação/ outorga	TM	Técnicos PMT, SEMPLAN SDU CENTRO/NORTE E SDU LESTE, SDU SUL	P R O	Construir diretrizes.	https://semplan.teresina.pi.gov.br/wp-content/uploads/sites/39/2018/09/RELAT%C3%93RIO_TERESINA-PARTICIPATIVA_PDO T.pdf
3ª	01/08/2018	01/08/2018	1	-	P	Institucional	Reunião sobre O PDOT-ZEUS/ manejo sustentável	TM	Técnicos PMT, SEMPLAN SDU CENTRO/NORTE E SDU LESTE	P R O	Construir diretrizes.	https://semplan.teresina.pi.gov.br/wp-content/uploads/sites/39/2018/09/RELAT%C3%93RIO_TERESINA-PARTICIPATIVA_PDO T.pdf
3ª	08/08/2018	08/08/2018	1	-	P	Institucional	Reunião sobre PDOT – parcelamento do solo	TM	Técnicos PMT, SEMPLAN E SDU'S	P R O	Construir diretrizes.	https://semplan.teresina.pi.gov.br/wp-content/uploads/sites/39/2018/09/RELAT%C3%93RIO_TERESINA-PARTICIPATIVA_PDO T.pdf

3ª	09/08/2018	09/08/2018	1	-	P	-	Reunião sobre PDOT	TM, RO	Técnicos PMT, SEMPLAN, SDU'S E SINDUSCON	P R O	Construir diretrizes.	https://semplan.teresina.pi.gov.br/wp-content/uploads/sites/39/2018/09/RELAT%C3%93RIO_TERESINA-PARTICIPATIVA_PDO_T.pdf
3ª	20/08/2018	20/08/2018	1	-	P	Institucional	Reunião sobre PDOT – parcelamento do solo	TM	Técnicos PMT, SEMPLAN E SDU'S	P R O	Construir diretrizes.	https://semplan.teresina.pi.gov.br/wp-content/uploads/sites/39/2018/09/RELAT%C3%93RIO_TERESINA-PARTICIPATIVA_PDO_T.pdf
3ª	23/08/2018	23/08/2018	1	T	P	-	Prefeitura discute plano diretor com sindicato da construção civil	TM, RO	Técnicos PMT, SEMPLAN E SINDUSCON	P R O	Discutir alguns aspectos do plano relacionados a questões de uso e ocupação do solo. Após a discussão de cada ponto, ficou definido que o Sinduscon trará propostas de alterações para a minuta de lei atual. Outras entidades, como OAB e o Conselho de Arquitetura, também farão suas propostas.	http://demo.pmt.pi.gov.br/semcom_antigo/noticia/Prefeitura-discute-plano-diretor-com-sindicato-da-construcao-civil/19526
3ª	27/08/2018	27/08/2018	1	T	P	Auditório do CRECI-PI	Ciclo de palestras no CRECI-PI - dia nacional do corretor de imóveis	TM, RO	Técnicos PMT, profissionais associados com o conselho	D I V	Explicar sobre o Plano Diretor de Ordenamento Territorial de Teresina.	https://creci-pi.org.br/2018/08/20/creci-pi-realiza-ii-ciclo-de-palestras-no-proximo-dia-27/#:~:text=Para%20comemorar%20o%20Dia%20do,na%20pra%20C3%B3xima%20segunda%20(27).
3ª	29/08/2018	29/08/2018	1	-	P	Institucional	Reunião sobre PDOT – uso do solo	TM	Técnicos PMT, SEMPLAN, SDU'S	P R O	Construir diretrizes.	https://semplan.teresina.pi.gov.br/wp-content/uploads/sites/39/2018/09/RELAT%C3%93RIO_TERESINA-PARTICIPATIVA_PDO_T.pdf

3ª	04/09/2018	04/09/2018	1	-	P	-	Reunião sobre PDOT	TM, RO	Técnicos PMT, SEMPLAN, SDU'S E SINDUSCON	P R O	Construir diretrizes.	https://semplan.teresina.pi.gov.br/wp-content/uploads/sites/39/2018/09/RELAT%C3%93RIO_TERESINA-PARTICIPATIVA_PDOT.pdf
3ª	10/09/2018	11/09/2018	2	MT	P	Institucional	Reunião sobre PDOT	TM, TC	Técnicos da PMT e WRI Brasil	P R O	Discutir vários pontos de destaque do PDOT. Fazer ajustes na minuta de lei para melhor entendimento da estratégia para a população.	https://semplan.teresina.pi.gov.br/2018/09/12/ong-visita-teresina-para-discutir-melhorias-no-plano-diretor/
3ª	20/09/2018	20/09/2018	1	T	P	Palácio da Cidade	Prefeitura e Sinduscon discutem revisão do Plano Diretor de Teresina	TM, RO	Técnicos PMT, SEMLAN e SINDUSCON	P R O	Discutir alguns pontos específicos da revisão do Plano de Ordenamento Territorial de Teresina (PDOT), a fim de alinhar as ideias entre o setor público e imobiliário na construção do novo plano.	https://semplan.teresina.pi.gov.br/2018/09/20/prefeitura-e-sinduscon-discutem-revisao-do-plano-diretor-de-teresina/
3ª	25/09/2018	26/09/2018	2	MT	P	Palácio da Cidade	Prefeitura busca simplificar entendimento do Plano Diretor	TM, TC	Técnicos da PMT e Latus	P R O	Refletir sobre formas de simplificar a visualização das estratégias apresentadas na minuta de lei, tornando as principais diretrizes do PDOT mais compreensíveis para a sociedade.	https://semplan.teresina.pi.gov.br/2018/09/28/prefeitura-busca-simplificar-entendimento-do-plano-diretor/
3ª	17/10/2018	-	disponível	TD	V	Site SEMPLAN	Prefeitura divulga relatório após receber sugestões para revisão do Plano Diretor	TM, RO, S	Técnicos PMT, sociedade	D I V	Divulgar o relatório elaborado após o recebimento de sugestões para revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT).	https://semplan.teresina.pi.gov.br/2018/10/17/prefeitura-divulga-relatorio-apos-receber-sugestoes-para-revisao-do-plano-diretor/
3ª	14/03/2019	14/03/2019	1	M	P	Institucional	Prefeito recebe ONG para discutir revisão do Plano Diretor	TM, TC	Prefeito, técnicos PMT, SEMPLAN, STRANS, WRI Brasil	P R O	Discutir alguns pontos da revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT). Dar continuidade no trabalho de apoio técnico na revisão do Plano Diretor da cidade e discutir alguns pontos.	https://semplan.teresina.pi.gov.br/2019/03/15/prefeito-recebe-ong-para-discutir-revisao-do-plano-diretor/

3ª	12/09/2019	12/09/2019	1	N	P	Auditório do CREA-PI	Semplan apresentará plano diretor para associação de engenheiros	TM, RO	Técnicos da PMT e profissionais da construção civil	DIV	Apresentar aos profissionais da construção civil a proposta do Novo Plano Diretor de Teresina. Atualizar os profissionais da construção civil sobre a nova legislação que vai vigorar na cidade.	https://semplan.teresina.pi.gov.br/2019/09/11/semplan-apresentara-plano-diretor-para-associacao-de-engenheiros/
3ª	24/09/2019	24/09/2019	1	T	P	Vice-prefeitura	Firmino Filho apresenta novo Plano Diretor de Teresina para vereadores	TM	Prefeito e vereadores	DIV	Apresentar o novo Plano Diretor de Ordenamento Territorial para os vereadores de Teresina.	https://semplan.teresina.pi.gov.br/2019/09/25/firmino-filho-apresenta-novo-plano-diretor-de-teresina-para-vereadores/
3ª	14/10/2019	-	disponível	TD	V	Site SEMPLAN	SEMPLAN divulga minuta de lei do Novo Plano Diretor de Ordenamento Territorial	TM, RO, S	Técnicos PMT, sociedade	DIV	Disponibilizar aos teresinenses, através de uma linguagem clara, as informações gerais sobre as atualizações do plano. Para facilitar a compreensão, foi anexado um glossário.	https://semplan.teresina.pi.gov.br/2019/10/14/semplan-divulga-minuta-de-lei-do-novo-plano-diretor-de-ordenamento-territorial/
3ª	18/10/2019	-	disponível	TD	V	Site SEMPLAN	Prefeitura lança cartilha sobre o Novo Plano de Ordenamento Territorial (PDOT)	TM, RO, S	Técnicos PMT, sociedade	DIV	Lançar uma cartilha com os principais pontos da nova legislação. Tornar mais fácil o entendimento da população a partir das ilustrações sobre as mudanças nas leis de ocupação do espaço urbano na capital.	https://semplan.teresina.pi.gov.br/2019/10/18/prefeitura-lanca-cartilha-sobre-o-novo-plano-de-ordenamento-territorial-pdot/
3ª	23/10/2019	23/10/2019	1	MT	P	Centro de Formação ODILON NUNES	Segunda Audiência Pública	TM, TC, RO, S	Técnicos PMT, técnicos consultores Latus e WRI, sociedade	PRO	Discutir sobre a minuta de lei.	https://semplan.teresina.pi.gov.br/pdot-2-audiencia-publica/
3ª	24/10/2019	24/10/2019	1	M	P	Centro de Formação ODILON NUNES	Criação do Conselho Municipal da Cidade	TM, TC, RO, S	Técnicos PMT, técnicos consultores Latus e WRI, sociedade	PRE	Formar o Conselho Municipal da Cidade.	https://semplan.teresina.pi.gov.br/pdot-2-audiencia-publica/
3ª	28/11/2019	28/11/2019	1	M	P	Institucional	Votação Delegados	TM, RO	Técnicos PMT e delegados	PRO	Deliberar sobre a Minuta de Lei de Revisão do Plano Diretor de Teresina.	https://semplan.teresina.pi.gov.br/pdot-2-audiencia-publica/
3ª	02/12/2019	02/12/2019	1	-	P	Institucional	Projeto do novo Plano Diretor é encaminhado para	TM	Técnicos PMT e vereadores	PRE	Encaminhar para a Câmara de Vereadores o projeto de lei da revisão do Plano Diretor de Ordenamento	https://semplan.pmt.pi.gov.br/2019/12/06/projeto-do-novo-plano-diretor-e-encaminhado-

							a Câmara de Vereadores				Territorial (PDOT) da capital piauiense.	para-a-camara-de-vereadores/
3ª	11/12/2019	11/12/2019	1	-	P	Plenarinho da Câmara	Semplan apresenta minuta do Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Município na Câmara Municipal	TM	SEMPPLAN e vereadores	D I V	Apresentar os principais pontos sobre o planejamento da cidade.	https://semplan.pmt.pi.gov.br/2019/12/12/semplan-apresenta-minuta-do-plano-diretor-de-ordenamento-territorial-do-municipio-na-camara-municipal/
3ª	20/12/2019	20/12/2019	1	-	P	Câmara Municipal	Aprovação da Câmara Municipal	TM	Vereadores	P R O	Aprovar o Plano Diretor na Câmara.	-
3ª	23/12/2019	23/12/2019	1	M	P	Institucional	Prefeito Firmino Filho sanciona Novo Plano Diretor de Ordenamento Territorial	TM	Prefeito	P R O	Sancionar o Novo Plano de Ordenamento Territorial (PDOT) da cidade.	https://semplan.pmt.pi.gov.br/2019/12/30/prefeito-firmino-filho-sanciona-novo-plano-diretor-de-ordenamento-territorial/

Turno: M (manhã), T (tarde), N (noite) e TD (todos). Método: P (presencial) e V (virtual). Grupos: S (sociedade civil), RO (representantes de organizações e instituições sociais), TC (técnicos consultores) e TM (técnicos municipais). Objetivo: PRE (preparatória), PRO (propositiva) e DIV (divulgação).

**APÊNDICE D – RESPOSTAS RECEBIDAS NO QUESTIONÁRIO, POR
GRUPO SOCIAL E PERGUNTA**

Representantes da sociedade civil						
RP1-pop	NR	1	2	3	4	5
Presencial	0	3	3	2	5	0
Virtual	2	0	0	2	1	1
Geral	2	3	3	4	6	1
RP1-zonas	NR	1	2	3	4	5
Presencial	1	1	4	3	1	3
Virtual	0	0	1	2	3	0
Geral	1	1	5	5	4	3
RP1-sexo	NR	1	2	3	4	5
Presencial	1	0	1	3	4	4
Virtual	0	0	0	2	3	1
Geral	1	0	1	5	7	5
RP1-idade	NR	1	2	3	4	5
Presencial	1	1	4	3	1	3
Virtual	1	0	1	2	2	0
Geral	2	1	5	5	3	3
RP1-renda	NR	1	2	3	4	5
Presencial	1	4	2	2	1	3
Virtual	0	2	1	3	0	0
Geral	1	6	3	5	1	3
RP1	NR	1	2	3	4	5
Presencial	4	9	14	13	12	13
Virtual	3	2	3	11	9	2
Geral	7	11	17	24	21	15
RP2	NR	1	2	3	4	5
Presencial	0	2	3	3	3	2
Virtual	1	0	2	1	2	0
Geral	1	2	5	4	5	2
RP3-pol	NR	1	2	3	4	5
Presencial	0	2	3	5	2	1
Virtual	1	1	1	3	0	0
Geral	1	3	4	8	2	1
RP3-merc	NR	1	2	3	4	5
Presencial	0	2	2	6	3	0
Virtual	0	0	2	3	1	0
Geral	0	2	4	9	4	0
RP3-tec	NR	1	2	3	4	5
Presencial	1	1	1	4	3	3
Virtual	0	0	3	1	1	1
Geral	1	1	4	5	4	4
RP3-soc	NR	1	2	3	4	5
Presencial	0	2	1	6	2	2
Virtual	0	0	0	6	0	0
Geral	0	2	1	12	2	2
RP3	NR	1	2	3	4	5
Presencial	1	7	7	21	10	6
Virtual	1	1	6	13	2	1
Geral	2	8	13	34	12	7
RP	NR	1	2	3	4	5
Presencial	5	18	24	37	25	21
Virtual	5	3	11	25	13	3

Geral	10	21	35	62	38	24
P1-div	NR	1	2	3	4	5
Presencial	0	5	3	2	3	0
Virtual	0	2	0	4	0	0
Geral	0	7	3	6	3	0
P1-alc	NR	1	2	3	4	5
Presencial	1	4	3	1	1	3
Virtual	0	4	1	1	0	0
Geral	1	8	4	2	1	3
P1-tempo	NR	1	2	3	4	5
Presencial	0	2	4	4	2	1
Virtual	0	2	1	3	0	0
Geral	0	4	5	7	2	1
P1	NR	1	2	3	4	5
Presencial	1	11	10	7	6	4
Virtual	0	8	2	8	0	0
Geral	1	19	12	15	6	4
P2	NR	1	2	3	4	5
Presencial	0	2	2	2	4	3
Virtual	0	2	2	2	0	0
Geral	0	4	4	4	4	3
P3	NR	1	2	3	4	5
Presencial	0	1	4	1	3	4
Virtual	1	1	3	0	0	1
Geral	1	2	7	1	3	5
P4	NR	1	2	3	4	5
Presencial	0	2	1	3	7	0
Virtual	0	1	2	3	0	0
Geral	0	3	3	6	7	0
P	NR	1	2	3	4	5
Presencial	1	16	17	13	20	11
Virtual	1	12	9	13	0	1
Geral	2	28	26	26	20	12
I1-forma	NR	1	2	3	4	5
Presencial	0	2	1	3	6	1
Virtual	0	1	2	3	0	0
Geral	0	3	3	6	6	1
I1-clareza	NR	1	2	3	4	5
Presencial	0	1	3	2	6	1
Virtual	0	0	3	2	1	0
Geral	0	1	6	4	7	1
I1-tempo	NR	1	2	3	4	5
Presencial	0	1	2	3	7	0
Virtual	0	1	1	2	1	1
Geral	0	2	3	5	8	1
I1	NR	1	2	3	4	5
Presencial	0	4	6	8	19	2
Virtual	0	2	6	7	2	1
Geral	0	6	12	15	21	3
I2	NR	1	2	3	4	5
Presencial	0	0	1	1	8	3
Virtual	0	0	0	2	3	1
Geral	0	0	1	3	11	4
I	NR	1	2	3	4	5
Presencial	0	4	7	9	27	5
Virtual	0	2	6	9	5	2
Geral	0	6	13	18	32	7
R1	NR	1	2	3	4	5

Presencial	0	2	2	3	2	4
Virtual	0	2	3	0	0	1
Geral	0	4	5	3	2	5
R2	NR	1	2	3	4	5
Presencial	0	1	2	6	3	1
Virtual	0	2	2	1	0	1
Geral	0	3	4	7	3	2
R3	NR	1	2	3	4	5
Presencial	0	2	1	3	6	1
Virtual	0	2	1	1	1	1
Geral	0	4	2	4	7	2
R4	NR	1	2	3	4	5
Presencial	0	2	1	5	4	1
Virtual	1	2	1	1	0	1
Geral	1	4	2	6	4	2
R	NR	1	2	3	4	5
Presencial	0	7	6	17	15	7
Virtual	1	8	7	3	1	4
Geral	1	15	13	20	16	11
TOTAL	NR	1	2	3	4	5
Presencial	6	45	54	76	87	44
Virtual	7	25	33	50	19	10
Geral	13	70	87	126	106	54

Representantes de organizações e instituições sociais						
RP1-pop	NR	1	2	3	4	5
Presencial	1	4	3	1	0	0
Virtual	0	1	3	1	1	0
Geral	1	5	6	2	1	0
RP1-zonas	NR	1	2	3	4	5
Presencial	1	0	6	0	1	0
Virtual	1	1	4	1	0	0
Geral	2	1	10	1	1	0
RP1-sexo	NR	1	2	3	4	5
Presencial	1	0	2	3	2	0
Virtual	1	0	1	4	1	0
Geral	2	0	3	7	3	0
RP1-idade	NR	1	2	3	4	5
Presencial	1	0	2	4	1	0
Virtual	1	0	2	3	1	0
Geral	2	0	4	7	2	0
RP1-renda	NR	1	2	3	4	5
Presencial	0	3	2	2	1	0
Virtual	0	3	1	2	1	0
Geral	0	6	3	4	2	0
RP1	NR	1	2	3	4	5
Presencial	4	7	15	10	5	0
Virtual	3	5	11	11	4	0
Geral	7	12	26	21	9	0
RP2	NR	1	2	3	4	5
Presencial	0	1	4	2	0	1
Virtual	0	0	6	0	0	1
Geral	0	1	10	2	0	2
RP3-pol	NR	1	2	3	4	5
Presencial	1	2	2	2	1	0
Virtual	0	2	2	2	1	0
Geral	1	4	4	4	2	0
RP3-merc	NR	1	2	3	4	5

Presencial	0	2	1	3	2	0
Virtual	0	1	2	3	1	0
Geral	0	3	3	6	3	0
RP3-tec	NR	1	2	3	4	5
Presencial	0	0	3	2	2	1
Virtual	0	0	3	1	2	1
Geral	0	0	6	3	4	2
RP3-soc	NR	1	2	3	4	5
Presencial	1	1	0	5	1	0
Virtual	0	1	2	4	0	0
Geral	1	2	2	9	1	0
RP3	NR	1	2	3	4	5
Presencial	2	5	6	12	6	1
Virtual	0	4	9	10	4	1
Geral	2	9	15	22	10	2
RP	NR	1	2	3	4	5
Presencial	6	13	25	24	11	2
Virtual	3	9	26	21	8	2
Geral	9	22	51	45	19	4
P1-div	NR	1	2	3	4	5
Presencial	0	3	3	2	0	0
Virtual	0	3	1	3	0	0
Geral	0	6	4	5	0	0
P1-alc	NR	1	2	3	4	5
Presencial	0	3	3	2	0	0
Virtual	0	3	2	2	0	0
Geral	0	6	5	4	0	0
P1-tempo	NR	1	2	3	4	5
Presencial	0	2	4	2	0	0
Virtual	0	2	4	1	0	0
Geral	0	4	8	3	0	0
P1	NR	1	2	3	4	5
Presencial	0	8	10	6	0	0
Virtual	0	8	7	6	0	0
Geral	0	16	17	12	0	0
P2	NR	1	2	3	4	5
Presencial	0	0	4	3	1	0
Virtual	0	0	4	3	0	0
Geral	0	0	8	6	1	0
P3	NR	1	2	3	4	5
Presencial	0	3	2	1	2	0
Virtual	0	3	2	1	1	0
Geral	0	6	4	2	3	0
P4	NR	1	2	3	4	5
Presencial	0	2	3	2	1	0
Virtual	1	1	2	3	0	0
Geral	1	3	5	5	1	0
P	NR	1	2	3	4	5
Presencial	0	13	19	12	4	0
Virtual	1	12	15	13	1	0
Geral	1	25	34	25	5	0
I1-forma	NR	1	2	3	4	5
Presencial	0	2	2	3	1	0
Virtual	0	2	2	2	1	0
Geral	0	4	4	5	2	0
I1-clareza	NR	1	2	3	4	5
Presencial	0	2	3	3	0	0
Virtual	1	2	2	2	0	0

Geral	1	4	5	5	0	0
I1-tempo	NR	1	2	3	4	5
Presencial	0	3	4	1	0	0
Virtual	0	2	3	2	0	0
Geral	0	5	7	3	0	0
I1	NR	1	2	3	4	5
Presencial	0	7	9	7	1	0
Virtual	1	6	7	6	1	0
Geral	1	13	16	13	2	0
I2	NR	1	2	3	4	5
Presencial	1	0	3	2	1	1
Virtual	0	0	2	2	2	1
Geral	1	0	5	4	3	2
I	NR	1	2	3	4	5
Presencial	1	7	12	9	2	1
Virtual	1	6	9	8	3	1
Geral	2	13	21	17	5	2
R1	NR	1	2	3	4	5
Presencial	1	2	3	1	1	0
Virtual	0	1	4	0	0	2
Geral	1	3	7	1	1	2
R2	NR	1	2	3	4	5
Presencial	1	4	2	0	1	0
Virtual	0	2	3	1	1	0
Geral	1	6	5	1	2	0
R3	NR	1	2	3	4	5
Presencial	1	1	4	1	0	1
Virtual	0	2	2	2	0	1
Geral	1	3	6	3	0	2
R4	NR	1	2	3	4	5
Presencial	0	3	2	3	0	0
Virtual	0	1	2	3	1	0
Geral	0	4	4	6	1	0
R	NR	1	2	3	4	5
Presencial	3	10	11	5	2	1
Virtual	0	6	11	6	2	3
Geral	3	16	22	11	4	4
TOTAL	NR	1	2	3	4	5
Presencial	10	43	67	50	19	4
Virtual	5	33	61	48	14	6
Geral	15	76	128	98	33	10

Técnicos consultores						
RP1-pop	NR	1	2	3	4	5
Presencial	1	0	1	0	3	1
Virtual	0	0	0	0	2	1
Geral	1	0	1	0	5	2
RP1-zonas	NR	1	2	3	4	5
Presencial	2	0	1	1	2	0
Virtual	0	0	0	0	3	0
Geral	2	0	1	1	5	0
RP1-sexo	NR	1	2	3	4	5
Presencial	0	0	0	0	2	4
Virtual	0	0	0	0	2	1
Geral	0	0	0	0	4	5
RP1-idade	NR	1	2	3	4	5
Presencial	0	0	1	1	3	1
Virtual	0	0	0	0	2	1

Geral	0	0	1	1	5	2
RP1-renda	NR	1	2	3	4	5
Presencial	3	0	1	0	2	0
Virtual	0	0	0	1	2	0
Geral	3	0	1	1	4	0
RP1	NR	1	2	3	4	5
Presencial	6	0	4	2	12	6
Virtual	0	0	0	1	11	3
Geral	6	0	4	3	23	9
RP2	NR	1	2	3	4	5
Presencial	0	0	0	1	4	1
Virtual	0	0	0	0	3	0
Geral	0	0	0	1	7	1
RP3-pol	NR	1	2	3	4	5
Presencial	1	0	2	2	0	1
Virtual	0	0	1	0	2	0
Geral	1	0	3	2	2	1
RP3-merc	NR	1	2	3	4	5
Presencial	1	0	0	1	2	2
Virtual	0	0	0	1	0	2
Geral	1	0	0	2	2	4
RP3-tec	NR	1	2	3	4	5
Presencial	1	0	0	0	1	4
Virtual	0	0	0	0	2	1
Geral	1	0	0	0	3	5
RP3-soc	NR	1	2	3	4	5
Presencial	1	0	0	1	3	1
Virtual	0	0	0	0	2	1
Geral	1	0	0	1	5	2
RP3	NR	1	2	3	4	5
Presencial	4	0	2	4	6	8
Virtual	0	0	1	1	6	4
Geral	4	0	3	5	12	12
RP	NR	1	2	3	4	5
Presencial	10	0	6	7	22	15
Virtual	0	0	1	2	20	7
Geral	10	0	7	9	42	22
P1-div	NR	1	2	3	4	5
Presencial	2	0	0	0	1	3
Virtual	0	0	0	0	1	2
Geral	2	0	0	0	2	5
P1-alc	NR	1	2	3	4	5
Presencial	2	0	0	1	1	2
Virtual	0	0	0	0	1	2
Geral	2	0	0	1	2	4
P1-tempo	NR	1	2	3	4	5
Presencial	2	0	0	0	1	3
Virtual	0	0	0	0	1	2
Geral	2	0	0	0	2	5
P1	NR	1	2	3	4	5
Presencial	6	0	0	1	3	8
Virtual	0	0	0	0	3	6
Geral	6	0	0	1	6	14
P2	NR	1	2	3	4	5
Presencial	0	0	0	0	2	4
Virtual	0	0	0	0	1	2
Geral	0	0	0	0	3	6
P3	NR	1	2	3	4	5

Presencial	1	0	0	2	0	3
Virtual	1	0	0	1	1	0
Geral	2	0	0	3	1	3
P4	NR	1	2	3	4	5
Presencial	0	0	0	0	2	4
Virtual	0	0	0	0	1	2
Geral	0	0	0	0	3	6
P	NR	1	2	3	4	5
Presencial	7	0	0	3	7	19
Virtual	1	0	0	1	6	10
Geral	8	0	0	4	13	29
I1-forma	NR	1	2	3	4	5
Presencial	1	0	0	1	2	2
Virtual	0	0	0	0	1	2
Geral	1	0	0	1	3	4
I1-clareza	NR	1	2	3	4	5
Presencial	1	0	0	0	2	3
Virtual	0	0	0	0	2	1
Geral	1	0	0	0	4	4
I1-tempo	NR	1	2	3	4	5
Presencial	1	0	0	1	1	3
Virtual	0	0	0	0	2	1
Geral	1	0	0	1	3	4
I1	NR	1	2	3	4	5
Presencial	3	0	0	2	5	8
Virtual	0	0	0	0	5	4
Geral	3	0	0	2	10	12
I2	NR	1	2	3	4	5
Presencial	1	0	0	0	0	5
Virtual	0	0	0	0	1	2
Geral	1	0	0	0	1	7
I	NR	1	2	3	4	5
Presencial	4	0	0	2	5	13
Virtual	0	0	0	0	6	6
Geral	4	0	0	2	11	19
R1	NR	1	2	3	4	5
Presencial	2	0	1	1	0	2
Virtual	0	0	0	0	0	3
Geral	2	0	1	1	0	5
R2	NR	1	2	3	4	5
Presencial	3	1	1	0	0	1
Virtual	0	0	0	0	0	3
Geral	3	1	1	0	0	4
R3	NR	1	2	3	4	5
Presencial	3	0	0	1	2	0
Virtual	0	0	1	0	0	2
Geral	3	0	1	1	2	2
R4	NR	1	2	3	4	5
Presencial	2	0	0	0	2	2
Virtual	0	0	0	0	1	2
Geral	2	0	0	0	3	4
R	NR	1	2	3	4	5
Presencial	10	1	2	2	4	5
Virtual	0	0	1	0	1	10
Geral	10	1	3	2	5	15
TOTAL	NR	1	2	3	4	5
Presencial	31	1	8	14	38	52
Virtual	1	0	2	3	33	33

Geral	32	1	10	17	71	85
Técnicos municipais						
RP1-pop	NR	1	2	3	4	5
Presencial	0	1	3	5	6	5
Virtual	0	1	1	2	4	2
Geral	0	2	4	7	10	7
RP1-zonas	NR	1	2	3	4	5
Presencial	1	0	4	4	6	5
Virtual	0	1	0	2	6	1
Geral	1	1	4	6	12	6
RP1-sexo	NR	1	2	3	4	5
Presencial	1	0	1	4	7	7
Virtual	0	1	0	3	3	3
Geral	1	1	1	7	10	10
RP1-idade	NR	1	2	3	4	5
Presencial	0	1	2	7	7	3
Virtual	0	1	0	4	4	1
Geral	0	2	2	11	11	4
RP1-renda	NR	1	2	3	4	5
Presencial	2	0	4	5	5	4
Virtual	0	1	1	4	3	1
Geral	2	1	5	9	8	5
RP1	NR	1	2	3	4	5
Presencial	4	2	14	25	31	24
Virtual	0	5	2	15	20	8
Geral	4	7	16	40	51	32
RP2	NR	1	2	3	4	5
Presencial	0	0	2	4	9	5
Virtual	0	0	0	2	5	3
Geral	0	0	2	6	14	8
RP3-pol	NR	1	2	3	4	5
Presencial	1	1	0	7	8	3
Virtual	1	0	0	4	4	1
Geral	2	1	0	11	12	4
RP3-merc	NR	1	2	3	4	5
Presencial	0	1	0	9	4	6
Virtual	0	0	0	4	4	2
Geral	0	1	0	13	8	8
RP3-tec	NR	1	2	3	4	5
Presencial	0	1	1	3	8	7
Virtual	0	0	0	0	7	3
Geral	0	1	1	3	15	10
RP3-soc	NR	1	2	3	4	5
Presencial	0	2	0	5	5	8
Virtual	0	0	0	1	4	5
Geral	0	2	0	6	9	13
RP3	NR	1	2	3	4	5
Presencial	1	5	1	24	25	24
Virtual	1	0	0	9	19	11
Geral	2	5	1	33	44	35
RP	NR	1	2	3	4	5
Presencial	5	7	17	53	65	53
Virtual	1	5	2	26	44	22
Geral	6	12	19	79	109	75
P1-div	NR	1	2	3	4	5
Presencial	0	0	2	4	7	7
Virtual	0	0	0	2	5	3

Geral	0	0	2	6	12	10
P1-alc	NR	1	2	3	4	5
Presencial	0	0	6	6	3	5
Virtual	0	1	0	5	2	2
Geral	0	1	6	11	5	7
P1-tempo	NR	1	2	3	4	5
Presencial	0	0	2	9	7	2
Virtual	0	0	2	4	3	1
Geral	0	0	4	13	10	3
P1	NR	1	2	3	4	5
Presencial	0	0	10	19	17	14
Virtual	0	1	2	11	10	6
Geral	0	1	12	30	27	20
P2	NR	1	2	3	4	5
Presencial	0	0	1	3	8	8
Virtual	0	0	0	2	7	1
Geral	0	0	1	5	15	9
P3	NR	1	2	3	4	5
Presencial	0	0	3	2	6	9
Virtual	0	0	1	1	1	7
Geral	0	0	4	3	7	16
P4	NR	1	2	3	4	5
Presencial	0	0	4	5	7	4
Virtual	0	0	1	3	3	3
Geral	0	0	5	8	10	7
P	NR	1	2	3	4	5
Presencial	0	0	18	29	38	35
Virtual	0	1	4	17	21	17
Geral	0	1	22	46	59	52
I1-forma	NR	1	2	3	4	5
Presencial	0	2	1	3	6	8
Virtual	0	0	2	1	4	3
Geral	0	2	3	4	10	11
I1-clareza	NR	1	2	3	4	5
Presencial	0	1	1	2	9	7
Virtual	0	0	0	2	5	3
Geral	0	1	1	4	14	10
I1-tempo	NR	1	2	3	4	5
Presencial	1	0	4	2	8	5
Virtual	1	0	1	1	5	2
Geral	2	0	5	3	13	7
I1	NR	1	2	3	4	5
Presencial	1	3	6	7	23	20
Virtual	1	0	3	4	14	8
Geral	2	3	9	11	37	28
I2	NR	1	2	3	4	5
Presencial	0	0	2	2	7	9
Virtual	0	0	0	1	5	4
Geral	0	0	2	3	12	13
I	NR	1	2	3	4	5
Presencial	1	3	8	9	30	29
Virtual	1	0	3	5	19	12
Geral	2	3	11	14	49	41
R1	NR	1	2	3	4	5
Presencial	0	2	0	0	11	7
Virtual	0	0	0	0	8	2
Geral	0	2	0	0	19	9
R2	NR	1	2	3	4	5

Presencial	0	2	0	1	14	3
Virtual	0	0	0	2	6	2
Geral	0	2	0	3	20	5
R3	NR	1	2	3	4	5
Presencial	0	2	0	1	10	7
Virtual	0	0	0	1	7	2
Geral	0	2	0	2	17	9
R4	NR	1	2	3	4	5
Presencial	0	0	2	4	6	8
Virtual	0	0	0	2	4	4
Geral	0	0	2	6	10	12
R	NR	1	2	3	4	5
Presencial	0	6	2	6	41	25
Virtual	0	0	0	5	25	10
Geral	0	6	2	11	66	35
TOTAL	NR	1	2	3	4	5
Presencial	6	16	45	97	174	142
Virtual	2	6	9	53	109	61
Geral	8	22	54	150	283	203

APÊNDICE E – COMENTÁRIOS RECEBIDOS NO QUESTIONÁRIO, POR GRUPO SOCIAL E PERGUNTA

1.	Realizada a explicação, me conta como você avalia a REPRESENTATIVIDADE dos participantes, em relação a sua QUANTIDADE E DIVERSIDADE, na(s) atividade(s) que participou da revisão do Plano Diretor (PDOT) de Teresina/PI, considerando:
1.1	A quantidade dos participantes, considerando a quantidade total de MORADORES DE TERESINA/PI?
S19	Havia representantes de maioria dos segmentos
S20	A pluralidade de opinião sempre deverá ser levada em consideração para podermos chegar a um denominador comum.
S33	A maioria dos presentes eram funcionários municipais
S34	Necessário participar e colaborar para melhorar a cidade.
S43	Não há divulgação suficiente sobre as reuniões do PDOT, o que gera uma segregação por parte dos maiores interessados, os teresinenses.
S51	não houve participação de outras áreas da sociedade
S55	Falta de interesse social
R2	Poucas audiências públicas e com conteúdo de exposição incompleto. Tivemos, pelo CAU/PI e outras instituições como o Ministério Público Estadual, que intervir no processo para que as contribuições feitas de forma documental fossem atendidas e também que houvessem mais reuniões técnicas após a divulgação das minutas de Lei do Plano. Também não foram atendidos os prazos de data da divulgação de conteúdo para audiência pública e a audiência pública, sendo necessário acionamento do MPPI novamente. O processo não foi fácil como deveria ter sido e tiveram que ser envolvidas instâncias superiores, infelizmente.
R3	eu sou arquiteta e percebia que as reuniões eram bem técnicas, teve muita coisa que eu fui atras para entender melhor, como por exemplo Outorga onerosa, entre outras coisas, imagina uma pessoa que não é arquiteto, engenheiro ou do direito urbanístico, o coitado ia ficar perdido
R18	Porque não houve divulgação de massa para participação da comunidade.
R23	havia bom número de pessoas, porém representando apenas setores ricos da sociedade.
R32	Quantidade de participantes menos que os participantes da PMT
C8	Acredito que em um processo participativo é muito importante a complementação do presencial com o virtual. E acredito que a Prefeitura de Teresina fez isso da melhor forma possível disponibilizando um canal digital, uma van com pesquisadores munidos de tablets para buscarem participações em bairro em que a conectividade e acesso da população são menores e realizou fóruns com a população da zona rural. A união de todos os esforços foi ótima.
C11	Colaborei em atividade (oficina) de divulgação de estratégia de desenvolvimento urbano em 2017. Difícil avaliar a representatividade dos participantes.
C13	Entendo que o processo foi amplo e acessível. O Município tinha efetivamente o interesse na ampliação da participação.
C25	Particpei de uma atividade presencial com um público bastante variado e duas formas de manifestação possíveis (oral ou escrita). Quanto aos temas, o evento era sobre um tema específico do PDOT. Não sei dizer sobre os demais eventos/atividades.
M5	apesar de bastante publicizada, as pessoas não se disponibilizam a participar desse tipo de atividade
M29	Foi pequena a participação
M45	falta de informação
1.2	A diversidade de local de moradia dos participantes, considerando todas as diferentes REGIÕES DE TERESINA/PI (bairros, área urbana e rural)?
S33	Não tenho conhecimento sobre o local de moradia de outros participantes.
S34	Penso q sim mas deve ter olhar mais analítico e resolutivo.
S43	Entendo que pela divulgação insuficiente as pessoas de periferias e áreas mais interessadas acabam não indo.
S51	a maioria dos participantes eram da arquitetura e poucos representantes de outras áreas
R2	Pouca participação nas audiências realizadas. Principalmente por ser em horário comercial e em local com restrição de espaço. Muitos moradores e líderes sociais não são liberados de

	seus empregos para participar. Recomendamos várias vezes que fossem realizadas final de semana ou à noite 19hrs.
R3	a mesma resposta da vez anterior e acrescento a pouca divulgação, teve divulgação? teve,mas talvez reuniões nos bairros seria melhor para a comunidade partiipar, tipo uma por zona, no lugar de ser só uma pela cidade toda, entendo que iria dar mais trabalho, com certeza, mas é uma ideia
R18	Porque entre representantes de comunidade e empresarios que moram em regiões diferentes estavam lá.
R23	participações massiva de pessoas de regiões nobres, e pouca participação de áreas periféricas e rural.
R32	Ficou meio que localizado com maioria dos participantes (população) de baixa renda
C8	Novamente, a complementação das duas modalidades de participação é que fizeram com que pessoas de todo o território pudessem participar.
C11	Havia representação de comunidades distintas, msa não sei sobre a diversidade de local de moradia
C13	O processo contou com distintas dinâmicas para que o maior número e a maior variabilidade de pessoas participassem. Algumas ausências foram detectadas, mas comparativamente à média de alcance deste tipo de processo, considero o resultado bem satisfatório e legítimo.
C25	Desconheço o local de moradia dos participantes da atividades que eu participei.
M5	pelos mesmos motivos acima citados
M45	pouca representatividade
M52	nao sei onde todos os participantes moravam. somente alguns representantes, especialmente os representantes de bairro.
1.3	A diversidade dos participantes, considerando os diferentes GÊNEROS (feminino, masculino, outros)?
S19	Bem diversificado
S33	O gênero é irrelevante.
S34	Pessoas participar mais independente de Gênero.
R2	Pouca devido ao mesmo motivo exposto acima. Horário e local. Mães de famínia não podem, trabalhadores em geral também não.
R18	Bem equilibrada
R23	acredito que a participação foi equitativa.
C8	Não lembro exatamente a divisão de gênero nos resultados, mas acredito que foi bem próxima de 50%
C13	Foi possível perceber esta diversidade.
C25	Havia mais ou menos o mesmo número de mulheres e homens.
M5	estava bem representado
M45	bem misturado
1.4	A diversidade dos participantes, considerando as diferentes FAIXAS ETÁRIAS (jovens, adultos, idosos)?
S19	Não havia paridade, mais adultos
S33	Não havia tantos jovens civis, o evento não foi amplamente divulgado.
S34	Melhorar a qualidade de vida para diferentes faixas etárias de idade.
R2	Mesmo exposto anteriormente.
R18	Porque a grande maioria era adulto poucos jovens e poucos velhos.
R23	dominância da presença de adultos, com menor participação de jovens e idosos
C8	Pessoas de todas as idades participaram nas duas modalidades.
C13	Minha percepção é que o processo envolveu distintas faixas etárias.
C25	Havia poucos jovens na atividade que participei.
M5	faixa etaria mais participativa foi aquela acima de 35 anos
M45	Necessidade de envolvimento de mais jovens
1.5	A diversidade dos participantes, considerando as diferentes FAIXAS DE RENDA?
S19	maioria entre de média a de menos rendimento
S33	Não tenho conhecimento sobre a renda de outros participantes.
S34	Cidade dividida por zonas e quem mora nas melhores zonas tem padrão melhor de saneamentos
S43	Infelizmente só vão profissionais ligados à arquitetura, estudantes e pessoas da prefeitura.
R2	Mesmo exposto anteriormente.

R3	aqui a gente via dois públicos praticamente: os representantes dos bairros/associações de bairros ou algo cultural e empresários e seus representantes, além obvio das pessoas da prefeitura
R18	Havia representantes de todas as classes sociais
R23	participação massiva de pessoas de classe média e alta
C8	Normalmente, a participação virtual traz usuários que possuem uma formação acadêmica maior e também com maior poder aquisitivo. Dessa forma, a van participativa e os fóruns presenciais foram muito importantes para trazer diversidade para a amostra nesse aspecto.
C11	Não tomei conhecimento da condição de renda dos participantes
C13	Por mais que a prefeitura tenha se empenhado na participação dos mais pobres, acredito que o meio virtual ainda assusta quem não está habituado a esta tecnologia. Mas é uma percepção mesmo. Não tenho dados,
C25	Não tenho conhecimento sobre a faixa de renda dos participantes da atividade que eu acompanhei.
M45	mais jovens
2.	E como você avalia a QUANTIDADE DE CONTRIBUIÇÕES realizadas na(s) atividade(s) que participou?
S19	interação mediana. Poucos mais empolgados
S33	Gostei de algumas ideias.
S34	Participei muito pelo Colab
R2	Nas audiências públicas os conteúdos estavam incompletos e muitas perguntas não eram respondidas por isso, prejudicando bastante a participação com contribuições. As contribuições oficiais documentadas para a prefeitura, foram impedidas em quase a totalidade de serem expostas em audiência pública, sendo consideradas e integrada em maior parte com a parceria entre CAU/PI e OAB/PI com acionamento do Ministério Público Estadual.
R18	Porque muitas opiniões foram aceitas e alguns pontos muito relevantes permanecerem impostos e sem mudanças.
R32	Não tivemos nas atividades presenciais tempo suficiente para debates, apenas a PMT informava.
C8	O plano diretor é um plano complexo de planejamento para 10 anos. Normalmente, as pessoas buscam resoluções imediatas para problemas relacionados aos seus bairros. Dessa forma, ter a participação de um número alto da população em um plano diretor é bastante desafiador. participar de um plano diretor é um grande desafio. Acredito que o número de participantes foi bom considerando todas as barreiras.
C13	De forma geral as pessoas não estão preparadas para propor algo. Mas sua participação se concentra na crítica.
C25	Houve bastante debate e algumas contribuições escritas.
M5	a sensação que se tinha era que não éramos ouvidos
M45	boa interatividade dentro das atividades
3.	Por fim, como você avalia a PREDOMINÂNCIA DE DETERMINADOS ASSUNTOS na(s) atividade(s) que participou da revisão do Plano Diretor (PDOT) de Teresina/PI:
3.1	Temas POLÍTICOS (ex: procedimentos, eleições, participação social, interesses políticos...)?
S19	temas políticos partidários dos diversos partidos interferindo na qualidade dos trabalhos
S33	A participação social deveria ter sido mais explorada e destacada.
S34	Muita politicagem e pouca ação de forma atender a todos.
S43	Pelo fato de ser uma discussão também de política, vejo que as pessoas se acanham frente a funcionários da prefeitura e da secretaria de planejamento.
R2	Tema foi tratado e oficializado nas audiências, mas as decisões e revisões após a primeira minuta de Lei ter sido divulgada não contou com a convocação dos representantes da sociedade civil eleitos em audiência para acompanhar o processo, mas sim por organizações que cobraram de forma incisiva que as contribuições fossem debatidas.
R23	pouco esclarecimento sobre o tema
C13	Não foi um tema muito debatido. E não me lembro que tenha entrado formalmente na consulta virtual.
C25	Minha amostragem é muito limitada pois só participei de um evento e não tive acesso a relatórios sobre as atividades de participação.
M37	A pergunta não ficou elucidativa suficientemente para mim.

3.2	Temas relacionados ao MERCADO (ex: atividades econômicas, setor imobiliário, industrial, comercial...)?
S19	Poderia ter sido melhor explorado. Poucos representantes
S33	Senti falta de uma maior abordagem sobre revitalização e proteção do verde em prédios públicos e privados.
S34	Poderia ser melhor
S43	Insuficiente.
R2	Foram abordados de forma superficial, sendo mais debatidos por causa da organização das instituições para haverem audiências temáticas sobre o tema e abertura para contribuições oficiais documentadas.
R18	Porque estabeleceu um meio termo dos interesses.
R23	dos temas, percebi que as questões relacionadas a mercado foram as mais debatidas.
C13	Era um tema de interesse de forma geral e que mobilizou agentes importantes e influentes na cidade. Porém estes agentes interviam principalmente nas atividades presenciais.
C25	Minha amostragem é muito limitada pois só participei de um evento e não tive acesso a relatórios sobre as atividades de participação.
3.3	Conteúdos TÉCNICOS (ex: leis, regras, tendências do planejamento urbano)?
S19	Poucos representantes técnicos durante as discussões grupais
S33	Não se sinto segura para opinar.
S34	Muita teoria e pouca prática.
S43	ok.
R2	A primeira minuta de Lei divulgada foi um documento superficial e raso, fora da realidade municipal, o que provocou forte reação das organizações de classe e sociedade civil. Após muita cobrança, a segunda minuta atingia mais a realidade municipal e assim se tornou viável o processo de conclusão da revisão, mesmo tendo que envolver instituições superiores.
R18	bem explicado
R23	muito questionado porém pouco esclarecido.
C13	Os grandes debates de Teresina giraram em torno destes temas, principalmente provocados pelas propostas apresentadas, pela visão do Governo e pela atuação dos técnicos envolvidos.
C25	Minha amostragem é muito limitada pois só participei de um evento e não tive acesso a relatórios sobre as atividades de participação.
3.4	Demanda SOCIAL (ex: direito à moradia, educação, saúde, saneamento básico...)?
S19	Poderiam está ais representadas por quem necessita dos resultados desta ação.
S33	Não percebi nenhuma melhoria.
S34	O mínimo q recebemos.
S42	Saúde e Educação estão positivo. Saneamento é desigual
S43	Insuficiente.
R2	Mesmo exposto acima sobre diferença da primeira para a segunda Minuta de Lei.
R18	foram estabelecidas apenas diretrizes esperamos ações práticas
R23	muito pouco debatido.
C8	Lembro das contruições virtuais serem mais de caráter social, enquanto nos fóruns técnicos, os assuntos de economia e técnicos serem predominantes. E nos fóruns com a população, muita participação do assunto político, inclusive partindo da população também.
C13	Não foi um tema tão tratado diretamente. Um pouco através de demandas pontuais.
C25	Minha amostragem é muito limitada pois só participei de um evento e não tive acesso a relatórios sobre as atividades de participação.
Se preferir, você pode deixar seu comentário sobre a REPRESENTATIVIDADE do processo participativo realizado na revisão do Plano Diretor (PDOT) de Teresina/PI no espaço abaixo.	
S6	Precisamos ser mais ouvidos!
S19	Sugestão: Disseminar a importância do plano diretor nas escolas, grupos de idosos e demais espaços representativos, com forma de garantir maior participação popular.
S22	A participação popular é de fundamental importância, e promover esta integração deveria ser uma regar de gestão.
S33	Acredito que o evento é muito pouco divulgado, restringindo sua participação aos funcionários públicos e empresas privadas com interesses em parcerias com o município. Seria bastante útil o investimento na participação online da população, já que muitos não podem sair do trabalho para acompanhar as audiências, palestras e debates. O site da prefeitura deveria disponibilizar todo o material audiovisual produzido em tempo real.
S34	Gostaria de colaborar mais e ter mais retornos.

S43	A representatividade por parte da população mais carente e que mais sofre com os problemas de Teresina não existe, Infelizmente o planejamento é desenvolvido de forma equivocada devido as decisões serem tomadas por um pequeno grupo mais elitizado.
S50	A cidade tem uma crescente população de rua também tem uma população que apesar de viver no meio Rural desenvolve suas atividades econômicas e educacionais na zona urbana e ainda as áreas que mesclam características urbanas e Rurais, sem falar nos grupos sociais segregados como transgêneros transexuais profissionais do sexo mulheres periféricas todas essas e mais algumas nunca estão representadas nesses processos ou seu caráter excludente quando presencial e virtual
R2	Foi um processo estressante para a gestão municipal e a sociedade, mas acabou chegando a uma versão satisfatória em sua maioria. Que sirva de exemplo para processos posteriores de revisão, principalmente em cumprir o processo democrático, revisar programação e horários, forma de expor os conteúdos e prazos legais de divulgação, além de utilizar ferramentas digitais, plataformas e outros para permitir maior diversidade nas contribuições.
R4	Classes mais baixas estavam pouco representada.
R18	Já teve um avanço significativo com o estabelecimento dos objetivos futuros em relação aos planos anteriores.
R23	a representativa se resumiu a uma discussão entre setores da economia interessados (ex: imobiliárias, comerciantes, empresários) e técnicos/pesquisadores.
R32	Não vi representatividade, na realidade raramente foi aceito algo vindo das entidades e representantes da população, sempre foi negado a oportunidade de debates nas audiências públicas
R53	muito ruim a representatividade e a escuta das manifestações
C8	Acredito que houve um esforço bastante sério e coordenado da Prefeitura no intuito de buscar representatividade no processo participativo. A partir do monitoramento das participações, buscou-se alternativas para aumentar a representação. Acredito muito que a melhor opção foi a complementação entre virtual e presencial, principalmente em uma localidade como Teresina onde a conectividade e o acesso à <i>internet</i> ainda é uma barreira. Por exemplo, presenciamos pessoas jovens sem e-mail e por tanto, tinham dificuldade para participar no virtual.
C10	Junto à sala em que participei havia uma turma diversa em termos de ramos de representatividade e gênero. Uma gama ampla de áreas estava representada, não somente lideranças de bairros, mas de artesãos, etc. A presença de idosos foi inexpressiva mas mesmo assim, as representações presentes discutiram e reivindicaram muitas propostas voltadas ao idoso.
C11	Minha participação foi num prazo não muito longo mas percebi a vontade dos gestores e equipe responsável pelo plano em fazê-lo através de um processo participativo, trazendo maior representatividade de outros setores além do imobiliário.
C13	Entendo ter sido em processo bem representativo. Com problemas - é claro - mas bem estruturado e efetivamente aberto
C25	Não acho adequado fazer uma avaliação sobre a representatividade do processo como um todo a partir da visão parcial de quem participou de poucas atividades (no meu caso, uma atividade).
M5	Não houve clareza das informações, não foram claros quanto as propostas apresentadas, não contribuiu para a desburocratização dos processos. Pelo contrário, piorou muito
4.	Realizada a explicação, me conta como você avalia a DIVULGAÇÃO ANTERIOR A REALIZAÇÃO da(s) atividade(s) que participou na revisão do Plano Diretor (PDOT) de Teresina/PI, considerando:
4.1	DIVERSIDADE de meios utilizados para divulgar a(s) atividade(s) antes de sua realização?
S19	Há necessidade de divulgação esclarecedora em escolas, grupos de idosos, organizações de classes, etc. Para participação mais consistente da população e maior representatividade.
S33	O evento não foi amplamente divulgado.
S34	Pouco divulgado esta ferramenta.
S43	Péssima, o acaba gerando essa segregação por parte dos mais interessados.
R2	Pouca democratização da informação e falhas de prazo.

R3	foi divulgado em radio, sites, <i>internet</i> , tv. mas tem alguns lugares que as radios do bairro/zona e os carros de som é que seria a forma de divulgação e eu nao sei se foi usado isso como forma de divulgação
R18	Muito direcionada e não atingiu a massa
R23	muito pouco divulgado.
R32	muito pequena a divulgação
C8	O meio virtual foi divulgado de forma ampla com diferentes parceiros e inclusive com tempo de TV. No presencial, a divulgação era localizada em relação ao território escolhido. O que para as duas formas de participação, considereí ótimas.
C11	Por atuarmos como agentes externos, colaborando com a administração, não sei sobre esse tema.
C13	O Município divulgou muito todas as ações.
C25	Não tenho total conhecimento sobre como a atividade foi divulgada.
4.2	ALCANCE da divulgação da(s) atividade(s) nas diferentes regiões de Teresina/PI (bairros, área urbana e rural...)?
S19	Divulgação via radio e TV pouco consistente.
S33	Não sei em quais regiões o evento foi divulgado.
S34	Pouco divulgado.
S43	Resposta anterior.
R2	A divulgação era digital por meio de site e veículos de televisão e rádio, sem ações regionais de coleta de contribuições e incentivo a participação.
R18	Pouca divulgação das etapas e reuniões.
R23	pouco divulgado em regiões mais pobres e rural.
R32	A população de uma maneira geral não sabe da existência do PDOT
C11	Por atuarmos como agentes externos, colaborando com a administração, não sei sobre esse tema.
C13	A divulgação foi feita através de meios bastante diversos. Desta forma, acredito que tenha tido grande alcance.
C25	Não sei.
4.3	O TEMPO para divulgar a(s) atividade(s) antes de sua realização?
S19	O tempo foi suficiente e conteúdo incipiente.
S33	Pouco tempo de divulgação.
S34	Precário as vezes fico sabendo pelo colab no dia.
S43	ok.
R2	Não cumpriram prazo legal pelo Estatuto das Cidades e sem tempo para análise dos conteúdos antes dos eventos. Assim tivemos que recorrer a ações para adiamento.
R18	Quase sempre muito proximo da realização
R23	pouco divulgado, resumido a alguns posts nas redes sociais e site da prefeitura
R32	Sempre em cima da hora
C8	A divulgação do virtual foi realizada a partir do primeiro fórum de lançamento. As demais ações presenciais foram divulgadas dias antes da visita ao território escolhido.
C11	Por atuarmos como agentes externos, colaborando com a administração, não sei sobre esse tema.
C13	Os processos foram bem divulgados e com antecedência.
C25	Não sei.
5.	E como você avalia a disponibilidade de RECURSOS OU FERRAMENTAS para realizar contribuições na(s) atividade(s) que participou (papel e caneta, microfone, computador, celular, <i>internet</i>...)?
S33	Senti falta da disponibilização do material das palestras para download
S34	Celular forma que mais uso colab pra participar.
S43	Os canais para questionamento deviam ser maiores, talvez por uma página na <i>internet</i> onde pudéssemos enviar perguntas, pois isso gera maior conforto e coragem para questionarmos.
R2	Pouco diversa e com informações incompletas para poder fazer juízo de valor e contribuir.
R18	bastante satisfatório..
R23	havia recursos no presencial. no virtual o acesso a <i>internet</i> e equipamentos foi um grande limitante.
C8	Participação nos fóruns com microfone aberto, papel e caneta disponível e apresentação do questionário virtual.

C13	O Município investiu bastante na organização dos eventos e na implementação do processo virtual.
C25	As pessoas tinham mais de uma possibilidade de recursos para realizar contribuições de forma oral ou de forma escrita.
6.	E como você avalia a LIBERDADE para manifestar e contribuir durante a(s) atividade(s) que participou na revisão do Plano Diretor (PDOT) de Teresina/PI?
S19	Tempo bom, política partidária dificultando a otimização do tempo.
S33	Havia a liberdade para manifestação.
S34	Muito boa
S43	Insuficiente.
R2	Tempo limitado de contribuição e debate sobre o Plano em sua plenitude nas audiências públicas. Contribuições documentais enviadas também eram selecionadas de forma ilegal, pois todas as contribuições devem ser expostas e avaliadas em audiência pública e tem que ser expostas de forma democrática.
R3	davam voz demais para todos, principalmente os representantes dos bairros
R18	forma organizada na medida do possível
R23	tentaram impedir minha fala em uma reunião presencial
R32	Não aconteceu, tanto a Jhamile como as representantes da empresa de consultoria ignoravam as contribuições que diferiam do que a PMT queria
R36	Pareciam que todos já tinham opiniões formadas, e que não importa o que nós como sociedade civil e empreendedores sociais falássemos, éramos imediatamente descaracterizados e ignorados pelos funcionários da PMT que estavam a frente da construção do PDOT
C13	Embora teoricamente as pessoas pudessem contribuir com qualquer assunto, o formato dos debates foi um pouco direcionado, focando nos temas que eram de maior importância a partir da visão técnica.
C25	Na ocasião do evento, as pessoas tinham total liberdade para contribuir.
7.	Por fim, como você avalia o TEMPO DISPONIBILIZADO para contribuição dos participantes na(s) atividade(s) que participou?
S19	Ver resposta anterior
S33	O tempo foi suficiente.
S34	Participo quando estou em casa no horário de descanso respondendo colab.
S43	Insuficiente.
R2	Insuficiente.
R18	o suficiente para proceder com a reunião
C13	Foi suficiente para todos que queriam participar o fizessem.
C25	Tempo suficiente.
Se preferir, você pode deixar seu comentário sobre os PROCEDIMENTOS do processo participativo realizado na revisão do Plano Diretor (PDOT) de Teresina/PI no espaço abaixo.	
S19	Divulgação mais consistente para público que não detém conhecimento e interesse sobre o assunto. O conhecimento gera o interesse para a participação. Daí a sugestão de informação consistente em escolas e outros espaços representativos.
S22	Louvo a iniciativa de convocação da população a participar de eventos desta natureza, porém é preciso incentivar mais ainda
S34	Gostaria que as pessoas participassem mais.
S43	Resposta nas anteriores.
S50	conforme falei no ponto anterior sobre a diversidade das características da população de Teresina também é de se esperar que essa população diversa do ponto de vista das características, também seja economicamente diversa estamos falando de pessoas que não tem televisão que não tem celular ou não tem <i>internet</i> considerando que a <i>internet</i> em Teresina igual ao restante do Brasil é de péssima qualidade e preço elevado. Também convém lembrar de devido ao fato das associações de moradores estarei na sua grande maioria cooptadas pelo poder municipal, a divulgação é feita utilizando canais deficientes justamente para diminuir a participação de outros atores
R4	Não foi algo bem divulgado e/ou de interesse de toda a população.
C11	A oficina deu oportunidade de manifestação aos participantes, que demonstraram interesse nos temas tratados e atividades como identificação de aspectos do uso e ocupação do solo, mapeamento e discussão de soluções, debatendo e construindo alternativas. Pareceu que as

	pessoas estavam satisfeitas com a oportunidade de colaborar com o desenvolvimento da sua cidade.
C25	Mais uma vez, não posso comentar sobre os procedimentos porque desconheço o processo completo e pensa que a avaliação deve considerar o todo.
8.	Realizada a explicação, me conta como você avalia as INFORMAÇÕES TRANSMITIDAS PELA PREFEITURA MUNICIPAL aos participantes na(s) atividade(s) que participou da revisão do Plano Diretor (PDOT) de Teresina/PI, considerando:
8.1	A FORMA como foram transmitidas pela Prefeitura Municipal?
S30	Pra zona rural ele sonvainpedir voto, depois esquece
S33	A forma foi adequada.
S34	Poderia ser melhor divulgada nas redes sociais do município
S43	Péssima, não é interesse da prefeitura que essas informações cheguem à população de modo geral.
R2	Insatisfatória.
R18	Porque disponibilizava as informações
R23	tendenciosa para interesses próprios e privados.
R32	Por imposição e nunca por conciliação, a PMT apenas apresentava e não admitia discursões com alegação de não dispor de mais tempo
C8	Os pesquisadores que estava acompanhando a participação presencial foram treinados e acompanhados para entender exatamente o conteúdo do questionário, enquanto nos fóruns presenciais, a equipe técnica estava presente. Todo o questionário foi baseado em uma linguagem simples para que pessoas com diferentes níveis de formação pudessem participar.
C13	As atividades virtuais e presenciais tiveram momentos e focos distintos. A participação virtual através do COLAB, por exemplo, não exigia praticamente nenhuma informação. As atividades presenciais, por outro lado, nem sempre disponibilizaram todas as informações que se tinha.
8.2	A CLAREZA com que as informações foram emitidas pela Prefeitura Municipal?
S33	O conteúdo ensinado foi entendido.
S34	Razoável poderia ser melhor.
S43	Pessima.
R2	Insatisfatória.
R18	forma clara e comprensiva
R23	tendenciosa para interesses próprios e privados.
R32	Confuso, além de ser uma coisa nova para grande parte dos participantes os termos eram muitos técnicos e os mapas ilegíveis.
R36	Tanto que o PDOT parece que foi feito as pressas, ta todo incompleto
C13	A comunicação é sempre um desafio. Adaptar a linguagem técnica, revelar todas as implicações de cada decisão, etc, são desafios do processo participativo.
M5	houveram muitas surpresas depois da ultima audiencia publica. os empresarios foram surpreendidos com temas dos quais eles nao puderam opinar
8.3	O TEMPO DISPONÍVEL para compreensão das informações pelos participantes?
S33	O tempo foi adequado.
S34	Sempre q estou com tempo livre participo.
S43	ok.
R2	Insatisfatória.
R3	muito pouco tempo e era muita informação e um texto técnico, toda a legislação mudou, o que você conhecia antes, apaga da mente, mudou tudo
R18	Divulgações muito proximas das reuniões
C13	Mesma resposta anterior.
M5	Não adianta tempo. É preciso dialogar
9.	Por fim, como você avalia SUA COMPREENSÃO em relação aos OBJETIVOS da(s) atividade(s) que participou?
S33	Conseguí absorver o conteúdo ensinado.
S34	Muito boa compreensão.
S43	Bom, pois sou profissional da arquitetura e urbanismo.
R2	Insatisfatória. Pouco tempo e informação insuficiente.
R18	Porque estudei o projeto
R23	minha compreensão foi boa pq sou pesquisador da área.
C13	Acredito que os objetivos foram cumpridos.

Se preferir, você pode deixar seu comentário sobre as INFORMAÇÕES do processo participativo realizado na revisão do Plano Diretor (PDOT) de Teresina/PI no espaço abaixo.	
S22	Tenho acompanhado algumas mudanças em nossa capital, entretanto, o exercício do poder de participação precisa ser compreendido como um bem coletivo, e a população precisa se apropriar desta informações.
S34	Gosto de participar para melhorar minha cidade.
S50	da do meu nível pessoal de instrução escolar e meu envolvimento anterior com pautas relacionadas ao desenvolvimento da cidade óbvio que meu nível de compreensão é relativamente superior a de outras pessoas entretanto o meu perfil não compõe a maioria da cidade logo qualquer discussão que vai tratar sobre como a cidade deve se organizar como deve tratar os seus moradores deve ser acessível não só do ponto de vista de poder ver o conteúdo mas de assimilar então tecnicismo e qualquer tipo de proselitismo vocabular, atrapalham uma efetiva participação popular
R2	Mesmo comentado anteriormente.
C8	Acredito que a Prefeitura teve uma preocupação grande com o tempo dedicado para escutar a população, tomando mais tempo do que tinham inicialmente, tornando possível a participação social em diferentes canais.
C11	A equipe responsável pelo plano pareceu bem interessada em informar a população sobre o processo para possibilitar um processo participativo na sua elaboração.
10.	Realizada a explicação, me conta como você avalia a TRANSPARÊNCIA DA PREFEITURA MUNICIPAL, em relação a divulgação para a sociedade dos resultados obtidos com a(s) atividade(s) que participou da revisão do Plano Diretor (PDOT) de Teresina/PI?
S33	Não vejo muita transparência na prefeitura.
S34	Q seja mais divulgado
S43	Péssima, não houve divulgação relevante e de fácil entendimento pela população de modo geral.
R2	Não tivemos acesso a vários dados de diagnósticos que eram comentados e também dados de memória de cálculo que foram usados para propostas como de cobrança da OODC e outras.
R18	Alguns pontos e mecanismos de calculo não foram expostos
C8	Foi disponibilizado no site da Prefeitura o relatório com os resultados.
C13	Foram adotados inúmeros meios de divulgação destes resultados, cumprindo com o quesito transparência.
C25	Não sei exatamente como a prefeitura divulgou os resultados além da disponibilização do relatório no site.
11.	E como você avalia a RESPOSTA OU FEEDBACK DA PREFEITURA MUNICIPAL, em relação ao aproveitamento das contribuições realizadas na(s) atividade(s) que participou?
S33	Acredito que pode melhorar.
S34	Gostaria muito de receber.
R18	Porque não teve!
R23	ainda não estou se certo se as contribuições foram incorporadas
R36	Tanto que hoje depois de 10 meses de aprovado a equipe tecnica ainda não compreende o pdot
C8	Não sei responder sobre o presencial. No virtual foi enviado um email para todos os participantes explicando para qual secretaria a demanda foi enviada.
C11	Não sei responder porque parei de acompanhar o processo de elaboração do plano diretor.
C13	Entendo que o processo foi muito transparente e houve esta preocupação com o feedback.
C25	Acho que a prefeitura não fez um feedback específico sobre o que foi aproveitado ou não das contribuições.
12.	Por fim, como você avalia o IMPACTO NO RESULTADO FINAL das contribuições realizadas durante a(s) atividade(s) que participou?
S33	As pessoas foram ouvidas, mas não atendidas.
S34	Pode melhorar, mas estamos no processo de desenvolvimento que nunca para.
S43	ok
R3	impacta tudo, mudou tudo tudo tudo
R18	Porque muita coisa ainda não aconteceu de fato
R23	muito pouco

R36	Se é que nossa contribuição teve algum impacto, não tínhamos liberdade para contribuir
C8	Não sei responder o presencial, mas no virtual, não tive acesso de forma sistematizada como esse impacto aconteceu.
C11	Não sei responder porque parei de acompanhar o processo de elaboração do plano diretor.
C13	Acredito que os processos foram amplos e seus resultados bem aproveitados. Contudo, obviamente, algumas questões que eram importantes para o governo, não se abriu mão.
C25	As contribuições eram muitas vezes divergentes, por isso nem tudo poderia ser aproveitado, mas muito do que foi debatido foi incorporado.
Se preferir, você pode deixar seu comentário sobre os RESULTADOS do processo participativo realizado na revisão do Plano Diretor (PDOT) de Teresina/PI no espaço abaixo.	
S22	Em nossa capital, vejo com bastante positividade algumas providências adotadas após o processo de consulta popular.
S34	Este resultados deve ser pensados de médio longo prazo.
S50	A prefeitura gerenciar cidade logo ela tem possibilidades mecanismos de como não só captar capturar as sociedades da sociedade sobre o que precisa ser feito para que Teresina realmente seja uma cidade não só a colhedora de quem tá passando mais respeitador de quem aqui vive comum comunicar-se com seus cidadãos para dizer que mudanças podem ser feitas e de que forma elas ocorreram Mas isso nunca foi feito acordamos com Pontes fechadas com ruas em outro sentido de trânsito com viaduto sendo construídos com novas iluminações com mudanças físicas e mudanças políticas como horário de funcionamento extinção ou criação de novos órgãos ou setores suspensão de serviços sem que ninguém saiba antecipadamente o que vai acontecer
13.	Levando em consideração suas respostas anteriores, você achou SATISFATÓRIO o processo participativo realizado para discutir a revisão do Plano Diretor (PDOT) de Teresina/PI com a sociedade?
S33	Mesmo havendo participação da população nas palestras, a prefeitura faz o que quer, o que for interessante para o gestor vigente.
S43	Insuficiente pois acabou sendo algo mais dos profissionais e técnicos da prefeitura. UMA OBSERVAÇÃO, O BAIRRO DA ZONA NORTE É MOCAMBINHO E NÃO MOÇAMBINHO, CORRIJAM POR FAVOR.
R3	como tinha um tema muito tecnico, você realmente tinha que entender do assunto, eles fizemos um resumo para os leigos,mas ali não está quase nada do que realmente mudou, porque mudou tudo mesmo
R18	Porque faltaram análises mais realista das necessidades e do comportamento da população
R23	processo tendencioso
C11	Como tive uma participação pontual, tenho dificuldade em avaliar. Mas entendo ter havido interesse e esforço de contar com a participação social na realização do plano, tema não muito fácil para a maioria da população.
C13	Pelos motivos expostos anteriormente. Não foi um processo perfeito, mas foi bem organizado e transparente. Os resultados que não contrariavam a visão do governo, foram incorporados. Aqueles que, de alguma forma, contrariavam, foram negociados ou ajustados.
C25	Desconheço todo o processo.
M29	Foi criado um excesso de burocracia que vai paralisar a cidade
M52	deveriam ter tido mais reuniões do que as que tiveram.

S = representantes da sociedade civil; R = representantes de organizações ou instituições sociais; C = técnicos consultores e; M = técnicos municipais.